



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Linha de Pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais

RAQUEL FRANCO LUSTOSA DA COSTA

Perspectivas de Democracia e Cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública:
estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (2020-2023)

RAQUEL FRANCO LUSTOSA DA COSTA

Perspectivas de Democracia e Cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública:
estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (2020-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais

Orientador: Prof. Dr. Elton Bruno B. Pinheiro.

RAQUEL FRANCO LUSTOSA DA COSTA

Perspectivas de Democracia e Cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública:
estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (2020-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e defendida sob avaliação da Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Universidade de Brasília – UnB
(Presidente | Orientador)

Profa. Dra. Gisele Pimenta de Oliveira
Universidade de Brasília – UnB
Centro Universitário IESB
(Examinadora)

Profa. Dra. Mariana Martins de Carvalho
Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI – SECOM/Presidência da República)
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Universidade de Brasília – UnB
(Suplente)

– Fevereiro de 2025 –

AGRADECIMENTOS

A meu filho, Thomás, a quem amo desde quando era um sonho e de quem tenho enorme orgulho por sua amorosidade, generosidade, carinho e retidão de caráter. À minha mãe, Veronica, pelo amor diário e constante e por me ensinar a acreditar em todos meus sonhos. A meu pai, Lustosa da Costa, que me deixou o amor pelo jornalismo e pela leitura, e me guarda lá das águas do Acaraú, em Sobral, desde 2012. À minha irmã Sara e a meu irmão Carlos Eduardo que me deram preciosidades a quem considero meus: Arthur Henrique, Heitor e a doce Olívia que chegará em breve. Obrigada por se fazerem presentes mesmo em minhas longas e sentidas ausências. Obrigada por me incentivarem a buscar ser sempre uma pessoa melhor.

A meu orientador, Prof. Dr. Elton Bruno Barbosa Pinheiro, pelo apoio constante e seguro, pelas discussões enriquecedoras e importantes contribuições que me guiaram por todo este período de intensos estudos, leituras e escritas. Sua paciência e sua dedicação me permitiram alcançar um novo momento acadêmico.

Aos professores e professoras do PPGCOM UnB, que trouxeram diversas perspectivas comunicacionais e para enriquecer o novo percurso acadêmico que adotei recentemente. A todos os funcionários do PPGCOM UnB, que com dedicação, sempre se desdobraram para atender aos pedidos e responder aos questionamentos de uma aluna tardia.

À turma do PPGCOM UnB 2023, meu muito obrigada pelo carinho, pela parceria e pelas amizades que se fortaleceram a cada dia e me trazem as alegrias da vida de estudante.

Às professoras Dra. Mariana Martins de Carvalho e Dra. Gisele Pimenta de Oliveira; e ao Prof. Fernando Oliveira Paulino, pelo generoso aceite em compor a banca de avaliação deste trabalho de pesquisa.

A meus amigos, em especial, ao Prof. Dr. Paulo Antônio de Sousa Marquêz, que me ilumina diariamente com ideias instigantes e me estimula a sempre buscar mais e a ser uma melhor cidadã e empregada pública. Às amigas queridas do meu coração pelas risadas necessárias para desanuviar a mente.

À Caesb, empresa pública da qual orgulhosamente faço parte há 19 anos.

À minha rede de apoio, Renata, Flávia e Alexandre, que me trouxeram a serenidade e a paz de espírito para seguir em todos os momentos.

Devo agradecer a Deus todas as estações da vida que procurei viver plenamente. A velhice só encerra uma vantagem: a de a gente haver testemunhado muita coisa que os mais novos jamais verão.

Tirante isto, a experiência que nos atribuem é a soma dos erros que cometemos e que continuamos a repetir, sem imaginação nem criatividade.

Repito, porém, que não tenho razões para me queixar da vida porque a vivi em plenitude e conforme cada uma de suas estações.

Ainda hoje agradeço a Deus pelos livros que li, pelos que escrevi e publiquei, pela descendência que pus no mundo e está abrindo os próprios caminhos.

Lustosa da Costa

RESUMO

A presente pesquisa realiza uma reflexão analítica sobre a importância do Serviço de Radiodifusão Pública (não comercial) brasileiro para a democracia e para a cidadania, delimitando o estudo, de natureza qualitativa, ao caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no período compreendido entre 2020-2023. A questão-problema delimitada nesta pesquisa é: como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) apresenta em suas políticas e estratégias, especificamente em seus Programas, Projetos e Ações datados entre 2020-2023, a perspectiva da defesa da democracia e o fomento ao exercício da cidadania? O estudo se aprofunda em documentos elaborados por e pela EBC para avaliar (possíveis) estratégias, diretrizes e/ou percepções da Empresa para/sobre a democracia e a cidadania, o que inclui identificar a existência (ou não) (e possíveis vertentes) de preconização da participação cidadã na referida Empresa pública. Para atender aos objetivos do estudo, também são discutidas outras hipóteses de trabalho que abarcam a importância da radiodifusão e seu impacto na democracia, a saúde da democracia interligada à independência dos meios públicos, o foco no cidadão e na cidadã para fortalecimento do Serviço de Radiodifusão Pública (SRP), a questão da subcidadania como obstáculo ao SRP e em especial à EBC, e também a questão de que a atuação da EBC que não deve ser avaliada apenas pelos conteúdos midiáticos que produz, conforme aponta Manuel Pinto (2005, p. 54), “mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza”. Metodologicamente, utilizamos a estratégia da triangulação, a partir da pesquisa exploratória com abordagem cartográfica contextual, da análise documental e de conteúdo; e da análise qualitativa do ambiente político institucional da Empresa Brasil de Comunicação. Entre os eixos de articulação teórica, destacamos as quatro dimensões da cidadania (cívica, política, cultural e social), preconizadas por Donders (2021); as dimensões da cidadania à luz da participação na vida política, seja o pertencimento, o exercício de direitos (que inclui o cumprimento de deveres), a possibilidade de participação na vida política, sistematizadas por Lima (2017) e a centralidade dos SRP nas cidadãs e cidadãos, defendida por Lopes *et. al* (2023). A análise dos documentos constantes do *corpus* da pesquisa aliada ao levantamento das ações tensionadoras de atores políticos ligados à empresa, permitiu perceber a aproximação ou o dissenso entre as metas e os objetivos atribuídos à empresa. Como resultados, inferimos que a assimilação das dimensões “cidadania” e de “democracia” são tensionadas pelo contexto histórico-social, pelo contexto político-social e pelo contexto histórico-cultural de subcidadania em que os cidadãos e cidadãs não se percebem detentores(as) de direitos ou sequer se identificam como cidadãos/cidadãs, no contexto do impacto da atuação dos atores vinculados.

Palavras-chave:

Serviço de Radiodifusão Pública. Empresa Brasil de Comunicação. EBC. Democracia. Cidadania.

ABSTRACT

This research provides an analytical reflection on the importance of the Brazilian Public Broadcasting Service (non-commercial) for democracy and citizenship, delimiting the study, of a qualitative nature, to the case of Empresa Brasil de Comunicação (EBC), in the period between 2020-2023. The problem question defined in this research is: how does Empresa Brasil de Comunicação (EBC) present in its policies and strategies, specifically in its Programs, Projects and Actions dated between 2020-2023, the perspective of defending democracy and promoting the exercise of citizenship? The study delves into documents prepared by and for the EBC to assess (possible) strategies, guidelines and/or perceptions of the Company towards/about democracy and citizenship, which includes identifying the existence (or not) (and possible aspects) of the advocacy of citizen participation in this public company. In order to meet the objectives of the study, other working hypotheses are also discussed, which cover the importance of broadcasting and its impact on democracy, the health of democracy linked to the independence of public media, the focus on citizens to strengthen the Public Broadcasting Service Media (PSM), the issue of sub citizenship as an obstacle to the PSM and especially to EBC, and also the issue that EBC's performance should not only be evaluated by the media content it produces, as Manuel Pinto (2005, p. 54) points out, “but also by the processes of socio-cultural participation that it promotes and values”. Methodologically, we used the strategy of triangulation, based on exploratory research with a contextual cartographic approach, documentary and content analysis, and qualitative analysis of the institutional political environment of Empresa Brasil de Comunicação. Among the axes of theoretical articulation, we highlight the four dimensions of citizenship (civic, political, cultural and social), advocated by Donders (2021); the dimensions of citizenship in the light of participation in political life, whether belonging, the exercise of rights (which includes the fulfillment of duties), the possibility of participation in political life, systematized by Lima (2017) and the centrality of PSM in citizens, defended by Lopes *et. al* (2023). The analysis of the documents included in the research corpus, along with a survey of the tensioning actions of political actors linked to the company, made it possible to perceive the approximation or dissent between the goals and objectives attributed to the company. As a result, we infer that the assimilation of the dimensions of “citizenship” and “democracy” are strained by the historical-social context, the political-social context and the historical-cultural context of sub citizenship in which citizens do not perceive themselves as having rights or even identify themselves as citizens, in the context of the impact of the actions of the linked actors.

Keywords:

Public Service Media. Empresa Brasil de Comunicação. EBC. Democracy. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo do índice democrático no Brasil

Figura 2 – A estrutura conceitual do Estado Global da Democracia

Figura 3 – Reprodução do processo de democratização

Figura 4 – Fragmento do instrumento elaborado para análise documental

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Orçamento EBC (em R\$)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Orçamento EBC (em R\$)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da pesquisa

Quadro 2 – Índice Democrático, por tipo de regime

Quadro 3 – Quadro conceitual do Estado Global da Democracia

Quadro 4 – Desafios e contribuições dos SRP à democracia

Quadro 5 – Ferramentas dos SRP para combate à polarização

Quadro 6 – Cartografia de ações sociais tensionadoras do SRP Brasileiro

Quadro 7.1 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. Dimensão: Cidadania Social e Democracia

Quadro 7.2 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. Dimensão: Cidadania Política e Democracia

Quadro 7.3 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. Dimensão: Cidadania Cultural e Democracia

Quadro 7.4 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. Dimensão: Cidadania Cívica e Democracia

Quadro 8 – Síntese das etapas de pesquisa

Quadro 9 – Sistematização do *corpus*: documentos da EBC para análise

Quadro 10 – Síntese dos conceitos, categorias e indicadores de análise

Quadro 11 – Cronograma de atividades

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contexto do Objeto de Estudo e do Problema de Pesquisa	21
1.1.1 Questões acessórias	23
1.2 Hipóteses de trabalho	24
1.2.1 O alcance da radiodifusão junto à sociedade brasileira impacta a democracia	24
1.2.2 A saúde da democracia também depende da independência dos meios públicos	25
1.2.3 O foco no cidadão e na cidadã fortalece o Serviço de Radiodifusão Pública	26
1.2.4 A questão da subcidadania brasileira como obstáculo ao SRP e à EBC	27
1.2.5 A atuação da EBC não deve ser avaliada apenas pelos conteúdos.....	28
1.3 Objetivos de pesquisa.....	29
1.4 Justificativas.....	31
1.5 Organização textual.....	35
2 Eixos de Articulação Teórica.....	37
2.1 Abordagem sobre o Serviço de Radiodifusão Pública: ataques no contexto internacional e nacional.....	37
2.2 Abordagem sobre cidadania e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública	45
2.2.1 Problemática sobre a (sub)cidadania brasileira.....	47
2.2.2 Problemática sobre a cidadania no contexto europeu.....	51
2.2.3 Problemática sobre a relação entre os Serviços Públicos e o(a) cidadão(a)	55
2.3 Abordagem sobre Democracia e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública	56
2.3.1 Democracias mais fortes confiam mais nos SRP	67
2.3.2 Democracia no Brasil: ações tensionadoras no contexto do SRP	75
2.4 A Democracia no contexto de polarização atual.....	88
2.4.1 Ataques à democracia tensionam a EBC	93
2.4.2 Participação	101
3 Reflexões sobre o percurso metodológico.....	109
3.1 Etapas da pesquisa.....	115
3.2 Abordagem cartográfica contextual para delimitação do corpus documental.....	116
3.3 Análise documental.....	124
3.4 Sobre a análise de conteúdo categorial dos documentos.....	126
3.5 Análise qualitativa do ambiente político e institucional da EBC.....	133
4 Análise e discussão.....	134

4.1 Cidadania social e democracia	134
4.2 Cidadania política e democracia	137
4.3 Cidadania cultural e democracia	142
4.4 Cidadania cívica e democracia.....	146
4.5 Dimensões da Cidadania à luz da participação na vida política.....	148
4.6 Pertencimento.....	149
4.7 Exercício de direitos (que inclui o cumprimento de deveres)	150
4.8 Possibilidade de participação na vida política.....	151
4.9 Cidadãos e cidadãos	152
5 Conclusão	157
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE 1 – INSTRUMENTO DESENHADO PARA COLETA DE DADOS ...	185
APÊNDICE 2 – MEMORIAL ACADÊMICO	190

1 INTRODUÇÃO

Quando o tema é o Serviço de Radiodifusão Pública, uma das questões mais recorrentes nos textos acadêmicos, discursos político-partidários e na opinião de camada expressiva das cidadãs e dos cidadãos brasileiros é, sem dúvidas, a sua utilidade. Certamente, as razões para este tipo de questionamento são várias, perpassam desde motivos econômicos (como disputas travadas pelo segmento comercial de radiodifusão), motivos políticos (a exemplo do aparelhamento contínuo dessas emissoras por agentes públicos que assumem cargos eletivos) a motivos culturais (pois percebe-se, por exemplo, que cidadãos e cidadãs do país historicamente consomem e/ou foram levados a consumir uma muito expressiva quantidade de conteúdo da mídia comercial).

Ainda nessa direção, se antes de olharmos para a contemporânea configuração e problemas dos meios públicos de comunicação, especialmente para o caso daqueles geridos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nos detivermos a uma reflexão sobre as “condições de origem” do Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) (Pinheiro, 2019) no Brasil, poderemos compreender, em considerável medida, algumas evidências que ajudam a explicar as raízes desse questionamento sobre a sua utilidade, ou mesmo sobre a “função e legitimidade” (Carvalho, 2014) de emissoras públicas.

Em síntese, no Brasil, sabe-se que o processo de conformação do Serviço de Radiodifusão Pública nasceu atrelado a “vieses educativos” (Bianco & Pinheiro, 2017), que rapidamente foram encampados pela atuação do Estado, com a criação de emissoras estatais vinculadas a estados e a municípios e, em grande medida, ofuscados pelo protagonismo proselitista de emissoras comerciais. Ainda especificamente sobre o viés educativo (e cultural), é este – ao lado da ideia de uma comunicação do governo ou até mesmo partidária – que parece permanecer no senso comum da sociedade quando se fala em Serviço Público de Radiodifusão, no Brasil.

Não obstante, é oportuno assinalarmos, corroborando as investigações de Oliveira (2021), que, de forma mais holística, o campo da radiodifusão é, de fato, um ambiente de muitas – e multidimensionais – disputas. Segundo a referida pesquisadora:

(...) a radiodifusão é um campo cujos agentes e instituições estão em concorrência em busca de capitais específicos, que mobilizam as forças deste universo social. Essa luta concorrencial envolve disputas por capital econômico, materializado em bens, recursos e/ou investimentos

financeiros, verbas publicitárias, lucros, infraestrutura, equipamentos, parque tecnológico dos veículos de comunicação; por capital social, representado pelas relações de prestígio e reconhecimento construídas pelo campo, sobretudo em âmbito do poder econômico e político; por capital cultural, que contempla a capacidade dos meios de comunicação em pautar e conformar temas, argumentos e padrões tanto midiáticos quanto de vida e de sociedade; e por capital simbólico, traduzido pela reivindicação do discurso jornalístico (e midiático) de obter o monopólio da representação da “verdade objetiva” (Oliveira, 2019, p. 5).

Ainda nessa direção, sublinhamos que os autores Esch & Del Bianco (2016, p. 1) explicam que a comunicação midiática do país foi estruturada com forte predomínio do privado enquanto as emissoras públicas ficaram numa posição subalterna e marginal quanto a sua representatividade e legitimidade social, embora a radiodifusão brasileira seja regida pela Constituição Federal dentro do princípio da “complementaridade” entre os três serviços: “público, estatal e privado” (Brasil, 1988). Ainda que os três possam executar serviços de radiodifusão, o que hoje se apresenta de fato é um cenário onde há espaços que não são ocupados pelas empresas privadas por falta de interesse comercial ou econômico que, em última instância, deveriam ser alcançados pelo sistema público ou pelo estatal, sob uma perspectiva cidadã e democrática de acesso à informação.

A inquietação com esta questão sobre a percepção da utilidade do Serviço Público de Radiodifusão e, muito mais do que isso, sobre como ele deve atuar em favor dos cidadãos e das cidadãs é um dos principais motivos que nos mobilizam para a execução desta presente pesquisa. Entende-se que, muito além de um papel “complementar” aos serviços das esferas “estatal” e “comercial”, o Serviço de Radiodifusão Pública deve desempenhar, de fato, uma missão que não se resuma meramente a transmitir de maneira verticalizada conteúdos educativos e culturais. Este tipo de serviço, conforme preconizam organizações internacionais como a Unesco (2001) e a EBU (2023), deve atuar – formar, informar e entreter – para o exercício da cidadania e para a defesa da democracia, como também defendem pesquisadoras como Karen Donders (2021).

A questão que se apresenta é: qual tem sido a atual compreensão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sobre cidadania e democracia? Como estes conceitos, indiscutivelmente intrínsecos à missão, objetivos e princípios do Serviço de Radiodifusão Pública, são assimilados pela Empresa Brasil de Comunicação em seus Programas, Projetos e Ações, sobretudo neste momento em que o país vive um tensionamento em seu regime democrático, com ações que colocaram em risco a própria existência da EBC? Este é tema central ao qual nossa pesquisa se dedica.

Importante assinalar que, observando o contexto internacional contemporâneo, tanto no caso europeu¹, como também no âmbito latino-americano², encontramos semelhanças em relação ao cenário sociopolítico e cultural, notadamente em relação ao avanço partidário da extrema-direita ou de partidos conservadores, que nos permitem fazer uma correlação com o atual estágio de ameaças aos direitos fundamentais e à própria democracia que o Brasil tem enfrentado, sobretudo a partir de 2016.

Nessa direção, retomando a questão sobre a utilidade da Radiodifusão Pública, esta pesquisa encontra nos estudos da pesquisadora Karen Donders (2021, p. 63) uma reflexão sobre o fato de não existir uma definição única, universal e definitiva do que sejam exatamente os Serviços Públicos de Mídia (*Public Service Media*), nem uma noção uníssona a respeito das atribuições que as prestadoras desses serviços deveriam oferecer. No entanto, considerando a importância dos Serviços Públicos para a democracia, a referida autora, ao cotejar a contribuição de vários acadêmicos, sistematizou cinco qualidades como princípios para as políticas de comunicação deste serviço público assim como para as instituições que os oferecem, a saber: pluralismo, diversidade, coesão social, qualidade e prestação de serviços universais. Em linhas gerais, o principal argumento de Donders (2021) é que os Serviços Públicos de Mídia devem atuar fundamentalmente como um projeto centrado na democracia e na cidadania.

¹ Conforme se pode constatar em matérias jornalísticas de sites europeus e brasileiros, como:

“Já há três governos dependentes da extrema-direita na União Europeia”. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2023/05/13/ja-ha-tres-governos-dependentes-da-extrema-direita-na-ue-o-que-esperar-das-europeias-em-2024/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

“A ascensão da extrema-direita do norte ao sul da Europa.” Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/a-ascensao-da-extrema-direita-do-norte-ao-sul-da-europa_n1501404. Acesso em: 14 nov. 2023.

“Partidos de extrema direita crescem na Europa com versões atualizadas do nacionalismo.” Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/partidos-de-extrema-direita-crescem-na-europa-com-versoes-atualizadas-do-nacionalismo.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

“Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

² Conforme se pode constatar por meio de notícias como: “Vitória de Milei celebrada pela extrema-direita mundial”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/11/20/mundo/noticia/vitoria-milei-celebrada-extremadireita-mundial-2070853>. Acesso em: 14 nov. 2023.

“Eleição no Paraguai: por que vitória de Santiago Peña é exceção entre 'ondas políticas' da América Latina”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/05/04/eleicao-no-paraguai-por-que-vitoria-de-santiago-pena-e-excecao-entre-ondas-politicas-da-america-latina.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

“Extrema-direita quer “direito à vida” na Constituição do Chile”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/08/21/mundo/noticia/extremadireita-quer-direito-vida-constituicao-chile-2060836>. Acesso em: 14 nov. 2023.

Ainda em relação a um contexto geográfico mais amplo, que aqui abordamos contextualmente com o intuito lançar luzes ao caso brasileiro em termos de boas práticas relacionadas a alternativas capazes de contribuir para a superação dos desafios impostos atualmente ao Serviço Público de Radiodifusão do país, destacam-se as contribuições de estudos da EBU³ - *European Broadcast Unit* (União Europeia de Radiodifusão), que pode ser considerada a maior reunião de serviços públicos de radiodifusão/mídia do mundo. Há que se ressaltar a utilização primária por índices europeus nesta pesquisa para fins de comparação ao sistema posto no Brasil e não como um alvo único a ser perseguido como modelo ideal ou quiçá perfeito de radiodifusão pública.

De acordo com a EBU (2024), a audiência dos SRP chega a um bilhão de pessoas em todo o planeta, que recebem conteúdo em 166 diferentes idiomas. Regularmente, a EBU prepara relatórios a respeito da atuação dos Serviços Públicos, sob diversos enfoques, como tipos de financiamento, confiança da população nos serviços, força da democracia a partir da atuação dos meios públicos e a capilaridade destes serviços, citando apenas alguns dos levantamentos mais recentes. Em setembro de 2021, a EBU divulgou o relatório *Democracy and Public Service Media*⁴ (EBU, 2021, p. 21), que define as contribuições a serem assumidas pelos SRP para que os cidadãos se comprometam com o fortalecimento da democracia e da cidadania – razões para as quais a referida entidade defende que os Serviços de Radiodifusão Pública foram criados.

A EBU defende que o “coração” da missão dos SRP e, portanto, intimamente relacionado a seu compromisso com a democracia, é permitir que os públicos [audiências] se tornem cidadãos fortes e engajados de fato. Para a entidade, os SRP têm a missão de contribuir para as diferentes categorias de cidadania.

³ A EBU (*European Broadcast Unit*) agrupa 113 prestadoras de radiodifusão em 56 países e 31 associados na Ásia, África, Australásia e Américas, operando aproximadamente duas mil emissoras de televisão, de rádio e canais online, e oferece um amplo leque de serviços em diversas plataformas sociodigitais. A relação do Brasil com a EBU, até o momento em que se desenvolve esta pesquisa, se dá apenas pela integração, como “Associada”, da Fundação Padre Anchieta, que, como sabemos, não é parte da EBC. Conforme aponta o site da EBU, a Fundação Padre Anchieta está entre as 31 “organizações de radiodifusão ou grupos de radiodifusão de um país membro da *International Telecommunication Union* (ITU) fora da *Área Europeia de Radiodifusão* que fornecem um serviço de rádio e/ou televisão com um papel importante na radiodifusão nacional e cujos membros sejam considerados úteis para a EBU.” Consideramos uma lacuna e algo sintomático de uma desarticulação institucional, ou até um certo descrédito internacional, o fato de a EBC ainda não ter aderido formalmente à EBU como Empresa Associada. Disponível em: <https://www.ebu.ch/about/members?type=associate>. Acesso em: 1 set. 2024.

⁴ Que pode ser acessado em: https://www.ebu.ch/publications/research/login_only/report/democracy-psm. Acesso em: 13 nov. 2023.

Na visão de Alicja Jaskiernia (2022, p. 311), os Serviços de Radiodifusão Pública são um projeto da sociedade cujo objetivo principal é contribuir para o bem da sociedade e para a democracia. Nesse contexto de necessidade de fortalecimento da democracia, a EBU também preconiza, como já mencionado, que tais Serviços Públicos devem atuar na promoção da cidadania sob quatro categorias: “política, cultural, social e cívica”, as quais são abordadas e cotejadas em nossa pesquisa seguindo, contextualmente, as definições articuladas por Karen Donders (2021):

A cidadania política fornecerá aos cidadãos informações confiáveis e diversidade de pontos de vista. A cidadania cultural irá estipular um senso de unidade e compreensão no âmbito de uma sociedade diversa. A cidadania social irá conectar os cidadãos à vida pública ao criar relações de confiança entre seus membros. E, por fim, a cidadania cívica permitirá aos cidadãos participarem da vida pública fomentando atividades cívicas e virtudes (EBU, 2021, p. 21. Tradução nossa)⁵.

No caso específico do Brasil, sabe-se que a EBC, como determina a Lei nº 11.652/2008, deve atuar como um Serviço de Radiodifusão Pública, tendo uma de suas principais atribuições fortalecer a democracia e a consolidação da cidadania e, por missão, gerar conteúdo contemplando a todas as pessoas, independentemente de interesses comerciais ou estatais/governamentais (Brasil, 2008).

Art. 3º. Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta: (...) II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão; (...) VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; (...) (Brasil, 2008).

Sendo assim, essa pesquisa tem como um de seus propósitos centrais observar e compreender como estas perspectivas de cidadania e democracia têm sido “adotadas pela” e/ou “planejadas para” a Empresa Brasil de Comunicação.

⁵ No original, em inglês: Political citizenship - providing citizens with credible information & a diversity of viewpoints. Cultural citizenship - stipulating a sense of unity & understanding within a diverse society. Social citizenship - connecting citizens to public life & creating trust towards one another. Civic citizenship - enabling citizens to participate in public life fostering civic duties & virtues (EBU, 2021, p. 21).

Outra pesquisa realizada, em 2017, pela EBU (Burnley, 2017, p. 3) sobre a importância e a relevância dos Serviços Públicos – com o objetivo de fortalecer a democracia e ampliar a coesão social e cultural –, demonstra que os serviços públicos de mídia estavam sob intenso escrutínio já àquela época, apesar da contínua e crescente demanda por conteúdo televisivo e pelos altos níveis de confiança depositados neles. No estudo sobre a Democracia e os Serviços de Radiodifusão Pública, publicado em 2021, a EBU aponta ainda que as televisões e rádios públicas são mais assistidas e ouvidas em países de “democracia forte e consolidada” (EBU, 2021, p. 14), conforme critérios do índice de democracia divulgado pelo *The Economist Unit*.

Esse referido indicador foi criado pelo jornal *The Economist* que, a partir da Unidade de Inteligência (*The Economist Intelligence Unit – The EIU*), elabora o *Democracy Index and Political Participation* (Índice de Democracia e Participação Política), adotado por diversas economias para monitorar a situação política mundial (Economist, 2023). O índice democrático se baseia em cinco categorias – processo eleitoral e pluralidade; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política e cultura política – para classificar os países em quatro regimes de democracia eleitoral: democracias plenas; democracias imperfeitas; regimes híbridos e regimes autoritários. Para tal, são atribuídos valores a critérios como existência de eleições livres e justas; garantia da segurança dos eleitores; influência de países estrangeiros no governo e a capacidade do serviço público em implementar políticas públicas (Economist, 2023, Democracy Index 2022). Na edição 2024 do relatório do *The Economist*, foram avaliados 165 estados independentes e dois territórios, o que equivale à cobertura de praticamente toda a população mundial e a vasta maioria dos Estados (com exceção dos microestados) (Economist, 2024, p. 3).

O nosso estudo destaca ainda a relação entre os países considerados democráticos de acordo com o Índice de Democracia (The Economist, 2024) e a importância dos Serviços de Radiodifusão Pública no contexto das recentes mudanças geopolíticas. Sob a ótica da União Europeia de Radiodifusão (EBU):

(...) a confiança é um requisito chave para os SRP, assim como um ativo para sua estratégia de legitimação. Os SRP podem ser uma preciosa ferramenta para governos democráticos que desejarem ampliar os níveis de confiança nos meios de comunicação e outras instituições informacionais, como uma das condições

para as boas práticas de governança institucional (EBU, 2023, p. 5. Tradução nossa)⁶.

Glowacki & Jaskiernia (2017, pp. 11-12) apresentam três premissas sobre as contribuições dos Serviços de Radiodifusão Pública à sociedade: a primeira é que os meios públicos “têm impacto na sociedade”; a segunda é que estes devem “prestar contas” (desenvolver práticas de *accountability*) perante à sociedade como um todo; e a terceira é a de que os meios públicos de comunicação devem “estimular o debate público” sobre as necessidades de comunicação da sociedade e como estas necessidades devem ser satisfeitas.

Paralelamente, e sendo essencial para abordar a questão da legitimidade do SRP, a mentalidade de Contribuição para a Sociedade deverá também resultar numa estratégia renovada de *advocacy*. Um elemento-chave deste último será uma nova narrativa sobre o SRP (Glowacki; Jaskiernia, 2017, pp. 11-12. Tradução nossa)⁷.

Apesar disso, há uma preocupação expressa por estudos de institutos que analisam a situação democrática de países de todo o mundo. Publicado anualmente e considerado uma das referências globais em classificação de regimes políticos, o relatório do Instituto V-Dem (*Varieties of Democracy*) referente a 2022 indica que, pela primeira vez em 20 anos, há mais ditaduras do que democracias plenas. Conforme o documento, no final de 2022, havia um número recorde de países se autocratizando: 42 contra 33 em 2021 (Blanco, 2023). O estudo aponta que praticamente 72% da população mundial – 5,7 bilhões de pessoas – vivem em autocracias. Países da Europa Oriental, Ásia Central, América Latina e Caribe caíram democraticamente a níveis observados ao final da Guerra Fria (V-Dem, 2023, p. 6. Tradução nossa).

Na primeira edição em português do Relatório da Democracia publicado pelo V-Dem em 2024, os dados apontam para a continuidade da tendência dominante de autocratização nos regimes políticos (V-Dem, 2024, p. 7). A partir de 2009 – por quase 15 anos consecutivos – a percentagem da população mundial que vive em países em autocratização ultrapassou a

⁶ No original, em inglês: Trust is a key requirement for PSM, as well as an asset to their legitimation strategies. More fundamentally, PSM can be a precious tool for democratic governments aiming to increase levels of trust in news media and other knowledge institutions, one of the pre-conditions for good governance (EBU, 2021, p. 5).

⁷ No original, em inglês: It is what we call the PSM Contribution to Society and it is based in three premises: PSM have an impact on society; PSM’s accountability to society as a whole; PSM should stimulate the public debate on society’s communication needs and how they should be satisfied. Parallel to this and being essential to address the issue of PSM’s legitimacy, the Contribution to Society mindset should also result in a renewed advocacy strategy. A key element of the latter will be a new narrative about PSM (Glowacki; Jaskiernia, 2017, pp. 11 e 12)

percentagem da população que vive em países em democratização. O instituto continua sua análise e apresenta um dado preocupante: o nível de democracia de que se beneficia o cidadão comum no mundo em 2023 voltou a níveis semelhantes a 1985; em termos de médias por país, regressou a níveis de 1998 (V-Dem, 2024, p. 8).

Tais dados também podem ser observados no Relatório 2024 do Índice Democrático do *The Economist*. A linha do tempo do índice democrático no Brasil (Figura 1) mostra que o país atingiu o maior valor – 7,38 de um total de 10 – em sua série histórica nos anos avaliados de 2006 e 2008, caindo para 7,12 entre os anos 2010 e 2013. O Brasil retomou o índice de 7,38 em 2014, e oscilou entre 6,96 e 6,68 no período de 2015 a 2023, com o menor valor atingido de 6,68 em 2023 (Economist, 2024, p. 19).

Figura 1 – Linha do tempo do índice democrático no Brasil. Reprodução: The Economist, 2024, p. 19

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2008	2006
Argentina	6.62	6.85	6.81	6.95	7.02	7.02	6.96	6.96	7.02	6.84	6.84	6.84	6.84	6.84	6.63	6.63
Bolivia	4.20	4.51	4.65	5.08	4.84	5.70	5.49	5.63	5.75	5.79	5.79	5.84	5.84	5.92	6.15	5.98
Brazil	6.68	6.78	6.86	6.92	6.86	6.97	6.86	6.90	6.96	7.38	7.12	7.12	7.12	7.12	7.38	7.38

Fonte: ECONOMIST, The. Democracy Index 2023 – Age of conflict (Economist, 2024, p. 19).

Embora os referidos dados apresentados pelos dois institutos mencionados direcionem o olhar para um possível recrudescimento nos valores democráticos, o Instituto Varieties of Democracy (V-Dem), responsável pelo Relatório da Democracia 2024, discorre detalhadamente sobre as ações adotadas pelo Brasil em busca da democratização após um período de mergulho nas ideias autocráticas ocorrido nos últimos anos. Considerado uma democracia eleitoral, o Brasil foi classificado como um país em democratização, no relatório de 2024, o que deve ser celebrado, pois:

Foi um dos dois casos que travaram a autocratização antes da rutura, o Brasil sofreu uma reviravolta em 2016, quando a ex-presidente Rousseff foi afastada do cargo num processo que polarizou os eleitores brasileiros e Bolsonaro foi eleito presidente dois anos depois. A sua presidência foi marcada por ataques aos meios de comunicação social, restrições à liberdade académica, tentativas de minar o sistema eleitoral, e conflitos com os poderes legislativo e judicial. “Lula” da Silva derrotou Bolsonaro nas urnas em 2022 e tomou posse a 1º de janeiro de 2023, presidindo a um ano de reversão das políticas de Bolsonaro e ao fim das violações à democracia. Bolsonaro foi condenado por abusar do seu cargo de forma a desacreditar o sistema eleitoral brasileiro e foi declarado inelegível para concorrer ou ocupar cargos públicos até 2030 (V-Dem, 2024, p. 35).

Sobre o processo de democratização no Brasil, o V-Dem explica que:

Os países em processo de democratização são, tipicamente, menores em termos de dimensão, economia e população, por exemplo a Gâmbia, as Maldivas e as Seicheles. A recente adição do Brasil à lista de países em processo de democratização é uma exceção importante. Com os seus 216 milhões de habitantes e uma grande economia, é uma importante potência regional e global (V-Dem, 2024, p. 22).

Essa classificação do Brasil em países em democratização foi atribuída pelo V-Dem em 2024 em razão de o país:

(...) ter passado recentemente por um episódio de autocratização e que estão [está] atualmente a democratizar-se – episódios de democratização após fase autocratizadora. As democratizações após fase autocratizadora podem ser consideradas como casos de “autocratização invertida” ou viragem democrática (V-Dem, 2024, p. 35).

Outra conceituada organização, a *Freedom House* indica que a liberdade global retrocedeu, em 2022, pelo 17º ano consecutivo (Blanco, 2023). Nesse sentido, Paixão (2023, p. A-11) explica que “estar em processo de autocratização significa que uma nação está erodindo pilares cruciais de uma democracia, como alternância de poder, liberdades de expressão e de imprensa e pleitos competitivos”. O Instituto V-Dem define os processos de democratização e autocratização assim:

A democratização significa que um país está se afastando da autocracia e se aproximando da democracia. A autocratização é o oposto, significando qualquer afastamento da democracia em direção à autocracia. No entanto, o processo de democratização pode ocorrer em uma autocracia, sem que o país se torne uma democracia, ou inversamente, a autocratização pode ocorrer numa democracia que não necessariamente irá se tornar uma autocracia (V-Dem, 2023, p. 12)⁸.

E complementa em seu relatório de 2024:

Democratização significa que um país está a fazer progressos em direção da democracia, independentemente do ponto de partida. Autocratização é o oposto. A democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação), e inversamente, a autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão) (V-Dem, 2024, p. 14).

⁸ No original, em inglês: Democratization means that a country is making moves away from autocracy and toward democracy. Autocratization is the opposite, meaning any move away from democracy toward autocracy. It follows that democratization can happen in an autocracy without the country becoming a democracy, or inversely autocratization can occur in a democracy that does not become an autocracy (V-Dem, 2023, p. 12)

A *Open Society Foundations* publicou, em setembro de 2023, o relatório “Barômetro Open Society: A Democracia Cumprirá suas Promessas?”. Após mais de 36 mil pessoas serem entrevistadas em 30 países, a referida entidade chegou a conclusões surpreendentes para o atual momento político. No caso do Brasil, 74% dos dois mil entrevistados no país preferem a democracia, índice acima da média global (Open Society, 2023, p. 3). Esse percentual é maior que o registrado nos Estados Unidos (56%), no Reino Unido (58%), na França (60%) e na Itália (69%). A faixa etária parece ser um fator importante na conformação de atitudes em relação à democracia. O relatório mundial aponta que houve menos entusiasmo pela democracia entre os jovens dos 18 aos 35 anos, com 57% preferindo-a a outras formas de governo. Para aqueles com 56 anos ou mais, o número foi de 71% (Open Society, 2023a, p. 19. Tradução nossa⁹).

Esses dados, que evidenciam uma tensão sobre a democracia e o próprio exercício da cidadania, se apresentam como mais um desafio aos Serviços de Radiodifusão Pública, especialmente ao brasileiro, além daqueles definidos em seus princípios na Lei nº 11.652/2008, como promover o debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; desenvolver a consciência crítica do cidadão mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação e cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão, citando apenas alguns deles (Brasil, 2008).

Isto posto, em linhas gerais, esta Pesquisa delimita como **objeto de estudo** a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), especialmente o caso da configuração das suas políticas e estratégias – expressas em seus Programas, Projetos e Ações (2020-2023) – para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

1.1 Contexto do Objeto de Estudo e do Problema de Pesquisa

No contexto de instabilidade político-social que se desenrolou no Brasil a partir de 2013, e o consequente impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a assunção de Michel

⁹ No original, em inglês: Age appears to be a factor in shaping attitudes toward democracy. There was less enthusiasm among 18-to-35-year-olds for democracy, with 57 percent preferring it to other forms of government, for those aged 56 and above, the figure was 71 percent (Open Society, 2023, p. 19).

Temer ao cargo de presidente da República, em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro dois anos depois, em 2018, houve um intenso movimento na sociedade para ignorar a relevância da radiodifusão pública por razões políticas, econômicas e culturais, iniciativas que se espalharam em outros países, explica Becerra (2019, p. 105).

A partir de 2016, quando governos mais alinhados à direita assumiram o poder na América Latina (Temer e Bolsonaro no Brasil, Macri na Argentina, Piñera no Chile e Moreno no Equador) e receberam apoio do *establishment* e de grandes grupos privados e comerciais de comunicação, os serviços de radiodifusão pública passaram a sofrer intervenções com o objetivo de diminuir sua credibilidade ou até mesmo a serem extintos (Becerra, 2019).

A experiência no Brasil, como demonstra Pieranti (2021, p. 11), revela que “a fusão entre as programações da TV Brasil (integrante do serviço público) e da NBR (canal estatal/governamental de transmissão de notícias do Poder Executivo), em 2019, foi capítulo importante nos ataques a esse modelo”. Becerra (2019, p. 105) lembra que, nos primeiros dias de seu mandato como presidente da República, Jair Bolsonaro disse que iria “liquidar o restante da companhia estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC)”, cujo declínio iniciou ainda durante o governo de Michel Temer, após apenas uma década de operação.

Becerra (2019, p. 105) afirma que “a EBC havia sido criada por Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, como parte de sua estratégia de confronto ao Grupo Globo”. Neste mesmo artigo, o referido autor faz uma interessante constatação sobre a realidade dos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) na América Latina:

Se os meios de comunicação pública devem seguir os critérios de pluralidade, acesso livre e aberto às audiências, produzir notícias de qualidade, diversidade de conteúdo independente de governos, anunciantes ou outras influências econômicas, então não existem instituições desse tipo na América Latina. Meios de comunicação publicamente financiados na América Latina não exercem as mesmas atribuições, nos moldes daqueles existentes na Europa, América do Norte, Japão ou África do Sul. Se, por acaso existirem, dependem diretamente do governo (Becerra, 2019, p. 105).

Na visão de Becerra (2019, pp. 106-107), a sociedade é o maior ator afetado pela ausência de meios públicos de comunicação. “Quando não há veículos públicos de mídia (ao contrário dos veículos estatais), o direito à informação plural e a conteúdo diversificado é

sufocado pelas práticas comerciais exploratórias ou pelo uso oficial dos meios de comunicação” [tradução nossa]¹⁰.

A visão latino-americana de Becerra, em alguma medida, apresenta um contraste ao do Instituto Reuters (Reuters, 2023), ligado à Universidade de Oxford e dedicado a elaborar estudos sobre o jornalismo, e que divulga anualmente um relatório sobre a situação dos meios de comunicação. A edição de 2023 do *Digital News Report* sinalizou que, em 80% dos países pesquisados, a maioria dos respondentes informou que o Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) é importante para a sociedade (Nielsen, 2023).

Diante desse cenário, o **problema de pesquisa** delimitado por nossa pesquisa é: *Como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) apresenta em suas políticas e estratégias, especificamente em seus Programas, Projetos e Ações datados entre 2020-2023, a perspectiva da defesa da democracia e o fomento ao exercício da cidadania?*

1.1.1 Questões acessórias

Visando uma abordagem mais completa da temática a qual se vincula o problema de pesquisa delimitado, considera-se pertinente e contributivo somar ao nosso estudo outras questões acessórias, as quais se busca sintetizar a seguir.

a) Qual a importância de um país com regime democrático fortalecer o Serviço de Radiodifusão Pública não comercial?

b) Por que (e como) o Serviço de Radiodifusão Pública, em especial a EBC, pode e deve desempenhar papel fundamental no fortalecimento da democracia e no exercício da cidadania no Brasil?

c) Quais experiências ou diretrizes internacionais podem ser observadas como exemplos estratégicos pela Empresa Brasil de Comunicação para suas ações em prol do fortalecimento da democracia, da cidadania e, consequentemente, do próprio Serviço de Radiodifusão Pública?

¹⁰ No original, em inglês: Who loses with the absence of public media? In short, society. When there are no public media (as opposed to state-run media), the right to plural information and diverse content is overruled by the practices of commercial exploitation or by the official use of the media. Society is thus shaped by the empire of commercial mass messages provided by large private media groups or by government politicians and institutions (Becerra, 2019, pp. 106-107).

d) Como a qualidade da atuação de um Serviço Público de Radiodifusão, especialmente no que diz respeito ao seu papel no fortalecimento da cidadania e da democracia, pode ser mensurada? Seria apenas pelos conteúdos que produz e transmite?

e) Quais os principais atos e atores políticos têm tensionado o cumprimento dos objetivos e princípios da EBC enquanto serviço público e como estes tensionam (ou não) a defesa da democracia e o fortalecimento da cidadania?

f) Em que medida a questão da participação social, isto é, a relação com os cidadãos e cidadãs, figura no âmbito dos dispositivos institucionais que integram as políticas e estratégias de comunicação da EBC?

1.2 Hipóteses de trabalho

Realizada a contextualização do objeto de estudo, a apresentação do problema de pesquisa e de algumas questões analíticas acessórias que emergem em volta do caso delimitado, apresentam-se, a seguir, algumas “hipóteses de trabalho”, as quais, de acordo com Braga (2005, p. 288) devem ser usadas “como base para organizar a observação”. Nesse sentido, o referido autor explica que não devemos, em si, investigar as hipóteses, “mas sim tomá-las de antemão como verdadeiras e usá-las como 'modo' ou 'instrumento' para direcionar as observações”.

1.2.1 O alcance da radiodifusão junto à sociedade brasileira impacta a democracia

O lugar sociocultural que o consumo de conteúdo midiático, especialmente a radiodifusão sonora e de sons e imagens, ocupa no cotidiano de expressiva camada da população brasileira, inclusive como ator influente no contexto do cenário de polarização político-partidária, nos leva a compreender que ao Serviço de Radiodifusão Pública cabe, de fato, um “papel central” (Donders, 2021) na defesa da democracia e no fomento ao exercício da cidadania em suas diferentes dimensões, o que está em consonância com o que o próprio marco normativo-legal que rege o referido Serviço na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei nº 11.652/2008 (Brasil, 2008), que criou a EBC. Além disso, em pesquisa sobre o consumo de mídia, o Instituto Kantar Ibope Media mostra que a TV linear alcança em um único dia 50% da população brasileira, chegando a 91% em um mês (Kantar, 2023a, p. 15), sendo o rádio ouvido por 80% da população nas 13 regiões metropolitanas pesquisadas (Kantar, 2023b, p. 8). Nesse contexto, o mencionado papel central do SRP pode ser ainda

mais realçado quando se constata que as emissoras públicas de rádio, por exemplo, atuam em contexto de desertos de notícia¹¹, cumprindo assim missão ainda mais relevante também em termos de fomento ao exercício da cidadania.

1.2.2 A saúde da democracia também depende da independência dos meios públicos

Conforme preconizado e constatado em diretrizes internacionais, por exemplo pela EBU e pela Unesco, o desempenho mais forte dos Serviços Públicos de Radiodifusão (ou de Mídia), está correlacionado a um maior apreço pela democracia como modo de governo e uma menor adesão a ideais autoritários. Se considerarmos os dados levantados pela EBU, em 2019, a saúde de uma nação democrática é diretamente ligada à força dos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP). Entre os critérios para uma democracia saudável também estão pontos como: maior participação política, maior estabilidade política, maior controle da corrupção, maior satisfação com a democracia e maior liberdade de imprensa (EBU, 2019, p. 4).

Além disso:

O desenvolvimento da democracia requer a disponibilidade de várias fontes de informação e opinião, para que a população possa tomar decisões bem fundamentadas, principalmente em períodos de eleições. Como a televisão e o rádio são hoje os meios mais massivos de distribuição de notícias, esses prestadores de serviços de radiodifusão devem ser livres de limitações políticas, de modo a poderem oferecer ao público uma grande variedade de fontes de informações e opiniões, possibilitando um debate adequado e o bom funcionamento da democracia (Mendel; Salomon, 2011, p. 12).

Castro-Herrero *et al.* (2018) explicam também que a qualidade da democracia é geralmente estimada pela extensão do quanto os cidadãos e as cidadãs estão disponíveis a ouvir o outro lado:

Os cientistas políticos argumentam que democracias deliberativas [eleitorais] ideais deveria facilitar o debate inclusivo entre os indivíduos livres e equânimes, cujas trocas discursivas poderiam permitir que um argumento mais forte predomine e leve a um consenso sobre tomadas de decisão (Guttman &

¹¹ O Atlas da Notícia identificou uma redução de 9,5% no número de municípios considerados desertos de notícias no Brasil. Os desertos são municípios que não dispõem de informação jornalística local e hoje são 5 em cada 10 municípios brasileiros. Nessa condição estão 2.968 cidades e nelas vivem 29,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 13,8% da população brasileira. Se os desertos remanescentes formassem um estado da federação, ele seria o segundo mais populoso, atrás apenas de São Paulo (Lüdtke, Atlas da Notícia, 2023).

Thompson, 2009; Habermas, 1984 in Castro-Herrero; Skovsgaard, 2018, p. 542. Tradução nossa)¹².

E continua: Devido às dificuldades em atingir tais procedimentos ideais, uma noção mais pragmática da capacidade de deliberação sugere que os cidadãos [e cidadãs] sejam regularmente expostos[as] a pontos de vista opostos a seus próprios¹³ (Castro-Herrero; Skovsgaard, 2018, p. 542).

1.2.3 O foco no cidadão e na cidadã fortalece o Serviço de Radiodifusão Pública

Ainda tendo como referência uma experiência internacional, o *Livro Branco do Serviço Público de Média* (Lopes et.al., 2023, p. 80), de Portugal, lembra a missão a ser ocupada pelo Serviço de Radiodifusão Pública: “promover com audácia a qualidade, a inovação, a diversidade e a identidade nacional, mas também agregar outros valores, como os da cidadania, da sustentabilidade, dos direitos digitais ou da integridade...”. Além dessa posição de excelência, o SRP pode atingir espaços onde os serviços privados de mídia não alcançam, reduzindo as falhas de mercado e assumindo a função de complementariedade em um momento marcado pela simplificação de conteúdos e pela pouca variedade de conteúdo (Lopes et.al. 2023, p. 80). No Ciclo de Debates¹⁴ “O presente e o futuro da Comunicação Pública”, realizado pelas Universidades do Minho e de Brasília, entre abril e maio de 2023, a investigadora Felisbela Lopes, coordenadora do mencionado “Livro Branco”, enfatizou que: “o desafio atual do Serviço Público de Média é substituir a palavra 'públicos' por 'cidadãos'.” Esta Pesquisa corrobora as palavras da referida autora e considera este desafio como algo vital a ser encarado pelo SRP brasileiro, especialmente pela EBC no desenvolvimento de suas políticas e estratégias de comunicação.

¹² No original em inglês: The quality of democracy is often estimated by the extent to which citizens are enabled to hear the other side. Ideal deliberative democracies, political theorists argue, should facilitate inclusive discussions among free and equal individuals, whose public discursive exchanges would allow the stronger argument to predominate and lead to agree upon decision making (Guttman & Thompson, 2009; Habermas, 1984 in Castro-Herrero; Skovsgaard, 2018, p. 542).

¹³ No original em inglês: Given the difficulties of complying with such procedural ideals, a more pragmatic notion of deliberativeness demands that citizens are regularly exposed to viewpoints opposed to their own (Castro-Herrero; Skovsgaard, 2018, p. 542).

¹⁴ O mencionado Ciclo de Debates está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WuKz2iBRZ9M>.

1.2.4 A questão da subcidadania brasileira como obstáculo ao SRP e à EBC

Corroborando contextualmente autores que se dedicaram ao estudo da cidadania no Brasil, compreendemos que um grande desafio ao próprio desenvolvimento do nosso SRP e da EBC, em particular, é que exatamente a noção de cidadania é algo ainda distante da sociedade brasileira, uma vez que a maioria das pessoas ainda não se enxerga ou se esquivam do direito de ser cidadão. Conforme Roberto da Matta (1992, p. 6), o cidadão brasileiro é “um indivíduo sem rosto”, é aquele que “tem tempo de esperar”, que “desconhece a lei”, vive “individualizado em sua cidadania” (*idem*, p. 7) e que muitas vezes busca até se esquivar do lugar de cidadão para evitar estar “sujeito à lei geral e ao anonimato” (*idem*, p. 9). Para Jessé Souza (2018, pp. 132-133), entre os fatores que caracterizam o que ele designa como “subcidadania brasileira”, está a falta de “articulação” entre “práticas” e “ideias”, o que tem com uma das consequências “a naturalização da desigualdade” até mesmo em determinados gestos, atos ou ancoramentos institucionais. Relatório da Reuters, publicado em 2024, descreve o caminho correlato percorrido pela subcidadania apresentado por Jessé Souza:¹⁵

Geralmente, pessoas mais jovens, pessoas com renda mais baixa e pessoas com menor educação formal tendem a acreditar menos nas notícias. Esses grupos são muitas vezes pouco ou mal atendidos pelos serviços de mídia, e geralmente são menos inclinados a acreditar que a cobertura da mídia os favorece em suas notícias, como mostrado no relatório Digital News Report de 2021 (Reuters, 2024, p. 34. Tradução nossa).

E como mudar esse cenário? Uma solução apontada pela EBU (2024, p. 23) se refere aos Serviços de Radiodifusão Pública que devem informar aos cidadãos e cidadãs sobre os processos políticos, promover a cultura política, o interesse pela política e estimular a participação política.

Existe um claro consenso acadêmico em um ponto: a polarização é reduzida em comunidades onde o interesse pela política é maior. [...] Isto é ainda mais notável porque um SRP mais forte está positivamente correlacionado com discussões políticas mais frequentes e a um maior interesse pela política: quanto mais forte for o SRP, maior será o interesse pela política em um determinado país (EBU, 2024, p. 23. Tradução nossa)¹⁶

¹⁵ No original, em inglês: Generally, younger people, people with low income, and people with lower levels of formal education tend to trust the news less. These are also groups that are often less well served by the news media, and generally less likely to think that the media cover people like them fairly, as we showed in our 2021 Digital News Report (Reuters, 2024, p. 34).

¹⁶ No original, em inglês: PSM inform citizens about political processes, promote political culture, interest in politics and stimulate political participation. There is a clear academic consensus on one point: polarization is reduced in communities where interest in politics is higher. [...] This is all the more remarkable since stronger

A nossa premissa é de que somente com políticas e estratégias de comunicação (Programas, Projetos e Ações) que reflitam sobre essa realidade da “(sub)cidadania brasileira” e que foquem objetivamente na efetiva participação dos cidadãos e cidadãs como uma estratégia vital para superar esse contexto sociocultural e político, a atuação da EBC poderá, de fato, contribuir para o exercício da cidadania e o fortalecimento tanto da democracia quanto do próprio Serviço de Radiodifusão Pública não comercial.

1.2.5 A atuação da EBC não deve ser avaliada apenas pelos conteúdos

A qualidade de um Serviço Público de Radiodifusão como a EBC, especialmente a sua atuação em prol da cidadania e da democracia, não pode ser mensurada somente a partir dos conteúdos que produz e transmite. Conforme aponta Manuel Pinto (2005, p. 54), “a qualidade de um serviço público se afirma não apenas pelos conteúdos que difunde, mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza”. Logo, a nossa “hipótese de trabalho” aqui articulada é a de que o estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação é fundamental para compreendermos mais aprofundadamente as suas perspectivas de democracia e de cidadania, indicar possíveis lacunas e lançar propostas ao SRP e especialmente à EBC, à luz de experiências consideradas como boas práticas em contextos internacionais.

Em artigo de Evangelista; Quaresma (2024, p. 6), os autores lembram que Carpentier (2018, p. 2) considera a participação como um elemento-chave da democracia a ser conquistado, pois permite que vozes diversas sejam ouvidas:

(...) a participação não é algo dado, nem é um bem inerente. Ao contrário, é um campo de luta pelo poder, representação e voz, e está sempre inserida em um contexto ideológico específico que molda e limita seus resultados potenciais (Carpentier, 2018, p. 2).

PSM are positively correlated with more frequent political discussions and higher interest in politics: the stronger the PSM, the higher the interest in politics in a given country (EBU, 2024, p. 23).

1.3 Objetivos de pesquisa

Os principais objetivos desta pesquisa estão organizados visando oferecer uma apresentação panorâmica, mas não necessariamente linear, dos movimentos e propósitos deste estudo.

Refletir analiticamente sobre a importância do Serviço de Radiodifusão Pública (não comercial) brasileiro para a democracia e para a cidadania, delimitando o estudo, de natureza qualitativa, ao caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no período compreendido entre 2020-2023. Essa reflexão estará amparada pela abordagem do próprio conceito de Serviço Público de Radiodifusão e sua relação com a democracia no Brasil e na Europa, onde se adota mais recorrentemente o termo Serviço Público de Média (SPM), ou *Public Service Media (PSM)*, em inglês. A ênfase em estudos e relatórios de entidades internacionais que preconizam boas práticas para esse segmento da Comunicação Social é uma fase do estudo na qual trabalhamos, certamente, como um olhar contextualizado, pois compreendemos que a conformação e a relação desses serviços com a sociedade onde estão inseridos são distintas do caso brasileiro. Ao mesmo tempo, consideramos fundamental tal exercício porque percebemos que tais realidades enfrentam, em comum, ameaças – ainda que em diferentes compassos – ao estado democrático de direito. A revisão de literatura e normativo-regulatória sobre a compreensão da missão do SRP brasileiro também integrou os caminhos pensados para o cumprimento deste objetivo, assim como a reflexão sobre o conceito de cidadania e suas peculiaridades e desafios no Brasil.

Mapear – no Planejamento Estratégico, na Cadeia de Valor Institucional, no Plano Plurianual (PPA), nos Planos Anuais de Negócios, nas Análise de Metas e Resultados, nos Programas e Ações Orçamentárias da EBC, nos Relatórios Integrados de Gestão, na documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC como o relatório final do Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Participação Social na EBC e o decreto que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação e a documentação relacionada à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), – as (possíveis) estratégias, diretrizes e/ou percepções da Empresa Brasil de Comunicação para/sobre a democracia e a cidadania, o que inclui, por exemplo, identificar a existência (ou não) (e possíveis vertentes) de preconização da participação cidadã na referida Empresa pública. Compreendemos este mapeamento com uma espécie de estudo de caso (Yin, 2015), tendo como guia os aportes da pesquisa

documental (Moreira, 2008) (Lakatos e Marconi, 2010) (Duarte, 2014), auxiliado por instrumento de coleta específico, em forma de questionário, com perguntas de natureza qualitativa, reproduzido ao final do documento.

Compreender como têm se configurado as ações do campo das políticas e estratégias de comunicação para o Serviço Público de Radiodifusão (não comercial) do Brasil, particularmente aquelas políticas desenvolvidas para/pela EBC, em um momento histórico e político-cultural brasileiro tensionado por ameaças à democracia e, portanto, de fundamental atenção aos direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs. Este exercício analítico será realizado a partir do cotejo do referencial teórico sobre democracia e cidadania com o conteúdo mapeado. Para tanto, o quadro de conceitos, categorias e indicadores mostrou-se como um instrumento de fundamental importância.

Obter um diagnóstico sobre as perspectivas e atuação da Empresa Brasil de Comunicação em relação ao seu papel na defesa da democracia e da cidadania, em um contexto sócio-histórico e político-cultural que engloba os reflexos da atuação de um governo identificado politicamente como de extrema-direita e do início de um governo mais alinhado à esquerda. **Des(en)cobrir** (Silva, 2010) que lugar é atribuído à defesa da democracia e ao/a cidadão/a na “definição, acompanhamento e avaliação” (Pinto, 2005) das atuais políticas e estratégias de comunicação da EBC. E **sistematizar**, de maneira contextual, recomendações ao SRP brasileiro, à luz de boas práticas de “Serviços Públicos de Média” (SPM) europeu, que, atualmente, em comum com a nossa realidade latino-americana também têm convivido com consideráveis ameaças à democracia.

Tais objetivos são sistematizados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da pesquisa

	Objetivos
Esta pesquisa se propõe a:	Refletir analiticamente sobre a importância do Serviço de Radiodifusão Pública (não comercial) brasileiro para a democracia e para a cidadania, delimitando o estudo, de natureza qualitativa, ao caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no período compreendido entre 2020-2023.
Para:	Mapear – no Planejamento Estratégico, na Cadeia de Valor Institucional, no Plano Plurianual (PPA), nos Planos Anuais de Negócios, nas Análise de Metas e Resultados, nos Programas e Ações Orçamentárias da EBC, nos Relatórios Integrados de Gestão, na documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC como o relatório

	final do Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Participação Social na EBC e o decreto que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação e a documentação relacionada à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), – as (possíveis) estratégias, diretrizes e/ou percepções da Empresa Brasil de Comunicação para/sobre a democracia e a cidadania, o que inclui, por exemplo, identificar a existência (ou não) (e possíveis vertentes) de preconização da participação cidadã na referida Empresa pública.
Com a finalidade de:	<u>Compreender</u> como têm se configurado ações do campo das políticas e estratégias de comunicação para o Serviço Público de Radiodifusão (não comercial) do Brasil, particularmente aquelas desenvolvidas para/pela EBC, em um momento histórico e político-cultural brasileiro tensionado por ameaças à democracia e, portanto, de fundamental atenção aos direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs.
O que irá permitir:	<u>Obter</u> um diagnóstico sobre as perspectivas e atuação institucional da Empresa Brasil de Comunicação em relação ao cumprimento de seu papel na defesa da democracia e da cidadania, em um momento que engloba os reflexos da atuação de um governo identificado politicamente como de extrema-direita e o início de um governo de esquerda considerado progressista. <u>Des(en)cobrir</u> (Silva, 2010) que lugar é atribuído aos cidadãos e cidadãs na “definição, acompanhamento e avaliação” (Pinto, 2005) de recentes políticas e estratégias de comunicação da EBC. <u>Sistematizar</u> recomendações para atuação do SRP brasileiro em prol da democracia e da cidadania, à luz de boas práticas dos “Serviços Públicos de Média” (SPM) da Europa, especialmente de estudos da EBU, entidade que tem protagonizado a elaboração de documentos que preconizam a defesa da democracia como elemento central na atuação dos meios públicos de comunicação em diferentes contextos e territórios.

Fonte: Elaboração da autora.

1.4 Justificativas

A respeito da pertinência e relevância dessa pesquisa, consideramos, assim como afirma Pinheiro (2019, p. 40), que o Serviço de Radiodifusão Pública deve, fundamentalmente, “primar pela propagação de valores como a democracia e a cidadania, sobretudo por meio da participação social ativa em sua estrutura de gestão e de programação (...), para tanto, precisa se consolidar longe de proselitismos político-partidários (...)”. Não obstante, esta pesquisa não se distancia da compreensão de Oliveira (2021, p. 15), quando a

referida pesquisadora argumenta que “a radiodifusão pública brasileira corresponde a um objeto em tensão e a um projeto inacabado, pois embora fundamentada em um arcabouço legal que a define e a justifica, parece um edifício prestes a ruir, levando consigo a utopia de uma informação pública de qualidade, acessível e cidadã para todos.”

Diante desse desafio no contexto brasileiro, a presente pesquisa busca contribuir na identificação e na interpretação das recorrências e de lacunas a respeito das perspectivas de democracia e cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública em Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação, datados entre 2020 e 2023.

Como se sabe, embora a EBC disponha de uma ampla rede de veículos¹⁷, tais como emissoras de rádio, de televisão e agências de notícias, sua existência vem sendo historicamente criticada e posta em xeque com destaque para o período a partir de 2016, com o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (Gonçalves; Melo, 2016), a posse de Michel Temer (Jungmann, 2016) e a eleição de Jair Bolsonaro (Pontes, 2018) (Pinheiro, 2019; 2022) (Oliveira, 2021).

Os pesquisadores brasileiros Valente, Paulino & Urupá (2021, p. 48) explicam que, durante seu mandato como presidente da República, Michel Temer iniciou uma “ofensiva sobre a EBC, destituindo seu presidente, Ricardo Melo, ignorando o seu mandato garantido pela Lei. Um questionamento judicial foi acatado pelo ministro do STF, Dias Toffoli, que reconduziu Melo à Presidência”.

O ex-presidente Michel Temer modificou a Lei nº 11.652/2008 e o Estatuto da EBC, por meio da Medida Provisória nº 744/2016¹⁸ (Brasil, 2016), extinguindo o Conselho Curador da Empresa (composto em sua maioria por representantes da sociedade civil organizada) e acabando com o mandato de presidente da EBC, tornando o cargo de livre nomeação e exoneração, “repassando as prerrogativas de fiscalização editoriais ao Conselho Administrativo, composto por representantes do governo federal”. Ali, era o fim do principal

¹⁷A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) abrange atualmente mais de 110 emissoras de televisão e cerca de 150 de rádio –, incluindo aquelas já em pleno funcionamento e as que estão em fase de implantação, integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) –, e presta serviços de publicidade legal, publicidade institucional, licenciamento de obras e comunicação governamental, para disseminação de atos e matérias do Poder Executivo Federal (EBC, 2022, p. 8; EBC, 2023; EBC, 2024a; EBC, 2024b).

¹⁸ Medida Provisória nº 744, de 2016, que altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126826>.

espaço de participação social da EBC e o que definia seu caráter público, de acordo com Valente, Paulino & Urupá (2021, p. 48).

A sociedade civil, organizada em uma Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, divulgou um manifesto contra a MP nº 744/2016, em março de 2016. Quando da votação da Medida Provisória no Congresso Nacional, as entidades reunidas tentaram barrar sua aprovação, sem sucesso (*idem*). A nova redação da Lei nº 11.652/2008, que criou a EBC, estabeleceu o instituto de um Comitê Editorial e de Programação para substituir o Conselho Curador, mudando sua estrutura e reduzindo o número de integrantes, saindo de 22 para 11 membros indicados por entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice, e designados pelo presidente da República (Brasil, 2008, 2017).

Em 2017, o Senado aprovou a Medida Provisória, mantendo as modificações propostas pelo presidente da República Michel Temer (Freitas, 2017, p. 56), no que se tornaria a Lei nº 13.417/2017¹⁹ (Brasil, 2017). Estas podem ser consideradas algumas das medidas mais graves com vistas a desacreditar o Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil e promover o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação, embora Valente, Paulino & Urupá (2021, p. 48) considerem que, na nova lei, a previsão de um comitê de programação formado por representantes de diversas áreas, a ser instalado pela direção da Empresa seja, em alguma medida, uma “conquista de alguns pontos de mitigação”.

A EBC foi também incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), após mapeamento realizado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (BNDES, 2021). Somente em 2023, em um novo mandato considerado progressista em relação aos que o antecederam, o Decreto nº 11.478/2023 excluiu definitivamente a EBC da lista de empresas do PND (Brasil, 2023). A 15 de novembro de 2023, por meio da Portaria Secom/PR nº 19, foi instituído um Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cujo relatório final foi entregue em 17 de julho de 2024. Com a publicação do relatório, o Comitê Editorial e de Programação e o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão, por serem parte

¹⁹ Lei nº 13.417/2017, que altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113417.htm.

do Sistema Nacional de Comunicação, deverão ter seus processos de instituição deflagrados, como parte do cronograma de instalação do próprio sistema²⁰.

Em 10 de outubro de 2024, a EBC divulgou a Portaria-Presidente nº 555 que constituiu a Comissão de Seleção dos Editais do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS), e escolheria, via plataforma Brasil Participativo, os membros do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) e do Comitê Editorial e de Programação (Comep) da empresa²¹. A Ouvidoria e a Assessoria Especial também comporão o SINPAS. A eleição ocorreu entre os dias 21 e 28 de novembro de 2024, com os resultados divulgados em 11 de dezembro de 2024²². O Comitê de Participação, Diversidade e Inclusão da EBC foi instalado em dezembro de 2024.²³ Tais fatos reforçam o nosso argumento sobre a pertinência deste estudo em um momento que pode representar uma espécie de “recomeço” para a EBC.

Quando do mapeamento cartográfico para esta pesquisa, a questão da democracia e da cidadania no âmbito dos SRP se apresentou em materiais elaborados por estudiosos europeus como a pesquisadora Donders (2021), autora que entende que tais conceitos devem ser os elementos centrais da missão dos meios de comunicação dos serviços públicos de mídia. No entanto, até a elaboração da presente pesquisa, não foi possível observar estudos, no Brasil, que proponham métodos específicos para este tipo de abordagem e que

²⁰ O relatório final do GT de Comunicação Pública e Participação Social, cujo texto prevê criação e regulamentação do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão pela EBC no prazo de 60 dias está disponível para consulta no endereço:

https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorio_final_gt_participacao_social.pdf.

Acesso em: 14 set. 2024

²¹ O site da EBC traz as atribuições do Cpadi e do Comep. O Cpadi tem entre suas funções o acompanhamento das diretrizes da programação veiculada pelas emissoras de comunicação pública operadas pela EBC no que tange à participação social, diversidade social, cultural, regional e étnica. O foco também está na pluralidade de ideias na abordagem dos fatos, na perspectiva da observância dos princípios de promoção da cultura nacional, pluralidade de fontes de conteúdo, estímulo à produção regional e à produção independente, além de suas finalidades educativas, artísticas, cultural, científica, informativa e promotora da cidadania. Já o Comep tem por finalidade promover a participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, observada a pluralidade da sociedade brasileira, conforme Decreto nº 12.005, de 23 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-abre-inscricoes-para-composicao-do-sinpas>. Acesso em: 28 out. 2024.

²² O resultado final do processo participativo para escolha dos membros do SINPAS da EBC pode ser consultado na página da Agência Brasil, no endereço: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-12/ebc-divulga-resultado-de-votacoes-para-foruns-de-participacao-social>.

²³ Em razão de muitas dúvidas que surgiram ao longo do processo para escolha dos membros do Cpadi e do Comep, a EBC ampliou o prazo para apresentação de candidaturas e alterou o cronograma do processo. Disponível em: <https://ouvidoriaciadadaebc.org/ebc-prorroga-prazo-para-inscricao-de-candidaturas-aos-comites-de-participacao-e-vai-publicar-um-tira-duvidas/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

considerem o contexto complexo da conformação do Serviço de Radiodifusão Pública no país. Dessa maneira, nos atemos àqueles já produzidos por entidades conceituadas e já amplamente estabelecidos, embora se encontrem em um conceito mais eurocêntrico, para guiar a pesquisa.

Ainda sobre o quanto se considera importante realizar o presente estudo, ressalta-se sua vinculação:

a) *À abordagem de um problema particular.* Neste caso, a dimensão teórico-empírica delimitada por esta pesquisa vincula-se particularmente à questão das perspectivas de democracia e cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro.

b) *À abordagem de um problema local.* Esta pesquisa está centrada no caso específico da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), delimitando como *corpus* de análise suas políticas e estratégias, materializadas em seus Programas, Projetos e Ações datados entre 2020-2023.

c) *À abordagem de um problema oportuno.* Acredita-se que o momento político de transição pelo qual passa o Brasil no contexto de realização da presente pesquisa, que envolve os reflexos da atuação de um governo identificado politicamente como de extrema-direita que ameaçou recorrentemente a EBC e a chegada de um governo de esquerda considerado progressista – que inclusive foi responsável pela criação da EBC –, denota o quão oportuno é a nossa pesquisa, no sentido de oferecer um diagnóstico e, em alguma medida, contribuir para adoção de boas práticas contextualizadas à luz de casos internacionais.

Ademais, considera-se pertinente a contribuição que o estudo pode dar ao refletir e defender que o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, especialmente a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), historicamente escrutinados pela sociedade brasileira, devem atuar como um projeto centrado na defesa democracia e no exercício da cidadania (Donders, 2021) (EBU, 2023), o que significa, em nossa compreensão, uma ação estratégica para a própria existência e sustentabilidade social do referido serviço.

1.5 Organização textual

Esta Pesquisa se estrutura em cinco capítulos, sendo o primeiro deles dedicado à introdução do trabalho e contemplando também a abordagem de um histórico de criação da

Empresa Brasil de Comunicação e sua conformação, dada as recentes alterações em sua estrutura, funcionamento e produção de conteúdo, ocorridas a partir de 2016.

No segundo capítulo, os Eixos de Articulação Teórica abordamos, inicialmente, os ataques no contexto nacional e internacional aos Serviços de Radiodifusão Pública. Aprofundamos a questão da relação entre cidadania e o SRP, em que discutimos o conceito de (sub)cidadania brasileira, sob o olhar de Jessé Souza; a cidadania no contexto europeu e a relação estabelecida entre os SRP e o(a) cidadão(a). Englobamos os estudos sobre a abordagem da democracia e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública; a importância do fortalecimento da democracia para aumento na confiança dos SRP e as ações adotadas por atores políticos no Brasil que tensionam a democracia em relação à Empresa Brasil de Comunicação. Discutimos a democracia no contexto de polarização atual, elencamos as diversas ações adotadas para atacar a democracia que afetam a EBC e a importância da ampliação de instrumentos que garantam a retomada da participação social no âmbito da empresa.

No terceiro capítulo, apresentamos uma reflexão sobre os aportes teóricos da pesquisa. No quarto capítulo, os resultados das análises são discutidos, destrinchando as dimensões da cidadania (cultural, política, cidadã e cívica); o ponto de vista do pertencimento, do exercício de direitos (que inclui o cumprimento de deveres), além de refletir sobre como os SRP deve se dedicar especialmente às cidadãs e aos cidadãos. O quinto capítulo traz inferências sobre a pesquisa, sistematizadas na conclusão.

2 Eixos de Articulação Teórica

Neste capítulo, serão discutidos os ataques aos SRP no contexto nacional e internacional dado os últimos anos em que houve uma expansão em medidas antidemocráticas; a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública; a questão da cidadania na Europa em contraponto ao conceito de subcidadania brasileira, conforme Jessé Souza define; a relação entre a cidadã e o cidadão e as entidades prestadoras dos SRP do ponto de vista de Donders (2021) e Lopes *et. al.* (2023); e a relação entre democracia, confiança nos SRP e a força dos serviços de radiodifusão para a manutenção dos ideais democráticos.

2.1 Abordagem sobre o Serviço de Radiodifusão Pública: ataques no contexto internacional e nacional

Em relatório elaborado para a Unesco, Mendel e Salomon (2011, p. 46) mostram que uma ameaça tradicional, que continua forte em muitos países, é a da interferência ou controle político pelos governos nos Serviços de Radiodifusão Pública, pois “os governos têm uma tendência natural de querer influenciar ou controlar os meios de comunicação, e sempre é mais fácil exercer essa influência sobre as emissoras públicas do que sobre as comerciais”. Geralmente, essa interferência ocorre por vários motivos, um deles justificado pelos governos serem os encarregados de supervisionar a administração e o financiamento dos SRP. “Em praticamente todos os países, a história da radiodifusão pública tem o controle governamental em suas raízes. A independência é uma condição que surgiu depois – e não para todas” (Mendel; Salomon, 2011, p. 46).

Habermas aponta para o que ele chama de “patologias da comunicação política” e os obstáculos estruturais que estão no caminho de tal realização (Habermas, 2006, pp. 420-423 in Celikates, 2024, p. 58). Esses assumem principalmente duas formas:

- 1) uma “desdiferenciação temporária”, que mina a independência do sistema de mídia a partir da interferência do Estado e interesses corporativos; e
- 2) uma falta sistemática de *feedback* entre o sistema de mídia e uma sociedade civil cada vez mais passiva, causada pela exclusão e privação social e cultural, bem como pela “colonização” da esfera pública por imperativos de mercado e interesses corporativos. Nessas condições, a pseudo comunicação, latentemente estratégica, tende a substituir a ação comunicativa genuína (Celikates, 2024, p. 58).

Para Glowacki e Jaskiernia (2017, p. 10), o problema mais crítico para o futuro dos SRP reside no fato de que “políticos, atores do mercado e, o mais importante, os cidadãos não compreendem o que os Serviços de Radiodifusão Pública representam e o valor que eles entregam à sociedade”²⁴. Parte desses argumentos pode explicar o aumento na influência de correntes econômico-políticas mais liberais nos ataques aos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) de todo o mundo que passaram a ser continuamente questionados tanto em sua razão de ser (*raison d'être*) como a pertinência do financiamento público para a manutenção da prestação do serviço. Glowacki e Jaskiernia (2017, p. 9) afirmam que “a legitimidade, o papel e a missão dos Serviços Públicos de Radiodifusão estão sob intenso escrutínio” e lembram que os serviços também são fortemente questionados por causa de suas:

- Estruturas, descritas como superdimensionadas, ineficientes e malgovernadas;
- *Accountability*, vista como falta de transparência e baixa capacidade de resposta aos *stakeholders*²⁵, especialmente aos cidadãos;
- Financiamento, considerado desproporcional às suas atividades, bem como importante causa de distorção do mercado; e
- Oferta, por não ser suficientemente diferenciada e muitas vezes além da competência dos próprios SRP, dificultando a iniciativa privada (Glowacki; Jaskiernia, 2017, p. 9. Tradução nossa)²⁶.

Em muitos países, a maior ameaça à radiodifusão pública advém precisamente das tentativas de controle das emissoras públicas pelo governo e da subordinação da transmissão dessas emissoras aos interesses dos poderes vigentes. Emissoras financiadas pelo Estado são frequentemente acusadas de se tornarem porta-vozes do governo, em detrimento do interesse público e do direito que os cidadãos têm de receber ampla variedade de informações (Mendel, 2011, p. 7).

²⁴ No original, em inglês: In fact, I would dare to state that this is the most critical problem for the future of PSM: politicians, market players and, most importantly, the citizens, do not understand what public service media stand for and what value they deliver (Glowacki; Jaskiernia, 2017, p. 10).

²⁵ Os *stakeholders* foram definidos por Freeman (1984, p. 46) apud Machado Júnior (2011) como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos de uma empresa ou organização”.

²⁶ No original, em inglês: Additionally, PSM organizations are also strongly questioned because of their: structure, described as over-sized, inefficient and poorly governed; accountability, seen as lacking in transparency and responsiveness to all stakeholders, especially citizens; funding, claimed to be disproportionate to their activities as well as a major cause of market distortion; and offer, for not being distinctive enough and often beyond the PSM remit, hindering private initiative (Glowacki; Jaskiernia, 2017, p. 9).

A EBU preparou um relatório sobre a importância do SRP para o combate à polarização. Neste documento, na maioria dos países, os SRP continuam a ser a primeira escolha entre as pessoas interessadas em política, independentemente das suas inclinações políticas e apesar das acusações de favoritismo político (EBU, 2024, p. 22).

Se os SRP não tiverem liberdade de transmitir noticiários e outros conteúdos de atualidades de forma balanceada, usando critérios jornalísticos para selecionar as notícias relevantes, sua capacidade de contribuir para a diversidade será prejudicada. Mais grave ainda será o impacto em um cenário eleitoral (Mendel; Salomon, 2011, p. 49). Na prática, existem algumas maneiras de assegurar a independência das emissoras de serviço público, incluindo garantias e regras estruturais ligadas à programação. A independência também é salvaguardada por meio do estabelecimento de sistemas apropriados de prestação pública de contas aos espectadores, incluindo sistemas de insumos públicos diretos e requerimentos gerais de transparência que auxiliam no trabalho de viabilizar o papel da fiscalização pública. A maneira como os recursos públicos são alocados às emissoras públicas também é central para a sua independência (Mendel, 2011, p. 15).

A entidade European Broadcasting Union (EBU) reforça que a missão dos serviços de radiodifusão pública é gerar conteúdo para aqueles a quem o conteúdo não é destinado [*We need to make content for people we don't make content for*] contemplando a todos [*leave no one behind*]. Para a EBU, tais serviços de radiodifusão devem se dedicar especialmente à apuração correta e incisiva dos dados, além da checagem dos fatos (EBU, 2023, EBU News Report 2023 – *Climate Journalism that Works*).

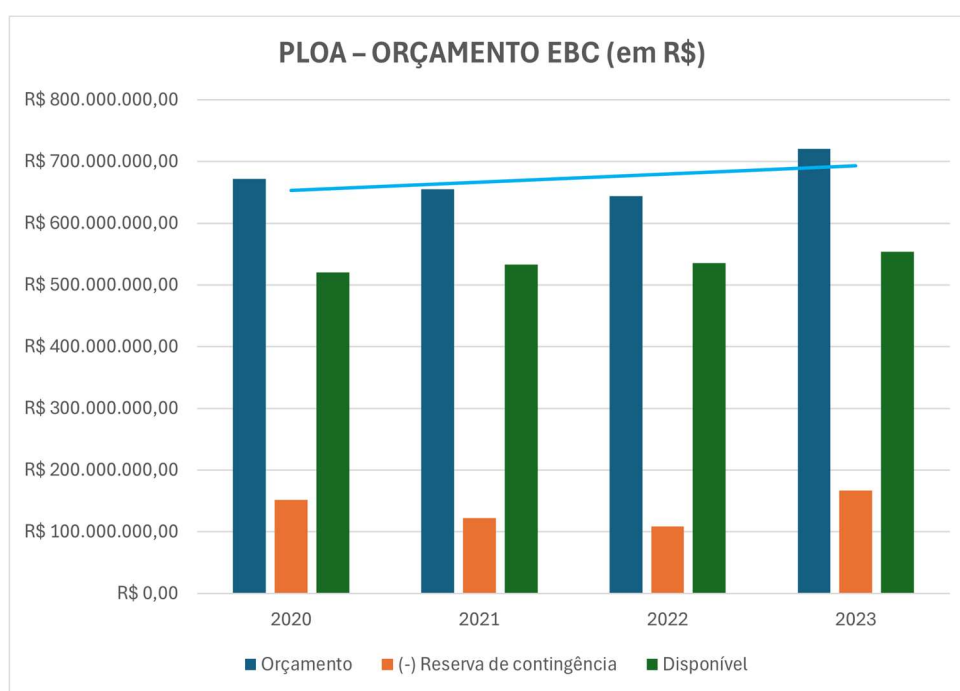
Ao mesmo tempo em que o estudo *Digital News Report 2023* do Instituto Reuters aponta a relevância dos serviços prestados pelos SRP (Nielsen, 2023), a BBC – considerada a maior estatal de comunicação pública do mundo –, tem sofrido repetidos cortes em seu orçamento há pelo menos 12 anos sob mandatos de governos conservadores. Em 2022, a taxa de licenciamento, no valor de 159 libras esterlinas (o equivalente a 1.237,23 reais, ao câmbio de 01 de janeiro de 2025), utilizada para financiar as atividades da emissora foi congelada por dois anos, causando uma expressiva redução nos valores alocados à BBC (Waterson, 2022). No mês de abril de 2024, a taxa de licenciamento aumentou para 169,50 libras esterlinas²⁷ (equivalente a 1.318,93 reais, ao câmbio de 01 de janeiro de 2025).

²⁷ No original, em inglês: The value of the TV licence was frozen and remained £159 during 2023/24. It increased to £169.50 from 1 April 2024. BBC. British Broadcasting Corporation. Television Licence Fee Trust

A decisão foi tomada para garantir um “alívio aos consumidores que sofrem com o aumento acentuado do custo de vida na Grã-Bretanha” (Reuters, 2022). Na Dinamarca, a Danish Broadcasting Corporation - DR²⁸ precisou encerrar o funcionamento de três canais televisivos após o Parlamento impor severas restrições a seu orçamento (Newman, 2022).

No contexto brasileiro, embora houvesse declarações públicas de ataque à existência dos Serviços de Radiodifusão Pública, conforme podemos perceber no Gráfico 1 abaixo os orçamentos destinados à EBC se mantiveram relativamente estáveis entre 2020 e 2022 e com expressivo aumento em 2023. O levantamento foi realizado nos Planos Anuais de Negócios, divulgados pela EBC e compilados na Tabela 1. É importante ressaltar que o orçamento anual é aprovado no ano anterior ao exercício e, para 2023, o governo anterior destinou mais de R\$ 76 milhões a mais do que para 2022.

Gráfico 1 – Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Orçamento EBC (em R\$)



Fonte: Planos de Negócio da EBC. Elaboração da autora.

Statement for the Year Ending 31 March 2024. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/66a0fda0fc8e12ac3edb03e3/E03119946_HC_xxx_BBC_Wales_-_Licensing_Fee_Trust_Statement_ARA_23-24_Accessible.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

²⁸ A DR (Danish Broadcasting Corporation) é a maior e mais antiga empresa de mídia eletrônica. A corporação foi fundada em 1925 como uma organização prestadora de serviço público. A DR é uma instituição pública independente mantida com recursos de licenças que compreende televisão, rádio e serviços online (DR, 2023)

Tabela 1 – Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – Orçamento EBC (em R\$)

PLOA – ORÇAMENTO EBC (em R\$)				
	2020²⁹	2021³⁰	2022³¹	2023³²
Orçamento	671.907.138,00	655.420.637,00	643.975.531,00	720.690.830,00
(-) Reserva de contingência	152.048.900,00	122.365.214,00	108.707.736,00	166.789.226,00
Disponível	519.858.238,00	533.055.423,00	535.267.795,00	553.901.604,00
Orçamento não-discricionário (obrigatório)	377.965.285,00	398.874.423,00	401.086.795,00	425.346.780,00
(-) Pessoal	341.310.228,00	347.737.375,00	348.400.756,00	
(-) Benefícios sociais	35.725.057,00	50.207.048,00	51.756.039,00	
(-) Pessoal – Folha + Encargos				348.537.027,00
(-) Pessoal – Sentenças judiciais				24.000.000,00
(-) Benefícios obrigatórios				51.709.753,00
(-) Sentenças (custeio)	930.000,00	930.000,00	930.000,00	1.100.000,00
(=) Orçamento discricionário (custeio + investimento)	141.892.953,00	134.181.000,00	134.181.000,00	128.554.824,00
(-) Custeio	121.892.953,00	114.181.000,00	114.181.000,00	108.554.824,00
(-) Investimento	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00

Fonte: Planos de Negócio da EBC. Elaboração da autora.

Manuel Goyanes (2021, p. 22) comenta sobre as dificuldades encontradas pelos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) nos últimos anos:

[...] O papel tradicional dos SRP tem sido questionado devido a crescentes desafios acerca da dificuldade para manutenção do financiamento estável (Arriaza Ibarra 2013; Collins 2011; Herzog and Karppinen 2014; Huntsberger 2014; Jøesaar 2011); o aumento da competição mercadológica (Brink Lund e Edelvold Berg 2009; Dawes 2014; Donders 2010; García de Madariaga *et al.* 2013; Johnson 2013); assim como novas tecnologias e as plataformas digitais (Debrett 2009; Ejbye Sørensen 2013; Kant 2014; Sjøvaag *et al.* 2015; Schwarz 2016) que vêm

²⁹ Plano de Negócios 2020. (2021, p. 17). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf

³⁰ Plano de Negócios 2021. (2022, p. 18). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf

³¹ Plano de Negócios 2022. (2022, p. 20). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/plano_de_negocios_final_portal_13_1_22.pdf

³² Plano de Negócios 2023. (2023, p. 19). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf

causando a interrupção das operações comerciais já consolidadas (Goyanes, 2021, p. 22. Tradução nossa)³³.

Goyanes (2021, p. 22) ressalta ainda que, neste contexto turbulento, o status de mídia pública tem levado as entidades radiodifusoras e os governos a repensarem as estratégias de mercado dos SRP e o conteúdo produzido para preservar os direitos e os interesses dos cidadãos.

Donders (2021) argumenta que as qualidades do Serviço de Radiodifusão Público (SRP) deveriam conceder-lhes uma vantagem em relação às empresas privadas de comunicação – ao estabelecer o atendimento dos valores democráticos como sua meta ao “proporcionar a todos cidadãos acesso igualitário a uma ampla série de entretenimento, de informação e de educação de qualidade”. Jaskiernia (2022, p. 311) corrobora o argumento de Donders: “um SRP voltado para o público também significa uma inclusão mais profunda das audiências, sua emancipação e, portanto, – seguindo o conceito de Donders – a sua democratização”.

O Instituto Reuters (Reuters Institute, 2023), estruturado dentro do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford, se dedica a elaborar estudos sobre o futuro do jornalismo por meio do debate, engajamento e pesquisa com foco no público. Anualmente, o Instituto divulga um relatório sobre a situação dos meios de comunicação. A edição de 2023 do *Digital News Report* aponta que, em 80% dos países pesquisados, a maioria dos respondentes informou que o Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) é importante para a sociedade e, em metade dos países, a maioria dos cidadãos entrevistados considera o SRP como importante para eles mesmos como indivíduos, e não somente para a sociedade (Nielsen, 2023).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 determina, em pelo menos três momentos, o funcionamento e a existência dos serviços de radiodifusão no território nacional. Em seu Art. 21 inciso XII, fica estabelecida a competência para a União explorar,

³³ No original, em inglês: In recent years, however, the traditional role of the PSB has been questioned, p. because of growing challenges relating to its funding difficulties (Arriaza Ibarra 2013; Collins 2011; Herzog and Karppinen 2014; Huntsberger 2014; Jøesaar 2011), raising market competition (Brink Lund and Edelvold Berg 2009; Dawes 2014; Donders 2010; García de Madariaga *et al.* 2013; Johnson 2013), and new technologies and digital platforms (Debrett 2009; Ejbye Sørensen 2013; Kant 2014; Sjøvaag *et al.* 2015; Schwarz 2016) that have disrupted their long-standing business operations. In this turbulent context, the status of public media has urged broadcasters and governments to rethink PSB’s business strategies and content output to preserve citizens’ rights and interests (Ginosar and Krispil 2015; Iosifidis 2011; Sjøvaag *et al.* 2019; Van Dijck and Poell 2015) (Goyanes, 2021, p. 22).

diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. Assim como também fica definida a competência privativa da União, no Art. 22 inciso IV, em legislar sobre a radiodifusão no país. De acordo com o Art. 223 da Carta Magna, cabe ainda ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (Brasil, 1988).

Apesar de a Constituição brasileira ter previsto a complementaridade desses Serviços, somente em 2008, 20 anos depois de sua promulgação, isso de fato ocorreu (Paulino; Guazina; Oliveira, 2016, p. 67) (Pinheiro, 2019) quando, a partir desses três dispositivos legais, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei nº 11.652/2008 (Brasil, 2008), que instituiu os Serviços de Radiodifusão Pública explorados pelo Poder Executivo e criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Essa foi a alternativa encontrada para unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais existentes (Bianco; Esch; Moreira, 2013, p. 66).

Freitas (2017, p. 84) questiona as razões para justificar a manutenção de uma estrutura custosa aos cofres públicos ou, em sentido idealizado, financiada diretamente pelo povo, se não for diferente do que já está consolidado no setor privado. Outra dificuldade de legitimação do serviço público de radiodifusão no Brasil é a sua alegada baixa audiência, um dos motivos utilizados pelos governantes para justificar o seu enxugamento. A mídia privada também ecoa sistematicamente os custos para manutenção dos SRP, ao apontar a baixa audiência e o reduzido número de telespectadores, ouvintes e leitores alcançados (Paulino; Guazina; Oliveira, 2016, p. 67). Os dados não corroboram essa ideia. Em 2022, o Instituto Kantar em seu relatório sobre Ibope Média mostrou que a TV Brasil melhorou o posicionamento no mercado entre as TVs abertas e fechadas. A emissora ocupava o quinto lugar de audiência em dezembro de 2021.³⁴

Durante um extenso período que se iniciou na metade do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, com seu impedimento em agosto de 2016, passando pelo mandato de Michel Temer e chegando ao auge no mandato de Jair Bolsonaro, diversas medidas foram

³⁴ TV Brasil completa 15 anos e se consolida no quinto lugar de audiência Emissora é reconhecida por informações confiáveis e pela qualidade. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/tv-brasil-completa-15-anos-e-se-consolida-no-quinto-lugar-de-audiencia>. Acesso em: 14 set. 2024.

tomadas com o objetivo de reduzir a importância do maior Serviço de Radiodifusão Público (SRP) brasileiro.

Um dos mais importantes movimentos para o desmonte da EBC foi a edição da Medida Provisória nº 744/2016, que modificou a Lei nº 11.652/2008 e o estatuto da EBC, por parte do presidente da República à época, Michel Temer. Em uma “canetada”, o Conselho Curador da EBC (composto em sua maioria por representantes da sociedade civil organizada) foi extinto e o mandato de presidente da Empresa Brasil de Comunicação deixou de existir, tornando o cargo de livre nomeação e exoneração. Em 2017, o Senado Federal aprovou essa Medida Provisória, mantendo as modificações propostas pelo então presidente da República (Freitas, 2017, p. 56) (Pinheiro, 2019).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, em 9 de abril de 2019, o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Alexandre Graziani, assinou a Portaria nº 216/2019³⁵ unificando as programações da TV Brasil e da NBR em um só canal, chamado de Nova TV Brasil. Sob a justificativa de otimizar gastos, a NBR, que fazia a cobertura oficial do governo, e a TV Brasil se tornaram uma emissora única (MPF, 2019) (Pinheiro; Bezerra, 2020a) (Pinheiro; Bezerra, 2020b), o que foi considerado pelos procuradores federais uma “inclusão indevida de programações tipicamente estatais e de interesse dos atuais ocupantes do Poder Executivo no canal público federal” (Barbosa, 2019). O diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi intimado a esclarecer informações ao Ministério Público Federal sobre o cumprimento das garantias constitucionais que regem o sistema de comunicação pública no Brasil, com destaque para a diferenciação entre os serviços público e estatal (MPF, 2019). Pieranti (2021, p. 11) ressalta que “a fusão entre as programações da TV Brasil (considerada integrante do sistema público) e da NBR (canal institucional de transmissão de notícias do poder executivo), em 2019, foi um capítulo importante nos ataques a esse modelo”.

Apesar da esperada relevância para a sociedade brasileira, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi incluída formalmente no PPI (Plano de Parcerias e Investimentos), durante o governo de Michel Temer (Pinheiro, 2022, p. 95) e se manteve sob risco de privatização no mandato de Jair Bolsonaro, constando do Programa Nacional de

³⁵ Portaria nº 216/2019 - Programação Televisiva da EBC. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presi_no_216_-_programacao_televisiva_da_ebc.pdf.

Desestatização (PND), após mapeamento realizado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Apenas em 2023, em um novo mandato de Lula da Silva, o Decreto nº 11.478/2023 excluiu definitivamente a EBC da lista de empresas do PND (Brasil, 2023).

Com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a EBC passou a ser vista novamente sob a perspectiva de mudanças, em alguma medida, com uma nova oportunidade para retomar seu papel no fortalecimento da democracia e da cidadania, aspectos que também estão sob ataques, conforme abordaremos no tópico a seguir, articulados sobretudo, e mais atualmente, por atores sociais vinculados à extrema-direita, mas que são historicamente sistematizados por injunções político-partidárias caracterizadas por relações contíguas entre políticos e radiodifusores do segmento comercial (Pinheiro, 2019).

Em setembro de 2024, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), conglomerado de veículos de comunicação públicos, abrangia mais de 110 emissoras de TV e aproximadamente 150 de rádio integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) (EBC, 2022, p. 8; EBC, 2023, EBC, 2024a; EBC, 2024b). A EBC também presta serviços de publicidade legal, publicidade institucional, licenciamento de obras e comunicação governamental, para disseminação de atos e matérias do Poder Executivo Federal (EBC, 2022, p. 8).

2.2 Abordagem sobre cidadania e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública

Constituída em 2008, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nasceu com objetivos e competências definidas tanto em sua lei instituidora quanto na Constituição Federal de 1988 que determinou ao Poder Executivo Federal outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, conforme seu Artigo 223 (Brasil, 1988).

(...) atendendo a manifestações de organizações da sociedade que reivindicavam a criação de um sistema generalista e não governamental de comunicação pública, em dezembro de 2007, entrou no ar, junto com a TV Digital Terrestre brasileira, a TV Brasil, ligada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que foi criada por lei no ano seguinte (Carvalho, 2014, p. 140).

Para que a sociedade pudesse usufruir desses sistemas de radiodifusão, em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.652/2008 que criou a Empresa

Brasil de Comunicação – EBC e estabeleceu os princípios e os objetivos dos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) explorados pelo Poder Executivo. O Art. 3º da Lei nº 11.652/2008 – que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) elenca os objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, entre eles:

(...)

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação.

[...]

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores (Brasil, 2008).

Quando da instituição da referida Lei, em 2008, o artigo 5º Art. afirmava: “5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República” (Brasil, 2008). Com a alteração da Lei da EBC, em 2017, este artigo passou a versar da seguinte forma: “Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Casa Civil da Presidência da República (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)” (Brasil, 2017). O que queremos chamar a atenção aqui é para um problema estrutural da EBC, relacionado a sua autonomia, tendo em vista essa complexa vinculação com os governos vigentes.

Não obstante, corroboramos a reflexão de Carvalho (2014), de que:

(...) as contradições presentes desde os primórdios da comunicação pública estatal no Brasil, seja ela institucional ou não, continuam presentes na lei que a criou a Empresa Brasil de Comunicação. **Isso não invalida, contudo, a importância histórica da criação da EBC no escopo da regulação das comunicações e das políticas de comunicação do país** (Carvalho, 2014, p. 143. Grifos nossos).

Destacamos, assim, o Art. 8º da referida lei, o qual estabelece as competências da EBC: “IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação” (Brasil, 2008).

Isto posto, a reflexão analítica que este estudo objetiva tem como principais aportes estes dois conceitos basilares das sociedades democráticas de direito: cidadania e democracia. A definição de cidadania para Pinsky (2010, p. 9) não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. Para ele, ser cidadão é “ter direito à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo,

ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos” (*idem*). O referido autor esclarece, porém, que somente os direitos políticos e civis não asseguram a democracia sem que sejam garantidos também os direitos sociais, de forma que “exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais” (Pinsky, 2010, p. 9).

Em seus estudos, Lima (2017) apresenta três dimensões que seriam necessárias para a construção da cidadania: o “pertencimento”, o “exercício de direitos” (que inclui o cumprimento de deveres) e a possibilidade de “participação” na vida política.

A primeira dimensão apontada, o pertencimento, está ligada à definição do cidadão como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política.

A segunda dimensão da cidadania, o exercício de direitos, tem como fundamento a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência (Bellamy, 2008 *apud* Lima, 2017, p. 61).

Gorczewski e Martin (2011) entendem que a participação política é o elemento que de fato transforma um indivíduo em cidadão, “que lhe dá a possibilidade de determinar sua própria sorte, de participar do poder, de fazer as leis e de obedecer unicamente a estas” (Gorczewski e Martin 2011, p. 126) (Lima, 2017, p. 65).

Portanto, ser cidadão / cidadã significaria uma condição, pertencer a um Estado, um direito, o de poder exercer direitos neste espaço definido e o poder de influenciar na vida desta comunidade por meio da participação política (Gorczewski; Martin, 2011, p. 29 *apud* Lima, 2017, p. 59).

2.2.1 Problemática sobre a (sub)cidadania brasileira

No Brasil, o conceito de cidadania tem raízes diferentes daquele elaborado em outros países. O ideal desenvolvido no ocidente, de uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos talvez seja inatingível no Brasil (Lima, 2017, p. 69). Murilo de Carvalho (2015) explica que as razões das dificuldades encontradas para a consolidação da cidadania no Brasil podem estar ligadas à natureza da história nacional. Isso porque a cronologia e a lógica da sequência desenhada por Marshall (Cohen, 2010), em que os direitos civis deram origem aos políticos, – que por sua vez permitiram o surgimento dos direitos sociais –, foram invertidas no caso do Brasil.

A concepção de cidadania de Marshall (1967) trata da experiência britânica e retrata o processo de construção de uma cidadania baseada em uma série de direitos fundamentais, que cada vez mais ganhou amplitude e se tornou mais inclusiva com o passar das décadas.

O conceito de cidadania idealizado por Marshall (1967, *apud* Almeida, 2020, pp. 4-5) foi dividido em três esferas distintas: esfera civil, política e social.

Cada uma dessas esferas representa os direitos que carregam o mesmo nome, os primeiros seriam os direitos individuais, surgidos no século XVIII, e os mais citados são os direitos de liberdade, igualdade perante a lei, organização, expressão, pensamento e propriedade. Os direitos políticos representam a possibilidade de o indivíduo de participar do processo político de sua cidade, Estado e país, em suma, é o direito de votar e ser votado (Almeida, 2020, p. 4).

Por fim, há também os direitos sociais, os quais Marshall cita que foram os últimos a surgir, e que representam o mínimo existencial que deve ser garantido pelo Estado aos indivíduos. É possível citar o direito à saúde, educação, transporte e segurança (Marshall, 1967, *apud* Almeida, 2020, pp. 4 e 5).

O caso brasileiro é peculiar e vai na contramão dos demais países. Aqui, foi criado primeiro um Estado, de forma arbitrária, para atender a interesses políticos, para só depois ser percebida a necessidade de um povo. “Não havia povo, apenas súditos, e isso fez com que as pessoas não se sentissem cidadãos plenos, pois não o eram” (Almeida, 2020, p. 4). Ainda segundo Almeida, “(...) o povo nunca foi o protagonista dos grandes acontecimentos históricos do país. [...] Tendo se tornado coadjuvante em sua própria história, o processo de desenvolvimento de uma coletividade coesa foi atrasado em diversos momentos, e ainda hoje é possível sentir suas consequências” (Almeida, 2020, p. 18).

Primeiro surgiram os direitos sociais, na Era Vargas, quando havia a supressão de direitos políticos e a redução de direitos civis. Os direitos políticos vieram exatamente com a expansão do voto, durante o período da ditadura militar, embora os órgãos de representação política estivessem em baixa. Os direitos civis, base da pirâmide de Marshall, têm avançado lentamente no país e continuam inalcançáveis para a grande parte da população (Lima, 2017, p. 71).

Marilena Chauí (2013) sintetiza assim a trajetória para obtenção de direitos:

[...] a abertura do campo dos direitos, que define a democracia, explica porque as lutas populares por igualdade e liberdade puderam ampliar os direitos políticos (ou civis) e, a partir destes, criar os direitos sociais — trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura —, os direitos das chamadas — minorias — mulheres, idosos, negros, homossexuais, crianças, índios —; o direito à segurança planetária — as lutas ecológicas e contra as armas nucleares; e, hoje, o direito contra as manipulações da engenharia genética. Por seu turno, as lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura, direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos) e direito à informação pela publicidade das decisões estatais (Chauí, 2013, p. 152).

Jessé Souza (2009, p. 35) retoma o conceito de construção da “identidade nacional própria” em um Brasil – recém-independente de dimensões continentais e sem comunicação eficaz – que a demandava urgentemente como “questão de sobrevivência imediata tanto simbólica quanto material”:

Era necessário o “convencimento”, sentir-se pertencente à comunidade nacional, ligar a identidade individual à comunitária, construir uma “identidade nacional”, conquistar o “amor” de seu povo (Souza, 2009, p. 35).

Souza (2009, p. 36) lembra também que, durante todo o século 19 e até a década de 1920, o paradoxo da identidade nacional brasileira seria materializado, precisamente, com base na impossibilidade – em um contexto histórico em que o racismo possui “prestígio científico” internacional –, de se construir uma “imagem positiva” para um “povo de mestiços”.

Na ausência de aspectos positivos da sociedade, a natureza brasileira vai oferecer uma primeira imagem, que vai retirar sua razão de ser de um meio natural exuberante, as primeiras noções “positivas” acerca da brasilidade, do que nos permite ser brasileiros com orgulho e não com vergonha (Souza, 2009, p. 35).

Sobre a questão da cidadania no Brasil, Murilo de Carvalho (2015) registra dois pontos interessantes: o abismo existente entre parcelas da população brasileira em relação à garantia de seus direitos civis e o desajuste entre a extensão dos direitos políticos e a efetivação dos direitos sociais, situação na qual se configurou uma democracia política com extrema desigualdade social.

Em sua obra, Jessé Souza (2009) interpreta o Brasil como uma sociedade constituída de quatro classes sociais: a ralé, os batalhadores, a classe média e a elite, sendo a mais afetada a ralé brasileira. “Esta classe é composta por 40% da população e dela fazem parte grupos sociais sem capital financeiro e muito menos capital cultural para provocar a sua mobilidade social” (Ferreira, 2020, p. 275). Almeida (2020, p. 19) lembra que a “desigualdade social ainda reina” no Brasil, a despeito “do fim da escravidão e com a significativa ampliação dos direitos políticos nos séculos XIX e XX”, e defende ainda que “o perfil das pessoas em situação de vulnerabilidade mudou muito pouco através das décadas” (Almeida, 2020, p. 19).

Como pontuamos em nossas hipóteses de trabalho, para Jessé Souza (2018, p. 132-133), entre os fatores que caracterizam o que ele designa como “subcidadania brasileira”,

está a falta de “articulação” entre “práticas” e “ideias”, o que tem com uma das consequências “a naturalização da desigualdade” até mesmo em determinados gestos, atos ou ancoramentos institucionais. Para Souza:

(...) a consequência da não percepção da ralé como classe é a culpabilização individual de seus membros pelo fracasso de uma classe inteira.

(...) Não é, portanto, nenhuma "maldição cultural" supostamente herdada o motivo e a causa de nossos problemas, mas sim a produção e reprodução de pessoas intencionalmente deixadas à margem da sociedade (Souza, 2022, pp. 35 e 36).

Jessé Souza (2022, p. 371) associa ainda os requisitos psicossociais necessários para o trabalho produtivo como os mesmos da cidadania política sem autocontrole, disciplina e a noção correlata de autorresponsabilidade, não sendo possível a adaptação ao ritmo produtivo da máquina e da fábrica capitalista - que se impõe de “fora para dentro” para o trabalhador - nem a contenção do cidadão que percebe seu espaço de ação e respeita o espaço alheio. E de forma mais contundente, Souza (2022, p. 371) afirma que

Não há cidadania possível sem a “internalização”, ou melhor, sem a “incorporação” de dada “economia emocional”. Mais que a “internalização” de normas, que sugere uma apropriação meramente “intelectual”, a “incorporação” se refere a regras “afetivamente” tão bem-internalizadas que se tornam automáticas, se tornam “corpo” que “atua” sem mediação da “mente” ou “consciência”, de toda uma “hierarquia de conduta” que define espaços e limites de ação constantemente de todos nós (Souza, 2022, p. 371).

Dessa maneira, Jessé Souza (2022) acredita que essa noção de subcidadania começou com a escravidão e foi reproduzida secularmente no Brasil, mudando apenas as máscaras mais superficiais o que terminou por provocar:

(...) a produção intencional de pessoas sem as habilidades mínimas requeridas, seja para o aprendizado escolar, seja para o trabalho produtivo qualificado. Um ciclo vicioso formado por socialização familiar deficiente, sem reproduzir os papéis familiares clássicos, passando por uma socialização escolar sem os estímulos necessários ao aprendizado, produzindo analfabetos funcionais. O ciclo produz, por sua vez, o trabalhador desqualificado, reduzido ao trabalho muscular e animalizado (Souza, 2022, p. 38-39).

(...)

Mas como brasileiro, sempre percebi, ainda que no começo apenas intuitivamente, que a produção social e política de uma numerosa raça/classe condenada à barbárie, abaixo, precisamente, da classe trabalhadora, é a grande singularidade de sociedades periféricas como a do Brasil (Souza, 2022, p. 35).

Souza (2022) termina sua explanação com a descrição de uma linha divisória que separa as classes brasileiras:

Especialmente nas sociedades do capitalismo periférico, como a brasileira, passa a existir outra linha divisória que separa não apenas o refinado do vulgar, mas, sim, o “humano” do “sub-humano”. Essa linha é a que separa todas as classes que lograram incorporar o *habitus* disciplinar, como trabalhadores e burgueses, dos marginalizados e condenados à exclusão (Souza, 2022, p. 36).

Jessé Souza discorre no “A Ralé Brasileira – quem é e como vive” sobre a conformação dos indivíduos considerados subcidadãos ao relatar como se comportam as mulheres e os homens da ralé, passando por questões como os subempregos, a subeducação oferecida aos mais novos, a estigmatização dos pobres sem direito à saúde digna e com acesso limitado à justiça e culmina com o racismo no Brasil.

Ao longo da obra, constata que apenas os “sujeitos dignos” que incorporaram características fundamentais para a reprodução do sistema capitalista e que, por isso, passaram a receber toda a valorização e o reconhecimento social: “se contrapõem àqueles que não se enquadraram nesses princípios e são desvalorizados perante os olhos de toda a sociedade, marginalizados e condenados a uma posição de cidadãos de segunda classe, “ralé”, inúteis aos objetivos da sociedade” (Souza, 2022, p. 236). E quais são essas características? Ora, Souza afirma que:

(...) apenas os sujeitos que tiveram uma socialização capaz de desenvolver neles uma identificação afetiva com o conhecimento, concentração para os estudos, disciplina, autocontrole e capacidade de pautar suas ações no presente a partir de um planejamento racional do futuro são capazes de incorporar conhecimento para se inserir no mundo do trabalho qualificado e ser úteis e produtivos à sociedade (Souza, 2022, p. 236).

Jessé Souza (2009, p. 42) explica que as duas dimensões, a do indivíduo autônomo e a do cidadão, estão intimamente ligadas:

Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum (Souza, 2009, p. 42).

2.2.2 Problemática sobre a cidadania no contexto europeu

Manuel Goyanes (2021, p. 21) explica o papel dos Serviços de Radiodifusão Pública na Europa. Para o estudioso, os Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) são entidades cuja

missão tradicional é prover um serviço universal e democrático de comunicação, conforme defendem Harrison e Woods (2001)³⁶:

Os SRP são considerados um pilar crucial das sociedades democráticas (Jacobs *et al.* 2016) – principalmente na Europa onde seu papel “parece, no entanto, ser mais amplo do que apenas político” (Harrison e Woods 2001, p. 480) – assim como abrange funções educativas, sociais e culturais (Goyanes, 2021, p. 21. Tradução nossa).

Goyanes (2021, p. 21) nos lembra ainda que, desde o início, os “SRP têm sido essenciais na promoção dos valores públicos e cívicos, garantindo a cidadãos o acesso a informações referendadas [cheçadas] (Scannell 2005), e preservando a cultura comum e o bem-estar das sociedades” (Arriaza Ibarra and Nord 2014; Jõesaar 2011; Scannell 2005; Suárez Candel 2011) (Tradução nossa).

No mesmo contexto europeu, Jaskiernia (2022) discorre sobre os conceitos de Donders (2021) que define o conceito de cidadania como reflexos de três áreas: cidadania cultural, política e cidadã. Para Jaskiernia (2022, pp. 311 e 312), o componente da cidadania cívica se refere aos direitos civis, obrigações e virtudes e requer uma análise multifacetada das intersecções dos interesses de diferentes grupos sociais e o papel do Estado.

Ao retomar os princípios da cidadania e da democracia a serem atendidos pelos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP), Donders (2021) lembra que o objetivo do SRP é contribuir por meio da informação, educação e entretenimento para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e de todos seus cidadãos. E para isso o conceito de cidadania é a chave para estas condições. A partir dos ensinamentos de Cammaerts (2007, p. 1 *apud* Donders, 2021, p. 63) de que a cidadania é a base sobre a qual as sociedades democráticas são estruturadas, Donders estabelece quatro tipos de cidadania, inspirada nos estudos de Hilde Van den Bulck’s (2016): cidadania política, cidadania social, cidadania cultural e cidadania cívica.

³⁶ No original, em inglês: Public Service Broadcasters, commonly known by the English acronym PSBs, are public entities whose traditional mission is to provide a universal and democratic mass media service (Harrison and Woods 2001). PSB is considered as a crucial pillar of democratic societies (Jacobs *et al.* 2016) — mostly in Europe where its role “seems, however, wider than the purely political” (Harrison and Woods 2001, p. 480)— as it also encompasses educational, social, and cultural functions. Since its origins, PSB has been essential in fostering public and civic values, ensuring citizens’ access to verified information (Scannell 2005), and preserving the common culture and welfare of societies (Arriaza Ibarra and Nord 2014; Jõesaar 2011; Scannell 2005; Suárez Candel 2011) (Goyanes, 2021, p. 21).

De acordo com Donders (2021, pp. 63-65), a “cidadania política” exige pluralidade de informações e não somente de conteúdo. É o direito de acesso a diferentes interpretações, quadros e fóruns deliberativos onde esses são discutidos e avaliados. Requer a representação de todas as opiniões relevantes e a possibilidade de os cidadãos e cidadãs participarem de um debate formatado de maneira a determinar o que pode e o que não pode ser dito apenas como meros espectadores (Donders, 2021, p. 64), tal como defendem Picard e Pickard (2017, p. 16): “uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado”.

Os Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) são um projeto da sociedade. Trata-se de conectar as pessoas à vida pública e de engajá-los transformando os(as) espectadores(as) em cidadãos e cidadãs, criando um senso de pertencimento à sociedade. Para Donders (2021, p. 65-67), “a cidadania social” é intrinsecamente ligada ao capital social, definido por Coleman (1988 *in* Donders, 2021, p. 66) como uma força produtiva que “através de mudança nas relações interpessoais facilita a tomada de ações”. A confiança é a cola do capital social. Quando as pessoas confiam nas estruturas, a noção de coletivo surge, o que permitirá ao imaginário social garantir sua existência e suas relações com os demais (Donders, 2021, p. 66).

A “cidadania social” e a “cidadania cultural” são conceitos bastante entrelaçados. Enquanto a cidadania social lida com o conceito de pertencimento e confiança na sociedade, a cidadania cultural pode ser considerada como um elo com determinada sociedade. Donders (2021, pp. 68-71) apresenta dois aspectos da cidadania cultural: a criação do estado-nação ao redor de uma identidade compartilhada, valores e idiomas oficiais ou não, e a oferta de serviços que guiam as pessoas do conceito de cultura para Cultura, dando significado às artes, ao teatro, à música clássica, ao balé... Donders também acredita que o conceito de cidadania cultural é conflituoso, pois presume unidade, uniformidade, coerência, homogeneidade social e coletividade ao mesmo tempo em que existem a diversidade, diferenciação, fragmentação, distribuição desigual de poder cultural e o individualismo em um mesmo campo social (Donders, 2021, p. 71)

O último conceito definido por Donders (2021) é o de “cidadania cívica”, que se refere basicamente aos direitos civis, obrigações civis e virtudes cívicas. Os direitos cívicos dizem respeito aos direitos de cada cidadão e cidadã à liberdade, liberdade de expressão, propriedade e assim por diante. Os deveres cívicos são as responsabilidades na vida

econômica e política. Os cidadãos e cidadãs devem obedecer à lei, pagar impostos e, quando necessário, votar. O envolvimento ativo no debate político, a educação formal, o conhecimento dos assuntos atuais e a manutenção de fortes valores democráticos são todas virtudes cívicas (Donders, 2021, p. 71).

Existem pontos de vista divergentes sobre a cidadania cívica e, especificamente, sobre como fortalecê-la. As ciências políticas têm-se centrado mais na participação cívica e no envolvimento para o bem da democracia. O aumento da participação dos cidadãos e cidadãs na política, ou pelo menos no debate político, é visto como pilar dessa ambição. No entanto, alguns estudiosos da comunicação têm defendido consistentemente que “a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do lazer, do consumo crítico e do entretenimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com “P” maiúsculo” (Burgess, Foth e Klæbe, 2006, 1, *apud* Donders, 2021, p. 71).

As emissoras públicas têm se relacionado com uma relativa maior dificuldade ao abordar o conceito de cidadania cívica. Embora tenham contribuído, como já demonstrado, para o conhecimento das notícias e da atualidade, não há evidências de que as emissoras públicas fortaleçam os direitos ou virtudes cívicas, sob o viés da democracia, assinala Donders (2021, p. 71). Para embasar sua informação, a pesquisadora aponta que em diversos países europeus localizados nas regiões Sul, Centro e Leste, há uma contínua alienação acerca do conceito de cidadania cívica. Já em outros países da Europa Ocidental e do Norte, o incentivo à cidadania cívica “não se faz de forma expressa ou clara e não se trata de um ‘objetivo natural’ dos SRP”³⁷ (Donders, 2021, p. 72) (Tradução nossa)

Para a referida pesquisadora, a cidadania cívica é uma noção mais individualista, enquanto as cidadanias política, social e cultural são baseadas na coletividade. Todas essas sub-formas de cidadania não podem existir uma sem a outra. Sob esse aspecto, o Serviço de Radiodifusão Pública é um projeto que deveria contribuir para a cidadania tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo (Donders, 2021, p. 72).

³⁷ No original, em inglês: Public broadcasters have struggled with civic citizenship. While they have, as already shown, contributed to knowledge of news and current affairs, there is no evidence that public broadcasters strengthen civic rights or virtues at least when taking the democracy angle. In several Southern, Central and Eastern European countries there is an ongoing alienation from civic citizenship. But also in Western and Northern European countries, stimulating civic citizenship is by no means evident and certainly not a ‘natural’ goal for public broadcasters (Donders, 2021, pp. 71 e 72).

2.2.3 Problemática sobre a relação entre os Serviços Públicos e o(a) cidadão(a)

Neste subtópico, adotamos como exemplo contextual o caso de Portugal, onde o chamado Livro Branco do Serviço Público de Rádio e Televisão (Lopes et. al., 2023, p. 191) define a missão imperativa do Serviço Público de Média (SPM), como lá são conhecidos os Serviços de Radiodifusão Pública:

É para servir os/as cidadãos/ãs que o SPM existe. Não basta servir o público, é preciso que, no âmago da sua atividade, estejam os/as cidadãos/ãs. Por outro lado, hoje e cada vez mais, o conceito de público perde operacionalidade a favor dos públicos múltiplos e diversos que importa ter presentes na oferta diferenciada que deve caracterizar o Serviço Público de Média (SPM) (Lopes et. al., 2023, p. 191).

A publicação portuguesa (Lopes et. al., 2023, pp. 191-196) faz oito recomendações para a relação do Serviço Público de Média daquele país europeu com os cidadãos e cidadãs:

- R50. Conhecer os públicos (p. 192) – É vital (re)conhecer que o público é e será cada vez mais formado por uma pluralidade de públicos, que importa estudar e conhecer através de ferramentas muito para além das audimetrias clássicas, ou mesmo das audiências multiplataformas. O investimento neste conhecimento deve permitir obter informação qualitativa sobre eles e sobre os seus modos, meios e tempos de consumo.
- R51. Conferir valor estratégico aos públicos (p. 193) – Seria conveniente utilizar esta nova inteligência sobre os públicos como determinante quer da definição dos produtos e programas que a cada momento são encomendados para integrarem a oferta do SPM (SRP), quer na avaliação da performance de cada um deles.
- R52. Servir as crianças, os adolescentes e os jovens (p. 193) – Colocar em prática a ideia do público infanto-juvenil (4-14 anos), [...] devendo o SPM (SRP) assumir a responsabilidade de servir quatro faixas de públicos diferentes: pré-escolar (até aos 3 anos); infantil (4-7 anos); pré-adolescente (8-14 anos) e jovem (15-18 anos). [...] Para qualquer um destes públicos e em todos os suportes de distribuição, desenhar uma oferta regular de conteúdos que privilegiam o seu consumo em família.
- R53. Servir todos os públicos (p. 193) – Compete ao SPM (SRP) investir criativamente para não perder contato com nenhum tipo de público, incluindo os mais difíceis, fechados ou avessos à oferta típica do serviço público, fazendo desta obrigação uma preocupação constante que produza resultados mensuráveis.
- R54. Valorizar os/as cidadãos/ãs (p. 194) – O SPM (SRP) não pode reduzir os cidadãos à sua condição de públicos. Deve garantir a diversidade da sociedade; favorecer a inclusão; responder às carências específicas dos/as cidadãos/ãs mais vulneráveis às desordens informativas (desinformação); fomentar a literacia midiática – hoje condição básica do exercício da cidadania – e incluir, na sua oferta, programas e conteúdos especificamente destinados às comunidades [portuguesas] expatriadas.
- R55. Criar um/a provedor/a único/a para o SPM (SRP) (p. 195) – Para além dos programas semanais de televisão e de rádio e das intervenções esporádicas que naqueles meios o/a provedor/a entenda concretizar, deve ser estudada a sua presença crítica nos meios digitais. A importância acrescida da figura do/a provedor/a do SPM aconselha a que, na sua escolha, participem o Conselho de Administração, o Conselho de Opinião e o Conselho Geral Independente.

- R56. Promover a democracia, a coesão e a identidade (p. 195) – Atender às novas fraturas e ao aumento dos antagonismos que marcam a sociedade [portuguesa] constitui uma forma de servir os/as cidadãos/ às pouco valorizada até recentemente, mas que hoje deve, obrigatoriamente, ocupar um lugar central no SPM (SRP).

- R57. Definir novas métricas (p. 196) - A empresa concessionária do SPM (SRP) deve construir métricas de medição do impacto da sua oferta que mostrem, de modo inequívoco, ter conseguido, através de uma ou mais das suas plataformas concretizar as recomendações acima referidas; criar mensalmente um acontecimento “capaz de congregar todos os públicos”; estimular o consumo em família, através da oferta semanal de um conteúdo que atenda às crianças adolescentes e jovens; e oferecer, todos os dias, em cada uma das suas plataformas, conteúdos que promovam a democracia, a coesão e a identidade (Lopes et. al., 2023).

2.3 Abordagem sobre Democracia e sua relação com o Serviço de Radiodifusão Pública

É consenso que não há consenso no conceito de democracia. Horowitz (2006, p. 114) defende que todas as definições de democracia podem ser contestadas em todos os locais por onde o assunto é discutido, obviamente não ficando restritas ao campo acadêmico. A democracia pode ser vista como um conjunto de práticas e princípios que institucionalizam e terminam por proteger a liberdade e não pode ser descrita como apenas a soma de suas instituições (The Economist, 2024, p. 63). Conforme o relatório do *The Economist* define, o ponto pacífico entre os estudiosos do assunto reside nas características fundamentais necessárias para a existência da democracia:

Um governo baseado na regra da maioria e no consentimento dos governados;
A existência de eleições livres e justas;
A proteção dos direitos das minorias; e
Respeito pelos direitos humanos básicos.
A democracia pressupõe ainda a igualdade perante a lei, o devido processo legal e o pluralismo político (The Economist, 2023, p. 64)

Sedaca (2024a), em artigo publicado pela Freedom House, afirma que as características mais comuns das diversas democracias são os valores compartilhados e o compromisso com os princípios fundamentais, bem como a existência de instituições protetoras dos direitos básicos. A estudiosa comenta sobre a importância da defesa da democracia:

Democracia é o único sistema de governo que responsabiliza os líderes perante o povo e protege seus direitos. Mesmo que seja imperfeita, é a forma de governo que melhor permite às pessoas de viver livremente e com dignidade, e que

proporciona os melhores incentivos para que os líderes sirvam aos interesses do povo e não o contrário (Sedaca, 2024a. Tradução nossa)³⁹.

Sedaca (2024a) também reforça as características que unem as sociedades democráticas:

Eleições livres e justas, e o compromisso para a transferência pacífica do poder;
O Estado de direito, um poder judiciário independente, e o devido processo legal disponível para todos;
A separação dos poderes, com freios e contrapesos;
O compromisso e a proteção de uma imprensa livre e independente; e
A proteção dos direitos humanos fundamentais (Sedaca, 2024a. Tradução nossa)⁴⁰

A professora Marilena Chauí (2013, p. 151) defende os três grandes direitos que definiram a democracia desde sua origem: a igualdade, a liberdade e a participação nas decisões (Chauí, 2013, p. 151). A participação também é um componente necessário à existência da democracia, assim como a apatia e a abstenção eleitoral podem ser suas inimigas. Embora uma democracia possa ser considerada inadequada ou até mesmo insuficiente, sempre existirão aspectos relacionados à participação social (The Economist, 2023, p. 65).

Os cidadãos não podem ser obrigados a participar no processo político e são livres para expressar a sua insatisfação ao não participarem. Contudo, uma democracia saudável exige a participação ativa e livremente escolhida dos cidadãos na vida pública. As democracias florescem quando os cidadãos estão dispostos a participar no debate público, eleger representantes e aderir a partidos políticos. Sem esta participação ampla e sustentada, a democracia começa a definhar e a tornar-se reservada a grupos pequenos e selecionados (The Economist, 2023, p. 65).

Nunes e Traumann (2023) afirmam que a democracia depende do diálogo construtivo entre diferentes grupos e indivíduos e sua ausência pode provocar o afastamento da participação cívica. [...] A incapacidade de ouvir, respeitar e tolerar outros pontos de vista pode minar os princípios democráticos e levar a uma série de problemas de acordo com os referidos autores.

³⁹ No original, em inglês: Why is defending democracy so important? Democracy is the only system of government that holds leaders accountable to the people and protects their rights. While not perfect, it is the form of government that best enables people to live freely and with dignity, and that creates the strongest incentives for leaders to serve the people's interests rather than the reverse (Sedaca, 2024a).

⁴⁰ No original, em inglês: The core features that bind democratic societies together include: Free and fair elections, and a commitment to peaceful transfers of power; The rule of law, an independent judiciary, and due process protections for all; The separation of powers, with checks and balances; A commitment to, and protections for, free and independent media; and The protection of fundamental human rights (Sedaca, 2024a).

Se as pessoas não estão dispostas a ouvir e considerar outros pontos de vista, o diálogo se torna ineficaz, e as decisões políticas passam a ser tomadas de forma unilateral, sem considerar as necessidades e as preocupações de todos os cidadãos, o que, por sua vez, leva a uma erosão da confiança: quando as pessoas não se sentem ouvidas nem respeitadas, perdem a confiança no sistema democrático. A desilusão pode levar à apatia política, de modo que a população se afasta da participação cívica (Nunes; Traumann, 2023, p. 182).

Tomando as discussões até aqui problematizadas sobre os conceitos de cidadania e democracia, passamos a abordar contribuições de diversos institutos de pesquisa e análise de cenários que realizam levantamento e publicam estudos sobre a saúde democrática de países do mundo todo.

Para avaliar a democracia globalmente, o jornal *The Economist* criou, em 1946, uma unidade para pesquisas e análises, o *The Economist Intelligence Unit* (The EIU), que se tornou responsável por elaborar o *Democracy Index and Political Participation*, Índice de Democracia e Participação Política, adotado por diversas economias para monitorar a situação política mundial (Economist, 2023, The EIU story).

O índice democrático do *The Economist* se baseia em cinco categorias: processo eleitoral e pluralidade; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política e cultura política (Economist, 2024, Democracy Index 2023). Essas classes se inter-relacionam e se completam como um conceito de unicidade. Os países são então classificados em quatro regimes de democracia eleitoral: democracias plenas [*full democracies*]; democracias imperfeitas [*flawed democracies*]; regimes híbridos [*hybrid regimes*] e regimes autoritários [*authoritarian regimes*], ao somar os valores atribuídos a critérios como existência de eleições livres e justas; garantia da segurança dos eleitores; influência de países estrangeiros no governo e a capacidade do serviço público em implementar políticas públicas (Economist, 2024, Democracy Index 2023).

A edição 2024 do Índice de Democracia aponta que 74 dos 167 países e territórios avaliados, perfazendo 45,4% do total pesquisado, podem ser considerados democracias (Economist, 2024, Democracy Index 2023), conforme mostra o Quadro 2. O número de países considerados democracias plenas se manteve em 24, mantendo o índice de 2023. Porém, o número de democracias imperfeitas (categoria onde o Brasil está inserido) subiu de 48 para 50, em relação ao ano anterior. Dos 93 demais países avaliados, 34 foram classificados como “regimes híbridos” (que combinam elementos da democracia formal e autoritarismo) e 59 categorizados como “regimes autoritários” (Economist, 2024, p. 4).

Quadro 2 – Índice Democrático, por tipo de regime

	Número de países	% de países	% da população mundial*
Democracias plenas	24	14,4	7,8
Democracias imperfeitas	50	29,9	37,6
Regimes híbridos	34	20,4	15,2
Regimes autoritários	59	35,3	39,4

Fonte: Elaborado a partir de tradução do relatório do The Economist Unit (2024, p. 4).

*Nota: “População mundial” se refere à população total dos 167 países e territórios pesquisados para composição do Índice Democrático. Como estão excluídos somente os microestados, pode-se inferir que os valores indicados representam a população mundial.

A predominância de países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Economist, 2024, Democracy Index 2023, p. 35) entre aqueles classificados como “Democracias Plenas”, sugere que o nível de desenvolvimento econômico pode ser significativo ou, em seu oposto, limitar o desenvolvimento democrático. Outros fatores também são importantes em determinar a qualidade da democracia como, por exemplo, a independência do Estado, o próprio desenvolvimento do Estado e a qualidade das instituições estatais (Economist, 2024, p. 35. Tradução nossa)⁴¹.

“Democracias imperfeitas” estão concentradas em países em desenvolvimento econômico na Europa oriental (16), América Latina (11), Ásia (10) e África subsaariana (6). Na Europa oriental, não há sequer um país de democracia plena, apesar da preponderância de países com renda considerada classe média alta. [...] Em 2023, vários países da Europa oriental estiveram bastante perto de serem classificados como “democracias plenas” –, cujo escore é acima de 8,00 no índice democrático do *The Economist* – incluindo República Tcheca (7,97), Estônia (7,96) e Eslovênia (7,75) (Economist, 2024, pp. 35 e 36. Tradução nossa).⁴²

⁴¹ No original, em inglês: The predominance of OECD countries among those classified as “full democracies” suggests that the level of economic development can be a significant, if not binding, constraint on democratic development. Other factors that are important in determining the quality of democracy are a history of independent statehood and the quality of state institutions (Economist, 2024, p. 35).

⁴² No original, em inglês: “Flawed democracies” are concentrated in developing economies of eastern Europe (16 in 2023), Latin America (11), Asia (10) and Sub-Saharan Africa (6). Eastern Europe does not have a single “full democracy”, despite the preponderance of upper-middle-income countries in the region. [...] In 2023 several countries in eastern Europe were close to being classified as “full democracies” (which requires a score above 8.00), including Czech Republic (7.97), Estonia (7.96) and Slovenia (7.75) (Economist, 2024, pp. 35 e 36).

Os países considerados “regimes híbridos” ou “regimes autoritários” – que perfazem 93 dos 167 países e territórios cobertos pelo índice democrático do *The Economist* – estão concentrados na África subsaariana, no Oriente Médio e América do Norte. Eles somam 37 dos 44 países da África subsaariana (84%) e 19 dos 20 países do Oriente Médio e da América do Norte. A Ásia e a Australásia também têm sua cota de países de regimes não democráticos, ao reunir 13 dos 28 países assim classificados na região. “Regimes híbridos” e “regimes autoritários” também constituem quase metade dos 24 países da América Latina e Caribe (11). Na Europa oriental, 12 dos 28 países da região (43%) também são classificados assim. Trata-se de países concentrados no extremo oriente europeu, dentre aqueles que integravam a antiga União Soviética. Geralmente, há poucas alterações nos índices democráticos nos países considerados “regimes autoritários” (Economist, 2024, p. 36. Tradução nossa)⁴³. O Brasil encontra-se classificado como Democracia Imperfeita desde 2006 pelo Democracy Index 2022 (2023, p. 15).

O relatório do Instituto *Varieties Democracies* (V-Dem) publicado em 2023 (p. 6) aponta que, em duas democracias – Brasil e Polônia –, a autocratização estagnou antes do colapso da democracia, o que no Brasil pode ser creditado à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2022, e pode ainda sinalizar a reversão no período de autocratização pelo qual o país passou recentemente (V-Dem, 2023, p. 22). Talvez seja revelador que as três maiores democracias em termos de tamanho populacional – Estados Unidos, Indonésia e Brasil – tenham sido todas autocratizadoras nos últimos dez anos (V-Dem, 2023, p. 13).

No entanto, com a mudança no comando à frente da presidência do Brasil, foi possível observar uma nova tendência com a retomada da democratização, também observada em outros 17 países, onde vivem apenas 400 milhões de pessoas, ou seja, 5% da população mundial. O Brasil corresponde a mais de metade desse número, com os seus 216 milhões de habitantes (V-Dem, 2024, p. 8).

⁴³ No original, em inglês: “Hybrid regimes” and “authoritarian regimes”, which constitute 93 of the 167 countries and territories covered by the Democracy Index, are concentrated in Sub-Saharan Africa and the Middle East and North Africa. They comprise 37 of the 44 countries in Sub-Saharan Africa (84%) and 19 of the 20 countries in the Middle East and North Africa (95%). Asia and Australasia have its fair share of nondemocratic regimes, which make up 13 of the 28 countries in the region. “Hybrid” and “authoritarian regimes” also constitute almost half the 24 countries in Latin America and the Caribbean (11). In Eastern Europe 12 of the region’s 28 countries (43%) are classified in this way. They are concentrated in the far east of the region, among the countries of the former Soviet Union. Typically, there is little change from year to year in the index scores for “authoritarian regimes” (Economist, 2024, p. 36)

O Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA) é uma organização intergovernamental que apoia globalmente a democracia. Em relatório intitulado O Estado Global da Democracia 2024 – Fortalecimento da Legitimidade das Eleições em um Período de Incertezas Radicalizadas (*Strengthening the Legitimacy of Elections in a Time of Radical Uncertainty*), o Instituto Idea ranqueia os países seguindo quatro categorias reformuladas a partir de seu desempenho democrático – Representação, Direitos, Estado de Direito e Participação, conforme apresentado no Quadro 3, ao invés de classificá-los baseados apenas em seus regimes (IDEA, 2024, p. 5).

Quadro 3 – Quadro conceitual do Estado Global da Democracia

Democracia				
Representação	Direitos		Estado de Direito	Participação
Governo eleito Eleições confiáveis Parlamento eficiente Voto inclusivo (universal) Democracia local Partidos políticos livres	Bem-estar básico		Independência judicial Ausência de corrupção Execução previsível Integridade e segurança pessoal	Participação eleitoral Engajamento cívico Sociedade civil
	Acesso à justiça			
	Igualdade política	Igualdade de gênero		
		Igualdade de grupo social		
		Igualdade econômica		
	Liberdades civis	Liberdade de associação e reunião		
		Liberdade de movimento		
		Liberdade de expressão		
		Liberdade de imprensa		
		Liberdade religiosa		

Fonte: Elaboração da Autora a partir da adaptação da Figura 2 – A estrutura conceitual do Estado Global da Democracia (*The Global State of Democracy conceptual framework*) (IDEA, 2024, p. 5).

O Instituto Idea lembra que a democracia continuou a ser enfraquecida em 2022 em todo o mundo. Foram observadas reduções em pelo menos um dos indicadores do desempenho democrático em metade dos países pesquisados. No contexto geral, mais países

tiveram queda no desempenho democrático do que aqueles que observaram avanços – pelo sexto ano seguido (IDEA, 2023, p. 17). Ocorreram reduções nos critérios de Eleições Confiáveis também em países de alto desempenho incluídos entre os 50 primeiros em Representação, como o Brasil (45) e a Costa Rica (13).

Tal preocupação integra artigo do Instituto Freedom House sobre democracia (Sedaca, 2024b): a rejeição e a manipulação dos princípios democráticos e seus processos têm contribuído para uma maior erosão de direitos e liberdades nas duas últimas décadas: uma tendência que somente irá piorar caso seja ignorada.

Para 2024, houve o início de um superciclo mundial de eleições em que aproximadamente 3 bilhões de pessoas elegeram seus representantes (IDEA, 2024). O relatório do Instituto Idea aponta que, em muitos casos, a incerteza inerente (e saudável) das eleições desencadeia e promove o debate que move a democracia. Em outros contextos, pode motivar disputas e inquietações mais hostis:

Não seria uma surpresa caso a violência eleitoral e tais inquietações aumentassem o desinteresse e reduzissem a participação (van Baalen, 2023), uma tendência que pode ser observada em todo o mundo e preocupa o futuro da democracia (IDEA, 2024, p. 9. Tradução nossa).⁴⁴

No caso do Brasil, embora as autoridades eleitorais tenham se mostrado resilientes e proporcionado garantias durante as eleições gerais de 2022, uma campanha belicosa e uma polarização tóxica culminaram em protestos desenfreados em janeiro de 2023. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro alegaram fraude eleitoral, possivelmente devido à recusa do seu candidato à reeleição derrotado a aceitar a vitória de seu oponente (IDEA, 2023, p. 74). Nunes e Traumann explicam que esse processo pode ser superficialmente justificado por números simples:

Lula foi eleito com 60,3 milhões de votos, a maior votação da história, mas Bolsonaro teve 58,2 milhões, a maior votação de um segundo colocado. A diferença entre os dois foi menor que o número de eleitores do Distrito Federal, o que contribuiu para inflamar as teorias conspiratórias que desembocaram nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 (Nunes; Traumann, 2023, pp. 16 e 17).

⁴⁴ No original, em inglês: In most cases, the inherent (and healthy) uncertainty of elections sparks the kind of debate that drives democracy forward. In other contexts, however, it can motivate more hostile disputes and unrest. Unsurprisingly, unrest and violence related to elections can decrease turnout (van Baalen 2023), a trend that is apparent at the global level (see Figure 1.1) and is worrying for the future of democracy (IDEA, 2024, p. 9).

No cenário dos países da América Latina, o relatório do *The Economist Unit* mostrou-se pessimista ao considerar o ano de 2022 como um ano ruim, após uma queda dramática do índice que mede a democracia em relação a 2021. A região registrou a “maior recessão democrática em relação aos demais países do mundo, nos últimos 20 anos”, com o índice regional caindo de 6,43 em 2008 para 5,79 em 2022, uma queda de 0,64 pontos. O indicador no Brasil teve uma redução modesta em relação à região: apenas 0,08 no valor (Economist, 2023, Democracy Index 2022, p. 31).

Uma das razões pelas quais o país teve redução no índice pode ser creditada ao processo eleitoral ocorrido em 2022, com severas repercussões em 2023, quando as instituições democráticas foram testadas dentro de um contexto de hiperpolarização e tentativa de manutenção dos quadros políticos que já estavam estabelecidos (Economist, 2023, Democracy Index 2022, p. 42).

Trata-se de uma tendência observada em todo o mundo. Casas-Zamora (IDEA, 2024, p. iv) relata que, entre 2020 e 2024, em quase 20% das eleições, um candidato perdedor ou seu partido político rejeitaram os resultados do pleito eleitoral. Na edição do relatório sobre O Estado Global da Democracia 2024 (IDEA, 2024, p. 3), foram observados oito pontos a serem considerados chaves para a democracia, a partir de análise realizada em 173 países:

1. Três bilhões de pessoas participarão de eleições [em 2024], sendo que 1/3 irão votar em países onde houve o decréscimo do processo eleitoral nos últimos cinco anos.
2. Entre 2020 e 2024, a cada cinco eleições, uma teve seu resultado questionado pelo candidato ou partido perdedor. Na mesma proporção, os resultados das eleições têm sido definidos por cortes judiciais.
3. A taxa global de participação eleitoral tem decrescido na mesma proporção em que as eleições se tornam mais acirradas, com a média de participação caindo de 65,2% para 55,5% nos últimos 15 anos.
4. Países em processo de autocratização têm superado aqueles com avanços significativos na democratização. Quase 1/4 dos países estão avançando enquanto 4/5 deles estão a piorar.
5. Os piores índices observados são aqueles nos critérios de Representação (Eleições Confiáveis e Parlamento Confiável) e Direitos (Igualdade Econômica, Liberdade de Expressão e Liberdade de Imprensa).
6. Países antes considerados mais avançados em desempenhos democráticos vêm sofrendo importante declínio, especialmente na Europa e nas Américas.
7. Ao mesmo tempo em que há um progresso significativo na administração do processo eleitoral, a credibilidade das eleições é posta em xeque em razão principalmente de irregularidades no momento da votação e da contagem dos votos.
8. Apesar de inúmeras ameaças às eleições e recuos significativos observados em muitos países, as eleições se mantêm uma promessa como um mecanismo para garantir o controle popular sobre os legisladores e suas tomadas de decisão. Os partidos no poder perderam eleições presidenciais e as maiorias parlamentares em muitas eleições em 2023 e 2024 (IDEA, 2024, p. 3).

Para evitar ataques à democracia, o Instituto Freedom House (Sedaca, 2024b) publicou artigo com os possíveis caminhos a serem evitados, a começar por:

- Negação dos resultados eleitorais;
- Disseminação de suspeitas antes das eleições;
- Manipulação das regras eleitorais e de autoridades relacionadas;
- Desumanização dos concorrentes; e
- Violência eleitoral (Sedaca, 2024b).

Além dessas, existem as que se aplicam a todas as democracias liberais, como o respeito pelo resultado das eleições (independentemente dos resultados), a obrigação de garantir uma pacífica transição de poder, a tolerância e o respeito na arena política (isto é, concordar em discordar), o uso comedido de mecanismos de exceção (mesmo quando previstos constitucionalmente) e o compromisso com a verdade em todas as instâncias e situações (Oliveira, 2022, p. 14).

A comunidade internacional pode desempenhar um papel importante para combater a judicialização dos processos eleitorais e à negação dos resultados eleitorais, exercendo uma forte pressão sobre os governos incumbentes para que se abstenham de ações inconstitucionais, aceitem a derrota e entreguem o poder pacificamente. Essa medida foi salutar para a retomada da democracia no Brasil, após as eleições presidenciais de 2022, que elegeram Lula da Silva para um terceiro mandato. Os líderes mundiais felicitaram Lula assim que os resultados foram divulgados, reconhecendo o resultado eleitoral em um rápido apoio internacional.

Na noite do segundo turno das eleições de 2022, o Instituto Idea Internacional emitiu comunicado afirmando que “a democracia brasileira sai fortalecida do pleito de domingo (30)”. O documento do Idea⁴⁵ destacou que foi realizada uma eleição íntegra, com resultados que confirmaram a liberdade dos eleitores e o pluralismo da oferta política. Em outra

⁴⁵ Em comunicado, Idea Internacional afirma que democracia brasileira sai fortalecida do pleito de domingo (30). Documento destacou que foi realizada uma eleição íntegra, com resultados que confirmaram a liberdade dos eleitores e o pluralismo da oferta política. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/em-comunicado-idea-internacional-afirma-que-democracia-brasileira-sai-fortalecida-do-pleito-de-domingo-30>. Acesso em: 04 out. 2024

demonstração de apoio, representantes de alto nível de vários países estiveram em Brasília para a cerimônia de posse de Lula em 1º de janeiro de 2023 (V-Dem, 2024, p. 39).

O apoio institucional interno também se mostrou importante para a garantia da passagem do poder, embora na semana seguinte à posse de Lula tenham ocorrido ataques graves à democracia com a invasão das sedes dos três poderes em 8 de janeiro de 2023. Representantes de importantes instituições brasileiras também reconheceram a vitória da oposição logo após as eleições. Os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República e os juízes do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, reconheceram a vitória imediatamente e descartaram a possibilidade de fraude eleitoral. Para o Instituto Varieties of Democracy (V-Dem, 2024, p. 39), isto foi, provavelmente, fundamental para que vários aliados políticos de Bolsonaro aceitassem publicamente a derrota sem questionar os resultados eleitorais. Além de outras figuras, o apoio internacional de países aliados parece ter afetado o vice-presidente de Bolsonaro, General Mourão, que disse após as eleições que um golpe militar deixaria o Brasil numa “posição difícil perante a comunidade internacional” (V-Dem, 2024, p. 39).

Retomando os passos acima descritos por Sedaca (2024b) para gerar o descrédito nos processos eleitorais, tais movimentos podem explicar o efeito direto causado pela desconfiança nas instituições que, envoltas em profunda instabilidade política e de reiterados ataques ao trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação, levou a uma expressiva queda nos níveis de confiança nas notícias, caindo de 48% em 2022 para 43% em 2023, conforme relatório do Instituto Reuters (Carro, 2023).

Em relatório de 2024 da Reuters, há um dado que merece destaque sobre confiança nas notícias. É possível observar um aumento no número de pessoas que selecionam as notícias a serem consumidas, evitando aquelas que as desagradam por um ou vários motivos:

Aproximadamente quatro pessoas a cada quatro dizem que evitam as notícias às vezes ou muitas vezes – um incremento de 3 pontos percentuais em relação à pesquisa do ano anterior [2023], com aumentos expressivos no Brasil, Espanha, Alemanha e Finlândia. [...] O Relatório *Digital News Report 2024* aponta ainda que a proporção de pessoas que se sentem “sobrecarregadas” pela quantidade de notícias aumentou substancialmente (+11%) quando comparado a 2019, quando a pergunta foi feita pela última vez aos respondentes da pesquisa que embasa o relatório anual da Reuters (Reuters, 2024, p. 11).⁴⁶

⁴⁶ No original, em inglês: Around four in ten (39%) now say they sometimes or often avoid the news – up 3 percentage points on last year’s average – with more significant increases in Brazil, Spain, Germany, and Finland. Open comments suggest that the intractable conflicts in Ukraine and the Middle East may have had

O Brasil ocupou o terceiro lugar no aumento do número de pessoas que ao responder ao questionário se disseram sentir sobrecarregadas pelas notícias, com 16 pontos percentuais de aumento em relação a 2019, ficando atrás da Espanha (+18%), Dinamarca (+16%), seguida pela Alemanha (+15%), África do Sul (+12%), França (+9%) e Reino Unido (+8%) e Estados Unidos com um aumento menor, de apenas 3%, quando a fadiga por notícias era um fator preponderante há cinco anos, segundo o mesmo relatório da Reuters (Reuters, 2024, p. 27)

Tal queda abrupta na confiança na mídia também foi observada nos meses seguintes à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. “As críticas a jornalistas são altas no Brasil, com quase dois terços dos entrevistados ouvindo ou vendo pessoas criticando a imprensa com frequência” (Carro, 2023), o que mostra o alinhamento com um ambiente de baixa confiança no sistema de comunicação e alta polarização. O relatório da EBU (2024, p. 24) sobre polarização aponta que um Serviço de Radiodifusão Pública forte aumenta o interesse pelas notícias e pela política e leva a uma maior confiança em todo o sistema de comunicação social. A pesquisa indica que o SRP confiável beneficia o ecossistema global dos meios de comunicação social:

Quando a confiança no SRP é forte, é mais provável que os cidadãos confiem no sistema geral dos meios de comunicação social. Este clima de confiança nos meios de comunicação social é crucial para a construção de sociedades menos polarizadas e é essencial para combater a desinformação e a manipulação da informação. Portanto, em locais onde o SRP é robusto, todo o país está mais bem equipado para enfrentar os desafios relacionados com a desinformação (EBU, 2024, p. 24).

Em 2023, apenas 48% das pessoas na América Latina disseram que apoiavam a democracia (Latinobarómetro 2023). A insatisfação contribuiu para a ascensão de líderes populistas e de sistemas políticos fragmentados e polarizados que visam responder ao descontentamento, mas não conseguiram sustentar a democracia⁴⁷ (IDEA, 2023, p. 74).

some impact. In a separate question, we find that the proportion that say they feel ‘overloaded’ by the amount of news these days has grown substantially (+11pp) since 2019 when we last asked this question (Reuters, 2024, p. 11).

⁴⁷ No original, em inglês: In 2023, only 48 per cent of people in Latin America said that they support democracy (Latinobarómetro 2023). Dissatisfaction has contributed to the rise of populist leaders, and fragmented and polarized political systems that aim to respond to discontent but have failed to maintain democracy (Casas-Zamora 2023; Latinobarómetro 2021) (IDEA, 2023, p. 74).

Borba e Cardoso (2021) oferecem uma possível resposta para este comportamento:

(...) em contextos de polarização política, eleitores que se identificam nos extremos ideológicos ou partidários aceitam abrir mão da democracia para evitar que os grupos oponentes cheguem ao poder. Em outras palavras, os eleitores trocam democracia por partidarismo ou ideologia (Borba; Cardoso, 2021, pp. 347 e 348).

Embora seja difícil imaginar que cidadãos comuns possam se radicalizar contra determinados governos sem criticar ainda mais o próprio sistema, isso só corrobora as evidências de que a democracia está sob ataque (Mounk, 2019, p. 130, in Borba; Cardoso, 2021, p. 354).

Para Nunes e Traumann (2023), essa polarização extrema é um fenômeno umbilicalmente ligado à volta do populismo mundial, o conceito que entende o antagonismo político como o confronto entre o bem (o povo) e o mal (as elites) e coloca o centro do debate no âmbito moral, em detrimento de plataformas e propostas políticas (Nunes; Traumann, 2023, p. 17).

2.3.1 Democracias mais fortes confiam mais nos SRP

Jesper Strömbäck, em estudo publicado em 2016 sobre os serviços das emissoras públicas de televisão e a intensidade [qualidade] da informação pública, mostra que, embora existam opiniões dissonantes sobre o quão os cidadãos e cidadãs devem ser bem-informados(as) para que a democracia funcione de forma adequada (Bennett 2003; Zaller 2003, in Strömbäck, 2016, p. 12), algumas vozes se colocariam contrárias à noção de que uma cidadania informada teria um valor democrático. Para Delli Carpini and Keeter (1996, p. 8 in Strömbäck, 2016, p. 12), “a informação política está para uma política democrática assim como o dinheiro está para a economia: é a moeda da cidadania”⁴⁸.

O Observatório Europeu de Audiovisual, integrante do Conselho da Europa (COE), lembra que o direito à liberdade de expressão consagrado na Convenção Europeia de Direitos Humanos (European Convention on Human Rights - ECHR) é um:

⁴⁸ No original, em inglês: Although there are disagreements about how informed citizens should be for democracy to function well (Bennett 2003; Zaller 2003), few would probably argue against the notion that an informed citizenry is of democratic value. As noted by Delli Carpini and Keeter (1996, 8), “Political information is to democratic politics what money is to economics: it is the currency of citizenship” (Strömbäck, 2016, p. 12).

(...) direito multifacetado que se desdobra na liberdade em emitir opiniões, em receber e transmitir informações e ideias, sem interferência das autoridades públicas e independentes das fronteiras. Esse direito inclui a liberdade dos meios de comunicação social, incluindo a independência, o pluralismo e a diversidade dos meios de comunicação social, e a segurança dos jornalistas e de outros atores da mídia⁴⁹ (COE, 2022, p. 102).

A EBU - União Europeia de Radiodifusão - é considerada a maior aliança de prestadores de Serviços de Radiodifusão Pública ao reunir 113 membros em 56 países, operando duas mil emissoras de televisão, estações de rádio, canais e estações online, para uma audiência de mais de um bilhão de pessoas, em 166 idiomas (EBU, About EBU, 2024). Para muitos europeus entrevistados pela EBU, os SRP são o local adequado para receber informações corretas e confiáveis (EBU, 2021, p. 2), embora as instituições democráticas e a estabilidade política estejam sendo desafiadas em um número crescente de países. “Líderes populistas têm reiteradamente desferido ataques à mídia livre e independente, incluindo os próprios Serviços de Radiodifusão Pública, mesmo em democracias consolidadas” (EBU, 2021, p. 2).

Esses ataques têm reverberado no nível de confiança da população tanto na mídia quanto nos SRP, afetando negativamente países cuja democracia tem um histórico de interferência política e em locais onde a mídia tem sofrido capturas (Hallin; Mancini, 2004, in EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 8). Nos últimos anos, a EBU acredita que: (...) a ascensão da política populista de direita, da qual um dos alvos tem sido os SRP, tenha contribuído para um declínio na confiança dos meios de comunicação social em geral e na confiança nos Serviços de Radiodifusão Pública, em especial (Sehl *et al.*, 2020, in EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 8)⁵⁰.

Em relatório publicado em 2024, a EBU definiu o papel dos SRP como crucial no combate à polarização e proteção à sociedade contra esse fenômeno. Serviços de Radiodifusão Pública robustos estão sistematicamente associados a níveis de polarização

⁴⁹ No original, em inglês: The right to freedom of expression enshrined in Article 10 (1) of the European Convention on Human Rights (ECHR) is a multi-faceted right that unfolds into freedom to hold opinions, to receive and impart information and ideas, without interference by public authority and regardless of frontiers. This right comprises, as an integral part, media freedom, including independence, pluralism and diversity of media, and the safety of journalists and other media actors (COE, 2022, p. 102).

⁵⁰ No original, em inglês: Levels of trust in PSM have been negatively affected in countries with a tradition of political interference and media instrumentalization (Hallin & Mancini, 2004). In recent years, the rise of right-wing populist politics, one target of which has been PSM, is believed to have contributed to a decline in media trust generally and trust in PSM specifically (Sehl *et al.*, 2020, in EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 8).

mais baixos. Os SRP têm um amplo alcance que ajuda a unificar as pessoas. Além disso, um serviço robusto aumenta o interesse público na política, um fator crucial na prevenção da polarização. Para a referida entidade, os Serviços de Radiodifusão Pública também protegem a sociedade da desconfiança e da manipulação, principais desencadeadores da polarização (EBU, 2024, p. 4)⁵¹.

Pesquisas mostram que a mídia tradicional tende a ter mais a confiança do público do que as redes e mídias sociais, especialmente em momentos de crise, e as instituições dos SRP são frequentemente consideradas mais confiáveis entre os meios tradicionais de comunicação (EBU, 2023, p. 5). Parte dessa confiança pode ser atribuída aos valores que a EBU (Bridging Values and Trust, 2023, p. 5) estipula como necessários para a existência dos SRP:

1. Universalidade: Os SRP se esforçam para atingir todos os segmentos da sociedade com conteúdos e serviços multiplataforma, possibilitando diversas vozes e participação na sociedade.
2. Independência: Os SRP estão livres de influências e ideologias políticas, comerciais e outras e fornecem conteúdo imparcial.
3. Excelência: Os SRP promovem altos padrões de excelência e qualidade de conteúdo.
4. Diversidade: Os SRP oferecem visões diferentes e diversas, oferecem diferentes gêneros e promovem a diversidade de pessoal.
5. Responsabilidade: Os SRP ouvem o público e buscam a transparência de processos e práticas.
6. Inovação: Os SRP criam novos formatos e utilizam novas tecnologias para se conectar com o público (EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 5).

Em relatório da EBU sobre a construção de valores e da confiança, publicado em 2023, espera-se que a confiança na mídia seja maior caso existam canais eficazes de responsabilização (*accountability*). Em razão de sua natureza, os SRP ocupam um importante papel na construção da confiança na mídia de forma geral (EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 5). A entidade europeia define *accountability* como:

(...) a abertura, a transparência, a boa governança e estar sujeito (e responder) ao escrutínio público. Nenhuma outra organização de mídia é tão responsável como os Serviços de Radiodifusão Pública. Para a EBU, isto ocorre porque os padrões pelos quais os SRP são responsabilizados, conforme estabelecidos em estatutos, contratos de serviços e documentos regulamentares, são mais elevados do que aqueles aplicados a organizações de mídia privadas e geridas comercialmente,

⁵¹ No original, em inglês: Public Service Media (PSM) play a crucial role in countering polarization. Robust PSM are systematically associated with lower polarization levels. PSM have a broad reach which helps unify people. Besides, robust PSM increase public interest in politics, a crucial factor in preventing polarization. PSM also protect from distrust and manipulation, key triggers of polarization (EBU, 2024, p. 4)

mesmo quando estas últimas também estão sujeitas a leis regulatórias da mídia (EBU, Bridging Values and Trust, 2023, p. 15).

Como fonte de informação estável e confiável, os SRP desempenham um papel fundamental nesse cenário. Em um contexto desafiador para a democracia e orientado pelo mercado, as emissoras públicas são cada vez mais questionadas sobre a necessidade de sua existência. É preciso lembrar que os veículos de comunicação livres e independentes são um elemento vital da infraestrutura de uma democracia saudável. Informam o público, responsabilizam os que estão no poder, criam uma plataforma de debate e contam narrativas que contribuem para uma cultura comum (EBU, Democracy and PSM, 2021, p. 2)

No panorama europeu, os SRP ocupam um ponto central das democracias, assim como em países como Austrália, Canadá e Estados Unidos. No entanto, em países menores ou subdesenvolvidos, o papel dos SRP se mostra diverso. Goyanes (2021, p. 29) ressalta que, nesses últimos casos, os países deverão ter maior responsabilidade para oferecer e garantir a diversidade, informação e alta qualidade nos conteúdos produzidos pelos Serviços de Radiodifusão Pública. Assim, a estratégia seguida pelos radiodifusores públicos e agências de regulação foi a oposta daquela adotada pelos países europeus.⁵² Porém, no cenário de países não democráticos e em democracias mais frágeis, os Serviços de Radiodifusão Pública se mostram um “caminho para a democracia e uma estratégia para alcançar transformações político-sociais”, de acordo com Rhodes (2007) em estudo de Goyanes (2021, p. 30).

O tema democracia e a prestação de serviços de radiodifusão pública foram abordados em um estudo da EBU⁵³, publicado em 2021, sob o contexto da pandemia do coronavírus e intensa polarização na Europa, que apontou uma correlação indicando que existe uma conexão muito próxima entre o bem-estar democrático de um país e o desempenho de seus SRP (EBU, 2021, p. 2). O mesmo relatório apresenta os desafios que afetam a democracia ao mesmo tempo em que cita as contribuições dos SRP para a democracia (EBU, 2021, p. 3-4) no Quadro 4:

⁵² No original, em inglês: PSB is a central element of the European democracies, as well as other countries, including Australia, Canada, and the United States. However, in small countries or undeveloped geographies, the PSB's role has proven different. [...] Therefore, governments of these countries have more responsibility to offer and ensure diversity, information, and high quality in PSB content. In this case, the strategy followed by public broadcasters and regulators was the opposite of other European countries (Goyanes, 2021, p. 29).

⁵³ O Relatório Democracy and Public Service Media (EBU, 2021) está disponível para consulta em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login_only/psm/EBU-MIS-PSM_Democracy_2021_Public_version.pdf.

Quadro 4 – Desafios e contribuições dos SRP à democracia

Desafios para a democracia	Contribuições dos SRP à democracia
<i>A DEMOCRACIA ESTÁ EM DECLÍNIO</i> Pesquisas comparativas indicam uma tendência global para o autoritarismo. Os valores democráticos parecem estar ameaçados inclusive na Europa.	<i>SRP FORTALECEM A DEMOCRACIA</i> Os cidadãos estão mais satisfeitos com a democracia em países onde os SRP dispõem de um financiamento mais robusto. Quanto mais elevadas forem as quotas de mercado das TVs dos SRP, menos os cidadãos encaram a liderança autoritária como uma boa forma de governar.
<i>CIDADÃOS DÃO AS COSTAS À VIDA PÚBLICA</i> A participação dos cidadãos em vários aspectos da vida pública está no cerne de uma democracia sólida. O desligamento cívico afasta as pessoas do sistema político, dos seus concidadãos e do bem comum.	<i>SRP FOMENTANDO A CIDADANIA</i> Os cidadãos confiam mais uns nos outros em países onde a posição do SRP é forte. As elevadas quotas de mercado do SRP são acompanhadas de um maior interesse político por parte dos cidadãos. Quanto mais bem financiados são os SRP, mais os cidadãos se sentem confiantes em poder participar da política.
<i>MÍDIA SENDO CAPTURADA</i> Formas sutis de controle governamental ou empresarial ameaçam o surgimento de paisagens midiáticas plurais, inclusive nas democracias europeias.	<i>CIDADÃOS VALORIZAM SRP FORTE E GRATUITO</i> Os cidadãos ficam mais satisfeitos com a democracia no seu país quando percebem que o seu SRP nacional se encontra livre de pressão política. A liberdade de imprensa é maior em países com SRP bem financiado.
<i>PROPAGANÇA DE DESINFORMAÇÃO</i> Informações falsas, espalhadas intencionalmente ou não, abalam profundamente a democracia. Somente com cidadãos bem informados as democracias funcionam bem.	<i>SRP GARANTEM UM AMBIENTE DE INFORMAÇÃO SEGURO</i> Os cidadãos estão menos preocupados com a desinformação e sentem-se menos expostos a ela em países com um forte SRP. Os cidadãos estão mais satisfeitos com a cobertura eleitoral em países com maiores quotas de audiência da televisão pública.

Elaboração da Autora: Adaptação do relatório Democracy and Public Service Media (EBU, 2021).

A primeira constatação do relatório sobre democracia e os Serviços de Radiodifusão Pública da EBU (2021, p. 14) é a de que os cidadãos e cidadãs assistem mais a emissoras de televisão públicas em contextos de democracias mais consolidadas e saudáveis.

No caso do Brasil, no entanto, historicamente, os hábitos de consumo são outros e não contemplam prioritariamente os meios públicos; mas parte dessa possível confiança na radiodifusão de uma forma geral pode ser atribuída à expressiva capilaridade da TV aberta,

que continua sendo o meio audiovisual com o maior alcance no país. Sinais de rádio e TV juntos alcançaram praticamente 100% dos municípios brasileiros.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, dos 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes do Brasil, em 94,3% havia televisão, proporção que ficou em 95,1% na área urbana e 88,5% na rural. [...] Em termos regionais e em relação a 2022, houve aumento do número de domicílios com televisão (IBGE, 2024, p. 2).

Voltando à reflexão do contexto internacional, é possível inferir uma conexão entre as maiores participações dos SRP nas fatias de mercado de mídia e uma maior qualidade da democracia, conforme anualmente apurado pelo Índice Democrático elaborado pelo *The Economist Unit*. A edição 2024 do referido indicador aponta que 45,4% dos países e territórios avaliados podem ser considerados democracias (Economist, 2024, Democracy Index 2023, p. 4). Foram considerados democracias plenas 24 países e territórios; democracias imperfeitas somaram 50 países (o Brasil está incluído nesta categoria); territórios de regimes híbridos contabilizam 34 países e 59 foram considerados regimes autoritários.

Dois anos após o relatório *Democracy and Public Service Media*, a EBU divulgou um amplo estudo avaliando os Serviços de Radiodifusão Pública “em 360 graus”. As constatações sobre a democracia se mantiveram presentes nesta pesquisa. Os SRP fortes estão associados a uma democracia saudável e aqueles com financiamento robusto estão associados a melhores resultados globais de democracia, impactando em um melhor funcionamento das instituições democráticas (EBU, Valor 360° 2023, pp. 2, 24, 25 e 27). Além da democracia, os SRP ajudam a reforçar a cidadania, através de um efeito positivo na participação social e política, uma vez que está sob sua responsabilidade informar, conectar e tornar uma sociedade democrática próspera mais confiante para os desafios atuais e futuros.

Cidadãos cujos Serviços de Radiodifusão Pública de seus países recebem aportes financeiros significativos podem ser considerados mais satisfeitos com o funcionamento da democracia (EBU, 2021, pp. 16-20). A independência política e a diversidade de opiniões também são importantes critérios para elevar a satisfação dos cidadãos com os SRP. Uma importante constatação se destaca: quanto maior for a audiência dos Serviços de

Rádiodifusão Pública, menor a quantidade de cidadãos que acreditam em líderes autoritários como uma boa opção para seus países. Outra interessante observação relaciona um maior interesse político dos cidadãos e maior confiança na participação social a uma maior presença dos SRP nas fatias de mercado da mídia.

Do ponto de vista da cidadania, os SRP que dispõem de um maior financiamento conseguem obter um maior grau de participação social dos cidadãos. Essa afirmação se baseia no papel dos Serviços de Rádiodifusão Pública em promover quatro categorias da cidadania, conforme pensamento desenvolvido por Karen Donders (2021): cidadania política, cidadania cultural, cidadania social e cidadania cívica, conceitos discutidos anteriormente.

No entanto, a democracia enfrenta muitos desafios, tanto na Europa, como no Brasil e no mundo. A liberdade dos meios de comunicação social e as organizações da sociedade civil estão a serem atacadas, mesmo em democracias maduras. Os cidadãos e as cidadãs expressam cada vez mais descontentamento com a ordem estabelecida. A desinformação e a hiperinformação, amplificadas pelas novas tecnologias, estão a dificultar-lhes o envolvimento nos assuntos atuais e a obtenção de uma opinião informada (EBU, Democracy and PSM, 2023, p. 2).

Além da participação dos cidadãos, os Serviços de Rádiodifusão Pública robustos estão sistematicamente associados a uma polarização mais baixa, enquanto níveis elevados de polarização estão todos associados a SRP subfinanciados (EBU, 2024, p. 20). A EBU divulgou relatório sobre a Polarização e os Serviços de Rádiodifusão Pública que detalha as ferramentas para combater a polarização como fortes ativos dos SRP. Conforme o Quadro 5, são essas as ferramentas (EBU, 2024, p. 27):

Quadro 5 – Ferramentas dos SRP para combate à polarização

Ferramenta	Justificativa
Corte Transversal - Exposição	A maioria das iniciativas para combater a polarização começa com a exposição transversal, que é a principal, embora não a única nem perfeita, solução contra os silos ideológicos. Todos os meios de comunicação de serviço público têm a missão de oferecer pontos de vista e opiniões diversos e equilibrados (EBU, 2024, p. 27).
Imparcialidade	O público exige fortemente notícias imparciais e a sua percepção de imparcialidade é crucial para a confiança que depositam nos principais meios de comunicação social, como os SRP. A imparcialidade está incorporada no DNA do SRP (EBU, 2024, p. 27).

Fact Checking - Verificação de Fatos	A verificação de fatos e a desmistificação de notícias falsas são estratégias essenciais para prevenir a polarização e garantir a divulgação de notícias imparciais, mesmo que estes esforços possam não ter um impacto significativo sobre indivíduos que já estão polarizados. A maioria dos SRP estão envolvidos em tais iniciativas ou contribui para esforços mais amplos da indústria (EBU, 2024, p. 27).
Notícias Locais	As notícias locais ajudam a construir confiança e apego à comunidade, agindo como uma forte força coesiva que pode potencialmente neutralizar a polarização (EBU, 2024, p. 27).
Educação Midiática	Os programas de educação midiática, juntamente com os projetos de educação em IA, são essenciais para melhorar a capacidade dos cidadãos de compreender, selecionar e interagir com as notícias. Quase todos os SRP estão ativamente envolvidos em iniciativas de educação midiática e consideram isto uma prioridade estratégica (EBU, 2024, p. 27).

Elaboração da Autora: Adaptação do relatório PSM and Polarization (EBU, 2024, p. 27).

Dragomir & Horowitz (2021, p. 218) explicam que a captura dos Serviços de Radiodifusão Pública é exclusiva de um determinado contexto e depende de uma série de realidades econômicas, políticas e culturais. Os estudiosos também afirmam que, embora possam integrar contextos diferentes, a pressão econômica e a política contra os SRP é assustadoramente similar. Esses serviços públicos de radiodifusão são comumente politizados para atender propósitos mais amplos de ideologias como, por exemplo, a “demonização dos SRPs por políticos populistas” e “hostilidade política bastante relevante” em países como a Austrália, Dinamarca, Suíça e Reino Unido (Dragomir; Horowitz, 2021, p. 218), não sendo possível esquecer dos ataques sofridos pela EBC nos últimos anos.

Em 2019, Dragomir (2019, p. 8) preparou um modelo para avaliar o grau de risco à independência editorial causado pela captura de mídia, que pode ser utilizado por investidores e empresas (para saber quando entrar ou sair de um mercado capturado), jornalistas (para observar pontos de riscos à sua autonomia) e reguladores (para ajustar as metodologias que possam ser utilizadas para ameaçar o pluralismo das mídias). Os quatro componentes do modelo para que a mídia de um país seja considerada plenamente capturada precisam necessariamente estar presentes, conforme Dragomir & Horowitz (2021) retomaram em estudo posterior:

1. Captura regulatória – consiste em controle governamental do processo regulatório que, em razão do poder de licenciamento atribuído à essas autoridades, afeta a composição do mercado editorial;
2. Controle dos SRP – consiste em criar mecanismos para controlar as estruturas governamentais e manter a dependência financeira do governo, que pode terminar por transformar as operações das emissoras em canais governamentais;
3. Uso do financiamento estatal como ferramenta de controle – consiste nas diversas formas de financiamento, incluindo financiamento público das mídias administradas pelo governo, publicidade estatal, subsídios estatais e medidas para desestabilizar o mercado editorial, sendo todos utilizados para influenciar as operações e, indiretamente a independência dos meios de comunicação; e
4. Aquisição de propriedade – consiste em formas de aquisição forçada de mídias comerciais por meio de empresas privadas alinhadas ao governo (Dragomir & Horowitz, 2021, p. 219).

E o que pode ser feito para combater as ameaças à democracia, de forma aguda e crônica? O Relatório do Estado da Democracia 2023 recomenda políticas que incluem o apoio aos processos eleitorais; foco em mecanismos que garantam disputas [eleições] justas e participação; transparência e acesso à informações legislativas que poderiam multiplicar as fontes de responsabilização (*accountability*); compromisso total dos governos para proteção dos espaços cívicos; e proteção legal pela independência de instituições que protegem as eleições, investigam a corrupção e supervisionam programas de governo (IDEA, 2023, pp. 10-11)

O relatório da EBU sobre polarização indica ainda que o Serviço de Radiodifusão Pública desempenha um papel unificador em um contexto de fragmentação, podendo ser considerado a fonte mais importante de informação sobre política, oferecendo maior número de notícias, mais notícias concretas e jornalismo de alta qualidade em comparação a outras fontes (EBU, 2024, p. 22).

Os SRP podem ser uma preciosa ferramenta para governos democráticos que desejarem ampliar os níveis de confiança nos meios de comunicação e outras instituições informacionais, como uma das condições para as boas práticas de governança institucional. Estudo da EBU mostra que as televisões e rádios públicas são mais assistidas em países de democracia forte e consolidada (EBU, 2021, p. 14), conforme critérios do índice de democracia divulgado pelo *The Economist Unit*.

2.3.2 Democracia no Brasil: ações tensionadoras no contexto do SRP

Para que sejam avaliadas as ações sociais tomadas por diversos atores envolvidos na elaboração das políticas e estratégias de comunicação da e para a Empresa Brasil de

Comunicação, foram levantadas reportagens, documentos e fatos que estabelecem uma linha temporal que se inicia em 2020 e finaliza em 2023, com diversos eventos e/ou situações políticas e/ou institucionais que, em alguma medida, acabam por influenciar direta ou indiretamente na comunicação pública realizada pela EBC e que a tem, de algum modo, a configurado como uma empresa pública de comunicação com forte influência política e governamental sobre sua estrutura e produção de conteúdo.

No Quadro 6, foram “cartografadas” (Kastrup, 2019) as ações sociais de maior destaque midiático, com uma síntese do evento histórico, atores envolvidos e evidências tais como *links* dos arquivos. Priorizou-se as ações que continham as expressões Empresa Brasil de Comunicação; EBC; autoridades envolvidas na condução da EBC como Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Pimenta, Hélio Doyle e Jean Lima, sendo os dois primeiros presidentes da República, o terceiro o então Ministro das Comunicações do governo Lula da Silva, e os dois últimos os presidentes da EBC em 2023.

O compilado de informações mostrou-se útil para avaliar como os atores interferiram e ainda vêm interferindo na estrutura, no funcionamento e na geração de conteúdo da Empresa Brasil de Comunicação. Esse tipo de interferência significa o colapso do frágil sistema de pesos e contrapesos [*checks and balances*] em que o “SRP deve se manter suficientemente independente para criticar o governo e não atuar como um de seus servidores, deixando assim de cumprir o papel de agente ativo da sociedade como um todo, de vigilante (*watchdog*) do serviço público (Jaskiernia, 2022, p. 312).

Analisar tais informações e iniciativas do Poder Executivo brasileiro pode ser um

(...) meio de compreender de que modo o governo projeta ideias, estilos e preferências com relação à democracia e seus valores, pressupondo que, na prática, governos materializam essas questões em iniciativas ou projetos (Almada; Carreiro; Barros; Gomes, 2019, p. 179).

Dessa maneira, a análise das ações públicas desses atores permite a observação dos nexos das articulações entre atores, representações, instituições, processos e resultados – constituídos em diversos níveis, formas de regulação e redes (Lascoumes, Le Galès, 2012, *apud* Kuhn; Cruz; Azevedo, 2017, p. 511):

Nessa configuração, os atores têm motivações materiais e/ou simbólicas, contam com estratégias, recursos e capacidades próprios, e têm alguma autonomia, podendo ser individuais ou coletivos. As representações seriam aquilo que dá sentido às ações, os elementos normativos e cognitivos que as condicionam e refletem. As instituições, por sua vez, governariam as interações por meio de instrumentos, procedimentos, normas, rotinas e regras. Os processos seriam, justamente, as formas de composição (e recomposição) das interações no tempo;

e os resultados seriam os efeitos da ação pública (Lascombes, Le Galès, 2012, p. 45-46 *apud* Kuhn; Cruz; Azevedo, 2017, p. 511).

Assim, abaixo, encontram-se elencadas manchetes jornalísticas que contextualmente “cartografamos” (Kastrup, 2019) buscando ações públicas relacionadas à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), as quais, em nossa compreensão, revelam diferentes tensionamentos sobre a Empresa e o próprio SRP brasileiro e, por conseguinte, são, em considerável medida, evidências que contribuem para interpretarmos de maneira mais aprofundada o nosso problema de pesquisa: *Como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) apresenta em suas políticas e estratégias, especificamente em Programas, Projetos e Ações datados entre 2020-2023, a perspectiva da defesa da democracia e o fomento ao exercício da cidadania?*

Quadro 6 – Cartografia de ações sociais tensionadoras do SRP Brasileiro (2020-2023)

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
21 mai. 2020	Decreto de Bolsonaro qualifica EBC para privatização	Criada durante o governo Lula, a EBC é a rede de comunicação do governo federal, responsável por veículos de imprensa e a produção do programa 'A Voz do Brasil'	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Luiz Inácio Lula da Silva; Salim Mattar; BNDES	https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/decreto-de-bolsonaro-qualifica-ebc-para-privatizacao/
18 set. 2020	Governo Bolsonaro interferiu 138 vezes no trabalho da EBC até julho de 2020	Dossiê feito pelos próprios trabalhadores da empresa aponta denúncias de “censura e governismo”	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Michel Temer.	https://www.brasildefato.com.br/2020/09/18/governo-bolsonaro-interferiu-138-vezes-no-trabalho-da-ebc-ate-julho-de-2020
30 set. 2020	Bolsonaro troca o comando da EBC, responsável pela TV Brasil	Presidente exonerou o general Luiz Carlos Pereira Gomes e nomeou o publicitário Glen Lopes Valente para o cargo de diretor-presidente	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Glen Lopes Valente; Luiz Carlos Pereira Gomes	https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/09/bolsonaro-troca-o-comando-da-ebc-responsavel-pela-tv-brasil-ckfp7gx4w000e012tnc4cifb3.html
25 nov. 2020	Bolsonaro entrega comando da EBC para militares da reserva com	Desde que o presidente assumiu, a estatal já demitiu 90 trabalhadores e gastou R\$ 1,4 milhão com rescisões	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação;	https://www.brasildefato.com.br/2020/11/25/bolsonaro-entrega-comando-da-ebc-para-militares-da-reserva-com-salarios-de-r-20-mil

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
	salários de R\$ 20 mil		Glen Lopes Valente.	
18 jan. 2021	Com promessa de "acabar com a mamata", Bolsonaro gasta "uma Band" em TV pública	Gestão gastou quase R\$ 1 bilhão em dois anos	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Glen Lopes Valente; Luiz Inácio Lula da Silva.	https://natelinha.uol.com.br/mercado/2021/01/18/com-promessa-de-acabar-com-a-mamata-bolsonaro-gasta-uma-band-em-tv-publica-157202.php
12 fev. 2021	Jornalistas da EBC se manifestam contra suposta censura de Bolsonaro	Estão em estado de greve. Pedem independência editorial.	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação.	https://www.poder360.com.br/governo/jornalistas-da-ebc-se-manifestam-contra-suposta-censura-de-bolsonaro/
12 mar. 2021	Empresa de comunicação pública vira arma de propaganda de Bolsonaro	Os ataques sistemáticos e graves proferidos aos trabalhadores e trabalhadoras dos diversos veículos da EBC, em vez de silenciar os profissionais de comunicação da empresa – como pretendia o governo –, teve como resposta mobilizações e a resistência permanente nas redações.	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Michel Temer; Fábio Faria; Fábio Wajngarten.	https://diplomatique.org.br/empresa-de-comunicacao-publica-vira-arma-de-propaganda-de-bolsonaro/
17 mar. 2021	Bolsonaro inclui EBC na lista de privatizações do governo.	O governo do presidente Jair Bolsonaro incluiu a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) no Plano Nacional de Desestatização (PND). A decisão foi tomada nesta terça-feira (16), pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI). A partir de agora será feito um estudo sobre a viabilidade do conglomerado de comunicação.	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação.	https://www.brasildefato.com.br/2021/03/17/bolsonaro-inclui-ebc-na-lista-de-privatizacoes-do-governo
22 jan. 2022	Presidente transforma a EBC na 'TV do	Depois de muito criticar a 'TV do Lula' e prometer privatizá-la,	Jair Bolsonaro; EBC;	https://veja.abril.com.br/politica/presidente-transforma-a-ebc-na-

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
	Bolsonaro', com audiência zero.	político alcançou patamares inéditos de personalismo com a TV Brasil.	Empresa Brasil de Comunicação; Luiz Inácio Lula da Silva.	tv-do-bolsonaro-com-audiencia-zero
20 out. 2022	Bolsonaro diz por que não cumpriu a promessa de privatizar a EBC.	A Empresa Brasileira de Comunicação chegou a ser apelidada pelo presidente de 'TV Lula'.	TV Brasil; Jair Bolsonaro; Empresa Brasil de Comunicação; EBC.	https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/20/interna_politica,1409987/bolsonaro-diz-por-que-nao-cumpriu-a-promessa-de-privatizar-a-ebc.shtml
08 nov. 2022	Transição de governo terá 31 grupos temáticos.	Portaria diz que grupos vão 'debater e produzir subsídios para elaboração de relatório final de transição'. Governo eleito pode nomear 50 pessoas. Alckmin fala em membros 'voluntários'.	Luiz Inácio Lula da Silva; Geraldo Alckmin; Jair Bolsonaro.	https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/08/transicao-de-governo-tera-31-grupos-tematicos-veja-lista.ghtml
01 jan. 2023	Criação de Grupo Técnico (GT) sobre Comunicação Social durante o governo de transição (Jair Bolsonaro / Lula da Silva).	Relatório Final do Grupo Técnico de Comunicações elaborado pela Comissão de Transição Governamental 2022.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Rede Nacional de Comunicação Pública; RNCP.	https://congressoemfoco.uol.com.br/wp-content/uploads/2023/01/Relatorio-Final-GT-Comunicacoes-1.pdf
08 jan. 2023	Youtuber bolsonarista com cargo na EBC participou de ato terrorista.	Amiga de Renan Bolsonaro e ex-frequentera do Alvorada, Karol Eller participou de ato terrorista em Brasília; recebe R\$ 11 mil da EBC.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Karol Eller; Jair Bolsonaro; Jair Renan Bolsonaro.	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtuber-bolsonarista-com-cargo-na-ebc-participou-de-ato-terrorista
15 jan. 2023	Lula exonera diretores da EBC e nomeia jornalista que denunciou assédio.	A destituição incluiu o presidente, o diretor-geral e os diretores de Jornalismo, Administração e Operações. Apenas o diretor de Conteúdo e Programação, Denilson Morales da Silva, continua no cargo. Os cinco diretores	Jair Bolsonaro; EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Luiz Inácio Lula da Silva; Kariane Costa; Paulo Pimenta;	https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5066325-lula-exonera-diretores-da-ebc-e-nomeia-jornalista-que-denunciou-assedio.html

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
		exonerados eram da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e estavam no comando da EBC durante a cobertura dos ataques às sedes dos três Poderes, em Brasília. Em nota oficial, o Palácio do Planalto informa que a nova presidente da estatal, é representante dos empregados no Conselho de Administração da empresa e “conduzirá o processo de transição para nova gestão, a ser implementada nos próximos meses”.	Denilson Morales da Silva.	
15 jan. 2023	Lula da Silva demite direção dos meios de comunicação públicos.	Em causa está a forma como os meios de comunicação públicos brasileiros cobriram a invasão em Brasília.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Kariane Costa; Luiz Inácio Lula da Silva; Flávio Bolsonaro; Jair Bolsonaro.	https://sicnoticias.pt/espaciais/invasao-em-brasilia/2023-01-15-Lula-da-Silva-demite-direcao-dos-meios-de-comunicacao-publicos-3b12ebd1
16 jan. 2023	EBC reencontrará seu propósito, diz nova presidenta Kariane Costa.	A cerimônia de posse contou com a participação do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta. Ele lembrou que, além de Kariane, outras quatro mulheres ajudarão no período de transição da empresa, para conduzir os debates entre trabalhadores, sociedade civil e governo federal.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Agência Brasil; Kariane Costa; Paulo Pimenta; Rita Freire.	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/ebc-reencontrara-seu-proposito-diz-nova-presidenta-kariane-costa
26 jan. 2023	Hélio Doyle será o novo presidente da EBC.	A roteirista Antonia Pellegrino será diretora de conteúdo da estatal, Flávia Filipini a diretora de jornalismo, Nicole Briones a superintendente de redes	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Luiz Inácio Lula da Silva; Hélio Doyle;	https://www.brasil247.com/midia/helio-doyle-sera-o-novo-presidente-da-ebc

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
		sociais e Jean Lima o diretor-geral da EBC.	Paulo Pimenta; Antonia Pellegrino; Flávia Filipini; Nicole Briones; Jean Lima.	
01 fev. 2023	Indicado para a EBC defende tratar impeachment de Dilma como 'golpe' em rede estatal.	Jornalista Hélio Doyle teve seu nome anunciado pelo governo federal na semana passada. “Se depender de mim, vai continuar falando que foi golpe. Gostem ou não gostem. Agora, a linha editorial da empresa, a gente tem que discutir melhor. Estou falando de caráter pessoal. Nós teremos que discutir melhor com a diretoria. Para mim, foi golpe”, diz Doyle, em entrevista à Folha.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Luiz Inácio Lula da Silva; Hélio Doyle; Dilma Rousseff; Michel Temer; Paulo Pimenta; Flávio Bolsonaro.	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/indicado-para-a-ebc-defende-tratar-impeachment-de-dilma-como-golpe-em-rede-estatal.shtml
07 abr. 2023	Governo retira Correios e outras estatais de programas de privatização.	EBC, Dataprev e Serpro também foram retiradas de programa de desestatização. Governo excluiu Telebras e imóveis da Conab de programas de parcerias privadas.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Luiz Inácio Lula da Silva; Jair Bolsonaro.	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/governo-retira-correios-e-outras-estatais-de-programas-de-privatizacao.ghtml
25 abr. 2023	Ato contra o desmonte do jornalismo na EBC.	A direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) tornou público aos empregados/as, nesta segunda-feira (24), detalhes do redesenho do novo organograma institucional. Sem qualquer discussão prévia com o corpo de funcionários, o redesenho promove profundas alterações na estrutura de jornalismo público da empresa, reduzindo à metade o número de coordenações e achatando ainda mais a capacidade operacional da área jornalística da	Sindicatos dos/as Jornalistas do DF, SP e Rio de Janeiro; Federação Nacional dos/as Jornalistas (Fenaj); Comissão de Empregados/as da EBC.	https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/52-em-destaque/4589-entidades-fazem-ato-contra-desmonte-do-jornalismo-na-ebc

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
		empresa, coração da comunicação pública.		
15 jul. 2023	EBC muda regra para aumentar indicação política em seus cargos.	Assim, estatal que cuida da TV Brasil e das rádios públicas pode sofrer um loteamento em larga escala, diz o sindicato de jornalistas da capital.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.	https://oantagonista.com.br/brasil/ebc-muda-regra-para-aumentar-indicacao-politica-em-seus-cargos/
06 ago. 2023	Hélio Doyle: “Quando você mistura a comunicação pública com a governamental, acaba usando a EBC para fazer propaganda de governo”.	Parte do governo Lula não entende TV pública, diz presidente da EBC.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação/ Hélio Doyle; Agência Brasil; Luiz Inácio Lula da Silva; Jair Bolsonaro.	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/parte-do-governo-lula-nao-entende-tv-publica-diz-presidente-da-ebc
13 set. 2023	Oito meses de governo e ainda sem comunicação pública.	Até agora, nenhum passo foi dado nessa direção para tornar a EBC uma empresa de interesse social.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Rita Freire.	https://www.brasildefato.com.br/2023/09/13/oito-meses-de-governo-e-ainda-sem-comunicacao-publica
12 out. 2023	Após denúncia do Brasil de Fato, editor-chefe da EBC é demitido por negar a ditadura militar.	Declarações de Luiz Braga desagradaram o governo, que pressionou por sua saída; presidente da estatal tentou protegê-lo.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Luiz Carlos Braga; Hélio Doyle; Luiz Inácio Lula da Silva; Paulo Pimenta.	https://www.brasildefato.com.br/2023/10/12/a-pos-denuncia-do-brasil-de-fato-editor-chefe-da-ebc-e-demitido-por-negar-a-ditadura-militar
13 out. 2023	Presidente da EBC, Hélio Doyle, confirma pressão de Pimenta para demitir Luiz Carlos Braga: 'resolva a situação'.	Declarações do jornalista negando a ditadura militar e criticando Lula incomodaram o ministro e o Palácio do Planalto.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Luiz Carlos Braga; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Luiz Inácio Lula da Silva; Jair Bolsonaro.	https://www.brasildefato.com.br/2023/10/13/presidente-da-ebc-helio-doyle-confirma-pressao-de-pimenta-para-demitir-luiz-carlos-braga-resolva-a-situacao

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
16 out. 2023	Ministérios, EBC e universidades federais anunciam expansão da rede pública de rádio e TV e da comunicação universitária.	Serão assinados acordos de cooperação entre a EBC, a Andifes e 31 universidades federais, orientados à operação de 72 novas emissoras de rádio e TV.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Paulo Pimenta; Rede Nacional de Comunicação Pública; RNCP; Juscelino Filho.	https://www.gov.br/sec/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/ministerios-ebc-e-universidades-federais-anunciam-expansao-da-rede-publica-de-radio-e-tv-e-da-comunicacao-universitaria
18 out. 2023	Presidente da EBC compartilha postagem que chama de 'idiota' quem apoia Israel.	Hamas atacou o território israelense no último dia 7, acirrando o conflito na região; ao 'Estado', Hélio Doyle disse que post se refere aos 'ataques indiscriminados de Israel contra a população de Gaza'. A orientação do presidente Lula é que a sua base se afaste do tema da guerra em Israel e foque esforços na pauta econômica.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Carlos Latuff; Luiz Inácio Lula da Silva.	https://www.estadao.com.br/politica/presidente-e-empresa-brasil-comunicacao-ebc-helio-doyle-compartilha-postagem-apoiadores-israel-idiotas-guerra-hamas-grupo-terrorista-oriente-medio-nprp/
18 out. 2023	Presidente da EBC é demitido após repostar mensagem que chama quem apoia Israel de idiota.	Hélio Doyle compartilhou um tuite do ilustrador brasileiro Carlos Latuff com xingamento a apoiadores de Israel: 'Ser um idiota é o bastante'.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Luiz Inácio Lula da Silva; Carlos Latuff.	https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/18/presidente-da-ebc-e-demitido-apos-repostar-mensagem-que-chama-quem-apoia-israel-de-idiota.ghml
18 out. 2023	EBC INFORMA. Em nota encaminhada aos funcionários, Doyle afirma que pediu desligamento ao ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, após a repercussão negativa sobre uma postagem na rede social X.	O ministro Paulo Pimenta me manifestou hoje seu descontentamento por eu ter repostado, no X, postagem de terceiro acerca do conflito no Oriente Médio. Disse-me que a referida postagem e sua repercussão na imprensa criaram constrangimentos ao governo, que mantém posição de neutralidade no conflito, em busca da paz e da proteção aos	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Agência Brasil Kariane Costa.	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/jornalista-helio-doyle-deixa-presidencia-da-ebc

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
		cidadãos brasileiros. Diante disso, pedi desculpas e comuniquei que deixo a presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), agradecendo ao ministro Pimenta e ao presidente Lula pela confiança em mim depositada por todos esses meses.		
18 out. 2023	Post de Carlos Latuff na rede social X.	Minha solidariedade com Hélio Doyle, demitido da EBC por ter retuitado uma postagem minha. Já é manjada a tática de criminalizar críticas feitas contra o apartheid israelense. Reitero. Quem apoia Israel e sua campanha de destruição em Gaza não só é idiota como também desonesto.	Hélio Doyle; Carlos Latuff.	https://x.com/latuffcartoons/status/1714758819257962947?s=46&t=I6YJHK0N1m269KRE0zsHw
19 out. 2023	Governo exonera presidente da EBC e pede comedimento a servidores em postagens sobre guerra entre Israel e Hamas.	Em agosto, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e diferentes sindicatos dos jornalistas criticaram Doyle por uma entrevista que ele concedeu ao portal Metrôpoles, na qual se mostrou contra a existência de trabalhadores concursados em uma empresa de comunicação pública.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Luiz Inácio Lula da Silva; Agência Brasil.	https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/85680/governo+exonera+presidente+da+ebc+e+pedi+comedimento+a+servidores+em+postagens+sobre+guerra+entre+israel+e+hamas
19 out. 2023	Governo não aceita achincalhamento sobre guerra, diz ministro de Lula após demissão na EBC.	Hélio Doyle, ex-presidente da emissora, compartilhou mensagem que chama de idiota quem apoia Israel. Pimenta não comenta especificamente as publicações e a demissão de Doyle, mas cobrou de todo servidor que ocupa função de chefia “responsabilidade com qualquer declaração, qualquer atitude”.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Luiz Inácio Lula da Silva.	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/governo-nao-aceita-achincalhamento-sobre-guerra-diz-ministro-de-lula-apos-demissao-na-ebc.shtml

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
19 out. 2023	Nota oficial do SJPDF sobre mudança na presidência da EBC.	O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) defende um projeto de comunicação pública que passe pela reconstrução do caráter verdadeiramente público da EBC, incluindo retomada de mecanismos de participação social, garantia de autonomia, valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, e na promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes, com foco na cidadania, direitos humanos, conteúdos educativos, culturais e científicos, como preconiza a própria lei de criação da empresa pública.	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal; Hélio Doyle; EBC.	https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/52-em-destaque/4640-nota-do-sjpdf-sobre-mudanca-na-presidencia-da-ebc
20 out. 2023	Indicações do Planalto devem poupar EBC de 'apagão' após demissão de presidente.	A exoneração de Hélio Doyle do comando da EBC, após crítica nas redes sociais a Israel, não deve levar à cúpula da empresa pública a um “efeito dominó” demissionário. Isso porque o primeiro escalão da estatal, com diretores e superintendentes, teve a maioria dos nomes indicados pelo Palácio do Planalto (a Secom incluída). Doyle não foi o mentor dessas nomeações.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Jean Lima; Luiz Carlos Braga.	https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/10/indicacoes-do-planalto-devem-poupar-ebc-de-apagao-apos-demissao-de-presidente.ghtml
23 out. 2023	Ministro anuncia nome de interino para comando da EBC.	Ex-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Hélio Doyle foi exonerado do cargo na semana passada após críticas aos apoiadores de Israel nas redes sociais.	EBC; Empresa Brasil de Comunicação/ Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Jean Lima.	https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/10/5136719-ministro-anuncia-nome-de-interino-para-comando-da-ebc.html

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
24 out. 2023	Publicado decreto de exoneração de Doyle da presidência da EBC.	Foi publicado hoje (24) no Diário Oficial da União, o decreto de exoneração do jornalista Hélio Marcos Prates Doyle da presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O decreto foi assinado pelo presidente Lula da Silva (PT).	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Luiz Inácio Lula da Silva; Paulo Pimenta.	https://mistobrasilia.com/2023/10/24/publicado-decreto-de-exoneracao-de-doyle-da-presidencia-da-ebc/
24 out. 2023	Presidente interino da EBC, Jean Lima previu em 2018 que as carreiras políticas de Geraldo Alckmin e Marina Silva estavam encerradas.	Presidente da EBC decretou “aposentadoria” de Alckmin e Marina em 2018. À coluna Pimenta afirmou “não ter pressa” em escolher o substituto definitivo de Doyle. Ou seja, a tendência é que Jean Lima fique por um tempo no comando da estatal.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Hélio Doyle; Luiz Inácio Lula da Silva; Paulo Pimenta; Jean Lima.	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadella/presidente-da-ebc-decretou-aposentadoria-de-alckmin-e-marina-em-2018
25 out. 2023	Carta Pública: EBC continua a permitir posturas autoritárias e perseguições; superintendentes do RJ e SP são denunciados pelos sindicatos.	As entidades sindicais signatárias repudiam enfaticamente o comportamento dos Superintendentes da EBC no Rio de Janeiro e em São Paulo, por adotarem práticas autoritárias e de assédio moral que já deveriam ter sido banidas pela EBC. A situação é grave e demanda que a gestão adote providências à altura dos acontecimentos.	Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Sindicatos dos Jornalistas do Rio, SP e DF; Comissão de Empregados da EBC; FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas).	https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/52-em-destaque/4645-carta-publica-ebc-continua-a-permitir-posturas-autoritarias-e-persegucoes
07 nov. 2023	Lula quer transformar a TV Brasil na BBC brasileira.	O presidente eleito afirmou que nenhum governo conseguiu mudar o estilo da BBC, no Reino Unido. Veja possíveis nomes para comandar a EBC, responsável pela TV Brasil.	TV Brasil; Jair Bolsonaro; Empresa Brasil de Comunicação; EBC; Luiz Inácio Lula da Silva.	https://www.brasil247.com/midia/lula-quer-transformar-a-tv-brasil-na-bbc-brasileira
12 nov. 2023	Chefia da EBC será entregue aos 'olhos e ouvidos'	Jean Lima deverá ser efetivado como presidente da EBC,	EBC;	https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/11/ch

Data	Ação	Síntese	Atores Envolvidos	Evidência (link de acesso)
	de Paulo Pimenta na estatal.	dando ao ministro Paulo Pimenta o controle total sobre a empresa.	Empresa Brasil de Comunicação/ Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Jean Lima; José Américo Dias.	<u>efia-da-ebc-sera-entregue-aos-olhos-e-ouvidos-de-paulo-pimenta-na-estatal.ghtml</u>
27 dez. 2023	O ex-auxiliar de Ibaneis que comanda uma área estratégica do governo Lula	Jean Lima teve papel importante na gestão do emedebista antes de assumir a estatal de comunicação EBC	EBC; Empresa Brasil de Comunicação; Hélio Doyle; Paulo Pimenta; Jean Lima; Ibaneis Rocha; Luiz Inácio Lula da Silva.	<u>https://veja.abril.com.br/columa/maquiavel/o-ex-auxiliar-de-ibaneis-que-comanda-uma-area-estrategica-do-governo-lula</u>

Fonte: Elaboração da Autora.

2.4 A Democracia no contexto de polarização atual

Marilena Chauí (2004) define uma sociedade democrática aquela onde “a atividade democrática social realiza-se como luta social e, politicamente, como um contrapoder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (Chauí, 2004, p. 25).

Oliveira (2022) complementa ao afirmar que:

Não existe democracia sem compromisso coletivo com as condições desse regime. Da mesma forma, não é efetiva a Constituição quando a classe política e a sociedade civil não a compreendem como importante e necessária. Isso significa dizer que, sem amparo social, a democracia é falsa e a Constituição é letra morta. [...]
[...] as normas implícitas em uma democracia só são percebidas como necessárias quando estão ausentes. Em síntese, quando não há respeito coletivo para com os princípios implícitos de uma democracia, não há norma positiva perfeita o suficiente que evite o fim da estabilidade institucional (Oliveira, 2022, p. 13).

Oliveira (2022, p. 13) continua sua explanação sobre a existência de regras sociais e sua ligação com o processo democrático ao dizer que “a quantidade e a robustez das normas não escritas variam conforme a durabilidade do regime democrático”. Com a acumulação de normas convencionadas, há um “maior fortalecimento do anteparo constitucional, impedindo que o Estado se torne palco de uma guerra” (Oliveira, 2022, p. 13).

A democracia é mais do que a soma de suas instituições, conforme a visão do *The Economist* (2024, p. 65) ao trazer um importante elemento que julga ser necessário à existência da democracia: a cultura política democrática, definida assim:

Uma cultura política democrática também é crucial para a legitimidade, o bom funcionamento e, em última análise, a sustentabilidade da democracia. Uma cultura de passividade e apatia — uma cidadania obediente e dócil — não é consistente com a democracia. O processo eleitoral divide periodicamente a população em vencedores e perdedores. Uma cultura política democrática bem-sucedida implica que os partidos perdedores e seus apoiadores aceitem o julgamento dos eleitores e permitam a transferência pacífica do poder (Economist, 2024, p. 65).⁵⁴

⁵⁴ No original, em inglês: Democracy is more than the sum of its institutions. A democratic political culture is also crucial for the legitimacy, smooth functioning and, ultimately, the sustainability of democracy. A culture of passivity and apathy—an obedient and docile citizenry—is not consistent with democracy. The electoral process periodically divides the population into winners and losers. A successful democratic political culture implies that the losing parties and their supporters accept the judgment of the voters and allow for the peaceful transfer of power (Economist, 2024, p. 65).

No entanto, para Miguel (2018, p. 8 *apud* Silva, 2021, p. 120) na conformação do Estado brasileiro, “a democracia não é um ponto de chegada [...], é um momento de conflito”. Silva (2021, p. 120) alega que “o Estado Democrático de Direito inaugurado após a Constituição Federal de 1988 não se concretizou para todos os grupos sociais, visto que este modelo de democracia e de cidadania liberais não visam à igualdade de oportunidades entre os grupos”.

Essa “participação democrática” faria parte do tecido social que regula as relações no Brasil. Chauí (2013, p. 155) discorre sobre o mito presente na sociedade brasileira da não violência, com a descrição do povo “generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o machismo e a homofobia, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por sua classe social, etnia, religião ou escolha sexual, etc”, cuja autoimagem reflete um povo “ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e, evidentemente, destinado a um grande futuro” (Chauí, 2013, p. 155).

Todas essas características positivas ajudariam a moldar a situação democrática no país. No entanto, o Brasil encontra-se classificado como Democracia Imperfeita desde 2006 pelo Democracy Index (2023, p. 15), quando atingiu o maior valor do índice democrático (7,38 de um total de 10), tendo obtido 2023 o menor valor do índice, 6,68 (Economist, 2024, p. 19).

O Instituto *The Economist* (2024) define as democracias imperfeitas como:

(...) países [que] também têm eleições livres e justas e, mesmo que haja problemas (como violações da liberdade de imprensa), as liberdades civis básicas são respeitadas. No entanto, há fraquezas significativas em outros aspectos da democracia, incluindo problemas de governança, uma cultura política subdesenvolvida e baixos níveis de participação política (Economist, 2024, p. 66).⁵⁵

⁵⁵ No original, em inglês: Flawed democracies: These countries also have free and fair elections and, even if there are problems (such as infringements on media freedom), basic civil liberties are respected. However, there are significant weaknesses in other aspects of democracy, including problems in governance, an underdeveloped political culture and low levels of political participation (Economist, 2024, p. 66).

No primeiro estudo publicado em português do Instituto Varieties of Democracy (V-DEM, 2024, p. 14) intitulado “A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas”, há uma afirmação que merece destaque:

(...) na América Latina e nas Caraíbas, 16% dos países – quatro – encontram-se em episódios de democratização: Bolívia, Brasil, República Dominicana e Honduras. Entre estes, a Bolívia e o Brasil estão a inverter com êxito a tendência para a autocratização dos anos anteriores (V-Dem, 2024, p. 23).

O comentário do V-Dem refere-se aos regimes democráticos, em que a “democratização significa que um país está a fazer progressos em direção da democracia, independentemente do ponto de partida. Autocratização é o oposto” (V-Dem, 2024, p. 14), ver Figura 3. O Brasil passou por um episódio de autocratização, ao longo do processo que culminou com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (*idem*, p. 35). Recentemente, o país voltou, em alguma medida, a democratizar-se, o que o referido Instituto considera como “autocratização invertida ou viragem democrática” (*idem*, p. 35). O Brasil – apesar da recente democratização após fase autocratizadora – ainda enfrenta o legado de polarização na sociedade deixado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (*idem*, p. 31).

Figura 3 – Reprodução do processo de democratização, conforme V-Dem.



Fonte: V-DEM INSTITUTE. Institute Varieties of Democracy. Relatório da Democracia 2024: A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas. V-Dem, 2024, p. 14

As condições que permitiram a polarização no Brasil ainda fazem parte do cenário sociopolítico econômico que permeou e ainda permeia a sociedade. O apoio a partidos da extrema direita radical pode ser explicado pelo declínio das condições econômicas no nível agregado (Funke *et al.*, 2016). Por outro lado, estudos apontaram a importância dos fatores culturais, e não econômicos, na compreensão do declínio do apoio aos partidos tradicionais e do aumento da parcela de votos para opções políticas marginais (Hernández; Kriesi, 2016) (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, p. 5)⁵⁶.

Zanotti; Rama; Tanscheit (2023) explicam que, ao longo do tempo, partidos da direita mais radical podem mobilizar indivíduos com uma apreciação fraca pela democracia (Rama *et al.*, 2021), e isso pode desencadear um processo de erosão democrática que pode resultar perigoso para o regime (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, pp. 6 e 7).⁵⁷

Silva (2021, p. 120) reforça que o autoritarismo no Brasil “coloca-se entre o conservadorismo das elites locais no poder e a ampliação de seus privilégios políticos, econômicos e culturais no Estado”, o que implica no fato de que os chamados períodos de crise da democracia no país (golpes, revoluções, guerras etc.) podem gerar “um período significativo de instabilidade política [que irá] demorar anos para terem suas contradições solucionadas” (*idem*, p. 121).

O processo do Brasil mostra a importância de se utilizar as eleições como “acontecimentos críticos” de modo a travar a autocratização. Isto está de acordo com os resultados dos oito casos de democratização após fase autocratizadora analisados no Relatório da Democracia do ano passado e contém uma mensagem importante para o “ano recorde de eleições” de 2024. A maioria das eleições em 2024 ocorreu em contextos de autocratização e o fato de as eleições serem ou não utilizadas para inverter a autocratização poderá ser determinante para a democracia no mundo.

Em análise dos resultados das eleições de 2022, o Instituto Varieties of Democracy (V-Dem, 2024, p. 38) apresenta os fatores que levaram o Brasil a reverter esse período de

⁵⁶ No original, em inglês: On the one hand, the rise of PRRPs has been explained by the decline in economic conditions at the aggregate level (Funke *et al.*, 2016). On the other hand, other studies pointed out the role of cultural rather than economic factors in understanding the decline in the support for mainstream parties and the boost in the vote share for fringe political options (Hernández; Kriesi, 2016) (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, p. 5).

⁵⁷ No original, em inglês: However, empirical evidence shows that in certain contexts the PRR can mobilize individuals with a weak appreciation for democracy (Rama *et al.*, 2021). Over long periods of time, this can set in motion a process of democratic erosion that might result dangerous for the regime (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, pp. 6 e 7).

autocratização e se tornar novamente democratizador. O V-Dem acredita que esse processo mostra a importância de se utilizar as eleições como “acontecimentos críticos” de modo a travar a autocratização (*idem*).

No período pré-eleitoral, foi fundamental: a) o combate a desinformação e a má informação, quando a Justiça Eleitoral criou um website para verificar informações disseminadas nas redes sociais e para desmentir notícias falsas sobre o processo eleitoral; b) a criação da Aliança da Oposição Pró-Democracia, uma ampla coligação de nove partidos da oposição juntou-se a Lula na sua candidatura eleitoral para derrotar Bolsonaro e; c) independência judicial em resposta aos ataques contra o Poder Judiciário, em especial à Justiça Eleitoral (V-Dem, 2024, p. 39).

O Instituto V-Dem elenca as ações realizadas no período eleitoral, com a: d) gestão resiliente do Processo Eleitoral, embora tenha havido tentativas para diminuir a confiança no sistema eleitoral com o descrédito nas urnas eletrônicas; e) o forte apoio diplomático de países contra a tentativa de desacreditação das mesmas urnas eletrônicas; e f) a realização de eleições livres e justas, comprovadas por relatórios de observadores eleitorais nacionais e internacionais (V-Dem, 2024, p. 39).

Para o período pós-eleitoral, o V-Dem apresenta ações como: g) o rápido apoio da comunidade internacional ao exercer pressão para que os perdedores aceitem (mesmo que relutantes) a derrota e entreguem o poder pacificamente; h) o apoio institucional dos demais poderes; i) os militares permanecem nos quartéis, a despeito do clamor de apoiadores favoráveis a um golpe militar; e j) ter sido assegurada a transição de poder, embora uma semana após a posse de Lula da Silva, tenha ocorrido o maior ataque às instituições brasileiras democráticas de direito quando houve a invasão das sedes dos três poderes na capital da República (V-Dem, 2024, p. 39).

Um dos critérios para considerar um país democrático é a realização de eleições livres e justas. Relatório do *The Economist* em que é divulgado o Índice da Democracia (2024, p. 16) aponta que em apenas 43 dos 76 países que realizarão eleições em 2024 (sendo 27 estados-membros da União Europeia) prevalece a condição de eleições justas e totalmente livres. No ano de 2024, oito dos dez países mais populosos do mundo – Bangladesh, Brasil, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Rússia e EUA – realizarão eleições nacionais, “embora em metade deles as eleições não são livres nem justas e muitos outros pré-requisitos da democracia, como liberdade de expressão e associação, estejam ausentes” (Economist, 2024,

p. 16)⁵⁸. O ano de 2024 está sendo considerado o maior ano eleitoral desde a invenção do sufrágio universal.⁵⁹

É preciso lembrar que as eleições são uma outra condição necessária à existência da democracia, porém não são exaustivas. O objetivo do processo eleitoral é permitir a alternância do controle do governo por meio de eleições livres e justas e que a representação popular aconteça em um sistema partidário competitivo. “Quando o sistema político se torna não competitivo, como aconteceu em muitas democracias maduras nas quais as eleições são totalmente livres e justas, as pessoas ficam desencantadas com a democracia” (Economist, 2024, p. 16)⁶⁰.

Isso pode ser demonstrado pela pesquisa do International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA, 2024, p. 42) sobre Percepções da Democracia que revela que em, 11 dos 19 países pesquisados, menos da metade dos entrevistados expressou confiança na eleição anterior em seu país.⁶¹ Quase uma em cada cinco das 221 eleições nacionais realizadas em 159 países entre maio de 2020 e abril de 2024 (19,5%) foi contestada em tribunal (IDEA, 2024, p. 56).⁶²

2.4.1 Ataques à democracia tensionam a EBC

Em 2022, primeiro presidente da República a não ser reeleito após a redemocratização, Jair Messias Bolsonaro perdeu as eleições presidenciais para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 50,9% dos votos válidos, Lula da Silva foi eleito

⁵⁸ No original, em inglês: The Democracy Index shows that the condition of fully free and fair elections prevails in only 43 of the 76 countries holding elections in 2024 (27 of these are EU member states). Eight of the ten most populous countries in the world—Bangladesh, Brazil, India, Indonesia, Mexico, Pakistan, Russia and the US—are holding nationwide elections in 2024. In half of these, elections are neither free nor fair and many other prerequisites of democracy, such as freedom of speech and association, are absent (Economist, 2024, p. 16).

⁵⁹ No original, em inglês: Based on the number of elections and potential voters, 2024 will be the biggest election year since the advent of universal suffrage (Economist, 2024, p. 16).

⁶⁰ No original, em inglês: Elections are a condition of democracy, but are far from being sufficient. The point of elections is to enable people to get control of government. That requires at a minimum that elections are free and fair, and that all sections of society are represented in a competitive party system. When the political system becomes uncompetitive, as it has in many mature democracies in which elections are fully free and fair, people become disenchanted with democracy (Economist, 2024, p. 16).

⁶¹ No original, em inglês: International IDEA’s recent Perceptions of Democracy Survey revealed that in 11 of 19 countries surveyed, less than half of respondents expressed confidence in the previous election in their country (International Idea 2024g) (IDEA, 2024, p. 42).

⁶² No original, em inglês: Between May 2020 and April 2024, at least 221 national elections were held across 159 countries. Almost one in five of these elections (19.5 per cent) was challenged in court (IDEA, 2024, p. 56).

em 30 de outubro de 2022 para cumprir seu terceiro mandato, tendo amealhado 60.345.999 votos. Jair Bolsonaro recebeu 58.206.354 votos (49,10% dos votos válidos).⁶³

E quais foram as motivações que levaram Jair Bolsonaro a se tornar presidente da maior economia da América do Sul quatro anos antes? Lasch (1984) lembra a necessidade de uma análise histórica da sociedade e da política modernas para entendermos nossa própria história: “Só assim poderemos, com os erros e acertos do passado, reformarmos a vida pública e assegurarmos uma evolução linear em que o bem comum prevaleça ao individual” (Cioccari; Persichetti; 2019, p. 150)

Zanotti, Rama e Tanscheit (2023, p. 8) recuperam o contexto político que se impunha no Brasil, após a redemocratização do país no final da década de 1980. Eles concluem que o sistema político-eleitoral no Brasil foi desenhado em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), o que significou que o eleitorado se dividiu em dois caminhos: simpatia (petismo) e antipatia (antipetismo).

No período entre 1994 e 2014, as disputas eleitorais se organizaram ao redor do Partido dos Trabalhadores (alinhado à esquerda) ou do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira – de centro-direita. O PSDB venceu as eleições de 1994 e 1998, no primeiro turno das eleições. Nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014, o PT venceu no segundo turno, e o PSDB passou a ter dificuldades para ampliar seu eleitorado (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, p. 8).

A Operação Lava-Jato em 2010 amplificou a polarização deste cenário, com o impeachment em 2016 de Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência da República, e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, às vésperas das eleições de 2018. Michel Temer, que sucedeu à Rousseff, terminou o mandato avaliado como o presidente mais impopular da história do país⁶⁴. Com esse panorama, o populismo da direita radical suplantou a direita mais tradicional. A dobradinha PT-PSDB que estruturava o sistema

⁶³ O resultado final das eleições foi publicado no site do TSE poucas horas após o pleito, quando foram totalizadas 100% das seções. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>. Acesso em: 05 out. 2024

⁶⁴ A pesquisa do Instituto Datafolha realizada às vésperas do fim do mandato de Michel Temer apontou-o como o presidente considerado o mais impopular desde Fernando Collor. Ao final do seu termo à frente da Presidência, foi reprovado, ou seja, considerado ruim ou péssimo, por 62% dos brasileiros. Havia 29% que avaliaram sua gestão como regular, e apenas 7% a aprovavam, além de 2% que não opinaram. Foi a taxa de avaliação mais negativa já registrada na série histórica do Datafolha sobre avaliação de presidentes: em junho de 2018, 82% avaliavam seu governo como ruim ou péssimo. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>. Acesso em: 1 nov. 2024.

político no Brasil se encerra com a chegada de Bolsonaro à presidência da República (Zanotti; Rama; Tanscheit, 2023, p. 8).

A trajetória política de Jair Bolsonaro começou em 1988, quando entrou para a reserva do Exército ao ser alçado ao cargo de vereador do município do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Após sua breve passagem pela Câmara de Vereadores, se candidatou ao cargo de Deputado Federal, no qual permaneceu ao longo de 27 anos, entre 1991 e 2018. Sua atuação política, contudo, nunca esteve diretamente ligada a um [único] partido (Goulart, 2024, p. 13)

Ao longo de sua carreira política, Jair Bolsonaro integrou os quadros de, ao menos, oito partidos. Dentre eles: PDC (1988-1993); PPR (1993-1995); PPB (1995-2003); PTB (2003-2005); PFL (2005); PP (2005-2016); PSC (2018-2019) e PSL (2018-2019). Não chegou a presidir nenhuma comissão ou liderar bancadas, além de estar associado ao “baixo clero”, o qual corresponde a um grupo de congressistas com pouca projeção e participação e que disputam dentro do “centrão” algum tipo de benefício (Petrarca, 2021, p. 353). Em 2021, Bolsonaro se filiou a seu nono partido político: PL (Gomes; Borges; Oliveira, 2021).

Goulart (2024, p. 13) afirma que os partidos pelos quais Jair Bolsonaro passou durante sua trajetória legislativa teriam em comum um posicionamento ideológico centro-direitista, diluído por uma orientação oportunista pouco programática e clientelista, sendo considerados legendas de aluguel que já formaram alianças com partidos à direita e à esquerda para permanecerem próximas ao centro de poder (Power; Rodrigues Silveira, 2018, p. 257).

A partir das manifestações iniciadas nas Jornadas de Junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre, que começaram como uma iniciativa da esquerda, e logo foram hegemonizadas por grupos de direita passando a hostilizar o Partido dos Trabalhadores, que então ocupava o poder, a ultradireita passou a se expor com mais desenvoltura. As redes sociais se tornam seu maior trunfo, combatendo tanto o partido de situação à época (PT) quanto as pautas progressistas típicas dos partidos de esquerda que não lhes eram queridas e lhes traziam insegurança. Aliado a isso, a Operação Lava Jato expõe a corrupção endêmica em estruturas governamentais. Ao fim, tal movimento de contestação termina por se relacionar intimamente ao avanço da direita e da ultradireita em todo o mundo (Oliveira Filho; Araújo; Silva; Medeiros; Albuquerque; Diniz, 2022, p. 1).

No Brasil, esse avanço da direita e da ultradireita pode ser explicado quando do surgimento do nacionalismo, ainda nos anos 1950, como exemplifica Bonavides (1964), cujas marcas eram:

o patriotismo como arma contra o subdesenvolvimento, pela independência econômica do país em relação às nações centrais, bem como o fomento ao desenvolvimento industrial, siderúrgico, elétrico e petrolífero, que tomam forma com as políticas empreendidas por Getúlio Vargas (Bonavides, 1964 *apud* Cioccarri; Persichetti, 2019, p. 139).

Historicamente, esse nacionalismo adquiriu algumas tendências mais rigorosas com tendências ao integralismo e a atitudes reacionárias e muito conservadoras (Cioccarri; Persichetti; 2019, p. 139). Bolsonaro ocupa a imagem desse nacionalista conservador, que “clama a soberania para si não como um elemento agregador, mas com a autoridade vinda somente de si próprio, quase numa autocracia”, respeitando apenas a si mesmo e à sua família, e não às instituições postas (Cioccarri; Persichetti; 2019, p. 139).

Alinhado à direita no campo político, neoliberal na economia e porta-voz das pautas de costumes, Bolsonaro se apresentou como o representante de uma “direita agressiva e heterogênea que vem formulando uma identidade coletiva para si própria no espaço público brasileiro”, conforme explicam Oliveira Filho *et al.* (2022, p. 1). Goulart considera surpreendente que, “embora Bolsonaro tenha ascendido meteoricamente entre 2010 e 2014, é interessante assinalar que tenha sido alçado à Presidência da República sem nunca ter vencido eleições majoritárias anteriormente” (Goulart, 2024, p. 14).

No entanto, Cioccarri e Persichetti (2019, p. 149) explicam que “Bolsonaro nunca foi uma voz isolada que venceu uma campanha eleitoral sem explicação. Foi amplamente amparado por um Congresso extremamente conservador. Costumamos dizer que o Congresso é a sala de casa da população brasileira, reflete exatamente como pensamos. E somos uma sociedade conservadora que foi pega por uma mudança no cenário político a partir de 2013, com as Jornadas de Junho”.

O candidato Bolsonaro era filiado ao PSL, partido com pouca história no cenário político e que contava apenas um deputado na Câmara Federal à época da eleição presidencial de 2018. Além desse contexto, o ex-capitão do Exército se apresentava como um *outsider* no embate eleitoral, apesar de ocupar postos no Legislativo desde a década de 1990 e de, nesse período, ter passado por oito legendas partidárias (Moreira; Rennó, 2024, p. 7). Conforme (Moreira; Rennó, 2024, p. 1), suas [Bolsonaro] ideias em relação à

democracia eram, ainda, um tanto ambíguas, com elogios recorrentes à ditadura civil-militar implantada no país (1964-1985) e a suspeição dos resultados produzidos pelo sistema eleitoral (Cohen *et al.*, 2023).

Goulart (2024) avaliou a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro ao categorizar os 162 projetos de lei formulados durante os sete mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados. Em sua visão, Goulart (2024, p. 31) estabelece que:

Discursos populistas se caracterizam por articularem diferentes segmentos sociais que se percebem oprimidos/excluídos/não atendidos pelo sistema de poder, e que reivindicam assumir o lugar da totalidade, conformando um novo sujeito/sistema político (Laclau, 2005:134) (Goulart, 2024, p. 31).

Para a estudiosa, nesse processo de crescendo legislativo, Bolsonaro altera seu perfil como representante das forças armadas e de agentes de segurança pública, embora tenha mantido a recorrência temática, e amplia as demandas equivalenciais de forma a atender outros segmentos que se percebem excluídos: “trabalhadores informais, empresários, profissionais liberais e outras categorias que se identificam com a classe média, embora não sejam reconhecidos como seus membros pelo restante da sociedade”.

Essas demandas não atendidas pelo sistema institucional vão conformando um sujeito político com pretensões hegemônicas, que passa a reivindicar o poder para remover os obstáculos que impedem seu reconhecimento. Esses obstáculos/ameaças são configurados discursivamente como pontos nodais de articulação entre os diferentes grupos que se reúnem nesse sujeito político (Goulart, 2024, p. 32).

Eleito por uma coligação de dois pequenos partidos de direita, Partido Social Liberal (PSL) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), a vitória de Bolsonaro rompeu o padrão que permeava as disputas eleitorais no Brasil, o que terminou por oferecer as condições para que um partido da direita mais radical conquistasse o poder pela primeira vez no país (Zanotti; Roberts, 2021).

A eleição de Bolsonaro para a Presidência ocorreu após quase 15 anos de governo de centro-esquerda. Desde 2011, diferentes grupos de direita ganharam força a partir dos protestos de rua (Tatagiba, 2014) e da utilização de plataformas digitais (Alves, 2017) alcançando o centro do debate político, numa articulação para assumir as principais posições institucionais nos poderes Legislativo e Executivo brasileiros. Esses grupos se fortaleceram num contexto de ressentimento contra a esquerda, contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e de agenda moral associada à exploração da questão anticorrupção, na esteira de escândalos de corrupção, como a Operação Lava Jato (Silva, 2022 *apud* Paulino *et al.*, 2022, p. 118).

Ao longo de seu mandato à frente da presidência da República, Jair Bolsonaro manteve seu discurso de campanha por diversas ocasiões. Barros (2024) recorda que:

(...) seu principal objetivo não era construir nada, mas dismantlar uma série de políticas públicas e instituições estabelecidas ao longo de trinta anos de democracia. Várias agências reguladoras foram assumidas por aliados do governo e posteriormente tornadas disfuncionais (Barros, 2024, p. 70, tradução nossa).⁶⁵

Conforme Paulino *et al.* (2022), Bolsonaro manteve o ímpeto de aplicar suas ideias conservadoras e práticas econômicas neoliberais aos meios de comunicação. Sua atuação visava facilitar o desempenho dos agentes privados, criar regras mais flexíveis para as emissoras de rádio e TV e dismantlar as estruturas nacionais de serviço público de mídia, notadamente a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2008):

Eleito em 2018 com um forte discurso *anti-establishment*, uso estratégico da desinformação nas plataformas digitais e uma agenda contra os direitos civis das minorias sociais, Bolsonaro implementou iniciativas em diferentes frentes da mídia e do sistema de radiodifusão brasileiros (Paulino *et al.*, 2022, p. 118)

Para dar continuidade à descaracterização da comunicação pública através do desmonte da EBC, o então presidente Bolsonaro disse antes e depois de se eleger que era promessa de campanha extinguir a Empresa Brasil de Comunicação. Posteriormente, refez o discurso e passou a falar em privatizá-la e o reelaborou mais uma vez: a ideia seria racionalizar a EBC (Sena; Leal, 2021, p. 12).

Aos cem dias de governo, no dia 9 de abril de 2019, o então Diretor de Operações da EBC, Alexandre Graziani Junior, assinou a Portaria nº 216, unificando as programações da TV Brasil e da NBR em um só canal, que passou a ter também um outro slogan: Uma Nova TV Brasil (Orth; Soares, 2020, p. 443).

Até a assinatura dessa portaria, a tv estatal (NBR) divulgava informações e ações dos poderes institucionais (conforme explicitado em sua linha editorial), e a tv pública (TV Brasil) promovia debates fundamentais para a sociedade, com pluralidade de ideias e de opiniões, por vezes contrárias ao próprio governo. Orth e Soares (2020) observam que, a

⁶⁵ No original, em inglês: As Bolsonaro had said in his campaign, his main objective was not to build anything but to dismantle a series of public policies and institutions established over thirty years of democracy. Various regulatory agencies have been taken over by government allies and subsequently rendered dysfunctional (Barros, 2024, p. 70).

partir da fusão, a qualquer horário da programação da Nova TV Brasil, atos do Poder Executivo eram inseridos ao vivo, o que para os representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) configurava-se proselitismo político (Orth; Soares, 2020, p. 444).

Essa fusão das TVs da EBC foi levada à discussão em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em 23 de abril de 2019, poucos dias após a assinatura da portaria. Representantes de entidades e coletivos de comunicação alegaram que a decisão [unilateral] feria o artigo 223 da Constituição, que estabelece:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (Brasil, 1988).

Durante a audiência pública, o então presidente da EBC, Alexandre Graziani Junior, e deputados da base governista fizeram o contraponto e defenderam a medida, tendo como argumento a economia de recursos e a racionalização administrativa, conforme Orth e Soares, (2020), que assinalam:

(...) com apenas 10 anos de existência, a EBC está cada vez mais subordinada às investidas de autoridades governamentais, que visam exercer domínio sobre as emissoras públicas para que se tornem porta-vozes de suas ações.

(...)

Nesse contexto, destacam-se as relações de proximidade entre grandes grupos empresariais de comunicação (proprietários de veículos comunicacionais) e políticos, o que ainda é uma das principais razões pelas quais a radiodifusão (não somente a pública) no país não tenha se consolidado como um sistema autônomo, do ponto de vista político, financeiro e com relação ao conteúdo que produz (Orth; Soares, 2020, p. 446).

O primeiro ano do mandato de Bolsonaro alçou militares sem experiência em comunicação à administração do maior Serviço de Radiofusão Pública brasileiro: a EBC. Ocuparam diretorias e assentos nos conselhos e exerciam forte influência na linha editorial. Paulino *et al.* (2022, p. 122) destacam também que a “linha editorial dos principais veículos da Empresa tem [havia] sido tomada por proselitismo político e religioso (devido à conexão do presidente com igrejas evangélicas neopentecostais alinhadas a seu governo”.

Ademais, com a fusão das TVs da EBC:

(...) a programação da TV Brasil foi utilizada como uma ferramenta para promover o governo e o bolsonarismo, assim como para perseguir os opositores políticos. A estação teve sua programação constantemente interrompida para anúncios oficiais,

eventos políticos, cerimônias militares e até mesmo celebrações religiosas” (Barbosa; Passos; Carvalho, 2021, *apud* Paulino *et al.*, 2022, p. 122).

A atuação contra a Empresa Brasil de Comunicação já havia sido deflagrada ao longo do processo que levou a confirmação de Michel Temer à presidência. Por meio de uma medida provisória, foi redefinido o organograma da EBC, extinguindo o Conselho Curador e alterando a composição dos outros Conselhos (administrativo e fiscal), inserindo novos representantes diretamente ligados ao Governo Federal (Vieira, 2016 *apud* Orth; Soares, 2020, p. 445).

Tais mudanças foram contestadas pelos ex-conselheiros da EBC que publicaram uma Moção de Repúdio na época (Orth; Soares, 2020, p. 445):

O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) repudia de forma veemente a Medida Provisória 744, publicada nesta sexta-feira (02/09/2016) que acaba com o caráter de empresa de comunicação pública. A MP 744 é uma afronta aos princípios constitucionais que estabelecem a comunicação pública como um direito da sociedade brasileira. A medida fere o artigo 223 da Constituição Federal, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. [...] A MP 744 extingue o Conselho Curador e assim tira a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão e agências (Moção., 2016, *apud* Orth; Soares, 2020, p. 445).

É preciso lembrar que os serviços públicos de radiodifusão (SRP) são essenciais para o desenvolvimento de sociedades democráticas, desde que sejam balizados pela busca em promover o direito à informação plural, inclusiva e que possibilite a participação da sociedade em seu escopo, (Orth; Soares, 2020, p. 446), o que foi diversas vezes questionado após cada uma das medidas adotadas para reduzir a existência do maior SRP brasileiro, a EBC.

Sena e Leal (2021) descrevem que o “ambiente político em que predomina a lógica liberal orientada pelo agir estratégico que opera de acordo com arranjos coercitivos, voltados mais a interesses das elites, do mercado e da própria política partidária” (p. 15) compunha o pano de fundo para o processo de descrédito da EBC, iniciando com a redução da autonomia da empresa, destituição dos conselhos e as manobras jurídicas para nomeação e exoneração da diretoria por parte do presidente Temer. As mudanças passaram ainda pela junção da TV Brasil à NBR com a inversão de pautas com predomínio de “forte agendamento político-governamental” e redução dos espaços de participação popular, o que terminou por “abalar fortemente o que vinha sendo consolidado em termos de comunicação pública no Brasil” (*idem*). Para finalizar o contexto, o Ministério das Comunicações foi incorporado como uma

pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Governo Temer, através do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, permanecendo sob esse status no Governo Bolsonaro (Sena; Leal, 2021, p. 15).

2.4.2 Participação

Em seu Dicionário de Política, Norberto Bobbio (1998, p. 8) vaticina sob o verbete abstencionismo que “se democracia é participação dos cidadãos, uma participação insuficiente debilita-a” e Avelar (2007) complementa ao dizer que a participação é uma “atividade voltada a influenciar direta ou indiretamente o processo político”. Dentro do contexto da teoria da participação elaborada por Foucault (1991), Putnam (2000), Almond e Verba (1965), discute-se a relação entre participação e poder. Para Evangelista e Quaresma (2024, p. 3), “as ideias de que o aumento da participação pode levar a uma maior democratização em comunidades marginalizadas e de que há formas de participação que podem reproduzir estruturas de poder existentes e reforçar o status quo são igualmente debatidas”.

Ao analisar a participação popular no movimento antidemocrático de 8 de janeiro de 2023, Evangelista e Quaresma (2024, p. 4) definem a Teoria da Participação como o envolvimento ativo de indivíduos nos processos de tomada de decisão, o papel democrático da Comunicação e as “formas pelas quais a participação pode capacitar indivíduos e promover mudanças sociais”, sob o olhar dos pesquisadores Arnstein (1969); Carpentier (2018) e Sharp (2017), que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da teoria da participação.

A EBU destaca que, dentre os critérios para uma democracia saudável, devem existir pontos cruciais como uma “maior participação política, maior estabilidade política, maior controle da corrupção, maior satisfação com a democracia e maior liberdade de imprensa” (EBU, 2019, p. 4). Almada; Carreiro; Barros; Gomes (2019) reforçam a importância da participação popular ao lembrar que tais:

(...) iniciativas que aumentam o poder relativo do cidadão face às instâncias que com ele concorrem na determinação da decisão política no Estado e na sociedade – em outras palavras, que geram *empowerment civil* (Arnstein, 1969; Fung & Wright, 2001; Gomes, 2011) – significam ganhos democráticos por colaborarem com a saúde democrática de um Estado (Almada; Carreiro; Barros; Gomes, 2019, p. 164).

Brady (1999) elenca outras formas de participação como o voto, a mobilização para tal, atividades comunitárias e atividades individuais, em ações de protesto ou pressões por determinadas demandas e apoios a causas específicas, além de reforçar o conceito da participação como “[...] ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos” (Brady, 1999, p. 737 *apud* Borba, 2012), características que podem levar a participação a ser considerada individual, cidadã e coletiva. Araújo (2016, p. 44) desenha a participação como “parte do que se concebe como democracia, na dimensão participativa em si e, também, na representativa”.

A unidade de altos estudos do jornal *The Economist*, que elabora anualmente o Índice de Democracia e Participação Política, complementa a questão da participação considerando-a um componente necessário para a democracia, pois a apatia e a abstenção são suas inimigas. Para a instituição, em uma democracia, “o governo é apenas um elemento em um tecido social de muitas e variadas instituições, organizações políticas e associações” (Economist, 2024, p. 65). E continua sua explicação ao afirmar que os cidadãos são livres para expressar sua insatisfação ao não participar do processo político. O Economist reforça sua corrente de pensamento ao explicar que:

[...] uma democracia saudável requer a participação ativa e livremente escolhida dos cidadãos na vida pública. As democracias florescem quando os cidadãos estão dispostos a participar do debate público, eleger representantes e se juntar a partidos políticos. Sem essa participação ampla e sustentável, a democracia começa a definhar e se tornar a reserva de pequenos grupos seletos (Economist, 2024, p. 65).⁶⁶

No contexto político, a participação pode ser vista como uma forma de compartilhar o poder, o que poderia, em tese, permitir aos cidadãos ter algum controle sobre suas vidas cotidianas. Porém, essa mesma participação pode ser objeto de disputas como Carpentier argumenta (2018, p. 2) quando afirma que “a participação não é algo dado, nem é um bem inerente. Ao contrário, é um campo de luta pelo poder, representação e voz, e está sempre

⁶⁶ No original, em inglês: Participation is also a necessary component, as apathy and abstention are enemies of democracy. Even measures that focus predominantly on the processes of representative, liberal democracy include (albeit inadequately or insufficiently) some aspects of participation. [...] Citizens cannot be required to take part in the political process, and they are free to express their dissatisfaction by not participating. However, a healthy democracy requires the active, freely chosen participation of citizens in public life. Democracies flourish when citizens are willing to participate in public debate, elect representatives and join political parties. Without this broad, sustaining participation, democracy begins to wither and become the preserve of small, select groups (Economist, 2024, p. 65).

inserida em um contexto ideológico específico que molda e limita seus resultados potenciais”.

No campo dos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) o pesquisador Carpentier (2011, p. 68) reforça o conceito de que a participação popular deve lidar tanto com a “participação relacionada ao conteúdo”, quanto a “participação estrutural na tomada de decisão organizacional da mídia”, onde os cidadãos têm voz nas escolhas editoriais da empresa. E defende que somente haverá participação se os cidadãos/produtores forem reconhecidos como detentores de uma determinada quantidade de poder nas decisões sobre qual conteúdo deve ser transmitido, ou mesmo nas escolhas editoriais da emissora (Bonini, 2017, p. 108)⁶⁷

Para Bonini (2017, p. 108) é necessário que haja uma mudança no conceito de participação dos cidadãos, de um modelo de participação de conteúdos gerados pelo usuário para uma participação mais estrutural, na forma de um SRP “gerado pelo cidadão” ou, melhor, “centrado no cidadão”, como propõe a organizadora do Livro Branco do Serviço Público de Rádio e Televisão Lopes *et. al.* (2023, p. 191) que define a principal missão dos SRP de servir às cidadãs e aos cidadãos.

Não basta servir o público, é preciso que, no âmago da sua atividade, estejam os/as cidadãos/ãs. Por outro lado, hoje e cada vez mais, o conceito de público perde operacionalidade a favor dos públicos múltiplos e diversos que importa ter presentes na oferta diferenciada que deve caracterizar o Serviço Público de Mídia (SPM) (Lopes, 2023, p. 191).

Côrtes (2005) considera que a participação passa por dois movimentos quase antagônicos ao explicar que há um:

Ceticismo em relação às possibilidades de instituições participativas favorecerem a democratização da gestão pública ou aprimorarem a implementação de políticas no sentido de torná-las mais eficientes. Otimismo em relação à democratização da gestão pública por meio da constituição de fóruns participativos, tendo em vista que interesses tradicionalmente excluídos do processo de decisão passariam a ser considerados e decisões seriam tomadas levando em conta tais interesses (Côrtes, 2005, pp 13 a 32).

⁶⁷ No original, em inglês: Participation, according to Carpentier, not only deals with “participation in the production of media output (content-related participation)” but also in “media organizational decision-making (structural participation)” (2011, p. 68). Carpentier asserts that we can only truly call it participation if the citizens/producers are recognized as holding a certain amount of power in the decisions over what content should be broadcast, or even in the broadcaster’s editorial and business choices (Bonini, 2017, p. 108).

Dentre as diversas instâncias para a participação popular, há que se elencar as mais conhecidas, conforme levantamento realizado pelo professor Clóvis Henrique Souza (2023):

- a. Conferências;
- b. Fóruns interconselhos;
- c. Diálogos Governo-Sociedade
- d. Governo aberto;
- e. Conselhos;
- f. Audiências públicas;
- g. Mesa de monitoramento de demandas;
- h. Lei de Acesso à Informação;
- i. Comissões e Grupos de trabalho;
- j. Consultas públicas;
- k. PPA Participativo;
- l. Petição e Denúncia;
- m. Mesas de diálogo e de negociação;
- n. Reuniões com grupos de interesse;
- o. Eventos com diálogo;
- p. Comitês de bacias hidrográficas;
- q. Ouvidorias;
- r. Ambientes mediados pelo digital;
- s. Implementação de políticas públicas e;
- t. Orçamento Participativo.

Para Hossoé (2016), a instituição de um conselho com a representação da sociedade permite a expressão plural de opiniões, formações, experiências profissionais diversas, equidade de gênero e de raça, sendo proibidas as indicações de representantes por partidos políticos e por instituições religiosas. Ao longo dos anos, o estudioso Pereira Filho (2015) avaliou que houve um fortalecimento na estrutura do Conselho Curador da EBC, como por exemplo, quando da criação de uma secretaria executiva própria para os conselheiros, que passou a transmitir ao vivo pela internet as reuniões do Conselho Curador e a divulgar o calendário de atividades do Conselho para que a sociedade pudesse acompanhar os processos da EBC (Orth; Soares, 2020, p. 443).

Porém, em uma ação deliberada para minar a importância do maior Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) brasileiro, o então presidente da República, Michel Temer, extinguiu o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação em 2016, que era a principal instância formal de participação da sociedade na EBC. Segundo Pereira Filho (2015), que discutiu os parâmetros legais que regiam o papel dos conselheiros, a criação do Conselho Curador respondeu a uma demanda apresentada pela sociedade civil de instituir mecanismos de governança compartilhada da empresa pública, ou seja, na prática, o Conselho Curador representava uma instância de poder na estrutura da EBC (Orth; Soares, 2020, p. 442):

O Conselho Curador existe para zelar pelos princípios e pela autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), impedindo que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Além disso, visa representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho da empresa. Sua existência, como instância de participação social prevista na Lei nº 11.652/2008, é um critério fundamental para que a EBC seja de fato pública (EBC, 2015a, p. 1) (Orth; Soares, 2020, p. 442).

O Conselho Curador da EBC era composto por 22 conselheiros, sendo 15 representantes da sociedade civil (um de cada região do País), quatro do governo federal (ministros da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), um servidor de carreira da Câmara dos Deputados, um servidor do Senado Federal e um funcionário da empresa (EBC, 2015a) (Orth; Soares, 2020, p. 442).

Em 2023, com a chegada de um novo governo ao poder, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) retomou as discussões sobre a recriação dos instrumentos de participação popular que haviam sido extintos ou reduzidos nos últimos anos. O Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), elaborou relatório final⁶⁸ que culminou com a abertura dos processos de escolha dos representantes do Comitê Editorial e de Programação (Comep) e o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi), parte do Sistema Nacional de Comunicação. O presidente da EBC, Jean Lima, considerou a escolha dos representantes uma etapa fundamental para a consolidação de um modelo de comunicação pública

⁶⁸ O Relatório final do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), instituído pela Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023 está disponível para consulta no endereço:

https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-gt_participacao_social.pdf.

Acesso em: 1 dez. 2024.

verdadeiramente centrado na sociedade. “Não existe comunicação pública sem participação social. É essa valorização da diversidade que garante que a comunicação seja plural, democrática e, sobretudo, representativa”, afirmou quando da abertura dos processos eleitorais⁶⁹.

Em 10 de outubro de 2024, a EBC divulgou a Portaria-Presidente nº 555⁷⁰ que constituiu a Comissão de Seleção dos Editais do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS), que escolheu, via plataforma Brasil Participativo, os membros do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) e do Comitê Editorial e de Programação (Comep) da empresa⁷¹.

A Empresa Brasil de Comunicação define uma das atribuições do Cpadi realizar o acompanhamento das diretrizes da programação veiculada pelas emissoras de comunicação pública operadas pela EBC em relação à participação social, diversidade social, cultural, regional e étnica. O foco também está na pluralidade de ideias na abordagem dos fatos, na perspectiva da observância dos princípios de promoção da cultura nacional, pluralidade de fontes de conteúdo, estímulo à produção regional e à produção independente, além de suas finalidades educativas, artísticas, cultural, científica, informativa e promotora da cidadania⁷². Já o Comep tem por finalidade promover a participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, observada a pluralidade da sociedade brasileira, conforme Decreto nº 12.005, de 23 de abril de 2024⁷³.

⁶⁹ EBC abre inscrições para composição do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-abre-inscricoes-para-composicao-do-sinpas>. Acesso em: 1 dez. 2024.

⁷⁰ A Portaria-Presidente nº 555 constituiu a Comissão de Seleção referente aos Editais de Chamamento do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública - SINPAS. Processo SEI: 53400-101070/2024-13. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_555_sei_no_0006143_-_constituicao_de_comissao_de_selecao_dos_editais_do_sistema_nacional_de_participacao_social_na_comunicacao_publica_-_sinpas.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

⁷¹ O site da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) traz as atribuições do Cpadi e do Comep. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-abre-inscricoes-para-composicao-do-sinpas>. Acesso em: 28 out. 2024

⁷² Todas as competências do Cpadi estão detalhadas na Portaria-Presidente Nº 549/2024, emitida pela EBC e disponível para consulta no endereço: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_549_sei_no_0005872_-_constituicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao_-_cpadi.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

⁷³ O Decreto nº 12.005/2024 dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm. Acesso em: 1 dez. 2024

O edital do processo seletivo da EBC para conformação do Comitê Editorial e de Programação (Comep)⁷⁴ previu a seleção de 10 representantes titulares e 10 suplentes dos seguintes segmentos: emissoras públicas de rádio e televisão; cursos superiores de Comunicação Social; setor audiovisual independente; veículos legislativos de comunicação; comunidade cultural; comunidade científica e tecnológica; entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes; entidade da sociedade civil de defesa do direito à comunicação e cursos superiores de educação. Com o argumento de garantia da pluralidade, o Edital da EBC também previa que os membros seriam escolhidos a partir de listas tríplexes, compostas por pessoas, preferencialmente, de diferentes gêneros, raças e regiões do país, indicadas por organizações, emissoras e/ou entidades representativas dos segmentos da sociedade civil. O mandato será de dois anos, sendo vedada a recondução. Até o fechamento desta pesquisa, algumas questões seguiam em aberto no que se refere a este processo, como a indefinição do representante das empregadas e dos empregados da EBC, com o respectivo suplente, que será escolhida(o) a partir de lista tríplex formada pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela EBC em conjunto com as entidades sindicais que os representem. Também seguiu indefinido até o fechamento da pesquisa, a escolha dos titulares do Comep a partir dos nomes que integraram a referida Lista Tríplex.

Em relação ao edital do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi)⁷⁵, este previa a seleção de 16 representantes titulares, e seus respectivos suplentes. De acordo com o documento, seriam considerados 11 representantes de organizações gerais da sociedade civil, sendo um deles ser representante de entidades sindicais de radialistas ou jornalistas. Ao menos cinco representantes de organizações gerais da sociedade civil deveriam ser indicados por entidades ou organizações com atuação direta e comprovada no

⁷⁴ O Edital de Chamamento nº 02/2024-EBC para selecionar representantes de organizações da sociedade civil, emissoras públicas de rádio e televisão e entidades afins que comporão o Comitê Editorial e de Programação da Empresa foi publicado em 10 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/edital_de_chamamento_no_02-2024-ebc_de_10_de_outubro_de_2024_-_comep.pdf?_gl=1*3ukyvo*_ga*NTQ2NjE3MzYwLjE3MTk1OTgxNDk.*_ga_TGW7R30M20*MTczMzA3ODQ0Mi43LjEuMTczMzA3ODY2Ni41Mi4wLjA. Acesso em: 1 dez. 2024

⁷⁵ O Edital de Chamamento nº 03/2024-EBC com vistas a selecionar representantes de organizações da sociedade civil, emissoras públicas de rádio e televisão, sindicatos e entidades afins para comporem o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) da Empresa foi publicado em 10 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/edital_de_chamamento_no_03-2024-ebc_de_10_de_outubro_de_2024_-_cpadi.pdf?_gl=1*1nsaft*_ga*NTQ2NjE3MzYwLjE3MTk1OTgxNDk.*_ga_TGW7R30M20*MTczMzA3ODQ0Mi43LjEuMTczMzA3ODUwOC42MC4wLjA. Acesso em: 1 dez. 2024

campo da comunicação pública. Também devem fazer parte do Cpadi cinco representantes de emissoras públicas integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), sendo um de cada macrorregião geográfica. Também deve compor o Cpadi os 11 membros selecionados para o Comep. Metade dos membros do Cpadi e seus respectivos suplentes (8 membros titulares/8 suplentes) terá o mandato de três anos e a outra metade (8 membros titulares/8 suplentes) de dois anos, a contar da data de posse, sendo vedada a recondução. A designação dos membros titulares e suplentes do Cpadi a partir dos nomes que integraram a Lista Tríplice foi divulgada em 16 de dezembro de 2024.⁷⁶

Ao todo, 54 candidaturas foram registradas nos dois comitês que compõem o Sistema Nacional de Participação na Comunicação Pública (SINPAS). No Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) foram 22 inscritos; e o Comitê Editorial e de Programação (Comep) contou com 32 candidaturas. Organizações da sociedade civil, entidades e emissoras públicas de rádio e televisão puderam se candidatar. Em relação ao Comep, é digno de nota que não houve candidaturas homologadas no segmento destinado a representantes do Cursos de Comunicação Social.

A Ouvidoria e a Assessoria Especial também comporão o SINPAS. O resultado final das votações para os fóruns de participação social foi divulgado pela EBC em dezembro de 2024⁷⁷. O Comitê de Participação, Diversidade e Inclusão (Cpadi) da EBC foi instalado no mesmo mês⁷⁸. Ainda que com diversas ressalvas que se referem à sua própria estrutura e ao processo de conformação – sobretudo no que diz respeito ao relativo e limitado nível de participação dos cidadãos e cidadãs –, o SINPAS pode ser considerado, em alguma medida, o retorno de um tipo de participação social na EBC. Tais fatos reforçam o nosso argumento sobre a pertinência desta pesquisa em um momento que pode representar uma espécie de “recomeço” para a EBC.

⁷⁶ EBC anuncia representantes da sociedade para comitê de participação. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_634_sei_no_0019960_-_composicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao_-_cpadi.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

⁷⁷ EBC divulga resultado final das votações para os fóruns de participação social. Disponível em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/brasilparticipativo/f/26/posts/525?component_id=26&locale=pt-BR&participatory_process_slug=brasilparticipativo. Acesso em: 18 dez. 2024.

⁷⁸ EBC implanta Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-implanta-comite-de-participacao-social-diversidade-e-inclusao>. Acesso em: 18 dez. 2024.

3 Reflexões sobre o percurso metodológico

As reflexões sobre os eixos de articulação teórica, notadamente a abordagem sobre as perspectivas de cidadania e de fortalecimento da democracia e as relações destes conceitos com a missão do Serviço de Radiodifusão Pública, contribuem tanto para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo como para a sistematização do percurso metodológico trilhado por esta pesquisa.

Nos Quadros 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 a seguir, que tem por base exatamente o referencial teórico abordado, identificamos e relacionamos as principais perspectivas e dimensões de cidadania e de democracia que, em nossa compreensão, podem ou devem ser assimiladas pelo nosso objeto de estudo, ou seja, pela Empresa Brasil de Comunicação em seus Programas, Projetos e Ações, assim como destacamos, preliminarmente, alguns fatores que, de algum modo influenciam ou podem influenciar tais perspectivas e suas respectivas dimensões no contexto da reflexão analítica proposta nesta pesquisa.

Quadro 7.1 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. **Dimensão: Cidadania Social e Democracia.**

Perspectivas de Cidadania e de Democracia	Dimensões que caracterizam a(s) perspectiva(s)	Potenciais contribuições a serem analisadas nos Programas, Projetos e Ações da EBC	Fatores que influenciam essas perspectivas no contexto da pesquisa (hipóteses de trabalho)
<i>“A cidadania é a base sobre a qual estruturamos as sociedades democráticas.”</i> (Cf. Bart Cammaerts, 2007, p. 1 apud Donders, 2021). <i>“Uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos [e cidadãs] deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado”.</i> (Picard e Pickard, 2017, p. 16 apud Donders, 2021).	Cidadania social e Democracia	Argumentar sobre (e buscar fomentar) a igual centralidade - dos direitos: de informação; de conhecimento; - deliberativos: de representação; e de participação; - e de acesso: a diferentes interpretações; ao pluralismo; e a conteúdos com independência editorial na missão da EBC.	Elementos estruturais (como as condições de origem do SRP) e institucionais (como a cultura organizacional, a lógica do aparelhamento, as relações contíguas com os governos vigentes; pressões do segmento comercial) limitam o potencial da EBC de “dizer a verdade e reforçar a democracia” e até mesmo de buscar fomentar um jornalismo mais “crítico, independente, robusto de interesse público” nos moldes defendidos por Donders (2021). A ausência, desde meados de 2016, de um Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, também impacta na assimilação dessas perspectivas de cidadania e democracia no âmbito dos Programas, Projetos e Ações da EBC.

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 7.2 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. **Dimensão: Cidadania Política e Democracia.**

Perspectivas de Cidadania e de Democracia	Dimensões que caracterizam a(s) perspectiva(s)	Potenciais contribuições a serem analisadas nos Programas, Projetos e Ações da EBC	Fatores que influenciam essas perspectivas no contexto da pesquisa (hipóteses de trabalho)
<i>“A cidadania é a base sobre a qual estruturamos as sociedades democráticas.” (Cf. Bart Cammaerts, 2007, p. 1 apud Donders, 2021).</i> <i>“Uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos [e cidadãs] deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado”. (Picard e Pickard, 2017, p. 16 apud Donders, 2021).</i>	Cidadania política e Democracia	Argumentar sobre (e buscar fomentar) a ideia: - de que “os meios de comunicação social de serviço público são um projeto social.” (Donders, 2021); - de que a EBC precisa “conectar as pessoas à vida pública” (Scannell, 1990 <i>apud</i> Donders, 2021); - de que o “principal objetivo da EBC deve “contribuir para a cidadania e não para o consumismo” (Donders, 2021); - de que a EBC deve criar nos cidadãos e cidadãs “um sentimento de pertença a sociedade” (Donders, 2021); - de que as emissoras da EBC devem “ser um agente socializador” e incentivar a “participação na comunidade e nos assuntos públicos.” (Donders, 2021); - de que os canais da EBC “têm de ser holísticos ou de portfólio completo na sua oferta de serviços.” (oferecer entretenimento, desporto, documentários criativos etc.) (Donders, 2021); - de que os canais da EBC “não apenas informam, devem explicar e ajudar as pessoas a compreender as coisas [Documentários, dramas, sitcons e programas satíricos podem contribuir para isso] (Livémont, Donders e Pauwels, 2017 <i>apud</i> Donders, 2021); - de que “o interesse dos cidadãos deve estar no centro daquilo que as emissoras públicas fazem” (Donders, 2021). - de que os canais da EBC devem “facilitar confiança, reciprocidade, justiça e todos os outros atributos que figuram na qualidade de vida” (Lowe e Jauert, 2005, p. 30 <i>apud</i> Donders, 2021); - de que os canais da EBC “devem mediar a comunicação intercultural”, isto é, promover	Em diálogo com o que defende Donders (2021), considera-se que “criar um sentimento de pertença à sociedade é complicado e está claramente relacionado com os níveis de cidadania política e especialmente cultural” dos cidadãos e cidadãs. Observando o caso brasileiro, sabe-se que para a EBC essa referida missão é ainda mais complexa, uma vez que os/as cidadãos/ãs ainda não reconhecem o próprio serviço de radiodifusão pública como um direito. Os agentes/representantes políticos, por interesses particulares, não agendam com prioridades políticas que possam reverter esse quadro sócio-histórico. A própria EBC vive um impasse para a construção dessa conexão por estar, historicamente, tensionada por suas relações contíguas – e institucionalizadas – com os governos vigentes, o que se evidencia pela submissão dos mandatos de quem dirige à Empresa aos interesses do Poder Executivo Federal, na figura do ministro de Estado e do próprio Presidente da República. A ausência, desde meados de 2016, de um Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, também impacta na assimilação dessas perspectivas de cidadania e democracia no âmbito dos Programas, Projetos e Ações da EBC.

		a “mediação do diálogo entre diferentes comunidades” do país. [Ex.: a língua, os sotaques, os dialetos, conteúdos regionais etc.] (Donders, 2021).	
--	--	--	--

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 7.3 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. Dimensão: Cidadania Cultural e Democracia.

Perspectivas de Cidadania e de Democracia	Dimensões que caracterizam a(s) perspectiva(s)	Potenciais contribuições a serem analisadas nos Programas, Projetos e Ações da EBC	Fatores que influenciam essas perspectivas no contexto da pesquisa (hipóteses de trabalho)
<i>“A cidadania é a base sobre a qual estruturamos as sociedades democráticas.” (Cf. Bart Cammaerts, 2007, p. 1 apud Donders, 2021).</i> <i>“Uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos [e cidadãs] deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado”. (Picard e Pickard, 2017, p. 16 apud Donders, 2021).</i>	Cidadania cultural e Democracia	Argumentar, planejar e buscar fomentar ideias e práticas que: - estimulem a EBC a atuar como um “projeto de emancipação” (Donders, 2021); - estimulem a EBC a atuar também “como um meio de abrir novos horizontes para os menos privilegiados.” (Donders, 2021); - evidenciem a missão da EBC no campo da contribuição para “a construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados”, assim como para a “oferta de serviços que orientam as pessoas de cultura para Cultura, ou seja, as artes, o teatro, a música clássica, o balé, etc.” (Donders, 2021). - estimulem a EBC a buscar “representar uma diversidade crescente na população” e a “se conectar com pessoas que não se relacionam <i>per se</i> com uma cultura nacional” (Donders, 2021); - estimulem a EBC a buscar superar as diferentes “dificuldades das emissoras públicas de se conectarem com partes da audiência” (Donders, 2021); - compreendam e estimulem a EBC a perceber que “a Cultura, é um lugar de contestação, tanto a nível teórico como prático” e, nesse sentido, visam “aproximar as pessoas das artes” e, ao mesmo tempo, de uma compreensão de que “identidade nacional” também “é formada com base na cultura cotidiana.” (Donders, 2021);	O viés educativo “instrucional” (Bianco & Pinheiro, 2018) que predominou no processo de conformação do SRP brasileiro. A perspectiva recorrente de uma cultura “elitista / erudita” na programação das emissoras públicas (Pinheiro, 2019). A cultura organizacional das emissoras públicas. A ausência, desde meados de 2016, de um Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, também impacta na assimilação dessas perspectivas de cidadania e democracia no âmbito dos Programas, Projetos e Ações da EBC. Pode ainda influenciar estas perspectivas de cidadania e democracia a questão da atuação das emissoras de Rádio e Televisão que integram a RNCP – Rede Nacional de Comunicação Pública (formalmente ampliada em 2023), especificamente no que se refere ao que é atribuído direta e/ou indiretamente a elas.

		- compreendam que a “cidadania cultural” é, em alguma medida um “conceito conflitante”, na medida em que “pressupõe algum nível de uniformidade, coerência, homogeneidade social e coletividade”, mas convive também com as questões da “diferenciação, fragmentação, distribuição desigual do poder cultural e individualismo” (Rathje, 2009 <i>apud</i> Donders, 2021).	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 7.4 – Possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia. **Dimensão: Cidadania Cívica e Democracia.**

Perspectivas de Cidadania e de Democracia	Dimensões que caracterizam a(s) perspectiva(s)	Potenciais contribuições a serem analisadas nos Programas, Projetos e Ações da EBC	Fatores que influenciam essas perspectivas no contexto da pesquisa (hipóteses de trabalho)
“A cidadania é a base sobre a qual estruturamos as sociedades democráticas.” (Cf. Bart Cammaerts, 2007, p. 1 <i>apud</i> Donders, 2021). “Uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos [e cidadãs] deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado”. (Picard e Pickard, 2017, p. 16 <i>apud</i> Donders, 2021).	Cidadania cívica e Democracia	Argumentar, planejar e buscar fomentar ideias e práticas que: - Estimulem a EBC a valorizar “o envolvimento ativo no debate político, o conhecimento dos assuntos atuais e a educação no sentido lato, e a manutenção de fortes valores democráticos” como “virtudes cívicas” (Theiss-Morse e Hibbing, 2005, p. 227 <i>apud</i> Donders, 2021). - Estimulem a EBC a pensar e contribuir na “participação cívica e no envolvimento para o bem da democracia.” Para tanto, que estimule a EBC a contribuir com “o aumento da participação dos cidadãos na política, ou pelo menos no debate político” (Donders, 2021). - Estimule a EBC a produzir conteúdos em diálogo com a perspectiva de que “a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do lazer, do consumo crítico e do entretenimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com “P” maiúsculo” (Burgess, Foth e Klaebe, 2006 <i>apud</i> Donders, 2021). - Estimulem a EBC a compreender que “a construção da cidadania cívica, portanto, não acontece apenas em algum tipo de esfera pública racional,	A atuação “enviesada” de atores políticos investidos em cargos públicos relacionados à EBC. A fusão que outrora ocorreu entre o Serviço de Radiodifusão Pública e de Radiodifusão Estatal/Governamental oferecidos pela EBC. A ausência, desde meados de 2016, de um Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, também impacta na assimilação dessas perspectivas de cidadania e democracia no âmbito dos Programas, Projetos e Ações da EBC. Pode ainda influenciar estas perspectivas de cidadania e democracia a questão da atuação das emissoras de Rádio e Televisão que integram a RNCP – Rede Nacional de Comunicação Pública (formalmente ampliada em 2023), especificamente no que se refere ao que é atribuído direta e/ou indiretamente a elas.

		habermasiana, mas também através de pequenos atos de engajamento” (Picone <i>et al.</i> , 2019 <i>apud</i> Donders, 2021). - Estimulem a EBC a compreender a necessidade de uma combinação entre diferentes perspectivas de participação, seja a “noção sociológica”, seja no “sentido político” (Vanhaeght, 2019 <i>apud</i> Donders, 2021). - Estimule a EBC a promover pesquisas sobre o reconhecimento dos cidadãos e cidadãs a respeito da contribuição das emissoras públicas para a cidadania e a democracia (Donders, 2021).	
--	--	--	--

Fonte: Elaboração da autora

Certamente, as dimensões e as potenciais contribuições sistematizadas no Quadro 6 não esgotam as perspectivas de cidadania e de democracia que podem ou devem estar presentes nos Programas, Projetos e Ações que integram o *corpus* delimitado para análise, pertencente à EBC. Ademais, considera-se que os tópicos que integram as potenciais contribuições e, sobretudo, os fatores que as influenciam estão, em alguma medida, inter-relacionados, de modo que podem ser constatados em diferentes dimensões.

Este exercício de pensar sobre potenciais contribuições que podem ser dadas por Programas, Projetos e Ações da EBC bem como de relacionar alguns fatores que, em considerável medida, podem influenciá-las ou tensioná-las, apontaram que, para uma adequada compreensão das perspectivas de cidadania e de democracia da referida Empresa, torna-se necessário para esta pesquisa estudar não apenas os documentos, mas também o cenário político-institucional no qual eles são concebidos.

Foi esse contexto que nos direcionou, primeiramente, à opção por uma pesquisa com abordagem qualitativa. De acordo com Uwe Flick (2009, p. 20), investigações dessa natureza devem ser conduzidas pela “escolha de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos”.

A adoção das perspectivas de cidadania e democracia por parte dos Serviços de Radiodifusão Pública é uma ideia muito mais difundida no contexto europeu, conforme evidenciam os estudos de Donders (2021), autora que entende que tais conceitos devem ser

os elementos centrais da missão dos meios de comunicação dos serviços públicos de mídia. Todavia, não identificamos estudos, no Brasil, que proponham métodos específicos para este tipo de abordagem e que levem em consideração o contexto complexo de conformação do SRP no país.

Para investigação de objetos mais dinâmicos ou complexos, Flick (2009) propõe que uma das maneiras de os analisar é adotando aportes e instrumentos metodológicos mais abertos, ou seja, que dialoguem, em alguma medida, com as peculiaridades ou facetas do objeto de pesquisa delimitado. “Aqui o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método, e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário.” (Flick, 2009, p. 21).

Entende-se que em nossa Pesquisa, esta dinâmica e a complexidade do objeto se revelam de maneira muito particular na questão do contexto no qual estes Programas, Projetos e Ações da EBC foram elaborados, isto é, em dois momentos muito peculiares para a história da Empresa: a gestão de um governo alinhado à extrema direita que tinha entre seus objetivos desestatizar ou extinguir a EBC e o início de outro momento político em que, pelo menos no discurso, o governo vigente atribui algum tipo de reconhecimento à importância de um Serviço de Radiodifusão Pública para a sociedade.

Deste modo, é preciso enfatizar que a assimilação de dimensões como a cidadania social, a cidadania política, a cidadania cultural, a cidadania cívica, assim como de outros aspectos correlatos como o pertencimento, a participação social, o exercício de direitos e deveres, a participação social e o próprio argumento de foco no(a) cidadão(a) estão demasiadamente tensionados por estes aspectos socioculturais, mas sobretudo político-partidários, aos quais está historicamente submetida a Radiodifusão Pública e especialmente a EBC.

Metodologicamente, a presente pesquisa, portanto, parte dessa compreensão de que as perspectivas de cidadania e de democracia no contexto da EBC são influenciadas pelo cenário político do país, que reflete diretamente na atuação institucional da Empresa, a qual é (deve ser) definida a partir de políticas públicas, sobre as quais atuam diferentes atores com interesses diversos. Isso posto, e para dialogar com a exposta complexidade do nosso objeto, optamos pela estratégia da “triangulação” metodológica. De acordo com Flick (2009, p.237), “essa palavra-chave é utilizada para indicar a combinação de diferentes métodos,

grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas no tratamento de um fenômeno.”

De acordo com os estudos de Tuzzo & Braga (2016, p. 141), uma investigação empreendida a partir da triangulação metodológica é contributiva para “prever os diversos ângulos de análise, as diversas necessidades de recortes e ângulos para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva.”

Portanto, para esta pesquisa o exercício da triangulação tem como principal objetivo auxiliar no mapeamento, na identificação e na compreensão das perspectivas de cidadania e de fortalecimento da democracia nos Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação levando em consideração dois aspectos fundamentais: a) a estrutura e o conteúdo dos referidos documentos; e b) o contexto político e institucional no qual estes documentos – políticos e estratégicos – são elaborados. A partir disso, considera-se que é possível descrever melhor as técnicas e instrumentos que julgamos mais apropriados para cada etapa da pesquisa e que, por isso, serão triangulados, para a recolha e interpretação dos dados, conforme apresentados nos subtópicos a seguir.

3.1 Etapas da pesquisa

Tendo por base as iniciais reflexões sobre o percurso metodológico apresentadas até aqui e, sobretudo, tendo sido articuladas as primeiras reflexões sobre as possíveis contribuições dos Programas, Projetos e Ações da EBC para a cidadania e a democracia e alguns fatores que podem influenciar essas perspectivas, sistematiza-se, no Quadro 8, as etapas da pesquisa, buscando indicar os seus respectivos objetivos, assim como as técnicas e aportes até então adotados.

Quadro 8 – Síntese das etapas de pesquisa

Etapa da Pesquisa	Objetivo(s)	Técnica/Aporte Adotado
Pesquisa exploratória	Mapear, Identificar e Selecionar/Delimitar o <i>corpus</i> documental a ser analisado.	Exercício Cartográfico (Cf. Kastrup 2019). [Com ênfase nos gestos de “rastreio, toque e pouso”]. Análise Documental (Cf. Moreira, 2008).
Pesquisa documental	Analisar (verificar/apreciar) a <u>estrutura</u> e o <u>conteúdo</u> dos	Análise Documental (Cf. Moreira, 2008).

	documentos selecionados para o <i>corpus</i> : Projetos, Ações e Programas. Em outra frente, objetivou-se, levantar referências sobre a relação do SRP com os conceitos de cidadania e de democracia a partir da pesquisa documental em Institutos e Organizações de caráter internacional, a saber: <i>Instituto Reuters; Unidade de Inteligência do The Economist; Instituto Varieties of Democracy; Idea – International Institute for Democracy and Electoral Assistance; Open Society Foundations; Freedom House e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e a União Europeia de Radiodifusão (European Broadcasting Union – EBU).</i>	Análise de Conteúdo e aplicação de um questionário aos documentos delimitados (Sampaio & Lycarião, 2021)
Análise qualitativa do ambiente político institucional	Levantar inferências compreensivas sobre aspectos sociopolíticos / institucionais que impactam e/ou tensionam as perspectivas de cidadania e de democracia no contexto dos documentos – políticos e estratégicos – da EBC.	Exercício Cartográfico (Cf. Kastrup 2019). <i>[Com ênfase no gesto do “Reconhecimento atento”].</i> Análise Documental (Cf. Moreira, 2008).

Fonte: Elaboração da autora

3.2 Abordagem cartográfica contextual para delimitação do corpus documental

Primeiramente, operamos com a execução de uma pesquisa exploratória a respeito dos Programas, Projetos e Ações da EBC, a partir da adoção contextual de três “gestos cartográficos” propostos por Kastrup (2019): o “rastreo”, “toque” e “pouso”, realizados a partir do site institucional da Empresa Brasil de Comunicação. Em linhas gerais, esse tipo de exercício de atenção:

(...) não é caracterizada pela busca de solução para problemas dados (...). *É uma atenção ao mesmo tempo concentrada e aberta, que faz inicialmente uma varredura no campo, um rastreo sem alvo pré-definido.* (...) podemos chamá-la de flutuante (...) ou de uma atenção espalhada e distraída, que *vagueia* sem ponto de ancoragem fixo. Sem piloto, comando ou controle, ela *varre o campo* até encontrar algo que, *em função do estranhamento gerado, toque a atenção* do cartógrafo e coloque um problema. O reconhecimento automático dá então lugar à experiência de problematização. *Ele então se detém, pausa a atenção e o tempo cronológico é suspenso* - vamos ver o que está acontecendo. Tal gesto *constitui*

um pouso no movimento, e não uma pausa do movimento (Grifos nossos) (Kastrup, 2019, p. 100-101).

Em diálogo com as contribuições de Kastrup (2019; 2008), foram esses os primeiros gestos ou movimentos que fizemos a partir de navegações no *site* da EBC, até “pousarmos” nos seguintes documentos, delimitados como o *corpus* da nossa pesquisa:

a) Planejamento Estratégico da EBC

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: o Planejamento Estratégico é um documento previsto no Estatuto Social da EBC aprovado em reunião do Conselho de Administração (CONSAD), em 29 de setembro de 2023 (Deliberação CONSAD nº 39/2023) (EBC, 2023b). O referido documento também apresenta os “Valores Institucionais da EBC” e o “Mapa Estratégico EBC 2023-2027”.

a.1) Cadeia de Valor Institucional

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: a Cadeia de Valor Institucional é estruturada nos Macroprocessos Estratégicos, nos Macroprocessos de Negócios e nos Macroprocessos de Suporte e conecta todos os componentes institucionais que buscam o alcance dos objetivos estratégicos independentemente das relações de poder existentes entre as unidades organizacionais que atuam nos processos definidos na Cadeia de Valor.

b) Plano Plurianual (PPA) da EBC

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: o Plano Plurianual - PPA, elaborado a cada quatro anos, é o instrumento de planejamento governamental que reflete a estratégia do Governo Federal para assegurar a universalização das políticas públicas brasileiras. Nele estão contidos programas que organizam as agendas de governo por temas relacionados a essas políticas. Cada programa é composto por objetivos, indicadores e metas que estão correlacionados a um macrodesafio. No PPA 2020-2023, a EBC é parte integrante da seguinte estratégia: Programa: 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal. Objetivo: 1198 - Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal.

c) Planos Anuais de Negócios da EBC

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: os Planos Anuais de Negócio são documentos previstos no Estatuto Social da EBC, disponível em: [https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/estatuto_social_da_ebc - aprovado 4.11.2020 e atualizado 2.2.2021.pdf](https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/estatuto_social_da_ebc_-_aprovado_4.11.2020_e_atualizado_2.2.2021.pdf). Conforme indicado no site institucional da EBC, por meio dos Planos Anuais de Negócio é possível acompanhar os Planos de Ações previstos para o ano, “além de representar importante instrumento de governança para a EBC” (EBC, 2022a). Os Planos de Negócio incluídos no *corpus* da presente pesquisa se referem aos anos de 2020 a 2023.

d) Análise de Metas e Resultados

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: este relatório apresenta a Análise de Atendimento das Metas e Resultados na execução do Plano de Negócios, planejamento de nível tático e operacional, e da Estratégia de Longo Prazo promovidas pelo Conselho de Administração - CONSAD, referente aos resultados dos exercícios dos anos anteriores 2020, em cumprimento aos termos do § 2º, artigo 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, § 3º, artigo 37 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e inciso XXXIII, artigo 50 do Estatuto Social da EBC. A análise é baseada nos resultados dos Objetivos Estratégicos, mensurados por meio dos Indicadores Estratégicos e Projetos Operacionais aprovados no Plano de Negócios. Esses indicadores permitem que a Empresa verifique a convergência dos resultados em face da estratégia definida para atingir a sua Missão e Visão de Futuro. As Análises de Metas e Resultados incluídos no *corpus* da presente pesquisa se referem aos anos de 2020 a 2023.

e) Programas e Ações Orçamentárias da EBC

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: os Programas e Ações Orçamentárias da EBC são documentos previstos no Programa Temático no Plano Plurianual (PPA 2020-2023), disponíveis no site da Empresa Brasil de Comunicação⁸⁰. A EBC é responsável por um Programa Temático no Plano Plurianual - PPA (2020-2023) com uma Ação Orçamentária Finalística vinculada, a saber: Programa: 4001 – Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal. / Unidade Orçamentária responsável:

⁸⁰ Os documentos podem ser consultados no endereço: <https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/programas-e-acoes>.

20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC. / Objetivo: 1198 - Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal. / Ação Orçamentária: 20B5- Fortalecimento do Sistema difundido Público de Radiodifusão e Comunicação. / Produto: Conteúdo informativo. / Unidade de Medida: horas. / Meta: 131.760. Os Programas e Ações Orçamentárias da EBC incluídos no *corpus* da presente pesquisa se referem aos anos de 2020 a 2022. O de 2023 não foi incluído, pois é elaborado somente no ano fiscal subsequente.

f) Relatório Integrado de Gestão

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: trata-se de Relatório de Gestão do exercício de cada ano apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições do Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle.

g) Documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: trata-se dos instrumentos legais e normativos que regulam a instituição do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), assim como o relatório final elaborado pelo GT e o decreto que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade, de natureza consultiva e deliberativa.

h) Documentação relacionada à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)

Aspectos gerais e justificativa para inclusão: a documentação refere-se aos Acordos de Cooperação assinados com as universidades (federais, estaduais e municipais) e institutos federais relacionados à expansão da RNCP, entre os anos de 2023 e 2024.

Buscando uma delimitação mais precisa do nosso *corpus*, o período estipulado para esse exercício cartográfico dos documentos da EBC considera os anos de 2020 a 2023, uma

vez que o PPA se inicia no segundo ano do mandato do presidente da República e perdura até o primeiro ano de seu sucessor. Para obtenção dos documentos, foi necessário um mapeamento em toda a estrutura do site da Empresa Brasil de Comunicação, uma vez que os materiais não se encontravam consolidados em uma única aba ou endereço. Toda a documentação foi salva em pastas próprias para consultas futuras. É preciso ainda reforçar que o acesso somente foi possível à toda documentação aqui apresentada em razão dos sistemas democráticos de transparência e de livre acesso aos dados públicos. O Quadro 9, a seguir, apresenta uma sistematização da nossa “base documental” (Moreira, 2008, p. 275) com a inclusão de uma síntese e dos respectivos *links* de acesso.

Quadro 9 – Sistematização do *corpus*: documentos da EBC para análise

Documento	Síntese	Link(s) de Acesso
Planejamento Estratégico da EBC	Trata-se do Planejamento Estratégico da EBC - Empresa Brasil de Comunicação (2023-2027).	Link de acesso ao Planejamento Estratégico no site da EBC: https://www.ebc.com.br/node/5263
Cadeia de Valor Institucional	Trata-se de instrumento de gestão que demonstra o encadeamento lógico das atividades desempenhadas pela EBC desde o surgimento das demandas até a produção e entrega dos resultados esperados.	Cadeia de valor institucional no site da EBC: https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/cadeia-de-valor
Plano Plurianual (PPA) da EBC [Avaliações]	Trata-se dos Espelhos de Monitoramento das Avaliações do PPA 2020-2023. O documento é disponibilizado na aba de Governança Corporativa do site institucional da Empresa Brasil de Comunicação e é emitido pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento / Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria / Subsecretaria de Planejamento Governamental.	Link de acesso no site da EBC: https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/plano-plurianual-ppa-da-ebc
Plano Plurianual (PPA) da EBC 2020 [Avaliações]	Trata-se dos Espelhos de Monitoramento das Avaliações do PPA 2020-2023. O documento é disponibilizado na aba de Governança Corporativa do site institucional da Empresa Brasil de Comunicação e é emitido pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento / Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria / Subsecretaria de Planejamento Governamental.	Avaliação 2020: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/siop_eselho_monitoramento_2020_0.pdf

Plano Plurianual (PPA) da EBC 2021 [Avaliações]	Trata-se dos Espelhos de Monitoramento das Avaliações do PPA 2020-2023. O documento é disponibilizado na aba de Governança Corporativa do site institucional da Empresa Brasil de Comunicação e é emitido pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento / Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria / Subsecretaria de Planejamento Governamental.	Avaliação 2021: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/monitoramento_ppa_2020_2023_ano_2021.pdf
Plano Plurianual (PPA) da EBC 2022 [Avaliações]	Trata-se dos Espelhos de Monitoramento das Avaliações do PPA 2020-2023. O documento é disponibilizado na aba de Governança Corporativa do site institucional da Empresa Brasil de Comunicação e é emitido pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento / Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria / Subsecretaria de Planejamento Governamental.	Avaliação 2022: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/monitoramento_ppa_2020_2023_ano_2022.pdf
Planos Anuais de Negócios da EBC	Trata-se dos Planos Anuais de Negócio da EBC (2020-2023).	Link de acesso aos Planos de Negócios no site da EBC: https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/plano-anual-de-negocios
Planos Anuais de Negócios da EBC 2020	Trata-se dos Planos Anuais de Negócio da EBC (2020-2023).	Plano de Negócio 2020: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/p_an_2020_portal_institucional-1.pdf
Planos Anuais de Negócios da EBC 2021	Trata-se dos Planos Anuais de Negócio da EBC (2020-2023).	Plano de Negócios 2021: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf
Planos Anuais de Negócios da EBC 2022	Trata-se dos Planos Anuais de Negócio da EBC (2020-2023).	Plano de Negócios 2022: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/plano_de_negocios_final_portal_13_1_22.pdf
Planos Anuais de Negócios da EBC 2023	Trata-se dos Planos Anuais de Negócio da EBC (2020-2023).	Plano de Negócios 2023: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf

Análise de Metas e Resultados	Trata-se de relatório elaborado pelo Conselho de Administração da EBC sobre os resultados estratégicos, medidos por meio dos Indicadores e Projetos Estratégicos e dos Planos de Ações, aprovados no Plano de Negócios.	Link de acesso às Análises de Metas e Resultados no site da EBC: https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/estrategia-da-ebc
Análise de Metas e Resultados 2020	Trata-se de relatório elaborado pelo Conselho de Administração da EBC sobre os resultados estratégicos, medidos por meio dos Indicadores e Projetos Estratégicos e dos Planos de Ações, aprovados no Plano de Negócios.	Análise de Metas da EBC 2020: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprova_da_no_consad.pdf
Análise de Metas e Resultados 2021	Trata-se de relatório elaborado pelo Conselho de Administração da EBC sobre os resultados estratégicos, medidos por meio dos Indicadores e Projetos Estratégicos e dos Planos de Ações, aprovados no Plano de Negócios.	Análise de Metas da EBC 2021: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/analise_consad_2021_02.05.2022.pdf
Análise de Metas e Resultados 2022	Trata-se de relatório elaborado pelo Conselho de Administração da EBC sobre os resultados estratégicos, medidos por meio dos Indicadores e Projetos Estratégicos e dos Planos de Ações, aprovados no Plano de Negócios.	Análise de Metas da EBC 2022: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/analise_consad_2022_final_publicacao_8.5.23.pdf
Análise de Metas e Resultados 2023	Trata-se de relatório elaborado pelo Conselho de Administração da EBC sobre os resultados estratégicos, medidos por meio dos Indicadores e Projetos Estratégicos e dos Planos de Ações, aprovados no Plano de Negócios.	Análise de Metas da EBC 2023: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/analise_consad_2023_direx_no_23_e_consad_no_10.pdf
Programas e Ações Orçamentárias da EBC	Trata-se dos relatórios dos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC.	Programas e Ações Orçamentárias da EBC: https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/programas-e-acoas
Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020	Trata-se dos relatórios dos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC em 2020.	Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020: http://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2RhYTZhNmQtNjFkYi00MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxliwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9

Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2021	Trata-se dos relatórios dos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC em 2021.	Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2021: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYjNmZWJhY2EtYjBIMC00N2NkLTNmMWQtZDI5YzFIOTRiMGE4IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9
Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2022	Trata-se dos relatórios dos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC em 2022.	Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2022: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNzk5NTBkOTMtZTMwZi00N2FhLWE1YmQtYWlwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9
Relatório de Gestão 2020	Relatório Integrado de Gestão 2020	Relatório Integrado de Gestão 2020: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2020_-_versao_final_aprovado_consad.pdf
Relatório de Gestão 2021	Relatório Integrado de Gestão 2021	Relatório Integrado de Gestão 2021: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2021.pdf
Relatório de Gestão 2022	Relatório Integrado de Gestão 2022	Relatório Integrado de Gestão 2022: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2022.versao_final.pdf
Relatório de Gestão 2023	Relatório Integrado de Gestão 2023	Relatório Integrado de Gestão 2023: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf
Documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC	Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023, que Institui o Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e regulamentado também pela Portaria Secom/PR nº 32.	Documento obtido via correspondência pessoal (e-mail).

Documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC	Relatório final do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Secom/PR nº 19/2023, sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).	Relatório final do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), instituído pela Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023: https://www.ebc.com.br/sites/institucional/files/atoms/files/relatorio_final_gt_participacao_social.pdf
Documentação relacionada ao Sistema de Participação Social de Comunicação Pública no âmbito da EBC	Decreto que define atribuições do Comitê Editorial e de Programação (Comep).	Decreto nº 12.005, de 23 de abril 2024, que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm
RNCP	Acordos de cooperação assinados com as universidades (federais, estaduais e municipais) e institutos federais relacionados à expansão da RNCP, entre os anos de 2023 e 2024.	Acordos obtidos via LAI.

Fonte: Elaboração da Autora.

3.3 Análise documental

Consideramos oportuno retomar aqui uma das nossas hipóteses de trabalho (conforme tópico 1.2), quando corroboramos a ideia de Manuel Pinto (2005, p. 54), de que “a qualidade de um serviço público se afirma não apenas pelos conteúdos que difunde, mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza”. É nessa direção que julgamos pertinente o exercício de compreensão das perspectivas de democracia e de cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública a partir do estudo daquilo que é relatado, descrito ou preconizado em documentos como os Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Moreira (2008, p. 270) define que “a análise documental representa uma entre as técnicas disponíveis aos pesquisadores para qualificar o seu trabalho”. A pesquisadora defende ainda que, no âmbito da pesquisa científica, a análise documental é “ao mesmo tempo, método e técnica”. É assim que buscamos assimilá-la nesta pesquisa. “*Método* porque

pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. [Nesse caso, o ângulo da compreensão a respeito das perspectivas de cidadania e democracia nos Planos, Ações e Projetos da EBC]. *Técnica* porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, [nesse caso aqueles advindos da abordagem cartográfica (Kastrup, 2019) e da própria natureza da abordagem qualitativa (Flick, 2009)].” (grifos nossos) (Moreira, 2018, p. 272).

Em outras contribuições, Moreira (2008) também preconiza que:

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (Moreira, 2008, p. 276).

Os documentos delimitados para a formação do *corpus*, conforme descritos no Quadro 9, são considerados material de fonte primária que, conforme Moreira (2008, p. 272), são “documentos oficiais; textos legais; documentos internos de empresas e instituições”. Além disso, a partir do que argumentam Lakatos & Marconi (2010, p. 157), também consideramos que esses documentos são “fontes escritas, primárias e retrospectivas de informação”.

Para Duarte (2014, p. 271), a análise documental é um exercício processual, pois “compreende a identificação, a verificação e a apropriação de documentos para determinado fim”. Moreira (2008, p. 274) também afirma que a análise documental tem um “percurso”.

Nessa direção, a análise documental que esta pesquisa, também em diálogo com exercício analítico correlato já empreendido por Pinheiro (2019, p. 267), busca se estruturar da seguinte maneira: 1ª etapa: Mapeamento, identificação e seleção/delimitação do *corpus* documental a ser analisado. 2ª etapa: Apreciação dos documentos com auxílio da análise de conteúdo categorial. 3ª etapa: Contextualização de inferências críticas.

É preciso ressaltar que, também com contextuais aportes da pesquisa documental, foram analisados e cotejados relatórios de institutos de pesquisa e de estudos nos campos de Comunicação, Jornalismo, Ciência Política e Democracia, como: o Instituto *Reuters*; Unidade de Inteligência do *The Economist*; Instituto *Varieties of Democracy*; Idea – International Institute for Democracy and Electoral Assistance; Open Society Foundations; Freedom House e de entidades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) e a União Europeia de Radiodifusão (*European Broadcasting Union – EBU*) para a incorporação de conceitos como índices democráticos, força dos SRP, cidadania e democracia, dentro do contexto das mudanças geopolíticas recentes ocorridas a partir de 2016.

3.4 Sobre a análise de conteúdo categorial dos documentos

O Quadro 10, a seguir, sistematiza os conceitos, categorias e indicadores de análise a serem cotejados com o *corpus* delimitado, a partir da técnica da análise de conteúdo categorial (AC) que, para Sampaio & Lycarião (2021), também é contributiva quando articulada com outras técnicas.

A análise de conteúdo apresenta inúmeras aplicações, podendo ser a técnica da pesquisa em si a gerar dados e resultados, ou mesmo como uma técnica intermediária em meio a projetos maiores. Não é raro, por exemplo, o uso da AC apenas para a análise de dados e conteúdo gerado por outras técnicas de pesquisa, como entrevistas em profundidade, grupos focais e diários de campo de etnografia e observações participantes (Sampaio & Lycarião, 2021, p. 21).

Entre os propósitos de assimilarmos a AC no âmbito desta pesquisa, está a necessidade de, diante dos documentos da EBC, nos dedicarmos também a tarefas como: “Descrever características manifestas da comunicação: questionar quem, o quê, como sobre uma mensagem; Fazer inferências dos antecedentes da comunicação: questionar porque algo é dito; Fazer inferências das consequências da comunicação: questionar efeitos do que é dito.” (Holsti, 1969 *apud* Sampaio & Lycarião, 2021, p. 22).

Para além disso, consideramos importante corroborar o que pontua Bardin (2016, p. 44) quando esta afirma que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Conforme se pode observar no Quadro 10, nossos indicadores são de natureza predominantemente qualitativa.

O Quadro 10, a seguir, sistematiza os conceitos, categorias e indicadores de análise a serem cotejados com o *corpus* delimitado.

Quadro 10 – Síntese dos conceitos, categorias e indicadores de análise

Conceitos	Categorias	Indicadores
Cidadania	Cidadania Política e Democracia	- Como a “informação” é destacada no documento? Ela aparece como algo que está “no centro da missão” da EBC? <i>Conforme Donders (2021), a questão da informação no centro da sua missão dos serviços públicos de mídia “está relacionado com a contribuição esperada dos meios de comunicação social de serviço público para o fortalecimento da cidadania política.”</i> - O documento menciona responsabilidades da EBC em oferecer acesso a diferentes interpretações, quadros e fóruns deliberativos onde estes são discutidos e avaliados? <i>“A cidadania política não é apenas sobre estar informado” (Donders, 2021).</i> - O documento menciona, ou trata de forma mais ampla, a relação da EBC com a questão do “pluralismo” ou da “abundância de conteúdo”? <i>“A cidadania política exige pluralismo.” (Cf. Barber, 2004 apud Donders, 2021)</i> - O documento menciona dimensões de “interação e diálogo” da EBC com os cidadãos e cidadãs? <i>“Os cidadãos devem fazer parte de um processo de interação e de diálogo genuíno dentro de algum tipo de esfera pública” (Cf. Habermas, 1991 apud Donders, 2021).</i> - O documento preconiza a necessidade de algum tipo de investimento ou atenção da EBC em algum desses tipos de abordagens em relação ao conteúdo? a) Fomentar o “debate” e o “discurso crítico”? b) Produzir “notícias e assuntos atuais”? <i>(Cf. Herman, 1993, p. 86 apud Donders, 2021).</i> c) Investir no Jornalismo investigativo? <i>(Cf. Cordell, 2009 apud Donders, 2021).</i> d) Evitar produções que fomentem a polarização do discurso público? e) Evitar produções que não questionem criticamente declarações feitas por políticos? <i>(Cf. Cushion e Lewis, 2017 apud Donders, 2021).</i> f) Representar todas as opiniões na sociedade, especificamente aqueles das minorias étnicas? <i>(Cf. Panis, Paulussen e Dhoest, 2019 apud Donders, 2021)</i> g) Ênfase demasiada em uma espécie de “transferência unidirecional de conhecimento” em vez de uma “compreensão bidirecional dos processos políticos, assuntos atuais e eventos na sociedade”? <i>(Cf. Bardoel e Lowe, 2007 apud Donders, 2021)</i> h) Evitar elementos estruturais e institucionais que limitam o potencial da EBC de “dizer a verdade e reforçar a democracia”? <i>(Cf. Freedman, 2019, p. 206 apud Donders, 2021).</i> - O Documento aborda a composição do pessoal da EBC e a questão de representar adequadamente grupos sociais historicamente excluídos como as mulheres e as minorias étnicas? <i>(Cf. Freedman, 2019, p. 206 apud Donders, 2021).</i>

Conceitos	Categorias	Indicadores
	Cidadania Social e Democracia	- O Documento aborda a EBC como “um projeto social”? “Trata-se de conectar as pessoas à vida pública” (Scannell, 1990 apud Donders, 2021). “(…) uma forma de falar e interagir com os espectadores <u>como cidadãos</u>” (Van Dijck e Poell, 2015, p. 149 apud Donders, 2021). - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro “elementos-chave” para a construção da cidadania social? (Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021) a) “As emissoras públicas deveriam ser um agente socializador” (ex.: Fala-se na capacidade da Empresa em fomentar a participação dos(as) cidadãos(ãs) na comunidade e nos assuntos públicos?). b) “As emissoras públicas não apenas informam, devem explicar e ajudar as pessoas a compreenderem as coisas.” (ex.: abordam a EBC como um meio discursivo para o “ato de testemunhar” e para o processo de trabalhar a história, os acontecimentos, o que significam e os seus efeitos?) (Cf. Livémont, Donders e Pauwels, 2017 apud Donders, 2021). c) “O interesse dos cidadãos deve estar no centro daquilo que as emissoras públicas fazem”. “A Mídia de Serviço Público é um projeto da sociedade civil. Não se trata de mercados, nem de governos.” (ex.: Fala-se em “facilitar confiança, reciprocidade, justiça e todos os outros atributos que figuram na qualidade de vida”? (Cf. Lowe e Jauert, 2005, p. 30 apud Donders, 2021). d) “As emissoras públicas devem mediar a comunicação intercultural.” (Donders, 2021). (ex.1: A EBC pontua em seus documentos a necessidade de abraçar as diferenças linguísticas e faz algum esforço para servir o seu público nas línguas que falam (português, LIBRAS, dialetos)?; ex.2: A EBC pontua em seus documentos a importância do diálogo entre diferentes comunidades/regiões/estados do Brasil?; ex.3: Os meios de comunicação online da EBC estão mencionados em estratégias nessa direção, isto é, como como um ponto de encontro democrático?)
	Cidadania Cultural e Democracia	O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses seis “elementos-chave” para a construção da cidadania cultural? (Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021) - O documento caracteriza a EBC como: a) “um projeto de emancipação”; b) “um meio de abrir novos horizontes para os menos privilegiados”? (Donders, 2021).; um meio para representar a diversidade? (Conway, 2014 apud Donders, 2021). - O documento assinala algum compromisso da EBC na “construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados”? - O documento assinala algum compromisso da EBC na oferta de serviços que orientam “as pessoas de cultura” para

Conceitos	Categorias	Indicadores
		Cultura, ou seja, para as artes, o teatro, a música clássica, o balé, etc.? - O documento assinala alguma preocupação da EBC com alguma das seguintes questões: a) Como representar uma diversidade crescente na população? b) Como se conectar com pessoas que não se relacionam <i>per se</i> com uma cultura nacional? c) Como criar empatia por pessoas de outras origens culturais? - O documento reflete sobre a questão da dificuldade da EBC se conectar com partes dos cidadãos e cidadãs (Ex.: migrantes, crianças, jovens, idosos(as), negros(as), comunidade LGBTQIA+ etc.)? - O documento reflete sobre a questão da necessidade de a EBC trabalhar a Cultura, com um lugar de contestação, tanto a nível teórico como prático?
	Cidadania Cívica e Democracia	O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses cinco “elementos-chave” para a construção da cidadania cívica? (Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021) - O documento apresenta alguma menção sobre a relação entre a missão da EBC com os direitos cívicos (aqueles que “protegem os cidadãos longe do controle de governos, elites corporativas e outras organizações em sociedade”), os quais dizem respeito aos direitos de cada cidadão à liberdade, liberdade de expressão, propriedade e assim por diante? (Donders, 2021). - O documento reflete sobre a necessidade de a EBC promover um “envolvimento ativo [dos cidadãos e cidadãs] no debate político, no conhecimento dos assuntos atuais, na educação no sentido lato, e na manutenção dos valores democráticos? (Cf. Theiss-Morse e Hibbing, 2005, p. 227 apud Donders, 2021). - O documento assinala alguma interação da EBC com a perspectiva de que “a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do lazer, do consumo crítico e do entretenimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com “P” maiúsculo” (Cf. Burgess, Foth e Klæbe, 2006 apud Donders, 2021)? - O documento pontua alguma interação da EBC com a perspectiva de que a construção da cidadania cívica, portanto, não acontece apenas em algum tipo de esfera pública racional, habermasiana, mas também através de pequenos atos de engajamento (Cf. Picone et al., 2019 apud Donders, 2021)? - O documento menciona algum tipo de estratégia da EBC para verificar se sua atuação junto aos cidadãos e cidadãs reforça a questão “dos direitos ou virtudes cívicas, pelo menos quando assumem a perspectiva da democracia?” (Donders, 2021).
Dimensões da Cidadania à luz	Pertencimento	- O documento aponta, em alguma medida, o papel da EBC no fomento à compreensão do cidadão como alguém que faz

Conceitos	Categorias	Indicadores
da participação na vida política		parte de determinado estado ou comunidade política? (Cf. Gorczewski; Martin, 2011, p. 29 in Lima, 2017, p. 59).
	Exercício de direitos (que inclui o cumprimento de deveres)	- O documento aponta, em alguma medida, o papel da EBC no fomento à compreensão de que é necessário assegurar a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência? (Cf. Bellamy, 2008 in Lima, 2017, p. 61).
	Possibilidade de participação na vida política	- O documento assinala a participação política na EBC como o elemento que transforma um indivíduo em cidadão ao lhe dar possibilidade de escolher seu destino, participar do poder, fazer as leis e de obedecê-las? (Gorczewski e Martin 2011, p. 126 in Lima, 2017, p. 65).
Cidadãos e cidadãos	Centralidade do SRP nas cidades e cidadãos	- O documento, de alguma forma, mostra que a EBC se fundamenta na principal missão dos SRP de servir às cidades e aos cidadãos? (Cf. Lopes et. al., 2023, p. 191). - O documento aponta caminhos para a EBC conhecer e reconhecer os seus diversos públicos? (Cf. Lopes et. al., 2023, 192). - O documento permite a EBC conferir valor estratégico aos públicos para definir quais produtos e programas deverão integrar a oferta dos SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193) - O documento orienta a EBC como atender a quatro faixas de públicos diferentes (crianças, adolescentes e jovens), de acordo com sua idade, e a ofertar conteúdo para consumo em família? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193) - O documento assegura o serviço a todos os públicos da EBC, incluindo públicos mais difíceis, fechados ou avessos à oferta típica do serviço público? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193) - O documento incentiva ações da EBC para valorização dos/das cidadãos/ãs, devendo ser garantida a diversidade da sociedade? (Cf. Lopes et. al., 2023, 194) - O documento aponta se a EBC instituiu um ouvidor único para todos os veículos integrantes do SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 195) - O documento apresenta ações da EBC para promover a democracia, a coesão e a identidade de forma a valorizar os cidadãos, ocupando um lugar central no SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 195) - O documento determina que a EBC estabeleça novas métricas para medir o impacto da oferta dos serviços prestados pelos SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 196)

Fonte: Elaboração da Autora (com bases nos eixos de articulação teórica).

Este quadro foi adaptado para um instrumento de coleta⁸¹, elaborado a partir dos recursos da ferramenta *Google Forms*, visando uma estratégia de operacionalização que possa oferecer uma melhor organização, acesso e uso dos documentos analisados. Esta ferramenta (ver Figura 4) foi contextualmente utilizada no momento do pré-teste.

⁸¹ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe78FZetEFKsUfc9jd-dCCFIgyAcENC58Rto8N6gSXOofBA/viewform>.

Figura 4 – Fragmento (print) do instrumento elaborado para análise documental

Ações da EBC para o fortalecimento da democracia e da construção da cidadania

Perspectivas de Democracia e Cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública: estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (2020-2022)

requetes@ebc.com.br [Alterar conta](#)

requisitos@gmail.com [Não compartilhado](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

Documento analisado *

Sua resposta

Evidência (link do site)

Sua resposta

Data de análise

data

dd/mm/aaaa

1 - Como a "informação" é destacada no documento? Ela aparece como algo que está "no centro da missão" da EBC?
Conforme Donders (2021) a questão da informação no centro da missão dos serviços públicos de mídia está relacionado com a contribuição esperada dos meios de comunicação social de serviço público para o fortalecimento da cidadania política.

☐ Sim

☐ Não

2 - O documento menciona responsabilidades da EBC em oferecer acesso a diferentes interpretações, quadros e fóruns deliberativos onde estes são discutidos e avaliados?
A cidadania política não é apenas sobre estar informado. (Donders, 2021).

☐ Sim

☐ Não

3 - O documento menciona, ou trata de forma mais ampla, a de relação da EBC com a questão do "pluralismo" ou da "abundância de conteúdo"?
A cidadania política exige pluralismo. (Cf. Barber, 2004 apud Donders, 2021)

☐ Sim

☐ Não

4 - O documento menciona dimensões da "interação e diálogo" da EBC com os cidadãos e cidadãos?
Os cidadãos devem fazer parte de um processo de interação e de diálogo genuíno dentro de algum tipo de esfera pública. (Cf. Habermas, 1991 apud Donders, 2021).

☐ Sim

☐ Não

5 - O documento precisa a necessidade de algum tipo de investimento ou atenção da EBC em algum desses tipos de abordagem em relação ao conteúdo?

☐ Fomentar o "debate" e o "discurso crítico"?

☐ Produzir "notícias e assuntos atuais"? (Cf. Herman, 1993, p. 86 apud Donders, 2021).

☐ Investir no jornalismo investigativo? (Cf. Cordell, 2009 apud Donders, 2021).

☐ Evitar produções que fomentem a polarização do discurso público?

☐ Evitar produções que não questionem criticamente declarações feitas por políticos? (Cf. Coulson e Lewis, 2017 apud Donders, 2021).

☐ Representar todas as opiniões na sociedade, especificamente aquelas das minorias étnicas? (Cf. Paris, Paulussen e Dhont, 2019 apud Donders, 2021).

☐ Ênfase dada em uma espécie de "transparência unidirecional de conhecimento" em vez de uma "compreensão bidirecional dos processos políticos, assuntos atuais e eventos na sociedade"? (Cf. Barber e Lewis, 2007 apud Donders, 2021).

☐ Evitar elementos estruturais e institucionais que limitem o potencial da EBC de "liberar a verdade e reforçar a democracia"? (Cf. Freedman, 2019, p. 206 apud Donders, 2021).

6 - O Documento aborda a composição do pessoal da EBC e a questão de representar adequadamente grupos sociais historicamente excluídos como as mulheres e as minorias étnicas?
(Cf. Freedman, 2019, p. 206 apud Donders, 2021).

☐ Sim

☐ Não

7 - O Documento aborda a EBC como "um projeto social"?
"Trata-se de conectar as pessoas à vida pública". (Scannell, 1990 apud Donders, 2021).

"[...] uma forma de falar e interagir com os espectadores como cidadãos" (Van Dijk e Piont, 2016, p. 149 apud Donders, 2021).

☐ Sim

☐ Não

8 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro "elementos-chave" para a construção da cidadania social?
(Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021).

☐ "As emissoras públicas deveriam ser um agente socializador" (ex. Fala-se na capacidade da Empresa em fomentar a participação dos cidadãos na comunidade e nos assuntos públicos)?

☐ "As emissoras públicas não apenas informam, devem explicar e ajudar as pessoas a compreender as coisas." (ex. abordam a EBC como um meio discursivo para a "voz de testemunhar" e para o processo de trabalhar a história, os acontecimentos, o que significa e o seu efeito)? (Cf. Loidenot, Donders e Piont, 2017 apud Donders, 2021).

☐ "O interesse dos cidadãos deve estar no centro daquilo que as emissoras públicas fazem". "A Mídia de Serviço Público é um projeto da sociedade civil. Não se trata de meros dados, nem de governos". (ex. Fala-se em "facilitar confiança, imparcialidade, justiça e todos os outros atributos que figuram na qualidade de vida"? (Cf. Lowe e Jauert, 2005, p. 30 apud Donders, 2021).

☐ "As emissoras públicas devem mediar a comunicação intercultural". (Donders, 2021).

☐ (ex. 1. A EBC pontua em seus documentos a necessidade de abrigar as diferenças linguísticas e faz algum esforço para servir a seu público nas línguas que falam (português, LIBRAS, dialetos); ex. 2. A EBC pontua em seus documentos a importância do diálogo entre diferentes comunidades/linguísticas do Brasil; ex. 3. Os meios de comunicação online da EBC estão mencionados em estratégias nessa direção, isto é, como um ponto de encontro democrático)?

9 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro "elementos-chave" para a construção da cidadania cultural?
(Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021).

☐ O documento caracteriza a EBC como: a) "um projeto de emancipação"; b) "um meio de abrir novos horizontes para os menos privilegiados"? (Donders, 2021), um meio para representar a diversidade? (Donders, 2014 apud Donders, 2021).

☐ O documento assinala algum compromisso da EBC na "construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados"?

☐ O documento assinala algum compromisso da EBC na oferta de serviços que orientam "as pessoas de cultura" para Cultura, ou seja, para as artes, o teatro, a música clássica, o ballet, etc.?

☐ O documento assinala alguma preocupação da EBC com alguma das seguintes questões: a) Como representar uma diversidade crescente na população? b) Como se conectar com pessoas que não se relacionam por se com uma cultura nacional? c) Como criar empatia por pessoas de outras origens culturais?

☐ O documento refere sobre a questão da dificuldade da EBC se conectar com partes dos cidadãos e cidadãos (ex. "imigrantes, crianças, jovens, minorias, negativas, comunidade LGBTQIA" etc.)?

☐ O documento refere sobre a questão da necessidade de a EBC trabalhar a Cultura, com um lugar de contestação, tanto a nível técnico como político?

10 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro "elementos-chave" para a construção da cidadania cívica?
(Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 apud Donders, 2021).

☐ O documento apresenta alguma menção sobre a relação entre a missão da EBC com as "tensões cívicas" que se "protegem os cidadãos longe do controle de governos, elites corporativas e outras organizações em sociedade", ou seja, dizem respeito aos direitos de cada cidadão à liberdade, liberdade de expressão, propriedade e assim por diante? (Donders, 2021).

☐ O documento refere sobre a necessidade da EBC promover um "envolvimento ativo (nos cidadãos e cidadãos) no debate político, no conhecimento dos assuntos atuais, na educação no sentido lato, e na manutenção dos valores democráticos"? (Cf. Thoresen e Håberg, 2005, p. 227 apud Donders, 2021).

☐ O documento assinala alguma interação da EBC com a perspectiva de que "a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do fazer do consumo crítico e do envolvimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com "V" municipal"? (Cf. Burgess, Fott e Kjae, 2006 apud Donders, 2021)?

☐ O documento pontua alguma interação da EBC com a perspectiva de que a construção da cidadania cívica, portanto, não acontece apenas em algum tipo de esfera pública nacional, subnacional, mas também através de pequenos atos de engajamento (Cf. Picone et al., 2019 apud Donders, 2021)?

☐ O documento menciona algum tipo de estratégia da EBC para verificar se sua atuação junto aos cidadãos e cidadãos reforça a questão "dos direitos ou virtudes cívicas, pelo menos quando assumem a perspectiva da democracia"? (Donders, 2021).

11 - O documento define o cidadão como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política? (Cf. Gorzevski, Martin, 2011, p. 29 in Lima, 2017, p. 89).

☐ Sim

☐ Não

12 - O documento assegura a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência? (Cf. Bellamy, 2008 in Lima, 2017, p. 41).

☐ Sim

☐ Não

13 - O documento assinala a participação política na EBC como o elemento que transforma um indivíduo em cidadão ao dar possibilidade de escolher seu destino, participar do poder, fazer as leis e de obedecê-las? (Gorzevski e Martin 2011, p. 126 in Lima, 2017, p. 40).

☐ Sim

☐ Não

14 - O documento, de alguma forma, mostra que a EBC se fundamenta na principal missão dos SPP de servir as cidades e aos cidadãos? (Cf. Lopes et al., 2023, p. 193).

☐ Sim

☐ Não

15 - O documento aponta caminhos para a EBC conhecer e reconhecer as suas diversas públicos? (Cf. Lopes et al., 2023, 192).

☐ Sim

☐ Não

Fonte: Elaboração da autora (a partir dos conceitos, categorias e indicadores de análise).

3.5 *Análise qualitativa do ambiente político e institucional da EBC*

Conforme já mencionado, a análise do ambiente político e institucional da EBC é de suma importância para a compreensão e levantamento de inferências mais aprofundadas a respeito das perspectivas de cidadania e de democracia nos documentos da Empresa. Para tanto, até o momento, vislumbra-se essa etapa da pesquisa sendo realizada a partir da retomada de um gesto cartográfico proposto por Kastrup (2019; 2009), denominado “reconhecimento atento”, o qual “opera por circuitos inventivos, que vão produzindo sentidos num movimento sucessivo de retomada do problema, que fecha sem se esgotar num único sentido ou solução.” (Kastrup, 2019, p.101).

Essa retomada aos aportes da cartografia a partir desse gesto específico do “reconhecimento atento”, em complemento aos movimentos da pesquisa/análise documental, permitiria a execução de um de seus fundamentos enquanto uma “pesquisa-intervenção” que objetiva, sobretudo, o “acompanhamento de processos”. Nas palavras de Kastrup e Pozzana:

Frente a outros métodos de pesquisa-intervenção, a singularidade da cartografia é considerar a existência de uma ontologia das forças e dos processos de produção, que são reiteradamente buscados pela investigação. Daí a formulação de que cartografar é acompanhar processos, e não representar objetos e solucionar problemas (Pozzana e Kastrup, 2009 *apud* Kastrup 2019, p. 101).

Nesta fase da pesquisa, a ideia é utilizar o mapeamento das ações de atores que integram os campos das políticas de comunicação da EBC e cotejá-las com os resultados da análise dos documentos, ambas feitas à luz dos conceitos, categorias e indicadores aqui já mencionados no Quadro 10. Essas ações já foram mapeadas, conforme se pode ver no Quadro 6 – Ações tensionadoras no contexto do SRP. Neste quadro, já operamos uma espécie de pré-teste que se resume aos seguintes aspectos preliminares:

- **Data da ação;**
- **Descrição da ação (manchete)**
- **Síntese da ação;**
- **Atores envolvidos**
- **Evidências (links de acesso a conteúdo jornalístico verificado).**

O passo seguinte foi relacionar estas ações às perspectivas de cidadania e democracia discutidas em nossos eixos de articulação teórica.

4 Análise e discussão

Ao longo desta pesquisa, nos debruçamos sobre as perspectivas de cidadania e de democracia tomando como aportes teóricos centrais a ideia conceitual de que “a cidadania é a base sobre a qual estruturamos as sociedades democráticas” (Cammaerts, 2007, p. 1 *apud* Donders, 2021) e que “uma democracia saudável requer oportunidades para os cidadãos [e cidadãs] deliberarem em espaços públicos que sejam largamente independentes das forças do Estado e do mercado” (Picard e Pickard, 2017, p. 16 *apud* Donders, 2021).

Para responder aos questionamentos postos ao longo do presente estudo, a nossa análise e discussão foram definidas a partir das dimensões dispostas a seguir que, em nossa compreensão, caracterizam, em considerável medida, as perspectivas sobre as quais as sociedades democráticas se apoiam.

4.1 Cidadania social e democracia

Em estudo promovido pela EBU, a pesquisadora Karen Donders (EBU, 2021, p. 21) afirma que a “a cidadania social irá conectar os cidadãos à vida pública ao criar relações de confiança entre seus membros”. A análise do documento “Planejamento Estratégico da EBC”⁸² aponta que a missão da EBC é “criar e difundir conteúdos que contribuam para o desenvolvimento da **consciência crítica das pessoas**”; a visão é “ser uma empresa de comunicação **relevante para a sociedade**” e os valores são “credibilidade, padrão e qualidade, **respeito à cidadania**, inovação e orientação para resultado (grifos nossos)”. Tais postulados estratégicos permeiam a maior parte dos documentos analisados, com exceção de alguns que apenas organizavam relatórios cronologicamente e seus links para acesso no site da EBC, como o caso da página “Análise de Metas e Resultados”⁸³; “Programas e Ações Orçamentárias”⁸⁴ e “Cadeia de Valor Institucional”⁸⁵.

⁸² Planejamento Estratégico da EBC (2018/2023). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/node/5263>

⁸³ Análise de Metas e Resultados (2023). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/estrategia-da-ebc>.

⁸⁴ Programas e Ações Orçamentárias (2021/2022). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/programas-e-aco-es>.

⁸⁵ Cadeia de Valor Institucional (2022/2023). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/cadeia-de-valor>.

Para a construção do conceito de que a EBC deve atuar como um “um projeto social”, de maneira a “conectar as pessoas à vida pública” (Scannell, 1990 *apud* Donders, 2021) e a “(...) uma forma de falar e interagir com os espectadores como cidadãos” (Van Dijck e Poell, 2015, p. 149 *apud* Donders, 2021), os documentos intitulados “Plano de Negócios 2020⁸⁶, 2021⁸⁷, 2022⁸⁸ e 2023⁸⁹” apresentam a “função social de relevante **interesse coletivo**” como atribuição da EBC, seguindo o disposto no Art. 173 da Constituição Federal e Art. 24 § 1º da Lei nº 13.303/2016, o que inclui oferecer: “Programação diferenciada da comunicação privada; Programação que atende aos interesses das famílias brasileiras e Programação com utilização de recursos de acessibilidade: Libras, Audiodescrição, Legendagem Oculta e Dublagem”. Apesar de a EBC ser considerada um “projeto social”, a empresa passava pela ameaça de extinção e sofreu uma reestruturação nos três primeiros meses de mandato de Jair Bolsonaro⁹⁰.

A edição 2023 do Plano de Negócios⁹¹ traz uma nova atribuição “levar conhecimento, informação e cultura para a população de todas as idades, em todas as localidades”. Há ainda uma mensagem quanto a “buscar o crescimento da audiência em todos os veículos sem perder o foco na sua **finalidade social**” na mesma edição de 2023. Nos Planos de Negócios de 2020⁹² e 2021⁹³, a mensagem do presidente da EBC afirma que “a Rádio do Alto Solimões é o principal meio de comunicação, em língua portuguesa, na região da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), onde outras emissoras não alcançam”.

⁸⁶ Plano de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

⁸⁷ Plano de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

⁸⁸ Plano de Negócios 2022. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/plano_de_negocios_final_portal_13_1_22.pdf.

⁸⁹ Plano de Negócios 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf.

⁹⁰ Proposta de campanha, extinção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi descartada pelo governo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/de-tv-que-nao-serve-para-nada-a-canal-elogiado-a-reviravolta-da-ebc-com-bolsonaro-8ll0ym7f4bm23svu2i4o858g7/>.

⁹¹ Plano de Negócios 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf.

⁹² Plano de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

⁹³ Plano de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

No Plano Anual de Negócios 2021⁹⁴, a mesma mensagem do presidente complementa ao afirmar que “a Rádio Nacional do Alto Solimões, em Tabatinga/AM, é o principal meio de comunicação em língua portuguesa na região da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) e fornece conteúdo em texto, imagens, áudios e vídeos, com qualidade e credibilidade para veículos de comunicação de todo o país”.

Na Análise de Metas e Resultados 2020⁹⁵ e 2021⁹⁶, a EBC precisa atender a objetivos estratégicos. O primeiro atribui a EBC “comunicar **assuntos relevantes para a sociedade**. A EBC será relevante para a sociedade com conteúdos educativos, artísticos, culturais, informativos, atrativos e de fácil acesso”. O segundo objetivo estratégico é “ser uma empresa **referência em comunicação**. A EBC será uma das principais fontes de conteúdos para as organizações de comunicação, de modo que sejam amplamente disseminados”. O terceiro objetivo estratégico é “ampliar as receitas e o portfólio de produtos e serviços. A EBC fortalecerá sua comunicação por meio de oferta de produtos e serviços diversificados e de qualidade, visando cumprir seu **papel social** e ampliar suas receitas”, conforme a Análise de Resultados 2021⁹⁷. Os trechos desses documentos ajudam a exemplificar a (intenção de) atuação da EBC, em alguma medida, para o fortalecimento da cidadania social.

Os documentos mais extensos dentre os avaliados são os “Relatórios Integrados de Gestão” que apresentam anualmente aos órgãos de controle as principais realizações da gestão da Empresa Brasil de Comunicação. Na edição 2020⁹⁸, o Conselho de Administração da EBC sugere no item “Aquisição de Conteúdo” a “produção, coprodução ou aquisição de conteúdos jornalísticos e não jornalísticos em diferentes formatos e multiplataformas, conforme diretrizes, linha editorial e planejamento; e disponibilização de canais de comunicação com o público ou a sociedade em geral de forma a promover a interação e a aproximação dos veículos com seus ouvintes, telespectadores e usuários”. O item

⁹⁴ Plano de Negócios 2021 (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

⁹⁵ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

⁹⁶ Análise de Metas e Resultados 2021. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2021_02.05.2022.pdf.

⁹⁷ Análise de Metas e Resultados 2021. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2021_02.05.2022.pdf.

⁹⁸ Relatório Integrado de Gestão 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2020_-_versao_final_aprovado_consad.pdf.

“Programação” do mesmo documento propõe “a elaboração de grade e o roteiro de programação, baseado no planejamento realizado; organização dos conteúdos produzidos/adquiridos, de forma a compatibilizá-los com o público de cada faixa de horário e com cada plataforma; análise da conformidade do material produzido/adquirido ao padrão de qualidade da EBC; e estruturação do roteiro com a inserção de chamadas, peças publicitárias e interprogramas”, o que poderia ser definido conforme Donders (2021) em que “as emissoras públicas devem mediar a comunicação intercultural”.

O Relatório Integrado de Gestão 2023⁹⁹ informa o objetivo de “aumentar cada vez mais sua relevância perante a sociedade, o conteúdo disponibilizado pela EBC, por meio de seus veículos (TV Brasil, Rádio MEC, Rádio Nacional, Agência Brasil, Canal Educação, Canal Gov e Agência Gov), mantendo o foco em seus Valores Institucionais de padrão de qualidade, credibilidade, respeito à cidadania, inovação, orientação para resultado, diversidade, pluralidade e acessibilidade, sempre em consonância com sua **finalidade social** de prestar serviços de radiodifusão pública e serviços conexos”.

Tais achados ajudam a corroborar o conceito de que o “interesse dos cidadãos deve estar no centro daquilo que as emissoras públicas fazem” (Donders, 2021), em que “a Mídia de Serviço Público é um projeto da sociedade civil. Não se trata de mercados, nem de governos.” (Lowe e Jauert, 2005, p. 30 *apud* Donders, 2021). Por outro lado, os documentos analisados e discutidos nesse tópico não se deixam ler pelo lado de ações práticas da EBC para tais fins de colocar os cidadãos e cidadãs em um lugar central nas ações da empresa. Assim, esse conjunto de documentos pode ser caracterizado, de forma geral, como espécies de “protocolos de intenção”, complexos de serem acompanhados com uma maior transparência.

4.2 Cidadania política e democracia

Em estudo publicado pela EBU em 2021, a pesquisadora Karen Donders define que “a cidadania política fornecerá aos cidadãos informações confiáveis e diversidade de pontos de vista” (EBU, 2021, p. 21. Tradução nossa). Donders (2021) defende também que “criar

⁹⁹ Relatório Integrado de Gestão 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf.

um sentimento de pertença à sociedade é complicado e está claramente relacionado com os níveis de cidadania política e especialmente cultural” dos cidadãos e cidadãs.

Como forma de atender ao pressuposto de que “a cidadania política exige pluralismo” (Barber, 2004 *apud* Donders, 2021), foram adotadas ações no âmbito da EBC para ampliar a participação social na empresa. Ao longo de nossa pesquisa, em 2023, a Secretaria de Comunicação editou a Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023¹⁰⁰, que institui o Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), documento também analisado em nosso *corpus*. O objetivo do grupo era analisar e elaborar propostas voltadas à consolidação da comunicação pública democrática e de interesse público no Brasil e “buscar alternativas para corrigir as distorções resultantes de mudanças ocorridas no cenário de participação social na comunicação pública brasileira em anos recentes”. A duração do GT foi de 120 dias, a partir da data da portaria. Ao final do prazo, o GT deveria enviar o relatório final ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) também foi analisado¹⁰¹. Foram aprovadas cinco propostas que se seguem: criação e regulamentação do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão pela EBC no prazo de sessenta (60) dias; criação de um Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública; definição das competências do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC; definição de composição do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão; e definição de parâmetros para a escolha dos membros do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão.

Como resultado das sugestões, o governo editou o Decreto nº 12.005/2024 que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação¹⁰², cujo texto foi analisado em nossa pesquisa. O Comitê tem por finalidade promover a participação da

¹⁰⁰ Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023. (2023). Documento Portaria 19/2023 (4717042) SEI 00170.003908/2023-18).

¹⁰¹ Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-gt_participacao_social.pdf.

¹⁰² Decreto nº 12.005/2024 que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação, cujo texto foi analisado em nossa pesquisa. (2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm).

sociedade civil no acompanhamento da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, observada a pluralidade da sociedade brasileira ao contemplar, preferencialmente, nomes de pessoas de diferentes gêneros, raças e regiões do País.

Tais documentos, poderiam, em alguma medida, ser interpretados como um tipo de intenção da EBC, no contexto de um novo governo de esquerda que se autodenomina progressista, de fomentar nos cidadãos e cidadãs “um sentimento de pertença a sociedade” (Donders, 2021) ao garantir um determinado nível, ainda que limitado, de pluralidade na composição¹⁰³ do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) e do Comitê Editorial de Programação da Empresa Brasil de Comunicação (Comep). Em sua atuação, espera-se que tais conselhos permitam aos “cidadãos fazerem parte de um processo de interação e de diálogo genuíno dentro de algum tipo de esfera pública” (Habermas, 1991 *apud* Donders, 2021). Embora fora do escopo temporal delimitado pelo nosso *corpus*, pois os processos para composição do Cpadi¹⁰⁴ e do Comep¹⁰⁵ da EBC deram-se no ano de 2024, sabemos que todos os passos para a conformação¹⁰⁶ destes Comitês que integram o chamado SINPAS – Sistema de Participação Social da EBC, foram bastante escrutinados por movimentos da sociedade civil, com destaque para a Frente em Defesa da EBC, que acompanhou o processo. Em linhas gerais, não se pode falar em autonomia desses comitês dentro de uma estrutura de gestão diante da relação contígua que a própria gestão da EBC possui com o governo vigente.

Por outro lado, a representação de “todas as opiniões na sociedade, especificamente aqueles das minorias étnicas” (Panis, Paulussen e Dhoest, 2019 *apud* Donders, 2021), assim

¹⁰³ Decreto nº 12.005/2024 que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação, cujo texto foi analisado em nossa pesquisa. (2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm.

¹⁰⁴ A Portaria-Presidente nº 634 Composição do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) foi publicada em 16/12/2024 e está disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_634_sei_no_0019960_-_composicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao_-_cpadi.pdf.

¹⁰⁵ O Decreto nº 12.005, de 23 de abril de 2024, que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação, está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.005%2C%20DE%2023,%2C%20inciso%20IX%2C%20e%20art.

¹⁰⁶ A EBC divulgou, no dia 02 de dezembro de 2024, o resultado preliminar da votação para os fóruns do SINPAS. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-divulga-resultado-preliminar-da-votacao-para-os-foruns-do-sinpas>. As listas tríplexes com nomes dos eleitos para o Comep e para o Cpadi estão disponíveis em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/listas-triplice-comep-pos-fase-recursal-1.pdf.

como a “representação adequada de grupos sociais historicamente excluídos como as mulheres e as minorias étnicas” (Freedman, 2019, p. 206 *apud* Donders, 2021) pode ser relacionada, em alguma medida, às duas novas instâncias que integram o Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS) da EBC, referindo-se diretamente aos já mencionados Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão e ao Comitê Editorial e de Programação.

No Plano Anual de Negócios 2021¹⁰⁹, a mensagem do presidente afirma que “a regionalidade também teria destaque na programação, por intermédio de conteúdos oriundos das afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) de todas as regiões do país, que proporcionarão diversidade cultural à tela da TV Brasil e às Rádios EBC, a fim de que todos os brasileiros se identifiquem com as emissoras”.

No documento Programas e Ações Orçamentárias 2020¹¹⁰, 2021¹¹¹ e 2022¹¹², está prevista a aquisição de conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão dos direitos humanos, da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras.

Os textos sugerem ainda que a EBC adquira conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão dos direitos humanos, da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras; produção de conteúdos específicos para exibição internacional, além da produção, integração e distribuição de conteúdos multimídia para web, mobile e novas plataformas. Diante dessas características dos documentos até aqui analisados dentro deste

¹⁰⁹ Plano de Negócios 2021 (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹¹⁰ Programas e Ações Orçamentárias 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2RhYTZhNmQjYjY0MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTg4IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹¹¹ Programas e Ações Orçamentárias 2021. (2021). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYjNmZWJhY2EtYjBIMC00N2NkLTNmMWQtdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹¹² Programas e Ações Orçamentárias 2022 (2022). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNzkyNTBkOTMtZTMwZi00N2FhLWE1YmQyYWIwNzNlZmRIYmI3IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

tópico, corroboramos a ideia de Donders (2021): “a cidadania política não é apenas sobre estar informado”.

A Análise de Metas e Resultados 2020¹¹³ traz o Mapa Estratégico que cita a Missão da EBC de “criar e difundir conteúdos que contribuam para o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas”.

Ao citar a separação do canal estatal do canal público, cujas programações haviam sido fundidas em 2019 (Pieranti, 2021, p. 11), o Relatório Integrado de Gestão 2023¹¹⁴ menciona ações adotadas pela EBC como a criação do Canal Gov e da reformulação da grade da TV Brasil, com a disponibilização de conteúdos artísticos que promovem a cidadania e os direitos humanos, levando para a tela da televisão pública uma programação informativa e relevante, atenta à diversidade e à inclusão e preocupada em construir um diálogo qualificado com a população de todo o país. À época, em abril de 2019, a unificação da programação da TV Brasil e da NBR¹¹⁵ foi questionada pelo Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão¹¹⁶, e o assunto foi levado à audiência na Câmara dos Deputados¹¹⁷. No relatório da EBC, há ainda citação à criação de novos programas jornalísticos com o objetivo de produzir “notícias e assuntos atuais” (Herman, 1993, p. 86 *apud* Donders, 2021).

No Plano Anual de Negócios 2020¹¹⁸, a mensagem do presidente cita a importância da faixa TV Brasil Animada, devido ao seu papel de mecanismo de educação. “A EBC é a emissora que dedica mais horas ao público infantojuvenil e a que mais transmite desenhos animados produzidos no Brasil”. Dedicada à programação infantil, a faixa TV Brasil

¹¹³ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

¹¹⁴ Relatório Integrado de Gestão 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf.

¹¹⁵ O presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Alexandre Graziani, assinou portaria unificando as programações da TV Brasil e da NBR a partir desta quarta-feira, dia 10 de abril, em um só canal, que está sendo chamado de Nova TV Brasil. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/09/interna_politica.1045166/ebc-unifica-programacoes-das-tvs-brasil-e-nbr.shtml.

¹¹⁶ MPF - PFDC pede explicações sobre unificação de canais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-pede-explicacoes-sobre-unificacao-de-canais-da-empresa-brasil-de-comunicacao-eb>

¹¹⁷ Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/>

¹¹⁸ Plano de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

Animada apresenta uma sessão diária com séries e desenhos para crianças e jovens. As séries e animações veiculadas reforçam valores como a não violência e a tolerância às diferenças.

Não foram localizados documentos que explicitamente indicassem a EBC evitar produções que fomentem a polarização do discurso público ou evitar produções que não questionem criticamente declarações feitas por políticos (Cushion e Lewis, 2017 *apud* Donders, 2021). Também não foi possível observar documentos que especificamente mencionam responsabilidades da EBC em oferecer acesso a diferentes interpretações, quadros e fóruns deliberativos onde estes são discutidos e avaliados ou que tragam uma “compreensão bidirecional dos processos políticos, assuntos atuais e eventos na sociedade” (Bardoel e Lowe, 2007 *apud* Donders, 2021), sendo mais comum a “ênfase demasiada em uma espécie de transferência unidirecional de conhecimento”.

4.3 Cidadania cultural e democracia

Para Donders (2021), a cidadania cultural é capaz de estipular um senso de unidade e compreensão no âmbito de uma sociedade diversa (EBU, 2021, p. 21. Tradução nossa). Em nossa análise documental, a perspectiva da cidadania cultural preconizada por Donders ocupou, contextualmente, um “relativo e paradoxal” espaço nas ações articuladas pela EBC. Nessa direção, por exemplo, no documento Programas e Ações Orçamentárias 2021¹¹⁹, é retomada a ideia de que EBC “foi criada para contribuir na construção da cidadania e de promover o desenvolvimento e a integração nacional, ao levar uma programação rica em educação e cultura a todos os segmentos da sociedade brasileira, em todas as regiões do País” e deverá “exercer o papel de mecanismo de educação, com credibilidade reconhecida, por meio de conteúdos infantis, culturais, artísticos, informativos e científicos, promotores da cidadania”. Ainda assim, embora o documento acima mencionado e descrito, quando de sua elaboração, tenha informado as atribuições da EBC, o ex-presidente Jair Bolsonaro havia incluído a empresa na lista de privatizações do governo, em matéria publicada à época¹²⁰ e

¹¹⁹ Programas e Ações Orçamentárias 2021 (2021). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYjNmZWJhY2EtYjBIMC00N2NkLTNmMWQtdi5YzFIOTRiMG E4IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtdNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹²⁰ Bolsonaro inclui EBC na lista de privatizações do governo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/17/bolsonaro-inclui-ebc-na-lista-de-privatizacoes-do-governo>

elencada no Quadro 6 de nossa pesquisa. Em maio de 2019, dois anos antes, o ex-presidente havia afirmado que “a extinção da Empresa Brasil de Comunicação estava decidida”¹²¹.

O documento que, de alguma maneira, evidenciou com um pouco mais de complexidade a missão da EBC no campo da contribuição para “a construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados”, assim como para a “oferta de serviços que orientam as pessoas de cultura para Cultura, ou seja, as artes, o teatro, a música clássica, o balé, etc.” (Donders, 2021) foi o Plano Anual de Negócios 2020¹²³. No texto do referido documento, o então Comitê de Programação e Rede da EBC propõe diretrizes para o tema Conteúdo e Programação com o objetivo de orientar a inclusão ou a permanência de conteúdos nas grades de programação dos veículos da EBC. Para isso, a Rádio MEC “deverá oferecer programação educativa com ênfase na música clássica, espaço para a música popular nacional e internacional e para a cultura brasileira. Já a Rádio Nacional deverá oferecer programação com ênfase no jornalismo, esporte, prestação de serviço e com espaço para a música popular brasileira e cultura nacional e fortalecer a comunicação em ondas curtas para oferecer conteúdo a regiões específicas do Brasil”. Desta forma, é possível ler que aquilo que foi preconizado para a Rádio MEC pode, em alguma medida, ser enquadrado no que Donders (2021) considerou que deveria ocorrer como estímulo para que Serviços Públicos de Radiodifusão atuem também “como um meio de abrir novos horizontes para os menos privilegiados.” (Donders, 2021).

A atuação da EBC na divulgação de atividades esportivas, a exemplo dos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 e campeonatos de futebol, integraram documentos como o Plano Anual de Negócios 2021¹²⁴ e a Análise de Metas e Resultados 2020¹²⁵, com ênfase na carga horária da transmissão realizada pela TV Brasil de jogos e competições.

¹²¹ O presidente Jair Bolsonaro afirmou que a extinção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) está decidida. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/promessa-de-campanha-ebc-sera-extinta-afirma-bolsonaro-23708282>.

¹²³ Plano Anual de Negócios 2020. (2021). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/plano-anual-de-negocios>).

¹²⁴ Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf).

¹²⁵ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf).

No Plano Anual de Negócios 2021¹²⁷, também foram apresentadas ações de inclusão com a exibição de conteúdos com recursos de acessibilidade, como legenda oculta, audiodescrição, Libras e dublagem, aumentando o acesso às pessoas com deficiência e tornando a TV Brasil, de alguma forma, mais inclusiva.

O Relatório Integrado de Gestão 2023¹²⁸ informa que a EBC pretende “fortalecer a RNCP, seja por meio de novas afiliações, de expansão de sinal ou de produções conjuntas para garantir que todos os produtos da EBC estejam disponíveis em todo território nacional, nas diferentes plataformas e telas, contemplando as diversidades regionais e culturais e os modos de vida”. No Relatório Integrado anterior, de 2022¹²⁹, diz-se que “a regionalidade também continuará a ser fortalecida, por meio de conteúdos advindos das afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública - RNCP, das cinco regiões do País, que proporcionarão diversidade cultural à tela da TV Brasil e às Rádios EBC”.

Nos Planos de Negócios 2020¹³⁰, 2021¹³¹ e 2022¹³², há uma citação direta à questão de que “a regionalidade também terá destaque na programação, com a oferta de conteúdos produzidos pelas emissoras afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública - RNCP e de outras parcerias. Esses conteúdos, oriundos de todas as regiões do País, trarão a diversidade cultural de cada região à tela da TV Brasil e possibilitará que todos os brasileiros se identifiquem com a emissora”. Em diálogo com Donders (2021) poderíamos considerar tais ações como um potencial compromisso da EBC para a “construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados” ao mesmo tempo em que isto poderia representar uma diversidade crescente na população e buscar se conectar com pessoas que não se relacionam *per se* com uma cultura nacional, ao mesmo tempo em que cria empatia por pessoas de outras origens culturais.

¹²⁷ Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹²⁸ Relatório Integrado de Gestão 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf.

¹²⁹ Relatório Integrado de Gestão 2022. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2022.versao_final.pdf.

¹³⁰ Planos de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹³¹ Plano de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹³² Plano de Negócios 2022. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/plano_de_negocios_final_portal_13_1_22.pdf.

No Relatório Final do GT de Comunicação Pública¹³³, assinala-se que o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC deverá acompanhar iniciativas internas na EBC voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão. Todavia, nos documentos analisados, não é possível inferir que exista uma política que direcione a EBC a atuar para diminuir as dificuldades na conexão a partes dos cidadãos e cidadãs, a exemplo de migrantes, idosos(as) e da comunidade LGBTQIAPN+. Crianças e jovens deverão ser atendidos conforme já citado no conceito de cidadania política e, nesse contexto, o Plano Anual de Negócios 2020¹³⁴ cita a EBC como a emissora que “dedica mais horas ao público infantojuvenil e a que mais transmite desenhos animados produzidos no Brasil”.

Nas Análises de Metas e Resultados edições 2022¹³⁵ e 2023¹³⁶ há uma citação à produção de apenas dois programas relacionados a pessoas negras. Com essas informações, não há que se garantir que haja o estímulo a EBC para buscar superar as diferentes “dificuldades das emissoras públicas de se conectarem com partes da audiência” (Donders, 2021).

No Plano Anual de Negócios 2023, as orientações gerais do Conselho de Administração sugerem à EBC consolidar os processos de valorização da força de trabalho da Empresa e buscar a melhoria contínua dos processos de Governança, a fim de atingir e manter nível de excelência. No entanto, foram adotadas duas ações tensionadoras no mesmo período que impactaram diretamente na força de trabalho da EBC: um novo desenho de organograma institucional com alterações na estrutura de jornalismo público da empresa¹³⁷ e a mudança de regras que permitem aumentar as indicações políticas em cargos da EBC¹³⁸.

Durante as análises, não foi possível confirmar que a documentação sugeriria à EBC perceber que “a Cultura, é um lugar de contestação, tanto a nível teórico como prático” e,

¹³³ Relatório Final do GT de Comunicação Pública. (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_gt_participacao_social.pdf.

¹³⁴ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹³⁵ Análise de Metas e Resultados 2022. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2022_final_publicacao_8.5.23.pdf

¹³⁶ Análise de Metas e Resultados 2023. (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2023_direx_no23_e_consad_no_10.pdf

¹³⁷ Ato contra o desmonte do jornalismo na EBC. Disponível em: <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/52-em-destaque/4589-entidades-fazem-ato-contr-desmonte-do-jornalismo-na-ebc>.

¹³⁸ EBC muda regra para aumentar indicação política em seus cargos. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/ebc-muda-regra-para-aumentar-indicacao-politica-em-seus-cargos/>.

nesse sentido, visa “aproximar as pessoas das artes” e, ao mesmo tempo, de uma compreensão de que “identidade nacional” também “é formada com base na cultura cotidiana.” (Donders, 2021). O conceito de cidadania cultural como um “conceito conflitante”, na medida em que “pressupõe algum nível de uniformidade, coerência, homogeneidade social e coletividade”, mas convive também com as questões da “diferenciação, fragmentação, distribuição desigual do poder cultural e individualismo” (Rathje, 2009 *apud* Donders, 2021) também não foi assimilado nos documentos analisados.

4.4 Cidadania cívica e democracia

Donders (2021) define que “a cidadania cívica permitirá aos cidadãos participarem da vida pública fomentando atividades cívicas e virtudes” (EBU, 2021, p. 21. Tradução nossa). Em nossa pesquisa, o conceito de cidadania cívica foi o que obteve menor incidência nos documentos avaliados.

Apenas as Análises de Metas e Resultados¹³⁹, elaboradas pelo Conselho de Administração (Consad), e o Relatório Integrado de Gestão da EBC trazem textualmente a citação ao civismo em seus documentos. De forma muito limitada, a Análise de Metas e Resultados 2022¹⁴⁰ cita apenas a “cobertura jornalística do desfile cívico-militar do Bicentenário da Independência do Brasil, em Brasília (DF). Na Análise de 2023¹⁴¹, há citação à “cobertura jornalística do desfile cívico militar de 7 de setembro”. O Relatório Integrado de Gestão 2022¹⁴² traz duas citações: “evento cívico em comemoração ao Bicentenário da Independência e desfile Cívico Militar do Bicentenário da Independência do Brasil, em Brasília (DF). Tais trechos poderiam ser considerados “pequenos atos de engajamento”, sob a perspectiva de interação da EBC para a construção da cidadania cívica (Picone *et al.*, 2019 *apud* Donders, 2021).

¹³⁹ Análises de Metas e Resultados. (2023). Disponível em: <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/estrategia-da-ebc>.

¹⁴⁰ Análise de Metas e Resultados 2022. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2022_final_publicacao_8.5.23.pdf.

¹⁴¹ Análise de Metas e Resultados 2023. (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2023_direx_no23_e_consad_no_10.pdf.

¹⁴² Relatório Integrado de Gestão 2022. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2022.versao_final.pdf.

No documento Programas e Ações Orçamentárias 2020¹⁴³, está registrado que duas ações que a EBC deverá adotar são “incrementar o seu papel de instrumento de integração nacional e exercer o papel de mecanismo de educação, com credibilidade reconhecida, por meio de conteúdos infantis, culturais, artísticos, informativos e científicos, promotores da cidadania”.

O Plano Anual de Negócios 2020¹⁴⁴ traz a mensagem do então presidente que atribui à EBC “exercer o papel de mecanismo de educação, com credibilidade reconhecida, por meio de conteúdos infantis ao fornecer conteúdo em texto, imagens, áudios e vídeos, com qualidade e credibilidade para veículos de comunicação de todo o País”. As edições 2022¹⁴⁵ e 2023¹⁴⁶ do mesmo Plano Anual de Negócios lembram que ‘a expansão do alcance do sinal de Rádio é estratégica para o setor de comunicação. Por isso, a realização de investimentos no rádio, apesar de ser o mais antigo dos meios de comunicação, continua sendo importante para a integração nacional, especialmente em um país de extensão territorial como a do Brasil”.

Em relação ao que Donders (2021) explica que a comunicação pública deva ser reconhecida pelos cidadãos e cidadãs como instrumento de fortalecimento da cidadania e democracia por meio de pesquisa, os documentos Programas e Ações Orçamentárias 2020¹⁴⁷, 2021¹⁴⁸ e 2022¹⁴⁹ estipulam que, em uma ação a ser adotada, a EBC deverá “aprimorar e expandir a infraestrutura de transmissões digitais da rede nacional de radiodifusão e comunicação pública, composto pelas emissoras públicas de televisão (TV

¹⁴³ Programas e Ações Orçamentárias 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2RhYTZhNmQjFkYi00MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹⁴⁴ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹⁴⁵ Plano Anual de Negócios 2022. (2022). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/plano_de_negocios_final_portal_13_1_22.pdf.

¹⁴⁶ Plano Anual de Negócios 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf.

¹⁴⁷ Programas e Ações Orçamentárias 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2RhYTZhNmQjFkYi00MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹⁴⁸ Programas e Ações Orçamentárias 2021. (2021/2022). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYjNmZWJhY2EtYjBIMC00N2NkLTdmMWQzZDI5YzFIOTRiMG E4IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹⁴⁹ Programas e Ações Orçamentárias 2022. (2022). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNzkyNTBkOTMtZTMwZi00N2FhLWE1YmQtYWIwNzNlZmRIY mI3IiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

Brasil), agências públicas de notícias (Agência Brasil e Radioagência Nacional) e pelo complexo de emissoras públicas de rádio (Rádios Nacional e Rádios MEC) e demais emissoras parceiras, mantendo, preservando, digitalizando seus acervos assegurando a memória histórica; incentivando a pesquisa aplicada para o desenvolvimento e inovação da comunicação pública; qualificando sua acessibilidade e ampliando a abrangência”.

No Relatório Final do GT de Comunicação Pública¹⁵⁰, registra-se que o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC deverá sugerir e realizar cursos, oficinas, seminários e cartilhas para produção conjunta com a Empresa visando ampliar o conhecimento da sociedade sobre a comunicação pública.

Não foram observados documentos que claramente apresentassem alguma menção sobre a relação entre a missão da EBC com os direitos cívicos (aqueles que “protegem os cidadãos longe do controle de governos, elites corporativas e outras organizações em sociedade”), os quais dizem respeito aos direitos de cada cidadão à liberdade, liberdade de expressão, propriedade e assim por diante (Donders, 2021). Também não foi possível assinalar documentos que indicariam que haveria perspectiva na EBC de que “a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do lazer, do consumo crítico e do entretenimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com “P” maiúsculo” (Burgess, Foth e Klaebe, 2006 *apud* Donders, 2021) ou algum tipo de estratégia da EBC para verificar se sua atuação junto aos cidadãos e cidadãs reforça a questão “dos direitos ou virtudes cívicas, pelo menos quando assumem a perspectiva da democracia” (Donders, 2021).

4.5 Dimensões da Cidadania à luz da participação na vida política

Ao retomar as três dimensões necessárias para a construção da cidadania conforme Lima (2017) definiu, a pesquisa se debruçou sobre os conceitos de *pertencimento*, *exercício de direitos* e *participação política* (que inclui o *cumprimento de deveres*). O *pertencimento* se refere à definição do(a) cidadão e da cidadã como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política. O *exercício de direitos* trata da obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de

¹⁵⁰ . Relatório Final do GT de Comunicação Pública. (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-gt_participacao_social.pdf.

sobrevivência (Bellamy, 2008 in Lima, 2017, p. 61) e a *participação política* é o elemento que transforma um indivíduo em cidadão ou cidadã ao lhe dar possibilidade de escolher seu destino, participar do poder, fazer as leis e de obedecê-las (Gorczewski e Martin 2011, p. 126 in Lima, 2017, p. 65). Ademais, para os(as) organizadores(as) do Livro Branco do Serviço Público de Rádio e Televisão (Lopes et. al., 2023, p. 191) a principal missão dos SRP é servir às cidadãs e aos cidadãos. Segundo Lopes *et al.* (2023), não basta o SRP servir o público, é preciso que, no âmago da sua atividade, estejam os/as cidadãos/ãs (Lopes, 2023, p. 191).

4.6 Pertencimento

Durante o governo de transição ao final de 2022 Jair Bolsonaro-Lula da Silva, foi criado um Grupo Técnico sobre Comunicação ¹⁵¹ que elaborou um Relatório Final do Grupo Técnico de Comunicações e indicava a necessidade da retomada do papel da comunicação pública de qualidade. Em novembro de 2023, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹⁵², que elaborou um relatório final com considerações à criação do Sistema de Participação Social (SINPAS) da EBC.

Nos documentos analisados, a questão do *pertencimento* e o papel da EBC no fomento à compreensão do cidadão e da cidadã como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política pode ser, relativamente, observada no Relatório Final do GT de Comunicação Pública¹⁵³ que explica o processo ao longo das discussões sobre a criação do Sistema de Participação Social (SINPAS) da EBC: “A gestão da Secom/PR e a diretoria executiva da EBC dialogaram, ainda, com representantes do Conselho Curador extinto e com funcionários da empresa no sentido de retomar a participação social na comunicação pública, prevendo alternativas ao alcance das decisões nos âmbitos governamental e da empresa. Entende-se que a comunicação pública brasileira é um projeto jovem e em

¹⁵¹ Criação de Grupo Técnico (GT) sobre Comunicação Social durante o governo de transição (Jair Bolsonaro / Lula da Silva). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/wp-content/uploads/2023/01/Relatorio-Final-GT-Comunicacoes-1.pdf>

¹⁵² Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023 (2023). Documento Portaria 19/2023 (4717042) SEI 00170.003908/2023-18).

¹⁵³ Relatório do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_gt_participacao_social.pdf).

construção permanente cujo aperfeiçoamento, baseado nas demandas da própria experiência, e avanços no modelo jurídico-institucional devem estar a cargo de **toda sociedade e do Estado brasileiro**". Além disso, o referido relatório sugere que o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC **deverá realizar estudos sobre participação social, diversidade social, cultural, regional e étnica**.

Já a Análise de Metas e Resultados 2020¹⁵⁴ informa que a **EBC foi criada para contribuir com a construção da cidadania**, por meio da ação dos veículos de comunicação que a compõem. Tem função estratégica na promoção do desenvolvimento e da integração nacional ao levar uma programação rica em educação e cultura a todos os segmentos da sociedade brasileira, em todas as regiões do País.

4.7 Exercício de direitos (que inclui o cumprimento de deveres)

Ao analisar os documentos do *corpus* à luz do conceito de *exercício de direitos* que devem ser promovidos pela EBC para assegurar a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência (Bellamy, 2008 in Lima, 2017, p. 61), é possível observar uma relativa preocupação quando da publicação do Decreto nº 12.005/2024¹⁵⁵, que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação. O Comitê deverá contar com representantes escolhidos entre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada, reconhecido espírito público e notório saber na área de comunicação social de várias categorias relacionadas à comunicação pública e educativa e incluir um representante de entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, um de entidades de defesa dos direitos humanos e das minorias e um de entidades da sociedade civil de defesa do direito à Comunicação.

¹⁵⁴ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

¹⁵⁵ Decreto nº 12.005, de 23 de abril 2024, que dispõe sobre o Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação. (2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12005.htm.

Na Análise de Metas e Resultados 2020¹⁵⁶, na figura Identidade Corporativa, com os postulados estratégicos Missão, Visão, Cultura e Valores, a aba Cultura afirma que a EBC “defende os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da **cidadania**. Nos Planos Anuais de Negócios 2020¹⁵⁷ e 2021¹⁵⁸, a mesma figura também aparece com o conteúdo exatamente igual. O Relatório Final do GT¹⁵⁹ defende que o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC deverá sugerir medidas voltadas ao atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁶⁰ na EBC. O objetivo 5 do referido relatório trata da igualdade de gênero e o objeto 10 da redução das desigualdades, no entanto não foram observados registros objetivos da expressão “igualdade” nos documentos analisados.

4.8 Possibilidade de participação na vida política

A questão da *participação política* na EBC poderia ser atribuída a um elemento que transforma um indivíduo em cidadão ao lhe dar possibilidade de escolher seu destino, participar do poder, fazer as leis e de obedecê-las (Gorczewski e Martin 2011, p. 126 in Lima, 2017, p. 65).

Há poucas citações à questão da participação política nos documentos analisados. O Programa de Ações Orçamentárias 2020¹⁶¹ informa que a meta da EBC ao final do PPA 2020-2023 é atingir e manter 100% das capitais com sinal de TV Digital e Rádio FM, desta forma possibilitando o cidadão brasileiro a ter acesso a conteúdos complementares. Para isso, a EBC deverá produzir e veicular conteúdos jornalísticos, informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos, esportivos, **políticos**, econômicos, sociais,

¹⁵⁶ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

¹⁵⁷ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹⁵⁸ Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹⁵⁹ Relatório do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-gt_participacao_social.pdf.

¹⁶⁰ NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS). 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 dez. 2024.

¹⁶¹ Programa de Ações Orçamentárias 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieY2RhYTFhNmQtNjFkYi00MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

nacionais e internacionais, e formadores da cidadania por meio dos diferentes canais e serviços que compõem o Sistema de Radiodifusão Pública.

Na Análise de Metas 2020¹⁶², na figura Identidade Corporativa, nos postulados estratégicos Missão, Visão, Cultura e Valores, a Missão da EBC é descrita como “criar e difundir conteúdos que contribuam para o desenvolvimento de consciência crítica das pessoas.” Nos Planos Anuais de Negócios 2020¹⁶³ e 2021¹⁶⁴, a mesma figura também aparece com o conteúdo igual. Já no Relatório Integrado de Gestão 2022¹⁶⁵, é informado que os veículos da EBC realizaram ampla cobertura jornalística das Eleições 2022 por mais de 10 horas de transmissão para mais de 1,8 milhão de pessoas.

4.9 Cidadãs e cidadãos

Lopes *et al.* (2023, p. 191) afirmam que a existência dos Serviços de Radiodifusão Pública (SRP) é baseada na principal missão de servir às cidadãs e aos cidadãos.

O Relatório Integrado de Gestão 2020¹⁶⁶ aponta que a EBC deverá intensificar suas presenças digitais em 2021, no intento de fortalecer o engajamento e a interação dos veículos da Empresa com o cidadão brasileiro e, ainda, consolidar o nome da Agência Brasil, TV Brasil, Rádio Nacional e MEC, com o objetivo de **fortalecer o engajamento e a interação dos veículos da Empresa com o cidadão brasileiro.**

No Relatório Integrado de Gestão 2022¹⁶⁷, é informado que os veículos da EBC realizaram ampla cobertura jornalística das Eleições 2022, **com foco** na prestação de serviços à sociedade e **no interesse do cidadão**. Mais de 1,8 milhão de pessoas acompanharam, pela tela da TV Brasil, as mais de 10 horas de transmissão e dedicação de conteúdo referentes

¹⁶² Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de_metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

¹⁶³ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹⁶⁴ Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹⁶⁵ Relatório Integrado de Gestão 2022. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2022.versao_final.pdf.

¹⁶⁶ Relatório Integrado de Gestão 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2020_-_versao_final_aprovado_consad.pdf.

¹⁶⁷ Relatório Integrado de Gestão 2022. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2022.versao_final.pdf.

aos turnos das Eleições e apurações dos votos, em Brasília (DF), no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

Já o Relatório Integrado de Gestão 2023¹⁶⁸ explica que a EBC deverá continuar a estruturação da operação de redes sociais na Empresa, para garantir **acesso à informação pelo cidadão** pelos mais diversos meios de comunicação de que dispõe. Os cidadãos poderão obter informações sobre serviços, por intermédio de um canal de utilidade pública, que possa ser fonte de informação, de conhecimento e de melhoria de vida do cidadão, em especial, para dar conhecimento sobre as políticas públicas, os direitos (como aposentadoria, FGTS, por exemplo) e entender como ter acesso a eles. Tais metas servirão para tornar a EBC uma Empresa referência na forma de construir a comunicação pública de excelência, com a entrega de informação de qualidade, oficial e responsável ao cidadão em tempos de combate à desinformação. No mesmo ano, em abril de 2023, o governo retirou a EBC, os Correios, Dataprev e Serpro e outras estatais de programas de privatização¹⁶⁹.

O Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social¹⁷¹, publicado em 2024, defende que o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC deverá propor e **realizar audiências e consultas públicas** sobre temas relacionados à **participação social**, diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias nos conteúdos da comunicação pública. Tal medida poderia representar possíveis caminhos para a EBC conhecer e reconhecer os seus diversos públicos ou, nas palavras de Lopes et.al (2023), os cidadãos e cidadãs com quem precisa criar e fortalecer laços, sobretudo centralizando a atenção na questão da qualidade da informação.

O Plano Anual de Negócios 2021¹⁷² propõe na aba Conteúdo e Programação que a EBC deverá buscar o **crescimento da audiência** em todos seus veículos, sem perder o foco na sua finalidade social. Tal meta não poderia ser considerada atendida na questão da atribuição de valor estratégico aos públicos de maneira a receberem produtos e programas

¹⁶⁸ Relatório Integrado de Gestão 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf.

¹⁶⁹ Governo retira Correios e outras estatais de programas de privatização. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/governo-retira-correios-e-outras-estatais-de-programas-de-privatizacao.ghtml>.

¹⁷¹ Relatório do Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-gt_participacao_social.pdf.

¹⁷² Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

ofertados pela EBC, pois o referido Plano os reúne sem mencionar a questão estratégica (Lopes et. al., 2023, 193).

Em relação à EBC, em diálogo com o que preconiza o mencionado Livro Branco (Lopes et. al., 2023, p. 193) atender a quatro faixas de públicos diferentes: pré-escolar (até aos 3 anos); infantil (4-7 anos); pré-adolescente (8-14 anos) e jovem (15-18 anos), de acordo com sua idade, e a ofertar conteúdo para consumo em família, a mensagem do presidente à EBC no Plano Anual de Negócios 2020¹⁷³ afirma que a TV Brasil é a emissora que dedica **mais horas ao público infantojuvenil** e a que mais transmite desenhos animados produzidos no Brasil sem, no entanto, especificar as idades. O Plano Anual de Negócios 2021¹⁷⁴ sugere que a EBC aumente a disponibilização de **conteúdos para o público jovem**, sem especificar as idades a serem atendidas. No Plano Anual de Negócios 2023¹⁷⁵, as orientações para a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) incluem **aumentar a disponibilização de conteúdos para o público jovem e modernizar a linguagem de comunicação do Rádio**. Em 2023, foi anunciada a expansão da rede pública de rádio e da comunicação universitária¹⁷⁶, com a assinatura de acordos de cooperação entre a EBC, a Andifes e 31 universidades federais, orientados à operação de 72 novas emissoras de rádio e TV.

Em mensagem do presidente no Plano Anual de Negócios 2020¹⁷⁷, o texto afirma que a **TV Brasil se tornou mais inclusiva**, interativa, informativa e transparente, e para aumentar o acesso às pessoas com deficiência, a programação da TV Brasil continuará a disponibilizar os **recursos de acessibilidade, tais como: legenda oculta, audiodescrição, LIBRAS e dublagem**, o que seria uma possível aproximação ao oferecimento do serviço a

¹⁷³ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

¹⁷⁴ Plano Anual de Negócios 2021. (2020). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_-_secao_-_i.pdf.

¹⁷⁵ Planos Anuais de Negócios da EBC 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/extrato_plano_de_negocios_2023_publicacao.pdf.

¹⁷⁶ Ministérios, EBC e universidades federais anunciam expansão da rede pública de rádio e TV e da comunicação universitária. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/ministerios-ebc-e-universidades-federais-anunciam-expansao-da-rede-publica-de-radio-e-tv-e-da-comunicacao-universitaria>.

¹⁷⁷ Plano Anual de Negócios 2020. (2019). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/pan_2020_portal_institucional-1.pdf.

todos os públicos da EBC, incluindo públicos mais difíceis, fechados ou avessos à oferta típica do serviço público (Lopes *et. al.*, 2023, 193).

No documento Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020¹⁷⁸, a meta da EBC visa atingir todo o cidadão do país, tendo como prioridade as capitais no primeiro momento. O atendimento por regiões depende da oportunidade de negociação com as afiliadas. Além dessas ações, a EBC deverá adquirir conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão dos direitos humanos, da **diversidade cultural, social, econômica e étnica do País**.

No Relatório de Gestão 2020¹⁷⁹, a EBC informa que coloca à disposição do cidadão diversos canais de acesso, com destaque para a **Ouvidoria Inclusiva** criada em 2019 oferecida ao público surdo, estimado em 11 milhões de pessoas. Pelo aplicativo WhatsApp, o cidadão surdo ou com deficiência auditiva pode enviar vídeos em Libras e obter resposta a seus questionamentos também um vídeo em Libras.

No documento Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020¹⁸⁰, o objetivo da EBC é “estar presente nas capitais dos 26 estados do país e no Distrito Federal, além das regiões metropolitanas. A intenção é alcançar esse objetivo por meio de estrutura própria e com o apoio de afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública, com vistas a ampliar e a melhorar os serviços públicos de radiodifusão prestados à população brasileira”.

Na Análise de Metas e Resultados 2020¹⁸¹, a EBC foi criada para contribuir com a **construção da cidadania**. Tem função estratégica na promoção do desenvolvimento e da integração nacional ao levar uma programação rica em educação e cultura a todos os segmentos da sociedade brasileira, em todas as regiões do País. Esse objetivo é atingido por meio da ação da EBC. O documento também fala dos indicadores estratégicos relativos aos índices de audiência média a serem mensurados em todos os veículos da Empresa Brasil de

¹⁷⁸ Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieY2RhYTZhNmQ0MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹⁷⁹ Relatório de Gestão 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_2020_-_versao_final_aprovado_consad.pdf.

¹⁸⁰ Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieY2RhYTZhNmQ0MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

¹⁸¹ Análise de Metas e Resultados 2020. (2021). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_de metas_2020_aprovada_no_consad.pdf.

Comunicação, além do posicionamento da TV Brasil no mercado de atuação e conteúdos difundidos pela Imprensa Nacional.

Com a ampla presença das “plataformas sociodigitais” (Pinheiro, 2019) na vida dos cidadãos e cidadãs, a EBC estabelece em seu Mapa Estratégico a necessidade da consolidação do posicionamento da marca EBC e de seus veículos (TV Brasil, Agência Brasil, Radioagência, Rádios Nacional e Rádios MEC) nestes ambientes. Em diálogo com o que apontam Lopes et. al (2023), a meta de ações articuladas nessa direção deve buscar ampliar o impacto da marca, que deverá ser mensurada para medir o impacto da oferta dos serviços prestados pelos SRP. A Análise de Metas e Resultados 2023¹⁸² apresenta o impacto da marca, cujo objetivo estratégico da EBC é consolidar o posicionamento da marca EBC e de seus veículos para **aumentar sua relevância e visibilidade** e, desta forma, aproximá-los do seu público. Tal objetivo também consta do Relatório Integrado de Gestão 2023¹⁸³.

No documento Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020¹⁸⁴, a EBC estruturou seu objetivo para o PPA 2020-2023 ampliar o alcance da TV e Rádio, por meio da estrutura própria ou de afiliadas, para atingir todo o cidadão do país, tendo como prioridade as capitais no primeiro momento. Porém, o mesmo documento informa que, em função do reduzido alcance do sinal de seus canais, a EBC não atende, em sua plenitude, o interesse coletivo da população de receber serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, complementares à comunicação privada.

¹⁸² Análise de Metas e Resultados 2023. (2024). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/analise_consad_2023_direx_no23_e_consad_no_10.pdf.

¹⁸³ Relatório Integrado de Gestão 2023. (2023). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorioanual-2023.pdf.

¹⁸⁴ Programas e Ações Orçamentárias da EBC 2020. (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieY2RhYTZhNmQtNjFkYi00MTVjLWFiZmYtZjUxNjdmMTkwNTgxIiwidCI6ImUwNzU0NjlkLTA2ZGQtNDJmMC1hMmE5LTdmN2JhZmFmMzM3MCJ9>.

5 Conclusão

Em um momento de intensas discussões sobre a importância da democracia, dois anos após a capital do país ter passado por violentos ataques às instituições, esta pesquisa retoma conceitos da cidadania e da democracia, em si, como pilares da manutenção de uma sociedade até então considerada respeitadora e defensora da República. A partir de relatório da EBU (European Broadcast Unit) sobre democracia e os Serviços de Radiodifusão Pública (SRP)¹⁸⁵ que sugerem ações para que os cidadãos se comprometam com o fortalecimento da democracia e da cidadania, razões pelas quais os SRP foram criados, este estudo se debruçou, com alguma centralidade, sobre as definições articuladas por Karen Donders (2021). No relatório da EBU, a referida pesquisadora dos Serviços de Radiodifusão Pública define quatro categorias nas quais a cidadania poderá ser enquadrada:

A cidadania política fornecerá aos cidadãos informações confiáveis e diversidade de pontos de vista. A cidadania cultural irá estipular um senso de unidade e compreensão no âmbito de uma sociedade diversa. A cidadania social irá conectar os cidadãos à vida pública ao criar relações de confiança entre seus membros. E, por fim, a cidadania cívica permitirá aos cidadãos participarem da vida pública fomentando atividades cívicas e virtudes (EBU, 2021, p. 21. Tradução nossa)¹⁸⁶.

Pinsky (2010, p. 9) considera que a definição de cidadania não pode ser considerada um conceito imutável ou estanque, por ser um conceito histórico, com seu sentido variando no tempo e no espaço. Para ele, ser cidadão é “ter direito à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos.” [...] “Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.” (Pinsky, 2010, p. 9). Portanto, ser cidadão significaria uma condição, pertencer a um Estado, um direito, o de poder exercer direitos neste espaço definido e poder de influenciar na vida desta comunidade por meio da participação política (Gorczewski; Martin, 2011, p. 29 *apud* Lima, 2017, p. 59).

Dessa forma, Lima (2017) apresenta as três dimensões necessárias para a construção da cidadania: o “pertencimento”, o “exercício de direitos” (que inclui o cumprimento de deveres) e a possibilidade de “participação” na vida política.

¹⁸⁵ Relatório Democracy and Public Service Media (EBU, 2021, p. 21).

¹⁸⁶ No original, em inglês: Political citizenship - providing citizens with credible information & a diversity of viewpoints. Cultural citizenship - stipulating a sense of unity & understanding within a diverse society. Social citizenship - connecting citizens to public life & creating trust towards one another. Civic citizenship - enabling citizens to participate in public life fostering civic duties & virtues (EBU, 2021, p. 21).

A primeira dimensão apontada, o pertencimento, está ligada à definição do cidadão como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política.

A segunda dimensão da cidadania, o exercício de direitos, tem como fundamento a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência (Bellamy, 2008 *apud* Lima, 2017, p. 61)

Gorczewski e Martin (2011) entendem que a participação política é o elemento que de fato transforma um indivíduo em cidadão, “que lhe dá a possibilidade de determinar sua própria sorte, de participar do poder, de fazer as leis e de obedecer unicamente a estas” (Gorczewski e Martin 2011, p. 126) (Lima, 2017, p. 65).

Em Portugal, o Livro Branco do Serviço Público de Rádio e Televisão (Lopes et. al., 2023, p. 191) define a missão imperativa dos Serviço Público de Média (SPM), como lá são conhecidos os Serviços de Radiodifusão Pública (SRP):

É para servir os/as cidadãos/ãs que o SPM existe. Não basta servir o público, é preciso que, no âmago da sua atividade, estejam os/as cidadãos/ãs. Por outro lado, hoje e cada vez mais, o conceito de público perde operacionalidade a favor dos públicos múltiplos e diversos que importa ter presentes na oferta diferenciada que deve caracterizar o Serviço Público de Média (SPM) (Lopes et. al., 2023, p. 191).

Com esses conceitos alinhados a outros elaborados por institutos de pesquisas e estudos nos campos de Comunicação, Jornalismo, Ciência Política e Democracia – como, por exemplo, índices democráticos, força dos SRP, cidadania e democracia dentro do contexto das mudanças geopolíticas recentes ocorridas a partir de 2016 – o maior Serviço de Radiodifusão Pública (SRP) do país, no caso a EBC, se tornou objeto desta pesquisa.

Ao observar a adoção das perspectivas de cidadania e democracia por parte dos Serviços de Radiodifusão Pública, percebe-se que se trata de ideia muito mais difundida no contexto europeu, conforme evidenciam os estudos de Donders (2021), não tendo sido identificados – até o momento em que esta pesquisa se desenvolveu – estudos no Brasil que proponham métodos específicos para este tipo de abordagem e que levem em consideração o contexto complexo de conformação do SRP no país.

Tal observação nos levou a propor a questão de pesquisa *Como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) apresenta em suas políticas e estratégias, especificamente em seus Programas, Projetos e Ações datados entre 2020-2023, a perspectiva da defesa da democracia e o fomento ao exercício da cidadania?*

A metodologia aplicada na pesquisa foi a triangulação metodológica de acordo com os estudos de Tuzzo & Braga (2016, p. 141) para auxiliar no mapeamento, na identificação e na compreensão das perspectivas de cidadania e de fortalecimento da democracia nos

Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação levando em consideração dois aspectos fundamentais: a) a estrutura e o conteúdo dos referidos documentos; e b) o contexto político e institucional no qual estes documentos – políticos e estratégicos – são elaborados.

Portanto, o estudo sistematizou, de maneira contextual, recomendações ao SRP brasileiro, à luz de boas práticas de “Serviços Públicos de Média” (SPM) europeu, que, atualmente, em comum com a nossa realidade latino-americana também têm convivido com consideráveis ameaças à democracia. A principal recomendação na qual nos centramos é a de que o Serviço Público deve ter como centralidade a defesa da democracia, da cidadania e, nessa direção o foco deve ser os cidadãos e cidadãs.

A análise dos documentos constantes do *corpus* da pesquisa, aliada ao levantamento das ações tensionadoras de atores políticos ligados à empresa dentro do contexto no qual estes Programas, Projetos e Ações da EBC foram elaborados, permitiu perceber a aproximação ou o dissenso entre as metas e os objetivos atribuídos à empresa e os resultados práticos da aplicação das decisões administrativas, estratégicas e/ou políticas adotadas. Os materiais do *corpus* só puderam ser obtidos, catalogados e analisados dentro de um cenário de sistemas democráticos de transparência e de livre acesso aos dados públicos.

É preciso considerar ainda os dois momentos pelos quais a EBC passou, durante um governo mais alinhado à extrema direita cujas iniciativas liberais buscavam desestatizá-la ou extingui-la e o início de um novo governo que diferentemente, pelo menos em discurso, compreende a importância de um Serviço de Radiodifusão Pública de qualidade e voltada para o cidadão e para a cidadã.

É possível imaginar que as ações tensionadoras (cujo levantamento chegou a 41 ações divulgadas em matérias e reportagens no período que compreende maio de 2020 a dezembro de 2023) apontariam diretamente para medidas a serem adotadas para o fortalecimento da cidadania e da democracia no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação. No entanto, após análise da documentação elaborada pela própria empresa e pela Secretaria de Comunicação, havendo ainda decretos, portarias e relatórios, o que se observa são relatos de cumprimento das metas e objetivos determinados pelo Programa Plurianual 2020-2023, em observância especial àqueles impostos pela legislação de forma a atender a órgãos de controle.

Desta forma, os principais resultados e inferências que podemos assinalar é que os documentos analisados sofrem impactos de, pelo menos, três contextos principais: a) Impacto do contexto histórico-social; b) Impacto do contexto político-social e c) Impacto da atuação dos atores vinculados.

A assimilação das dimensões “cidadania política, cidadania cultural, cidadania cívica”, assim como dos demais aspectos correlatos como o “pertencimento, a participação social, o exercício de direitos e deveres: e o “foco no(a) cidadão(a)” são tensionados por aspectos socioculturais e sobretudo político-partidários, aos quais está historicamente submetida a Radiodifusão Pública e especialmente a EBC, conforme é possível de ser evidenciado a partir do impacto do *contexto histórico-social* citado anteriormente neste trabalho.

Os documentos do *corpus* também sofrem impacto do *contexto político-social*, que engloba acontecimentos tais como os planos de privatização da EBC, ameaças de extinção da EBC e uma lenta e relativa recuperação e retomada da participação social EBC. A democracia, por vez, esteve fortemente tensionada pelas disputas político-partidárias midiaticizadas.

Também foi possível observar nos documentos analisados os impactos do *contexto histórico-cultural* de subcidadania, em que os cidadãos e cidadãs não se percebem detentores(as) de direitos ou sequer se identificam como cidadãos/cidadãs. O Serviço de Radiodifusão Pública, conforme já pontuamos ao longo deste trabalho, não é observado como um direito. Em nossas análises, observa-se que, de forma muito recorrente, os documentos focam na prestação de contas aos cidadãos/cidadãs, porém ao largo do que se imaginava quando do início do estudo. Não obstante, nos documentos há poucas informações relacionadas ao reforço da importância do cidadão e da cidadã para o SRP.

Os atores vinculados impactaram – direta ou indiretamente – na elaboração dos documentos analisados. São todos aqueles que os produzem e/ou que gerencia(ra)m o SRP / a EBC, em cada momento específico, como os políticos, gestores, diretores, equipe técnica e servidores envolvidos. Nessa direção, compreendemos que as perspectivas de democracia e a cidadania no âmbito da EBC são tensionadas pela cultura organizacional da Empresa, ainda marcado por práticas de aparelhamento na entrega dos cargos-chave, onde não há o mergulho na questão da participação social, prevalecendo o controle estatal. Para esses atores, cidadania e democracia parecem não ser percebidas como aspectos centrais dos SRP.

Não é possível afirmar a autoria da elaboração de cada um dos documentos analisados, em razão da verticalidade da estrutura organizacional da EBC, e a necessidade de atendimento a regras e questões procedimentais próprios dos sistemas que regem as empresas estatais, como é o caso.

Entretanto, os documentos produzidos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que integraram o nosso *corpus*, apresentam – quase sempre – longos textos que elencam as ações adotadas a partir das recomendações e sugestões do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva. Nesse cenário, sob a lente da questão do financiamento, embora houvesse declarações públicas de ataque à existência dos Serviços de Radiodifusão Pública, conforme podemos perceber no Gráfico 1 (PLOA – Orçamento EBC – em R\$) os orçamentos destinados à EBC se mantiveram relativamente estáveis entre 2020 e 2022 e com expressivo aumento em 2023. O levantamento foi realizado nos Planos Anuais de Negócios, divulgados pela EBC. É importante ressaltar que o orçamento anual é aprovado no ano anterior ao exercício e, para 2023, o governo anterior destinou mais de R\$ 76 milhões a mais do que no ano anterior.

Em linhas gerais, as principais inferências que podemos assinalar aqui devem em muito ao desenho metodológico delineado a partir da estratégia da triangulação metodológica – que envolveu a pesquisa exploratória com abordagem cartográfica contextual; a análise documental e de conteúdo; e a análise qualitativa do ambiente político institucional da Empresa Brasil de Comunicação –, que se apresentaram pertinentes em relação à consecução dos objetivos da pesquisa.

Durante a pesquisa, tanto o que observamos quanto o aquilo que não se revelou nos documentos analisados nos impelem aqui a retomar as premissas de Glowacki & Jaskiernia (2017, pp. 11-12) sobre quais devem ser as ações centrais dos SRP em prol da sociedade, visando o fortalecimento da cidadania e da democracia: o próprio “impacto na sociedade” dos SRP; a obrigação de os SRP “prestarem contas” (seguir práticas de *accountability*) à sociedade; e o papel dos SRP em “estimular o debate público” sobre as necessidades de comunicação da sociedade e como estas necessidades devem ser satisfeitas. Em adição, corroboramos a ideia de que: “Paralelamente, e sendo essencial para abordar a questão da legitimidade do SRP, a mentalidade de Contribuição para a Sociedade deverá também resultar numa **estratégia renovada de *advocacy***. Um elemento-chave deste último será

uma nova narrativa sobre o SRP.” (Glowacki; Jaskiernia, 2017, pp. 11-12. Tradução nossa. Grifos nossos.)¹⁸⁷

Não obstante, o nosso estudo compreende que a prestação de contas das atividades desenvolvidas pela EBC, assim como as que não foram efetivadas, constam, por exemplo, na apresentação dos Relatórios Finais de Gestão analisados, os quais são notadamente preparados com maior foco em atender à legislação vigente. Quanto ao impacto do Serviço de Radiodifusão na sociedade, detectamos reiteradas afirmações muito mais voltadas à ampliação da cobertura de cidades atendidas pelos serviços da EBC, o que pode indicar uma relativa busca por atender (ainda que de maneira muito limitada) tal premissa do “impacto”.

Por sua vez, a retomada, por meio de chamadas públicas, dos instrumentos político-normativos que permitirão algum nível de participação social na EBC pôde ser observada com os Editais para a conformação do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi) e do Comitê Editorial e de Programação (Comep). O processo de eleição, em si, para os dois referidos comitês, embora, em alguma medida, já fora do nosso *corpus*, revela o significativo tensionamento que a ausência da participação social na EBC tem causado na sociedade civil organizada (entidades associativas, sindicatos, frentes, instituições científicas e acadêmicas etc.).

Destarte, sublinhamos a confirmação de uma de nossas hipóteses de trabalho iniciais, construída em diálogo com o que afirmou Pinto (2005): “a qualidade de um serviço público se afirma não apenas pelos conteúdos que difunde, mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza”. Logo, podemos inferir que a nossa investigação sobre os Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação, à luz da análise documental, foi fundamental para compreendermos mais aprofundadamente as suas perspectivas de democracia e de cidadania da EBC, à luz de experiências consideradas como boas práticas em contextos internacionais.

Para estudos futuros, sugere-se que seja considerado o próximo Plano Plurianual 2024-2027 enquanto recorte de espaço-tempo para uma análise comparativa da aplicação

¹⁸⁷ No original, em inglês: It is what we call the PSM Contribution to Society and it is based in three premises: PSM have an impact on society; PSM’s accountability to society as a whole; PSM should stimulate the public debate on society’s communication needs and how they should be satisfied. Parallel to this and being essential to address the issue of PSM’s legitimacy, the Contribution to Society mindset should also result in a renewed advocacy strategy. A key element of the latter will be a new narrative about PSM (Glowacki; Jaskiernia, 2017, pp. 11 e 12).

das metas e objetivos desenhados no período anterior (2020-2023), de maneira a realizar-se um cotejamento das ações previstas e os resultados obtidos, sob a ótica de uma possível nova disposição político-partidária e, em especial, sob a perspectiva do fortalecimento dos ideais democráticos. Um outro recorte a ser assimilado em possíveis pesquisas futuras se refere à utilização da linguagem simples nos documentos elaborados pela e para a EBC, uma vez que os materiais do nosso corpus deveriam ser um instrumento de prestação de contas à população. Tal medida já é adotada por diversos órgãos públicos e promove a comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva.

Uma última inferência que sublinhamos é que perspectivas de cidadania e democracia, de fato, só podem existir e se concretizar com a vital participação social efetiva, diversa, plural e com autonomia/independência de cidadãos e cidadãs, o que inclui fundamentalmente aqueles e aquelas que ainda não reconhecem a radiodifusão pública como um direito. Nessa direção, tanto os documentos analisados quanto as ações dos atores sociais envolvidos com a EBC nesse espaço-tempo do *corpus* analisado por esta pesquisa ainda estão a passos lentos e distantes do plano ideal, qual seja aquele que, em alguma medida, já é previsto no próprio arcabouço político-normativo do SRP brasileiro, quer seja aquele preconizado por organismos internacionais e, em diferentes medidas, observados em SRP de democracias consolidadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de; ALVES, Marcelo. Bolsonaro's hate network: From the fringes to the presidency. IN STRIPPEL, C. *et al.* **Challenges and perspectives of hate speech research**. Freie Universität Berlin, 2023. 27-42. Disponível em: <DOI 10.48541/dcr.v12.2>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ALMADA, Maria Paula; CARREIRO, Rodrigo; BARROS, Samuel Rocha; GOMES, Wilson da Silva. Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 3, p. 161–181, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v13i3p161-181. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/158411>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ALMEIDA, A. M. D. de. Cidadania no Brasil: a construção nacional do Império ao golpe de Estado. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1–22, 2020. DOI: 10.35699/2525-8036.2020.15391. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e15391>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ARAÚJO, C. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e36-e61, 2016. DOI: 10.15448/1984-7289.2016.2.23143. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23143>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 149-164, 2018.
- BARBOSA, Bia. MPF Vai à Justiça contra fusão da TV Brasil com canal do Executivo. **Portal Congresso em Foco**. Publicação em: 02 ago. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/midia/mpf-vai-a-justica-contr-fusao-da-tv-brasil-com-canal-do-executivo/>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.
- BARROS, Thomás Zicman. Political Reversals in Brazil: The Redemption of Lula and the Decline of Bolsonaro. Polidemos 10: **Latin America at a Glance, Recent Political and Electoral Trends**. Ed.: EDUCatt. Fev. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378431130_Political_Reversals_in_Brazil_The_Redemption_of_Lula_and_the_Decline_of_Bolsonaro. Acesso em: 07 out. 2024.
- BBC. British Broadcasting Corporation. **Television Licence Fee Trust Statement for the Year Ending 31 March 2024**. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/66a0fda0fc8e12ac3edb03e3/E03119946_-

_HC_xxx_BBC_Wales_-_Licensing_Fee_Trust_Statement_ARA_23-24_Accessible.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

BECERRA, Martín. Public broadcasting: The Latin American exception. **The Political Economy of Communication**, [S.l.], v. 7, n. 1, agosto 2019. ISSN 2357-1705. Disponível em: <https://www.polecom.org/index.php/polecom/article/view/106/315>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BELLAMY, R. Citizenship: a Very Short Introduction. 1a Ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. *apud* LIMA, Cintia Caldas Barcelar de. **Aplicativos móveis de interesse público: limites e possibilidades para a cidadania no Brasil**. 02 mar. 2017. Mestrado em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB). Brasília. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5003735#. Acesso em: 06 nov. 2023.

BIANCO, Nelía R. Del; ESCH, Carlos Eduardo; MOREIRA, Sônia Virgínia. Observatório da radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação. **Revista Eptic Online**. Vol.15 n.2 p.58-73. Mai-ago 2013. Publicado em 15 mai. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/206330>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BIANCO, Nelía R. Del; PINHEIRO, Elton Bruno. Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão público brasileiro. In: BIANCO, Nelía R. Del Bianco; FERRARETTO, Luiz Artur, KLOCKER, Luciano. **80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro**. São Paulo: Intercom, 2017.

BLANCO, Patrícia. **A democracia depende da participação dos mais jovens**. Portal Educamídia. Publicação em 13 set. 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/a-democracia-depender-da-participacao-dos-mais-jovens/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicionário%20de%20política.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

BONAVIDES, Paulo. Nacionalismo, soberania e subdesenvolvimento na crise política e social do Brasil. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, v. 7, n. 3, p.64-99, 1964.

BONINI, Tiziano. The Participatory Turn in public service media. In: M. Glowacki, and A. Jaskiernia (eds.), **Public Service Media Renewal**. Adaptation to Digital Network Challenges. 2017. NY: Peter Lang, pp. 101-115. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330105759_Bonini_T_2017_The_Participatory_Turn_in_public_service_media_In_M_Glowacki_and_A_Jaskiernia_eds_Public_Service_Media_Renewal_Adaptation_to_Digital_Network_Challenges_NY_Peter_Lang_pp_101-115. Acesso em: 08 set. 2024.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela. (2021), “Legitimidade democrática e apoio político: Inovações recentes no debate internacional”. **Opinião Pública**, 27, 2:333–359. DOI: <http://doi.org/10.1590/1807-01912021272333>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/PLJBkZCWMrGLZMZZpCBxvRn/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **RFI nº 29/2021 – Desestatização da EBC**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/cadastro-consultores/rfi-29-2021-desestatizacao-da-ebc>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRADY, H. E. Political participation. In: J. P. Robinson (org.). **Measures of political attitudes**. San Diego, CA: Academic Press, 1999. p. 737-801.

BRAGA, J. L. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 288-296, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v10i3p288-296. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2024

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 11.478, de 6 de abril de 2023**. Decreto que exclui empresas do Programa Nacional de Desestatização e revoga a qualificação de empresas e ativos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11478.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Lei que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017**. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016**, que altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou

outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv744.htm#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.652,Empresa%20Brasil%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20EBC. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BURGESS, J.E.; FOTH, M. and KLAEBE, H.G. (2006) **Everyday Creativity as Civic Engagement: A Cultural Citizenship View of New Media**. Disponível em: http://eprints.qut.edu.au/5056/1/5056_1.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

BURNLEY, Richard. **Legal Focus - Public Funding Principles for Public Service Media**. 2017. Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Legal-Focus-Pub-Fund_EN.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

CAMMAERTS, Bart (2007). Citizenship, the public sphere and media. In: Cammaerts, Bart and Carpentier, Nico, (eds.) Reclaiming the media: communication rights and democratic media roles. **European communication research and education association series**, 3. Intellect, Bristol, UK, pp. 1-8. ISBN 9781841501635. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/39663/1/Cammaerts_citizenship_public_sphere_2012.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

CARPENTIER, N. (2011). **Media and Participation**. Bristol: Intellect.

CARPENTIER, Nico. Além da escada da participação: Ferramentas analíticas para a análise crítica dos processos midiáticos participativos. **Mídia e Cotidiano, Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 245-274, out/dez. 2018.

CARRO, Rodrigo. **Reuters Institute Digital News Report 2023 – Brazil**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>. Publicado em 14 jun. 2023. Acesso em: 25 jun. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2015.

CARVALHO, Mariana Martins de. **Comunicação pública: função e legitimação das tevês legislativas federais**. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/15921>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CASTRO-HERRERO, L., Nir, L., & SKOVSGAARD, M. (2018). Bridging Gaps in Cross-Cutting Media Exposure: The Role of Public Service Broadcasting. **Political**

Communication, 35(4), 542–565. <https://doi.org/10.1080/10584609.2018.1476424>.

Disponível em:

https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/170589/1/Castro_et.al_BridgingGapsCross-CuttingMediaExposure_accepted_manuscript.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

CELIKATES, Robin. Públicos Digitais, Contestação Digital: uma nova transformação estrutural da esfera pública?. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 1, p. 55–74, 2024.

DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v18i1p55-74. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/223351>. Acesso em: 05 maio. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 15, n. 2, p. 149–161, 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574> Acesso em: 22 fev. 2024.

CHAUÍ, Marilena. In TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização. **Os Sentidos da Democracia e da Participação**. Instituto Pólis. São Paulo. 2004. Disponível em:

http://191.241.229.250/bitstream/11465/394/1/POLIS_os_sentidos_democracia_da_participacao.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Comunicação e Democracia**. Conferência Nacional Lula Livre: Vencer a Batalha da Comunicação. São Paulo. 13-14 abril 2018. Disponível em:

<https://pt.org.br/marilena-chauicomunicacao-e-democracia/>. Acesso em 27 fev. 2024.

COE, Council of Europe. **Council of Europe Standards on Public Service Media Recommendation CM/Rec (2018) on media pluralism and transparency of media ownership**. Disponível em: <https://rm.coe.int/cm-recommendations-prems-136122-gbr-2018-digest-of-psm-txt-16x24-bat-w/1680a9048b>. Acesso em: 16 jul. 2023.

COE, Council of Europe. Governance And Independence of Public Service Media.

European Audiovisual Observatory (Council of Europe) 2022. Disponível em:

<https://rm.coe.int/iris-plus-2022en1-governance-and-independence-of-public-service-media/1680a59a76>. Acesso em: 02 jul. 2023.

COHEN, Mitchell. T.H. Marshall's "Citizenship and Social Class". **Dissent Magazine**.

Publicado em 2010. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/article/t-h-marshalls-citizenship-and-social-class/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

COHEN, M., *et al.* "Winners' Consent? Citizen Commitment to Democracy When Illiberal Candidates Win Elections". **American Journal of Political Science**, vol. 67, nº 2, 2023.

COLEMAN, J.S. (1988) Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology (Supplement)**, 94, S95-S120. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1086/228943>. Disponível em:

<https://www.econ.msu.ru/cmt2/lib/c/477/File/Social%20Capital%20in%20the%20Creation%20of%20Human%20Capital.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In LUBAMBO, Catia; Coelho, Denilson B.; Melo, Marcus A. (Orgs.). **Desenho Institucional e Participação Política: experiência no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 13-32.

COSTA, Raquel Franco Lustosa da; PINHEIRO, Elton Bruno. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a sua relação com a defesa da democracia e o exercício da cidadania. **Livro de Atas das IV Jornadas de Ciências da Comunicação - FLUC**, 12 e 13 de junho de 2024, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2024. 2024a.

COSTA, Raquel Franco Lustosa da; PINHEIRO, Elton Bruno. Reflexões sobre a perspectiva da defesa da democracia e do fomento ao exercício da cidadania no âmbito das Políticas de Comunicação da EBC (2020-2023). Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Univali (SC) – Etapa Remota, 27 e 28 de agosto de 2024. 2024b.

DALAQUA, G. H. Nacionalidade e democracia: pensando com e contra Marilena Chaui. **Intuitio**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 137–148, 2018. DOI: 10.15448/1983-4012.2018.2.31912. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/31912>. Acesso em: 26 fev. 2024.

DA MATTA, Roberto. **Brasileiro, cidadão?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

DATAFOLHA. Instituto de Pesquisas. **Mais impopular desde Collor, Temer fecha com reprovação em baixa**. Publicação em: 3 jan. 2019. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>. Acesso em: 01 nov. 2024.

DELLI CARPINI, Michael X; KEETER, Scott. 1996. **What Americans Know About Politics and Why It Matters**. New Haven: Yale University Press.

DIONÍZIO, Priscila Martins. **Para que serve a EBC? A configuração de um problema público a partir do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação**. 2022 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/50253>. Acesso em: 07 out. 2023.

DONDERS, Karen. **Public Service Media in Europe Law, Theory and Practice**. Ed. Routledge Research in Media Law. 2021. Disponível em: <https://www.routledge.com/Public-Service-Media-in-Europe-Law-Theory-and-Practice/Donders/p/book/9781032011240#>.

DR (Danish Broadcasting Corporation). **About DR**. Disponível em: <https://www.dr.dk/om-dr/about-dr>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DRAGOMIR, M. (2019). **Media capture in Europe (No. 2019)**. Media Development Investment Fund, Center for Media, Data and Society. Disponível em: <https://www.mdif.org/wp-content/uploads/2023/10/MDIF-Report-Media-Capture-in-Europe.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

DRAGOMIR, Marius; HOROWITZ, Minna Aslama. Media Capture and Its Contexts: Developing a Comparative Framework for Public Service Media. In M. Túñez-López *et al.* (eds.), **The Values of Public Service Media in the Internet Society**, Palgrave Global Media Policy and Business. 2021, p. 217-46. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56466-7_2. Acesso em: 05 set. 2024.

DUARTE, Márcia Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2a edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2014.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Estatuto Social**. Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 4/11/2020 e atualizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 2/2/2021. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/estatuto_social_da_ebc_-_aprovado_4.11.2020_e_atualizado_2.2.2021.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **EBC abre inscrições para composição do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública**. 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-abre-inscricoes-para-composicao-do-sinpas>. Acesso em: 19 out. 2024.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **EBC prorroga prazo para inscrição de candidaturas aos comitês de participação e vai publicar um tira dúvidas**. 2024. Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/ebc-prorroga-prazo-para-inscricao-de-candidaturas-aos-comites-de-participacao-e-vai-publicar-um-tira-duvidas/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Grupo de Trabalho sobre Comunicação Pública e Participação Social, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação**. 2024. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_final_-_gt_participacao_social.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Lei de Acesso à Informação**. Quantitativo Físico de Pessoal. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/i_-_quantitativo_fisico_de_pessoal_-_agosto_2023.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Missão, Visão e Valores Institucionais da EBC**. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/missao-visao-valores>. Acesso em: 20 jun. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Programas e Ações. Lei de Acesso à Informação.** 2022a. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/programas-e-acoas>. Acesso em: 05 nov. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Plano Plurianual (PPA) da EBC.** Institucional. 2023a. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/plano-plurianual-ppa-da-ebc>. Acesso em: 05 nov. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Planejamento Estratégico da EBC.** Institucional. 2023b. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/node/5263>. Acesso em: 05 nov. 2023.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Sobre a EBC.** 2024a. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/arquivo/sobre-a-ebc>. Acesso em: 14 set. 2024.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Veículos: Rede Nacional de Comunicação Pública.** 2024b. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/veiculos/rncp>. Acesso em: 14 set. 2024.

EBU – European Broadcast Union. **Democracy & PSM – How A Nation’s Democratic Health Relates to the Strength of its Public Service Media – Media Intelligence Service.** Setembro 2019. Disponível em: https://periodismoglobal.files.wordpress.com/2019/09/ebu-mis-democracy_psm_2019-members-only.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

EBU – European Broadcast Union. **Democracy and Public Service Media - Media Intelligence Service.** 2021. Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login_only/psm/EBU-MIS-PSM_Democracy_2021_Public_version.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

EBU – European Broadcast Union. **EBU News Report 2023 – Climate Journalism that Works – Between knowledge and impact.** Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/strategic/open/News_report_2023_Climate_Journalism.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

EBU – European Broadcast Union. **EBU Media Intelligence Service – PSM and Polarization.** 2024. Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login_only/psm/EBU-MIS-PSM_as_an_Antidote_to_Polarization-public.pdf?site=ebu. Acesso em: 11 ago. 2024.

EBU – European Broadcast Union. **Membros e associados da EBU.** Disponível em: <https://www.ebu.ch/about/members?type=associate>. Acesso em: 06 mai. 2023.

EBU – European Broadcast Union. **Sobre a EBU.** Disponível em: <https://www.ebu.ch/about>. Acesso em: 06 mai. 2023.

EBU – European Broadcast Union. **The EBU Community in Numbers**. Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/open/EBU-MIS_EBU-Community-in-Numbers.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

ECONOMIST, The. **Democracy Index 2020 – In Sickness and in Health?** The Economist Intelligence Unit Limited. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/democracy-index-2020.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ECONOMIST, The. **Democracy Index 2022 – Frontline Democracy and the Battle for Ukraine**. The Economist Intelligence Unit Limited 2023. Publicado em: 02 mar. 2023. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/DI-final-version-report.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ECONOMIST, The. **Democracy Index 2023 – Age of conflict**. The Economist Intelligence Unit Limited. Publicação em fev. 2024. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/Democracy-Index-2023-Final-report.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

ECONOMIST, The. **EIU story**. The Economist Intelligence Unit. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/about/our-story/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nelia R. Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. **Mediapolis - Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**. N.º 2 (2016): Os Desafios dos Media de Serviço Público. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_2_9. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_2_9/5633. Acesso em: 19 jul. 2023.

EVANGELISTA, Raquel; QUARESMA, Flaviano. Uma espada de dois gumes: uma análise teórica sobre participação no movimento antidemocrático de 8 de janeiro de 2023. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 2, p. 01-20, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/59707/37669>. Acesso em: 03 set. 2024.

FERREIRA, Fabio Alves. Subalternidade nas sociologias brasileira e indiana: um estudo comparativo da obra de Jessé Souza e Gayatri Spivak. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**. v. 7 n. 15 (2020): Setembro a Dezembro de 2020. DOI: 10.48074/aceno.v7i15.8921. Disponível em: https://www.academia.edu/62949055/Subalternidade_nas_sociologias_brasileira_e_indiana_um_estudo_comparativo_da_obra_de_Jess%C3%A9_Souza_e_Gayatri_Spivak. Acesso: 12 nov. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; tradução. Joice Elias Costa. - 3. ed. - Porto Alegre Artmed, 2009.

FOSSATI, Gustavo Schneider. Contribuição para o fomento da radiodifusão pública - uma análise à luz da recente decisão do tribunal constitucional federal alemão. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 57, jul. 2019. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12749>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FREEMAN, R. E. Strategic management: A stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984. *apud* MACHADO JR, Eliseu Vieira. **Teoria do Stakeholder**. Goiânia, 2011. Disponível em:

https://mees.paginas.ufsc.br/files/2012/06/Teoria_do_Stakeholder_Prof_Eliseu_Machado_25_05_2012.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

FREITAS, Maralice Magalhães de. **Radiodifusão pública no Brasil segundo os princípios da UNESCO**. 2017. 192f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24333>. Acesso em: 28 out. 2023.

FUNKE, M.; SCHULARICK, M.; TREBESCH C. “Going to extremes: politics after financial crisis, 1870-2014”. **European Economic Review**, vol. 88, p. 227-260, 2016.

GLOWACKI, Michal; JASKIERNIA, Alicja. Public Service Media Renewal. Adaptation to Digital Network Challenges. **Studies in Communication and Politics**, Volume 6. 2017. Ed. Peter Lang. Disponível em: <https://www.peterlang.com/document/1050668>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GLOWACKI, Michal; JACKSON, Lizzie. **Public Media Management for the Twenty-First Century. Creativity, Innovation, and Interaction**. Routledge Research in Cultural and Media Studies. 2014. ISBN 9780415843256. Disponível em:

<https://www.routledge.com/Public-Media-Management-for-the-Twenty-First-Century-Creativity-Innovation/Glowacki-Jackson/p/book/9780415843256>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. G1 Nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

GONÇALVES, Carolina; MELO, Karine. **Senado aprova impeachment e Dilma é afastada definitivamente da Presidência**. Agência Brasil. Publicado em 31 ago. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/senado-aprova-impeachment-e-dilma-e-afastada-definitivamente-da-presidencia>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GORCZEWSKI, C.; MARTIN, N. A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDNISC, 2011. *apud* LIMA, Cintia Caldas Barcelar de. **Aplicativos móveis de interesse público: limites e possibilidades para a cidadania no Brasil**. 02 mar. 2017. Mestrado em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB). Brasília. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5003735#. Acesso em: 06 nov. 2023.

GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclaunianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Volume: 67, Número: 1, Publicado: 2024. Rio de Janeiro: e20210153. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.313>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PD35TLXnCHDW5r5LZ53hv3Vq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GOYANES, Manuel. Public Service Broadcasting and Democracy: Main Research Topics and Suggestions for the Future. **The Values of Public Service Media in the Internet Society**. Março. 2021. DOI: 10.1007/978-3-030-56466-7_2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350277960_Public_Service_Broadcasting_and_Democracy_Main_Research_Topics_and_Suggestions_for_the_Future. Acesso em: 09 nov. 2023.

HAJE, Lara. **Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR**. Agência Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/>. Acesso em: 20 out. 2024.

HARRISON, J., & Woods, L. M. (2001). Defining European Public Service Broadcasting. **European Journal of Communication**, 16(4), 477–504. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323101016004003>. Acesso em: 09 nov. 2023.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4580442/mod_resource/content/1/Aula%2002a_Hohlfeldt_Teorias%20da%20Comunicacao.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

HOROWITZ, Irving Louis. “The Struggle for Democracy.” **The National Interest**, no. 83, 2006, pp. 114–20. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42897611>. Acesso em: 27 jan. 2024.

HOROWITZ, Minna; D’ARMA, Alessandro. EBU – European Broadcast Union. **Public Service Media: Bridging values and trust**. A framework for evaluating and strengthening the trustworthiness of public service media journalism. Disponível em: <https://www.ebu.ch/research/loginonly/report/bridging-value-and-trust>. Acesso em: 28 nov. 2023.

HOSSOÉ, H. A TV Brasil e a complementaridade funcional do sistema público de televisão brasileiro. **Revista Acesso Livre**, v. 3, p. 130-145, mar. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e Posse de Telefone Móvel celular para Uso Pessoal 2023**. PNAD Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

IDEA. International Idea – International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **The Global State of Democracy 2023. The New Checks and Balances**. Estocolmo. Suécia. 2023. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/2023-11/the-global-state-of-democracy-2023-the-new-checks-and-balances.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

IDEA. International Idea – International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **The Global State of Democracy 2024: Strengthening the Legitimacy of Elections in a Time of Radical Uncertainty**. Estocolmo. Suécia. 2024. Disponível em: <https://cdn.sanity.io/files/2e5hi812/production-2024/0134f4cc56156db21ee23cf1072ab6d71704cd51.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

JASKIERNIA, Alicja. “Karen Donders (2021). Public Service Media in Europe. Law, Theory and Practice”. **Central European Journal of Communication** 31:310-313. 2022. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/viewpdf?id=1126461>. Acesso em: 17 nov. 2023.

JUNGSMANN, Mariana. **Michel Temer toma posse como presidente e terá mandato até 2018**. Agência Brasil. Publicado em 31 ago. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/michel-temer-toma-posse-como-presidente-e-tera-mandato-ate-2018>. Acesso em: 02 nov. 2023.

KANTAR. **Inside Video 2023. Vídeo, estado de evolução**. Kantar Ibope Media. 2023a. Disponível em: https://kantariopemedia.com/wp-content/uploads/2023/03/Kantar-IBOPE-Media_Inside-Video-2023.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

KANTAR. **Inside Audio 2023. A onda sonora da modernidade**. Kantar Ibope Media. 2023b. Disponível em: https://kantariopemedia.com/wp-content/uploads/2023/09/InsideAudio_2023_KantarIBOPEMedia_.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023

KASTRUP, V.. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Passos, E., Kastrup, V. e Escóssia, L. (Orgs) **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. V. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KASTRUP, V.. A atenção cartográfica e o gosto pelos problemas. **Revista Polis e Psique**. 20 ANOS DO PPGPSI/UFRGS, 2019: 99 – 106.

KUHN, Wesley Lopes; CRUZ, Fernanda Natasha Bravo; AZEVEDO, Aluizio de. Comunicação e ação pública no Programa Mais Médicos. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Comunicação pública e política**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 509-528. Disponível em: https://pgcl.uenf.br/arquivos/comunicacaopublicaepolitica_nucopufrgs_150720190856.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em Declínio**. Tradução por Emani Pavaneli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LATINOBAROMETRO. **Informe Latinobarómetro 2023: La recesión democrática de América Latina**. 2023. Disponível em:

<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LEMOS, Ariane. Interface entre comunicação pública e comunicação governamental: estudo sobre a divulgação de boletins epidemiológicos de COVID-19 pela administração executiva da cidade mineira de Frutal. **Gestão da Comunicação Pública: Estudos do IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Disponível em:

https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2023/03/book_GP_1503.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA, Cintia Caldas Barcelar de. **Aplicativos móveis de interesse público: limites e possibilidades para a cidadania no Brasil**. 02 mar. 2017. Mestrado em Comunicação. Universidade de Brasília (UnB). Brasília. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5003735#. Acesso em: 06 nov. 2023.

LOPES, Felisbela *et al.* **Livro Branco do Serviço Público de Rádio e Televisão**. LOPES, Felisbela (coord.); BURNAY, Catarina Duff; ALMEIDA SANTOS, Clara; SENA SANTOS, Francisco; WEMANS, Jorge; ROMANO, Rui; e SILVA, Sérgio Gomes da. Ministério da Cultura. Lisboa, Portugal. Maio, 2023. Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDY3MQYAkFAjnQUAAAA%3d>. Acesso em: 03 nov. 2023.

G.F. Lowe and P. Jauert (eds), **Cultural Dilemmas in Public Service Broadcasting** (pp. 213–230). 2005. Göteborg: Nordicom.

LÜDTKE, Sérgio. Atlas da Notícia identifica redução de desertos e liderança do jornalismo online no Brasil. **Atlas da Notícia**. Publicado em: 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v5/atlas-da-noticia-identifica-reducao-de-desertos-e-lideranca-do-jornalismo-online-no-brasil/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, Fabrício. 2009. O trabalho que (in)dignifica o homem. Capítulo 11 (p. 241).

MARTINO, Luiz Claudio. A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões. In: **Anais do 18º Encontro Anual da Compós, 2009**, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2009. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2009/trabalhos/a-atualidade-mediatica-o-conceito-e-suas-dimensoes?lang=pt-br>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. *apud* ALMEIDA, A. M. D. de. Cidadania no Brasil: a construção nacional do Império ao golpe de Estado. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.

1–22, 2020. DOI: 10.35699/2525-8036.2020.15391. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e15391>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado**. 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214765>. Acesso em: 06 jul. 2023.

MENDEL, Toby; SALOMON, Eve. **O Ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros**. Série Debates CI nº 7. Fevereiro. 2011. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191622_por. Acesso em: 06 jul. 2023.

MIGUEL, Luis. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento. BIB – **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 59, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva** 17 (3). Mar 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2023.

MOREIRA, Sonia V. Análise documental como método e como técnica. In: Jorge Duarte; Antonio Barros. (Org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Thiago; RENNÓ, Lucio. Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018. **Revista Opinião Pública** 30(2). Campinas. Out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202430112>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384659007_Conservadores_convertidos_o_efeito_Bolsonaro_em_2018. Acesso em: 07 out. 2024.

MPF – Ministério Público Federal. **PFDC pede explicações sobre unificação de canais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. Complementariedade dos sistemas público e estatal de comunicação está previsto na Constituição Federal. Publicação em 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-pede-explicacoes-sobre-unificacao-de-canais-da-empresa-brasil-de-comunicacao-ebc>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS)**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NEWMAN, Nic. **Overview and key findings of the 2022 Digital News Report**. Publicado em 15 jun. 2022. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 30 jun. 2023.

NIELSEN, Rasmus Klein; FLETCHER, Richard. **The importance of public service media for individuals and for society**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/importance-public-service-media-individuals-society>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020**, OECD Publishing, Paris, Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0a4936dd-pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Communicating in an evolving and fast-paced digital age. **OECD Report on Public Communication: The Global Context and the Way Forward**. OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f68023c0-en>. Acesso em: 20 out. 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Comunicação pública para políticas mais adequadas e um governo mais aberto no Brasil. **Revisão do Centro de Governo do Brasil: Rumo a um Centro de Governo Integrado e Estruturado**. OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/883432de-pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. **O campo da radiodifusão pública no Brasil: disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial**. 2021. 255 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/43041/1/2021_GiselePimentadeOliveira.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

OLIVEIRA FILHO, P. de; ARAÚJO, J. B.; SOUSA, R. S. de; SILVA, S. P. da; MEDEIROS, A. L. A.; ALBUQUERQUE, M. L. S. de; DINIZ, G. F. A identidade da nova direita brasileira em narrativas de seus militantes. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 33, p. e210105, 2022. DOI: 10.1590/0103-6564e210105. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/203533>. Acesso em: 26 fev. 2024.

OLIVEIRA, Herberth. A democracia brasileira morreu? **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1–24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e40950/e40950>. Acesso em: 11 nov. 2023.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. Open Society Barometer. **Can Democracy Deliver?** 2023. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/e6cd5a09-cd19-4587-aa06-368d3fc78917/open-society-barometer-can-democracy-deliver-20230911.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Edelman Trust Barometer. Global Report**. 2023. Disponível em: <https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2023-03/2023%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Global%20Report%20FINAL.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

ORTH, Thiana; SOARES, Jéssica Degrandi. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 439-448, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259. DOI: 10.1590/1982-02592020v23n3p439. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/346538054_Empresa_Brasil_de_Comunicacao_EBC_a_comunicacao_publica_em_declinio. Acesso em: 07 out. 2024.

O'SULLIVAN, Elizabethann; RASSEL, Gary R.; BERNER, Maureen; TALIAFERRO, J. DeVance. **Research methods for public administrators: Sixth edition**. 2016. Ed. Routledge. DOI: 10.4324/9781315563534. Disponível em:

<https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315563534/research-methods-public-administrators-elizabethann-sullivan-gary-rassel-maureen-berner-jocelyn-devance-taliaferro>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAIXÃO, Mayara. **Mundo vive onda recorde de autocratização, diz relatório. Instituto V-Dem afirma que, pela primeira vez em 20 anos, há mais ditaduras do que democracias plenas**. Jornal Folha de S. Paulo. Publicação em 2 mar. 2023. p. A-11.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/mundo-vive-onda-recorde-de-autocratizacao-diz-relatorio.shtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane; OLIVEIRA, Madalena. Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências.

Comunicação e Sociedade, v. 30, p. 55, 2016. Disponível em:

<https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/806>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane Soares; VALENTE, Jonas C. L.; URUPÁ, Marcos; CARVALHO, Mariana Martins. Políticas de Comunicação no Brasil: uma visão geral dos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. **Revista Eptic**. Vol. 24, Nº 2, Mai-Ago. 2022. 115-134. ISSN 1518-2487. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/364349135_Politicas_de_Comunicacao_no_Brasil_uma_visao_geral_dos_dois_primeiros_anos_do_governo_Jair_Bolsonaro. Acesso em: 07 out. 2024.

PETRARCA, Fernanda Rios. Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. *Revista Tomo*, v. 38, p. 339-371, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi38.14356.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/347983299_Uma_Janela_no_Tempo_a_ascensao_do_Bolsonarismo_no_Brasil. Acesso em 01 dez. 2024.

PICARD, Robert; PICKARD, Victor. 2017. **Essential Principles for Contemporary Media and Communications Policymaking**. The Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/essential-principles-contemporary-media-and-communications-policymaking>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PIERANTI, Octavio Penna. Hora de repensar o modelo regulatório das comunicações? As recomendações da OCDE para o sistema público de radiodifusão no Brasil. **Galáxia** (São

Paulo, online), ISSN: 1982-2553. Publicação Contínua. Nº 46, 2021, pp. 1-17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202151227>. Acesso em: 06 jul. 2023.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. **Radiodifusão sonora pública do Brasil: o processo de conformação do serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital**. 2019. 545 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35551/1/2019_EltonBrunoBarbosaPinheiro.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

PINHEIRO, Elton Bruno. As ações do (des)governo Bolsonaro contra a Empresa Brasil de Comunicação. **Compolítica**, v. 11, n. 2, p. 81-106, 22 fev. 2022. Disponível em: <http://compoliticaorg/revista/index.php/revista/article/view/535/305>. Acesso em: 02 jul. 2023.

PINHEIRO, Elton Bruno; BEZERRA, R. M. C. S. . A Nova TV Brasil é pública? Uma análise de conteúdo da programação jornalística da emissora da EBC. **REVISTA ABTU**, v. 7, p. 51-63, 2020a.

PINHEIRO, Elton Bruno; BEZERRA, R. M. C. S. . Uma análise sobre o conteúdo jornalístico na programação da -Nova TV Brasil-. **Âncora - Revista Latino-Americana de Jornalismo**, v. 7, p. 116-139, 2020b. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2020v7n2.51988>.

PINSKY, Jaime; PINSKY, B. **História da Cidadania**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16545630-Introducao-jaime-pinsky.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PINTO, Manuel. **Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público**. Ed. Campo das Letras. Porto, Portugal. 2005. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/200/showToc. Acesso em: 02 jul. 2023.

PONTES, Felipe. **Rosa Weber anuncia vitória de Jair Bolsonaro à Presidência**. Agência Brasil. Publicado em 28 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/rosa-weber-anuncia-vitoria-de-jair-bolsonaro-presidencia>. Acesso em: 02 nov. 2023.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. (2018), “The Political Right and Party Politics”, in: Barry Ames (ed.), **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. Londres, Routledge, pp. 251-268.

REUTERS INSTITUTE, The. **Reuters Institute Digital News Report 2022**. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

REUTERS INSTITUTE, The. **Reuters Institute Digital News Report 2024**. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2024-06/RISJ_DNR_2024_Digital_v10%20lr.pdf. Acesso em: 02 set. 2024

REUTERS INSTITUTE, The. **About The Reuters Institute**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/about-reuters-institute>. Acesso em: 24 out. 2023.

REUTERS. **UK government to cut funding for BBC - Mail on Sunday report**. Londres, Inglaterra. Publicação em 16 janeiro 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/media-telecom/uk-government-cut-funding-bbc-mail-sunday-report-2022-01-16/>. Acesso em: 29 out. 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Coleção Metodologias de Pesquisa: **Análise de conteúdo categorial: Manual de Aplicação**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

SANTILLANA, Maria. **The state of democracy in the Americas**. Estudo de Caso: Brasil. Disponível em: <https://www.idea.int/gsod/2023/chapters/americas/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SEDACA, Nicole Bibbins. **What Is Democracy, and Why Does Defending It Matter?** Freedom House. 2024a. Disponível em: <https://freedomhouse.org/article/what-democracy-and-why-does-defending-it-matter>. Acesso em: 04 set. 2024.

SEDACA, Nicole Bibbins. **How Citizens and Leaders Can Protect the Spirit of Democracy**. Freedom House. 2024b. Disponível em: <https://freedomhouse.org/article/how-citizens-and-leaders-can-protect-spirit-democracy>. Acesso em: 04 set. 2024.

SENA, Patrícia Rakel de Castro; LEAL, Pablo Pinheiro Corrêa. A (des)caracterização da Comunicação Pública no Brasil: A EBC de Temer a Bolsonaro. **Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática** 20(44). Nov. 2021. DOI: 10.5902/2175497742497. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356480063_A_DESCARACTERIZACAO_DA_COMUNICACAO_PUBLICA_NO_BRASIL_A_EBC_DE_TEMER_A_BOLSONARO. Acesso em: 07 out. 2024

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Coleção Metodologias de Pesquisa. Edição revisada. Brasília: Enap, 2023. 119 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3330>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer: Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. Espaço Temático: Estado, autoritarismo e luta de classes. **Revista**

katálysis 24 (1). Jan-Apr 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2024

SOUZA, Clóvis Henrique. **Tópicos Avançados em Governança Pública**. Disciplina ministrada na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Jessé Souza (org.). Colaboradores André Grillo [*et al.*]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Jessé Souza (org.). Colaboradores André Grillo [*et al.*]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022. ISBN: 6558020823.

SOUZA, Jessé. **A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

STRÖMBÄCK, Jesper. Does Public Service TV and the Intensity of the Political Information Environment Matter? **Journalism Studies**. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2015.1133253>. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295395673>. Acesso em: 06 dez. 2023.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>. Acesso em: 04 out. 2024.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Em comunicado, Idea Internacional afirma que democracia brasileira sai fortalecida do pleito de domingo (30)**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/em-comunicado-idea-internacional-afirma-que-democracia-brasileira-sai-fortalecida-do-pleito-de-domingo-30>. Acesso em: 04 out. 2024.

TUZZO, S.; BRAGA, C. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa** V.4, nº 5. SE&PQ: 2016.

ULLRICH, Danielle R.; DE OLIVEIRA, Josiane Silva; BASSO, Kenny; VISENTINI, Monize Sâmara. Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 19-30, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270898374_Reflexoes_teoricas_sobre_confiabilidade_e_validade_em_pesquisas_qualitativas_em_direcao_a_reflexividade_analitica. Acesso em: 02 dez. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Public broadcasting. Why? How?** World Radio and Television Council. 2001.

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-andcommunication-materials/publications/full-list/public-broadcasting-why-how/>. Acesso em: 28 out. 2023.

VALENTE, Jonas C. L.; PAULINO, Fernando Oliveira; URUPÁ, Marcos. Políticas de comunicação no Brasil: da Confecom ao governo Bolsonaro. Jan. 2021. In: **Conferência Nacional de Comunicação, 10 anos depois os desafios das Políticas de Comunicação no Brasil**. RAMOS, Murilo César; PAULINO, Fernando Oliveira; VALENTE, Jonas; URUPÁ, Marcos; CARVALHO, Mariana Martins. 31-55. Ed. Ulepicc-Brasil. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351824167_Políticas_de_comunicacao_no_Brasil_da_Confecom_ao_governo_Bolsonaro. Acesso em: 07 out. 2024

VAN DEN BULCK, Hilde; PANIS, Koen; RAEIJMAEKERS, Daniëlle and MAESELE, Pieter. The forgotten actor in media ownership debates: Audiences and their knowledge of media ownership in Flanders. **Communications**, vol. 41, no. 1, 2016, pp. 99-110. DOI: <https://doi.org/10.1515/commun-2015-0030>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/commun-2015-0030/html#MLA>. Acesso em: 28 out. 2023.

V-DEM INSTITUTE. Institute Varieties of Democracy. Democracy Reports. **Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization**. Universidade de Gothenburg. Suécia. Disponível em: https://v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

V-DEM INSTITUTE. Institute Varieties of Democracy. Democracy Reports. **Relatório da Democracia 2024: A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas**. Universidade de Gothenburg. Suécia. Disponível em: https://v-dem.net/documents/48/v-dem_dr_2024_portuguese.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

VENNESSON, Pascal. 2008. Case studies and process tracing: theories and practices. In della Porta, D. and M. Keating, eds. **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. A Pluralist Perspective. Cambridge University Press: Cambridge. 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. in **Pesquisa Qualitativa em Administração**. VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Orgs.). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004. 224 p. ISBN 85-225-0472-5. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7631980/mod_folder/content/0/5.Vieira%20%282006%29.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 2 dez. 2023.

VIEIRA, A. Publicada medida provisória que altera estrutura da EBC. **Senado Notícias**, Brasília, set. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/publicada-medida-provisoria-que-altera-estrutura-da-ebc>. Acesso em: 2 dez. 2024.

VILELA, Pedro Rafael. **Lula, 77 anos, é eleito para o 3º mandato de presidente da República**. Agência Brasil. Publicado em 30 out. 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-10/lula-77-anos-e-eleito-para-o-3o-mandato-de-presidente-da-republica>. Acesso em: 02 nov. 2023.

WATERSON, Jim. **Funding cuts mean BBC can't compete with Netflix, says watchdog**. Jornal The Guardian. Londres, Inglaterra. Publicação em 14 dezembro 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2022/dec/14/funding-cuts-mean-bbc-cant-compete-with-netflix-says-watchdog>. Acesso em: 29 out. 2023.

YIN, Robert K. **Case Study Research and Applications. Design and Methods**. Ed. Sage. 6ª edição. 2018. Disponível em: https://www.sagepub.com/sites/default/files/yin_6e_chapter_1_getting_started.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

ZANOTTI, Lisa; RAMA, José; TANSCHKEIT, Talita. Assessing the fourth wave of the populist radical right: Jair Bolsonaro's voters in comparative perspective. **Revista Opinião Pública** 29 (1). Jan-Apr 2023. <https://doi.org/10.1590/1807-019120232911>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/YkjbL3tyyLGnxYr6wkpx3YP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 29 set. 2024

ZANOTTI, L.; ROBERTS, K. "(Aún) la excepción y no la regla: la derecha populista radical en América Latina". **Revista Uruguay de Ciencia Política**, vol. 30, no 1, p. 23-48, 2021.

APÊNDICE 1 – INSTRUMENTO DESENHADO PARA COLETA DE DADOS

Elaborado em formulário do Google Forms e hospedado no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe78FZetEFKsUFc9jd-_dCCFIgyAcENC58Rto8N6gSXOofBA/viewform.

Ações da EBC para o fortalecimento da democracia e da construção da cidadania
Perspectivas de Democracia e Cidadania no Serviço de Radiodifusão Pública: estudo de Programas, Projetos e Ações da Empresa Brasil de Comunicação (2020-2023)

Documento analisado:

Evidência (link do site):

Data da análise:

1 - Como a “informação” é destacada no documento? Ela aparece como algo que está “no centro da missão” da EBC?

Conforme Donders (2021), a questão da informação no centro da sua missão dos serviços públicos de mídia “está relacionado com a contribuição esperada dos meios de comunicação social de serviço público para o fortalecimento da cidadania política.”

Sim Não

2 - O documento menciona responsabilidades da EBC em oferecer acesso a diferentes interpretações, quadros e fóruns deliberativos onde estes são discutidos e avaliados?

“A cidadania política não é apenas sobre estar informado” (Donders, 2021).

Sim Não

3 - O documento menciona, ou trata de forma mais ampla, a da relação da EBC com a questão do “pluralismo” ou da “abundância de conteúdo”?

“A cidadania política exige pluralismo.” (Cf. Barber, 2004 *apud* Donders, 2021)?

Sim Não

4 - O documento menciona dimensões de “interação e diálogo” da EBC com os cidadãos e cidadãs?

“Os cidadãos devem fazer parte de um processo de interação e de diálogo genuíno dentro de algum tipo de esfera pública” (Cf. Habermas, 1991 *apud* Donders, 2021).

Sim Não

5 - O documento preconiza a necessidade de algum tipo de investimento ou atenção da EBC em algum desses tipos de abordagens em relação ao conteúdo? (múltipla escolha)

Fomentar o “debate” e o “discurso crítico”?

Produzir “notícias e assuntos atuais”? (Cf. Herman, 1993, p. 86 *apud* Donders, 2021).

Investir no Jornalismo investigativo? (Cf. Cordell, 2009 *apud* Donders, 2021).

Evitar produções que fomentem a polarização do discurso público?

Evitar produções que não questionem criticamente declarações feitas por políticos? (Cf. Cushion e Lewis, 2017 *apud* Donders, 2021).

Representar todas as opiniões na sociedade, especificamente aqueles das minorias étnicas? (Cf. Panis, Paulussen e Dhoest, 2019 *apud* Donders, 2021)

Ênfase demasiada em uma espécie de “transferência unidirecional de conhecimento” em vez de uma “compreensão bidirecional dos processos políticos, assuntos atuais e eventos na sociedade”? (Cf. Bardoel e Lowe, 2007 *apud* Donders, 2021)

Evitar elementos estruturais e institucionais que limitam o potencial da EBC de “dizer a verdade e reforçar a democracia”? (Cf. Freedman, 2019, p. 206 *apud* Donders, 2021).

6 - O Documento aborda a composição do pessoal da EBC e a questão de representar adequadamente grupos sociais historicamente excluídos como as mulheres e as minorias étnicas?

(Cf. Freedman, 2019, p. 206 *apud* Donders, 2021).

Sim Não

7 - O Documento aborda a EBC como “um projeto social”?

“Trata-se de conectar as pessoas à vida pública” (Scannell, 1990 *apud* Donders, 2021).

“(…) uma forma de falar e interagir com os espectadores como cidadãos” (Van Dijck e Poell, 2015, p. 149 *apud* Donders, 2021).

Sim Não

8 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro “elementos-chave” para a construção da cidadania social? (múltipla escolha)

(Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 *apud* Donders, 2021)

“As emissoras públicas deveriam ser um agente socializador” (ex.: Fala-se na capacidade da Empresa em fomentar a participação dos(as) cidadãos(ãs) na comunidade e nos assuntos públicos?).

“As emissoras públicas não apenas informam, devem explicar e ajudar as pessoas a compreenderem as coisas.” (ex.: abordam a EBC como um meio discursivo para o “ato de testemunhar” e para o processo de trabalhar a história, os acontecimentos, o que significam e os seus efeitos?) (Cf. Livémont, Donders e Pauwels, 2017 *apud* Donders, 2021).

“O interesse dos cidadãos deve estar no centro daquilo que as emissoras públicas fazem”.
 “A Mídia de Serviço Público é um projeto da sociedade civil. Não se trata de mercados, nem de governos.” (ex.: Fala-se em «facilitar confiança, reciprocidade, justiça e todos os outros atributos que figuram na qualidade de vida”? (Cf. Lowe e Jauert, 2005, p. 30 *apud* Donders, 2021).

“As emissoras públicas devem mediar a comunicação intercultural.” (Donders, 2021). (ex.1: A EBC pontua em seus documentos a necessidade de abraçar as diferenças linguísticas e faz algum esforço para servir o seu público nas línguas que falam (português, LIBRAS, dialetos)?; ex.2: A EBC pontua em seus documentos a importância do diálogo entre diferentes comunidades/regiões/estados do Brasil?; ex.3: Os meios de comunicação online da EBC estão mencionados em estratégias nessa direção, isto é, como como um ponto de encontro democrático?)?

9 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro “elementos-chave” para a construção da cidadania cultural? (múltipla escolha)

Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 *apud* Donders, 2021)

O documento caracteriza a EBC como: a) “um projeto de emancipação”; b) “um meio de abrir novos horizontes para os menos privilegiados”? (Donders, 2021).; um meio para representar a diversidade? (Conway, 2014 *apud* Donders, 2021).

O documento assinala algum compromisso da EBC na “construção da nação em torno de uma identidade, valores e língua partilhados.”?

O documento assinala algum compromisso da EBC na oferta de serviços que orientam “as pessoas de cultura” para Cultura, ou seja, para as artes, o teatro, a música clássica, o ballet, etc.?

O documento assinala alguma preocupação da EBC com alguma das seguintes questões: a) Como representar uma diversidade crescente na população? b) Como se conectar com pessoas que não se relacionam *per se* com uma cultura nacional? c) Como criar empatia por pessoas de outras origens culturais?

O documento reflete sobre a questão da dificuldade da EBC se conectar com partes dos cidadãos e cidadãs (Ex.: migrantes, crianças, jovens, idosos(as), negros(as), comunidade LGBTQIA+ etc.)?

O documento reflete sobre a questão da necessidade de a EBC trabalhar a Cultura, com um lugar de contestação, tanto a nível teórico como prático?

10 - O documento, de alguma forma, se fundamenta ou faz menção a alguma relação dos princípios ou objetivos da EBC com um desses quatro “elementos-chave” para a construção da cidadania cívica? (múltipla escolha)

(Cf. Lowe e Jauert (2005, p. 29 *apud* Donders, 2021)

O documento apresenta alguma menção sobre a relação entre a missão da EBC com os “direitos cívicos (aqueles que “protegem os cidadãos longe do controle de governos, elites corporativas e outras organizações em sociedade”), os quais dizem respeito aos direitos de cada cidadão à liberdade, liberdade de expressão, propriedade e assim por diante? (Donders, 2021).

O documento reflete sobre a necessidade d EBC promover um “envolvimento ativo [dos cidadãos e cidadãs] no debate político, no conhecimento dos assuntos atuais, na educação no sentido lato, e na manutenção dos valores democráticos? (Cf. Theiss-Morse e Hibbing, 2005, p. 227 *apud* Donders, 2021).

O documento assinala alguma interação da EBC com perspectiva de que “a cidadania é praticada tanto através da vida quotidiana, do lazer, do consumo crítico e do entretenimento popular, como através do debate e do envolvimento com a política com “P” maiúsculo” (Cf. Burgess, Foth e Klaebe, 2006 *apud* Donders, 2021)?

O documento pontua alguma interação da EBC com a perspectiva de que a construção da cidadania cívica, portanto, não acontece apenas em algum tipo de esfera pública racional, habermasiana, mas também através de pequenos atos de engajamento (Cf. Picone *et al.*, 2019 *apud* Donders, 2021)?

O documento menciona algum tipo de estratégia da EBC para verificar se sua atuação junto aos cidadãos e cidadãs reforça a questão “dos direitos ou virtudes cívicas, pelo menos quando assumem a perspectiva da democracia?” (Donders, 2021).

11 - O documento define o cidadão como alguém que faz parte de determinado estado ou comunidade política? (Cf. Gorczewski; Martin, 2011, p. 29 in Lima, 2017, p. 59)

Sim Não

12 - O documento assegura a obtenção de condições que garantam a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, bem como condições mínimas de sobrevivência? (Cf. Bellamy, 2008 in Lima, 2017, p. 61)

Sim Não

13 - O documento assinala a participação política na EBC como o elemento que transforma um indivíduo em cidadão ao lhe dar possibilidade de escolher seu destino, participar do poder, fazer as leis e de obedecê-las? (Gorczewski e Martin 2011, p. 126 in Lima, 2017, p. 65).

Sim Não

14 - O documento, de alguma forma, mostra que a EBC se fundamenta na principal missão dos SRP de servir às cidadãs e aos cidadãos? (Cf. Lopes et. al., 2023, p. 191).

Sim Não

15 - O documento aponta caminhos para a EBC conhecer e reconhecer os seus diversos públicos? (Cf. Lopes et. al., 2023, 192)

Sim Não

16 - O documento permite a EBC conferir valor estratégico aos públicos para definir quais produtos e programas deverão integrar a oferta dos SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193)

Sim Não

17 - O documento orienta a EBC como atender a quatro faixas de públicos diferentes (crianças, adolescentes e jovens), de acordo com sua idade, e a ofertar conteúdo para consumo em família? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193)

Sim Não

18 - O documento assegura o serviço a todos os públicos da EBC, incluindo públicos mais difíceis, fechados ou avessos à oferta típica do serviço público? (Cf. Lopes et. al., 2023, 193)

Sim Não

19 - O documento incentiva ações da EBC para valorização dos/das cidadãos/ãs, devendo ser garantida a diversidade da sociedade? (Cf. Lopes et. al., 2023, 194)

Sim Não

20 - O documento aponta se a EBC instituiu um ouvidor único para todos os veículos integrantes do SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 195)

Sim Não

21 - O documento apresenta ações da EBC para promover a democracia, a coesão e a identidade de forma a valorizar os cidadãos, ocupando um lugar central no SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 195)

Sim Não

22 - O documento determina que a EBC estabeleça novas métricas para medir o impacto da oferta dos serviços prestados pelos SRP? (Cf. Lopes et. al., 2023, 196)

Sim Não

APÊNDICE 2 – MEMORIAL ACADÊMICO

Este memorial pretende apresentar uma síntese da minha trajetória profissional e acadêmica, assim como a aproximação com o tema de minha pesquisa: cidadania e o serviço de radiodifusão pública. Sou formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), desde 2001, e detenho um segundo registro profissional de radialista, obtido em 1999. Sou pós-graduada em Gestão da Comunicação nas Organizações pelo UniCEUB, tendo apresentado o trabalho final sob o título *Cartas de Governança: A convergência entre a comunicação pública e a comunicação estratégica em prol da sociedade*, em outubro de 2022, sob orientação da Profª. Draª Joana d'Arc Bicalho Félix.

Sou empregada pública da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), onde atuo como jornalista, desde 2006, com passagens pela Companhia Energética de Brasília (CEB) entre 2006 e 2010 e na Secretaria de Estado de Comunicação do Governo do Distrito Federal, no período entre 2011 e 2019, onde atuei como Chefe da Assessoria de Atendimento à Imprensa, da Subsecretaria de Relações com a Imprensa, coordenando o trabalho de 80 assessorias de imprensa da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal. Em 2019, retornei à Caesb, local em que desempenho minhas atividades como jornalista do quadro. Trabalhei anteriormente na TV Câmara, nos anos de 1999 a 2007, na coordenação do arquivo da emissora, onde travei contato direto com os conceitos de democracia e cidadania, dentro do contexto de uma emissora de televisão pública, hoje objeto da minha dissertação. Quando da apresentação do trabalho final de graduação, fui orientanda do Prof. Msc. João José Ferreira Forni para a produção do artigo *O papel das TVs legislativas federais - Importância da TV Câmara*.

No início de 2023, ingressei no Mestrado da Universidade de Brasília (UnB), no programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-FAC), sob orientação do Prof. Dr. Elton Bruno Barbosa Pinheiro. Como um dos resultados prévios desta investigação, obtivemos aprovação de artigo científico relacionado à reflexão da proposta metodológica que desenvolvemos para esta dissertação, em Revista Qualis Capes A3, indexada em base de dados internacionais. Pretendo seguir a contribuir para a discussão sobre o papel exercido pelo serviço de radiodifusão pública no Brasil e a atuação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) enquanto propulsora da cidadania e da democracia conforme determinam seus princípios e objetivos definidos em sua lei constitutiva.